



Organização

Maria Goretti da Costa Tavares

Olga Lúcia Castreghini de Freitas



Mundo em transição, turismo em transformação: produção do espaço, governança, cultura e desafios climáticos



Mundo em transição, turismo em transformação:

produção do espaço, governança, cultura e desafios climáticos

Organização

Maria Goretti da Costa Tavares
Olga Lúcia Castreghini de Freitas



2026

Revisão	Conselho Editorial
Helbert Michel P. de Oliveira	Bruno Spacek Godoy
Projeto Gráfico e Editoração	Flávio Bezerra Barros
Jéssica Wludarski	Gutemberg Armando D. Guerra
Capa	José Antônio Herrera
Jéssica Wludarski	Michelle Sena
Foto da Capa	Moacir José Moraes Pereira
Marcos André	Pablo Abdon Francez
Apoio Técnico	Soraya Abreu de Carvalho
Milene de Cássia S. de Castro	Wellington Álvarez

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Mundo em transição, turismo em transformação
[livro eletrônico] : produção do espaço,
governança, cultura e desafios climáticos /
organização Maria Goretti da Costa Tavares,
Olga Lucia Castreghini de Freitas. --
Belém, PA : Amazônica Bookshelf, 2026.
PDF

Vários autores.
ISBN 978-85-69642-41-1

1. Espaço urbano 2. Geografia 3. Governança
4. Mudanças climáticas 5. Transformação 6. Turismo
7. Turismo - Administração 8. Turismo - Aspectos
ambientais 9. Turismo - Aspectos culturais 10.
Turismo - Aspectos econômicos I. Tavares, Maria
Goretti da Costa. II. Freitas, Olga Lucia Castreghini
de.

26-387867.0

CDD-338.4791

Índices para catálogo sistemático:

1. Turismo : Economia 338.4791

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

SUMÁRIO

10 Apresentação

PARTE 1

Turismo, consumo e produção de lugares turísticos

Capítulo 1

16 Turismo e cultura do consumo – o espelho do capitalismo

Maria Tereza Duarte Paes

Capítulo 2

54 O mundo da sustentabilidade mercantil e a produção dos lugares turísticos em territórios sociobiodiversos

Edvaldo Cesar Moretti; Joyce Avila de Oliveira



PARTE 2

Produção do espaço urbano, cultura e turismo

Capítulo 3

73 O álibi da natureza, o turismo de luxo e as desigualdades socioespaciais

Simone Scifoni

Capítulo 4

96 Turismo urbano, continuidades y cambios en la práctica turística y en la dinámica urbana. Buenos Aires, destino turístico

Rodolfo Bertoncello

Capítulo 5

120 Centralidade urbana do turismo de Belém sobre Salinópolis-PA: processos históricos e crise econômica em tempos de pandemia

Jorge Alex de Almeida Souza; Hugo Rogério Hage Serra

Capítulo 6

151 Cultura, turismo e produção do espaço urbano na Amazônia paraense: o Arrastão do Pavulagem e a economia política da cultura em Belém do Pará

Edgar Monteiro Chagas Junior



Capítulo 7

177 Educação Patrimonial, Turismo, Práticas de Campo e Cidadania: A Experiência do Projeto de extensão Roteiros Geo-Turísticos em Belém do Pará na Amazônia Brasileira

Maria Goretti da Costa Tavares

Capítulo 8

230 COP30 em Belém (Pará): cidade, megaevento e transformações urbanas

Olga Lúcia Castreghini de Freitas

PARTE 3

Turismo e experiências de governança

Capítulo 9

267 Turismo de Base Comunitária e Cultura Cacaueira Paraense: desafios normativos e a experiências/aprendizagens territorializadas

Maria Augusta Freitas Costa Canal; Milene de Cássia Santos de Castro; Marcel Assis Batista do Nascimento



Capítulo 10

297 Turismo de Base Comunitária sob diferentes formas de gestão (AM)

Susy Rodrigues Simonetti; Pedro Meloni Nassar; Larissa Oleriano Pedroza

Capítulo 11

322 Turismo em comunidades indígenas: reflexões a partir da experiência de mapeamento nacional

Carolina Todesco

Capítulo 12

355 Instância de governança do Polo Turístico São Luís (Maranhão, Brasil): análise sobre a formação, estratégias e desenvolvimento entre os anos de 2009 a 2024

Silvia Romana Costa de Albuquerque dos Santos; Saulo Ribeiro dos Santos

PARTE 4

Turismo em tempos de mudanças climáticas

Capítulo 13

387 Ensaio sobre a economia política do turismo frente às mudanças climáticas

Rita de Cássia Ariza da Cruz



Capítulo 14

412 Turismos, Sustentabilidades e Clima: tendências de políticas públicas em tempos de incertezas geopolíticas

Marta de Azevedo Irving; Marcelo Augusto Gurgel de Lima

Capítulo 15

449 Emergência climática e turismo: impactos e estratégias de adaptação e mitigação em Inhambane, Moçambique

José Júlio Júnior Guambe

Capítulo 16

483 "Tem peixe nesse rio?": percepções locais sobre as mudanças climáticas no turismo no Pantanal

Mara Aline Ribeiro

502 Sobre as autorias





Apresentação

Mundo em transição, turismo em transformação: produção do espaço, governança, cultura e desafios climáticos reúne um conjunto expressivo de reflexões sobre o turismo contemporâneo, tomado em sua complexidade social, espacial, política, econômica, cultural e ambiental. O livro é resultado dos debates realizados pelas mesas apresentadas no II ECOPOLTUR– Encontro Internacional “A Economia Política do Turismo”, realizado na cidade de Belém do Pará no período de 16 a 21 de agosto de 2025.

A obra parte do entendimento de que o turismo não pode ser analisado apenas como atividade econômica ou prática de deslocamento, mas como fenômeno profundamente implicado na produção dos lugares, nas formas de consumo, nas dinâmicas urbanas, nos processos de governança e nos desafios colocados pela crise climática.

Organizado em quatro partes temáticas, o livro articula diferentes escalas de análise, múltiplos territórios e perspectivas críticas que permitem compreender como o turismo participa da transformação do mundo contemporâneo e, ao mesmo tempo, é por ele transformado. Os capítulos reunidos dialogam com questões centrais do nosso tempo, como a mercantilização da natureza e da cultura, as desigualdades socioespaciais, os efeitos dos megaeventos, as experiências de turismo de base comunitária, a governança territorial e os impactos das mudanças climáticas sobre destinos, comunidades e modos de vida.



A Parte 1, intitulada *Turismo, consumo e produção de lugares turísticos*, é composta por 2 capítulos que discutem o turismo em sua articulação com a lógica do consumo e do capitalismo contemporâneo. Maria Tereza Duarte Paes, no primeiro capítulo, *Turismo e cultura do consumo – o espelho do capitalismo*, analisa a relação entre turismo e cultura do consumo, evidenciando os nexos entre a atividade turística e a reprodução de valores, desejos e práticas sociais próprias da racionalidade capitalista. No capítulo 2, *O mundo da sustentabilidade mercantil e a produção dos lugares turísticos em territórios sociobiodiversos*, Edvaldo Cesar Moretti e Joyce Avila de Oliveira refletem sobre a sustentabilidade mercantil e a produção de lugares turísticos em territórios sociobiodiversos, problematizando apropriações, discursos e contradições presentes nesse processo.

A Parte 2 - Produção do espaço urbano, cultura e turismo, em seus 6 capítulos, aprofunda a discussão sobre os vínculos entre turismo, cidade e cultura. Simone Scifoni, no texto *O álibi da natureza, o turismo de luxo e as desigualdades socioespaciais* aborda as desigualdades socioespaciais produzidas pelo turismo de luxo e pelos usos estratégicos do discurso da natureza, no litoral norte do estado de São Paulo. Rodolfo Bertoncello, ao tratar de Buenos Aires como destino turístico, discute continuidades e mudanças na prática turística e na dinâmica urbana, com vistas a compreender o papel do turismo na reconfiguração urbana e na valorização do território. Com foco na Amazônia paraense, Jorge Alex de Almeida Souza e Hugo Rogério Hage Serra analisam a centralidade urbana de Belém sobre Salinópolis-PA, destacando processos históricos e os efeitos da crise econômica em tempos de pandemia. Ainda nessa Parte, Edgar Monteiro Chagas Junior examina as relações



entre cultura, turismo e produção do espaço urbano a partir da experiência do Arrastão do Pavulagem e da economia política da cultura em Belém do Pará. Maria Goretti da Costa Tavares apresenta a experiência do projeto de extensão *Roteiros Geo-Turísticos em Belém do Pará na Amazônia Brasileira*, enfatizando a interface entre educação patrimonial, práticas de campo, turismo e cidadania. Encerrando a Parte 2 está o texto de Olga Lúcia Castreghini de Freitas, intitulado COP30 em Belém (Pará): cidade, megaevento e transformações urbanas, que discute a classificação da COP30 como megaevento, e discorre sobre o conjunto de intervenções urbanas de compromisso e de oportunidade, associadas à sua realização.

Na Parte 3 - Turismo e experiências de governança, os textos dedicam-se às práticas territoriais, formas de gestão e experiências sociais que evidenciam os desafios da organização do turismo em contextos diversos. Maria Augusta Freitas Costa Canal, Milene de Cássia Santos de Castro e Marcel Assis Batista do Nascimento analisam o turismo de base comunitária e a cultura cacaujeira paraense, destacando desafios normativos e aprendizagens territorializadas. Susy Rodrigues Simonetti, Pedro Meloni Nassar e Larissa Oleriano Pedroza discutem o turismo de base comunitária sob diferentes formas de gestão no Amazonas. Carolina Todesco apresenta reflexões sobre o turismo em comunidades indígenas a partir de uma experiência de mapeamento nacional, ampliando o debate sobre território, autonomia e representação. Finalizando essa Parte, Silvia Romana Costa de Albuquerque dos Santos e Saulo Ribeiro dos Santos examinam a instância de governança do Polo Turístico São Luís, no Maranhão, analisando sua formação, estratégias e desenvolvimento entre 2009 e 2024.



Por fim, a Parte 4 - Turismo em tempos de mudanças climáticas reúne contribuições voltadas aos impactos da emergência climática sobre o turismo e às respostas políticas, territoriais e comunitárias diante desse cenário. Rita de Cássia Ariza da Cruz propõe um Ensaio sobre a economia política do turismo frente às mudanças climáticas, evidenciando contradições estruturais e os desafios contemporâneos que envolvem a temática. Marta de Azevedo Irving e Marcelo Augusto Gurgel de Lima discutem Turismos, sustentabilidades e clima, destacando tendências de políticas públicas em um contexto marcado por incertezas geopolíticas. José Júlio Júnior Guambe analisa impactos e estratégias de adaptação e mitigação em Inhambane, Moçambique, ampliando a perspectiva internacional da obra. Fechando o livro, Mara Aline Ribeiro apresenta o capítulo "Tem peixe nesse rio?": percepções locais sobre as mudanças climáticas no turismo no Pantanal, em que evidência, de forma sensível e crítica, os efeitos concretos da crise climática sobre os territórios e seus habitantes.

Ao reunir autores e autoras de diferentes trajetórias e campos de investigação, esta obra oferece uma leitura plural e crítica sobre o turismo em um mundo atravessado por profundas transformações. Mais do que descrever tendências, os capítulos aqui presentes problematizam modelos de desenvolvimento, interrogam discursos hegemônicos e valorizam experiências territoriais concretas, contribuindo para o avanço do debate acadêmico e para a formulação de políticas e práticas mais justas, democráticas e comprometidas com a sustentabilidade da vida.

Mundo em transição, turismo em transformação constitui, assim, uma contribuição relevante para pesquisado-



res, estudantes, gestores públicos, movimentos sociais e todos aqueles interessados em compreender o turismo para além de suas aparências mercadológicas, situando-o no centro das disputas contemporâneas pela produção do espaço, pela valorização da cultura, pela governança dos territórios e pelo enfrentamento da emergência climática.

Desejamos uma boa leitura!!!

Belém do Pará, verão amazônico de 2026

Maria Goretti da Costa Tavares

Olga Lúcia Castreghini de Freitas



Parte 1

Turismo, consumo e produção
de lugares turísticos

Foto: Marcos André

1

Turismo e cultura do consumo – o espelho do capitalismo

Maria Tereza Duarte Paes

Universidade Estadual de Campinas

E-mail: paes.tereza@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Embora o turismo tenha tido um papel fundamental na difusão das culturas no século XX, desde a passagem do turismo de massa para o turismo pós-fordista da acumulação flexível, sobretudo depois dos anos 1990, com o neoliberalismo, este atravessou todas as barreiras éticas, estéticas e, porque não dizer, morais, ao devorar culturas e lugares com grande voracidade, transformar patrimônios materiais e imateriais em objetos de consumo rápido, associar-se às estratégias e à legitimação de narrativas da neoliberalização, amparado pela desregulação dos territórios e pela mercantilização de todas as esferas da vida.

Hoje, em um momento de incerteza no qual o planeta e a sociedade vivem à espreita dos eventos inescapáveis das mudanças climáticas, das guerras que desestabilizam a ordem global, da adaptação ao novo que ainda não chegou, é preciso que a reflexão sobre o turismo não seja apenas sobre a expansão dos mercados ou sobre a demagogia verde e sustentável, pois é necessário construir uma crítica profunda sobre as suas contradições. Qual o papel do turismo no agravamento das injustiças sociais? Qual o seu compromisso com o real consumo sustentável? Quais têm sido as implicações do turismo no agravamento de impactos socioambientais? O quanto tem revelado, incluído ou desmantelado a estrutura de culturas tradicionais?

O turismo busca o poder simbólico dos bens culturais – incluindo a natureza – e tudo vira produto. O setor turístico, por vezes, alimenta-se das próprias perdas: turismo de guerra, *dark tourism* ou turismo em patrimônios sensíveis, turismo de favelas, turismo de aventura em vulcões ou em condições extremas. O capitalismo agrega valor aos lugares em risco de extinção.



Welté (2024, p. 124-125) afirma a estreita associação entre o turismo globalizado e a cultura de consumo, não apenas a atividade econômica do mercado turístico (destino, transporte, hotéis, compras, etc.), mas o seu papel como agente produtor de cultura, de narrativas, de representações produzidas pelo mercado e apropriadas em práticas espaciais; ou mesmo construídas pelos próprios consumidores, os quais, por meio dos lugares exóticos, paradisíacos, imaginários e instagramáveis, constroem identidades. Hoje, muitos influenciadores digitais potencializam o mercado turístico com a projeção de novos lugares atrativos.

Ainda segundo Welté (2024), existem “subculturas de consumo” e cada nicho de consumidores teria o seu próprio sistema de significados e representações, amparados por uma gama de imaginários e por práticas espaciais funcionais. Sejam os turistas que só buscam as facilidades do consumo, ou os que buscam experiências, ou, ainda, os que buscam a autenticidade do lugar, de modo a fugir das áreas muito turistificadas, todos acabam dependentes do mercado, mesmo “Essa subcultura autêntica, em seu processo de diferenciação, utiliza os mecanismos do consumo estruturado pelas ofertas do mercado” (Welté, 2024, p. 132, tradução nossa).

O olhar turístico foi muito além daquele analisado por Urry (1996). Do *Grant Tour* de jovens aristocratas às estações balneárias e termais; da cidade luz, entre outras cidades europeias, às praias paradisíacas do Caribe; dos países asiáticos aos Parques africanos, ou aos *malls* de Dubai, nossa percepção sobre o exótico mudou bastante.

Houve uma revolução lenta da experiência do tempo e do espaço na história social e esta foi acelerada pelos transportes e pela tecnologia que, paulatinamente, alimentaram uma mu-



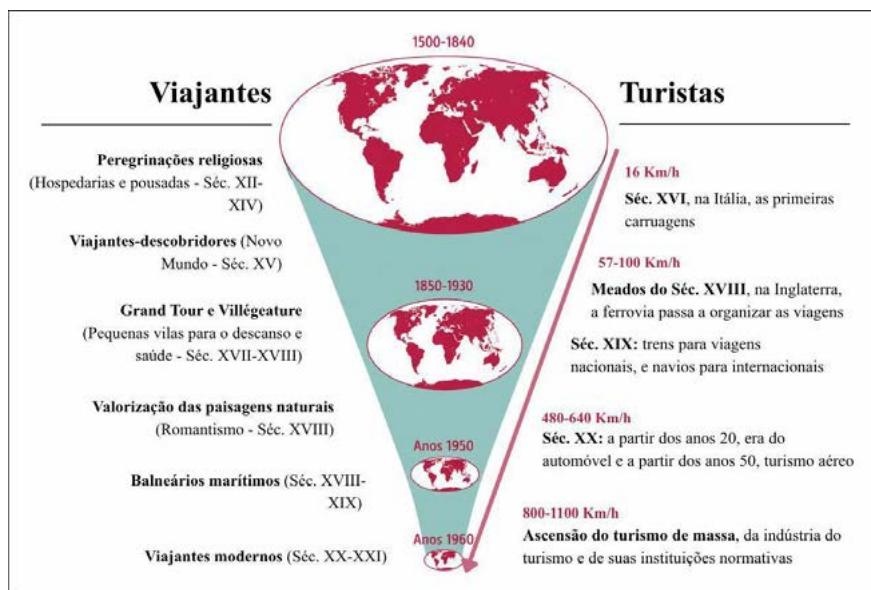
dança cultural rumo à percepção da simultaneidade dos acontecimentos no século XX. Kern (2023 [1983]), que interpreta em profundidade essa grande transformação e a situa entre o final do século XIX e o início do século XX, afirma: “Diversos jornalistas da época argumentaram que as novas tecnologias de transporte e comunicação haviam ‘aniquilado o tempo e espaço’, criando o que um historiador mais tarde viria a caracterizar como a era da simultaneidade” (Kern, 2023 [1983], p. 39). Segundo o autor:

Entre mais ou menos 1880 e o início da Primeira Guerra Mundial, uma série de profundas mudanças tecnológicas e culturais criou distintos modos de pensar e vivenciar o tempo e o espaço. As inovações tecnológicas, como o telefone, o telégrafo sem fio, o raio x, o cinema, a bicicleta, o automóvel e o avião, estabeleceram as bases materiais dessa reorientação; desenvolvimentos culturais independentes, tais como o romance de fluxo de consciência, a psicanálise, o cubismo e a Teoria da Relatividade, moldaram diretamente as consciências. O resultado foi uma transformação das dimensões da vida e do pensamento (Kern, 2023 [1983], p. 39).

Tomando Kern (2023 [1983]) como referência para construir a sua concepção de *compressão do tempo-espaço*, Harvey (1992, p. 220) utiliza uma representação do “encolhimento do mapa do mundo graças a inovações nos transportes que ‘aniquilam o espaço por meio do tempo’”, na qual nos baseamos para distinguir viajantes de turistas, conforme tratado por Urry (1996), e representado na Figura 1.



Figura 1 – O encolhimento do mapa-múndi e a relação entre viajantes e turistas por meio de inovações nos transportes



Fonte: Elaborado pela autora a partir de Harvey (1992, p. 220) e Urry (1996).

O *Grand Tour*, surgido na Inglaterra no século XVII, era um privilégio dos jovens aristocratas que podiam ampliar os seus conhecimentos por meio das viagens aos centros urbanos europeus. Essa nobreza foi associada às viagens, não ao turismo de massa que surgiria no coração do capitalismo, com a revolução industrial, no século XIX. No século XX muitos ainda negavam a associação com o turismo, insistindo que seriam apenas viajantes, porém, o setor foi tão imperativo que se tornou muito difícil realizar viagens fora do circuito comercial do turismo.



A verdade é que a organização do tempo livre, implantada pela suposta mão democrática do fordismo e das inovações tecnológicas, roubou-nos o ócio, a contemplação, o tempo criativo e o direito a não fazer nada. Lafargue (1999 [1977], p. 96), crítico voraz da ideologia do trabalho capitalista, afirma: “o grande problema da produção capitalista não é mais encontrar produtores e redobrar suas forças, mas descobrir consumidores, excitar seus apetites e neles criar falsas necessidades”. E é assim que o setor turístico se assenta no circuito da produção; a crescente – e doente – sociedade do consumo crê nas necessidades e desejos infinitos tornados produtos na falsa ideia do tempo livre. Como afirma Urry (1996, p. 30): “Existe uma dialética da novidade e da insaciabilidade no âmago do consumismo contemporâneo”.

Para além da mercantilização da subjetividade dos indivíduos, a curva de Butler (1980), ou o Modelo do Ciclo de Vida do Destino Turístico (TALC - *Tourism Area Life Cycle*), depois de tantos anos de crescente turistificação, parece simplesmente mostrar a descartabilidade dos lugares. Muitas localidades, monumentos, bens naturais e culturais, de tão desejados tornaram-se insustentáveis.

Barcelona, na Espanha, a partir dos anos 1980, viveu um processo de requalificação urbana seguido por um conjunto de intervenções, como os Jogos Olímpicos de 1982, que a colocaram no mercado global. A descoberta do Modelo Barcelona, e do seu planeamento estratégico pautado na competitividade e na lógica do mercado, em um primeiro momento, criou uma receita para a atração e expansão do turismo globalizado que daria visibilidade às cidades. Como colocaram Borja e Castells (1996, p. 30):



O governo local deve promover a cidade para o exterior, desenvolvendo uma imagem forte e positiva apoiada numa oferta de infra-estruturas e de serviços (comunicações, serviços econômicos, oferta cultural, segurança etc.) que exerçam a atração de investidores, visitantes e usuários solventes à cidade e que facilitem suas 'exportações' (de bens e serviços, de seus profissionais etc.).

O resultado foi o esgotamento de muitas cidades, particularmente àquelas que seguiram o modelo dos megaeventos. Barcelona não saiu ilesa desse processo. Jordi Borja, geógrafo e sociólogo catalão que foi membro do Parlament de Catalunya (1980/1984) e do Ayuntamiento de Barcelona (1983/1995), técnico dos planos estratégicos de gestão e das políticas urbanas da cidade, muito criticado por sua defesa e expansão do modelo, por meio de consultorias e publicações, considerou, em 2014, que mesmo Barcelona não teria mais as condições ideais para sustentar o modelo inicialmente exitoso. Como escreveram Fernandes e Paes (2021, p. 01):

O excesso descontrolado de turistas na cidade demonstrou a necessidade de novos instrumentos para regular o setor quanto à concentração em pontos turísticos e à qualidade de vida dos moradores locais, principalmente em relação à especulação imobiliária, à perda dos comércios locais, ao custo de vida e aos impactos culturais do chamado *overtourism*.

A revitalização dos mercados municipais, estratégia recorrente nessas ações, transformou o Mercado *La Boquería*, no centro de Barcelona, em um ícone turístico que abandonou os produtos básicos, consumidos pela população local, para privilegiar o consumo turístico (Cordero; Eneva, 2016). A Figura 2 ilustra alguns elementos em Barcelona.



Figura 2 – Turistas na Sagrada Família (à esquerda) e no Mercado La Boquería (à direita), em Barcelona, julho de 2014



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2014.

Os países do Sul seguiram a receita de forma fragmentada, com intervenções urbanas pontuais, produzindo o que Santos (1996) coloca como *áreas luminosas* em contextos de *áreas opacas*, ou seja, ampliando a segregação socioespacial nos países de de-



envolvimento desigual. Nesse particular, a maior parte das cidades mundiais e turísticas passou a sofrer o mesmo processo: turistificação em excesso ou *overtourism*, manifestações xenofóbicas contra a turistificação, ou *turismofobia* por parte dos moradores que perderam o seu lugar cotidiano, a sua identidade cultural, os seus espaços públicos e tiveram que se submeter aos danos socioambientais, aos altos custos de vida do comércio e da especulação imobiliária.

É dialogando com esse processo que este artigo traz reflexões e eventos que tensionam o pensamento crítico sobre a estreita associação entre o turismo e os paradigmas econômicos. Esse processo, iniciado com as viagens de uma elite aristocrática, passa pelo *flâneur* dos grandes centros urbanos do século XIX, encontra a questionável democratização fordista do turismo de massa, inicialmente com o trem e, em seguida, com o automóvel individual, até atingir, no final do século XX, o consumo distintivo pós-fordista, que, com a segmentação do turismo, o auxílio das novas tecnologias e das redes sociais, cria o turista que quer *ver e ser visto* (Urry, 1996, p. 182). No século XXI, o setor turístico reforça a sua aliança com o capitalismo e com a atual neoliberalização.

2 TURISTIFICAÇÃO, OVERTOURISM, SURTOURISME, TURISMO EXCESSIVO: MANIFESTOS E DENÚNCIAS

Em junho de 2025, os trabalhadores do Museu do Louvre, em Paris, esgotados pelo turismo excessivo, fecharam as portas e entraram em greve (CBC, 2025) (Figura 3). Em seguida, um roubo audacioso, mais greves e indícios de fraudes colocam em crise este ícone do turismo internacional.



Protestos contra o turismo de massa se espalham por muitas cidades. Barcelona, na Espanha, a primeira a fazer e a planejar estrategicamente a atratividade no contexto do turismo global, também foi uma das primeiras a protestar contra esse turismo excessivo (Figura 5):

A large crowd of people is gathered for a protest in Barcelona. In the center, a man holds a sign that reads "TOURIST GO HOME". To his right, another sign says "FORA TURISTES". The crowd is diverse in age and appearance. In the background, several Spanish flags (red and yellow) are flying, and a banner with the text "BARCELONA CIUTAT" is partially visible. The scene is outdoors with trees and buildings in the distance.

Para Stüve (2024), “Devido aos protestos contra turistas, jornais britânicos chegaram a alertar sobre ‘destinos turísticos hostis’ a serem evitados no verão de 2024”, incluindo na lista as



idades de: Barcelona (Espanha), Amsterdã (Holanda), Veneza (Itália), Split (Croácia), Tenerife (Ilhas Canárias) e Santorini (Grécia), que não é, exatamente, hostil ao turista, mas coloca nos preços o acesso restrito. Na Grécia, os seus moradores, para recuperarem a praia na ilha de Paros, criaram um movimento conhecido como “a revolta das toalhas”, um protesto contra a privatização ilegal das praias das ilhas. Segundo Rigoutsou (2023), em algumas praias uma espreguiçadeira pode custar 120 Euros.

A concentração de ações e investimentos apenas em alguns territórios, cidades e monumentos provoca lugares muito turistificados, enquanto outros seguem à margem, abandonados pelas políticas de desenvolvimento. “Segundo a OMT, 95% dos turistas do mundo visitam menos de 5% da superfície terrestre. Na França, 80% da atividade turística concentra-se em 20% do território” (France, 2023).

Há anos, muitos planos governamentais buscam distribuir o fluxo turístico pelo território, pelas estações do ano e por meio de atividades e segmentos diferenciados, mas os desafios para planejar o turismo massivo permanecem. Autoridades locais planejam medidas mais restritivas ou estratégias de descentralização, com a criação de novos lugares atrativos e expansão da visitação para uma escala regional. Esse é o caso da Prefeitura de Paris que, além de planejar a desconcentração do turismo, reduziu ingressos em atrativos icônicos como a Torre Eiffel e reservas na Notre Dame, e promoveu o turismo em vários distritos e bairros menos visitados. Roteiros alternativos, assim como a criação de atrativos na escala regional buscam conter os excessos da gentrificação (Sois, 2024).

Afinal, como pode ser sustentável o turismo excessivo? Como pode ser sustentável para as populações locais um tipo



de turismo que só produz um cotidiano para o consumo turístico? Como pode um lugar se sustentar onde só há turistas que encontram outros turistas e não mais a sua população? Qual o sentido da visita turística que consome os lugares atrativos – a natureza, as culturas tradicionais, as representações históricas –, apenas como cenários para fotos instagramáveis?

3 A MARCA PATRIMÔNIO CULTURAL E O TURISMO DE MASSA

Como afirmou Lazzarotti (2012, p. 19), o conceito de patrimônio dilui-se em uma infinidade de formas que foram colocadas à disposição de uma “capitalização infinita da memória”. Segundo o autor (Lazzarotti, 2011), patrimônio e turismo pertencem ao mesmo sistema de valores e se difundem de igual maneira pelo mundo, hipótese que comprova ao correlacionar os sítios eleitos a patrimônio mundial pela Unesco e a expansão do turismo internacional nestes mesmos sítios. Essa correlação, contudo, não existe sem a sua inerente contradição, sobretudo para as localidades, isso porque, enquanto as narrativas do patrimônio prezam pela preservação da memória, o turismo pressiona a sobrevivência dos bens culturais pelo excesso de uso.

A lista do Patrimônio Mundial “inclui 972 bens culturais, 235 bens naturais e 41 bens mistos, distribuídos por 170 Estados Partes. Desde outubro de 2024, 196 Estados Partes ratificaram a Convenção do Patrimônio Mundial” (UNESCO, 2026). Muitas imagens, como as que seguem, de Machu Picchu, no Peru (Figura 6), e da Grande Muralha, na China (Figura 7), são veiculadas em sua monumentalidade e beleza pelos sítios da Unesco



Figura 6 – Santuário Histórico de Machu Picchu (à esquerda) e turismo excessivo em Machu Picchu (à direita)



Fonte: UNESCO (s.d.), à esquerda, e Canarian Weekly (2025), à direita.

Figura 7 – A Grande Muralha da China (à esquerda) e turistas em visita ao local (à direita)



Fonte: UNESCO (s.d.), à esquerda, e Xinhua Português (2018), à direita.



e de outros órgãos de preservação do patrimônio cultural, enquanto veiculam também as imagens reais da ocupação destas localidades pelos massivos fluxos de turistas. Quanto mais excepcional, quanto mais monumental, quanto mais raro é o bem cultural ou natural, mais os lugares ganham notoriedade para a visitação turística.

Machu Picchu, inscrito como Patrimônio Mundial da Unesco em 1983, está situada a 2.430 metros de altitude em meio a floresta tropical. É uma expressão monumental do Império Inca, com muralhas, terraços e paredões rochosos, nas encostas orientais dos Andes, fazendo parte da bacia superior do Amazonas (UNESCO, 2026).

Atualmente, a capacidade de visitantes de Machu Picchu, Peru, foi reduzida para um número máximo de 5.000 turistas/dia. O jornal *Le Monde*, em julho de 2025, publicou: “Deve-se evitar Machu Picchu? O Peru está preocupado com o impacto do turismo de massa” (Chaparro, 2025). Segundo esta reportagem, o Patrimônio Mundial da Unesco que atrai mais de 1,5 milhão de visitantes tem perdido o seu valor no turismo global devido aos excessos do turismo de massa. Inúmeras localidades pressionadas pelo turismo excessivo passaram a controlar o número de visitantes e a introduzir ou aumentar os valores dos ingressos para a sustentabilidade do seu patrimônio cultural, como ocorreu com o Parque Güell, em Barcelona, e atualmente em Machu Picchu.

A Grande Muralha da China (Figura 7), que recebe cerca de 10 milhões de visitantes anualmente, foi construída durante séculos e é um grande monumento da engenharia militar, inscrita como Patrimônio Mundial da Unesco em 1987.

Como afirma D’Eramo (2014, p. 55): “El turismo es una máquina inagotable de hacer dinero, cuyos activos se extraen in-



cesantemente y se reinvierten en algoritmos de alta velocidad en los rascacielos de vidrio y acero del sector financiero”. Para o autor, não é coincidência a criação do Patrimônio Mundial nos anos 1970, e da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, em 1972, ratificada por 190 países; a certificação de aura do patrimônio lhe agregaria valor econômico:

[...] la marca se «lanzó» coincidiendo con el despegue de la revolución del turismo mundial, representando tanto sus logros como la clave de su continua autopromoción. La marca Unesco permite a la industria turística cobrar por el valor comercial de la autenticidad, de la misma forma que se hace con la etiqueta de un diseñador de moda o con la clasificación de vinos Grand Cru [...] (D'Eramo, 2014, p. 56).

Nesta narrativa contraditória, a aura do patrimônio permite e justifica a devastação do turismo. Ainda que, conforme definido nos Artigos 1 e 2 da Convenção, tais sítios possam ser incluídos na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo da Unesco, que hoje inclui 53 sítios (14 naturais e 39 culturais) a partir de uma série de critérios, a maioria dos sítios listados refere-se às localidades em guerra, áreas naturais ou sujeitas a riscos naturais, sendo o turismo predatório sempre negociado (UNESCO, 2026).

4 A NEOLIBERALIZAÇÃO DA INDÚSTRIA DO TURISMO: UMA ALIANÇA PROMISSORA

Considerando que uma das premissas do neoliberalismo é a diminuição da regulação do Estado, para que o mercado possa crescer em toda a sua potência, lembramos que



esta relação entre turismo, mercado e Estado tem favorecido tal premissa.

Trazendo essas questões gerais para problemas locais e concretos, torna-se incontornável a associação entre a atividade turística e os diversos impactos socioambientais dela decorrentes. Entre eles, destaca-se a intensificação do consumo de plásticos de uso único pelos diferentes agentes envolvidos no setor, como estabelecimentos comerciais, meios de hospedagem, serviços de alimentação e os próprios turistas. Esse exemplo é particularmente relevante porque evidencia uma contradição central: embora o turismo possua potencial para atuar como aliado na redução gradual do consumo de materiais descartáveis, fomentando práticas de reutilização, reciclagem e logística reversa compatíveis com os princípios da economia circular, observa-se, em muitos destinos, o movimento inverso. O aumento dos fluxos turísticos tende a impulsionar o consumo de embalagens descartáveis e a geração de resíduos sólidos, produzindo um ciclo de retroalimentação entre o turismo e a poluição plástica.

Essa problemática torna-se ainda mais evidente em áreas costeiras, onde grande parte dos resíduos gerados em ambientes urbanos e turísticos alcança praias, rios e ecossistemas marinhos, comprometendo a biodiversidade, a pesca artesanal e a qualidade paisagística dos destinos. No Brasil, embora iniciativas legislativas venham sendo discutidas no âmbito federal, os avanços normativos permanecem lentos diante da urgência do problema. O Projeto de Lei n.º 2.524/2022, conhecido como “PL do Oceano sem Plástico”, que propõe a criação de uma Política Nacional de Economia Circular do Plástico (Brasil, 2022), foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em 2023 e encaminhado à Comissão de Meio Ambiente (CMA), onde ainda aguarda deliberação definitiva.



Tal situação evidencia o descompasso entre a velocidade de produção e dispersão dos resíduos plásticos e a capacidade do Estado de implementar instrumentos regulatórios eficazes para enfrentar seus impactos socioambientais. A pesquisa desenvolvida pelo Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo (USP) e pela ONG Sea Shepherd Brasil, em 8.125 km do litoral brasileiro, revelou que 91% do lixo encontrado em 306 praias é composto por plásticos, sendo 61% com plásticos de uso único, como copos, garrafas, tampas e sacolas (Figura 8), lembrando que microplásticos também já foram encontrados na fauna e flora do mar profundo (Mídia Ninja, 2024).

Como afirmam Costa *et al.* (2022), “O turismo tem duplo papel em relação à poluição plástica: é tanto gerador quanto afetado”. Em matéria publicada pela *Heinrich Böll Stiftung*, destaca-se que:

A crise do plástico está associada a um desenvolvimento dependente da exploração de combustível fóssil e de padrões de consumo insustentáveis. [...] Precisamos adotar soluções para a “plasticodemia”, atualmente fora de controle. [...] A solução para crise do plástico no turismo e em todos os outros setores envolvidos depende de boas práticas de governança, com gestão integrada e participativa (Henrich Böll Stiftung, 2021).

Esse não é um problema restrito ao contexto brasileiro. De acordo com a Vie Publique (2025), o Mar Mediterrâneo e suas praias figuram entre os ambientes marinhos mais afetados pela poluição plástica em escala global. Tal situação revela a dimensão internacional do problema e sua estreita relação com a intensificação dos fluxos turísticos. Considerada uma das principais regiões turísticas do mundo, a bacia mediterrânea recebe mais de 200 mi-



lhões de visitantes por ano, atraídos não apenas pelo turismo de massa, mas também por modalidades associadas ao consumo de luxo, como cruzeiros, marinas, iates privados, hotéis exclusivos e complexos turísticos de alto padrão.

Figura 8 – Presença forte de lixo em praia da baía de Guanabara (à esquerda) e na praia de Ipanema (à direita), ambas no Rio de Janeiro



Fonte: Mena (2025), à esquerda, e Bustamante (2025), à direita.

Esse não é um problema restrito ao contexto brasileiro. De acordo com a Vie Publique (2025), o Mar Mediterrâneo e suas praias figuram entre os ambientes marinhos mais afetados pela poluição plástica em escala global. Tal situação revela a dimensão internacional do problema e sua estreita relação com a intensificação dos fluxos turísticos. Considerada uma das principais regiões turísticas do mundo, a bacia mediterrânea recebe mais de 200 milhões de visitantes por ano, atraídos não apenas



A situação do Mediterrâneo evidencia que os impactos ambientais do turismo não estão relacionados apenas ao volume de visitantes, mas também aos padrões socialmente desiguais de consumo turístico. Nesse contexto, práticas associadas ao turismo de luxo concentram elevados níveis de consumo de recursos e geração de resíduos, ampliando a pressão sobre ecossistemas costeiros já fragilizados.

Veblen (1983) também identificou o chamado “efeito emulatório”, segundo o qual os estilos de vida das classes dominantes tornam-se modelos de referência para os demais grupos sociais. Ao estabelecer padrões socialmente valorizados de beleza, sucesso e prestígio, as elites levam as classes médias e populares a aspirarem os mesmos bens simbólicos distintivos de classe social, por meio das mesmas formas de consumo, o que o autor chamou de “emulação pecuniária”. É nesse sentido que as paisagens e as experiências do turismo de luxo convertem-se em objetos de desejo para grupos sociais menos abastados economicamente.



Essa pegada de carbono pode ser dividida em três categorias principais: emissões diretas (1,8 Gt, das quais 52% provêm da aviação e 18% do transporte rodoviário), emissões indiretas (2,5 Gt, principalmente relacionadas a serviços e produção de petróleo) e aquelas geradas por veículos particulares (0,9 Gt). As emissões do turismo dos Estados Unidos, China e Índia, por si só, representaram 40% do total global (L'Agenda 2030, 2025, tradução nossa).¹

Muitos outros exemplos evidenciam as contradições inerentes à atividade turística e aos padrões de consumo que ela estimula, entre eles, destacam-se a especulação imobiliária e a consequente valorização seletiva da terra, os processos de gentrificação e deslocamento de populações locais, a pressão sobre recursos naturais e infraestruturas urbanas, bem como as transformações socioculturais, ambientais e econômicas vivenciadas pelas comunidades locais. Tais processos revelam

1 No original: «Cette empreinte se répartit en trois grandes catégories: les émissions directes (1,8 Gt, dont 52 % provenant de l'aviation et 18 % du transport routier), les émissions indirectes (2,5 Gt, principalement liées aux services et à la production pétrolière) et celles générées par les véhicules privés (0,9 Gt). À elles seules, les émissions touristiques des États-Unis, de la Chine et de l'Inde représentaient 40 % du total mondial».



que os benefícios econômicos do turismo coexistem com os custos socioambientais distribuídos de forma desigual. Há uma estreita relação entre a os múltiplos segmentos da indústria do turismo e a reprodução de paradigmas econômicos fundamentados no crescimento contínuo, na competição, na mercantilização dos territórios, na intensificação do consumo e na acumulação de capital.

De mãos dadas com o neoliberalismo, o turismo compactuou com os processos de gentrificação urbana, cultural, verde – processos contemporâneos de reprodução do capital, de deslocamento ou exclusão de populações locais pobres, tradicionais e não “solventes”. O espaço produzido pelo neoliberalismo deve ser rico, infraestruturado, esteticamente atrativo, culturalmente interessante, raro e acessível apenas às elites econômicas.

Esta neoliberalização, potencializada pelo turismo, incorpora valores de consumo que retroalimentam o capitalismo, inclui políticas públicas de apoio às iniciativas privadas nos processos de desregulação do território para a incorporação de determinadas áreas; estratégias essas amplamente utilizadas na realização de megaeventos, nas áreas turistificadas, em projetos de renovação urbana, de incorporação de áreas naturais, entre outras.

Esse novo turismo chegou com uma narrativa que aparentava ser melhor do que o turismo de massa, fordista, padronizado, convencional, que destruíra os lugares em uma escala crescente, e substituiu sua velha versão com certo glamour, ao menos inicialmente.

Com a promessa de atender a uma segmentação personalizada e distintiva, esse novo turismo é tão criativo quanto voraz: turismo em favelas, de aventura, étnico, gastronômico, em *lodges* nas florestas, turismo de festas, de drogas, de experiên-



cias imersivas, de spas espiritualistas, de guerras. Não há limites para o desejo e para o valor dos desejos, por isso essa economia, agora deliberadamente simbólica, encontrou um campo fértil para se reproduzir no negócio do turismo.

Turismo alternativo? Ou uma via alternativa bem pavimentada do neoliberalismo? A crescente globalização e os seus efeitos, como a submissão dos Estados às empresas privadas; a crescente concentração de renda e de empresas; a governança empresarial; receitas propagadas pelo Modelo Barcelona para as cidades, multiplicando os megaeventos e festivais; os modelos de parques e enclaves para a natureza domesticada e exclusiva, todo esse processo deu materialidade à ideologia espacial das elites.

A neoliberalização da natureza já nasce de mãos dadas com o turismo de natureza. Desde o início, com o ecoturismo, uma indústria crescente de equipamentos para cicloturismo, turismo de montanhas, rural, de *rafting*, de trilhas, de cavernas, de mergulhos, em comunidades tradicionais, entre muitos outros, fez da indústria dos objetos técnicos a mediação do corpo com a natureza. E sempre com a narrativa do desenvolvimento sustentável e das gerações futuras.

Tomando como referência vários autores, Fletcher (2019, p. 42) afirma:

En particular, se considera que el desarrollo del ecoturismo expresa mecanismos neoliberales como la privatización, la mercantilización y la desregulación, utilizando el turismo de naturaleza como una fuerza para el desarrollo económico dirigido localmente basado en el espíritu empresarial individual, mediante la fijación de valor monetario a los recursos naturales y creando así un mercado e incentivo para su manejo sostenible [...].



No final do século XX, no Brasil, as elites descobriram o valor de estarem próximas à natureza e legitimaram um discurso ambiental que argumenta sobre a conservação e induz políticas ambientais que as beneficiam. Passaram a impulsionar a criação de áreas protegidas no entorno de suas propriedades, ampliando ainda mais o valor destas, e criaram o direito exclusivo à natureza preservada. Seja nas cidades, para moradia, ou em paraísos turísticos ao longo da costa, esse processo coloca em xeque tanto a preservação quanto a justiça social. O papel do Estado, com a entrada do neoliberalismo, foi fundamental para passar estas áreas para as mãos dos grupos mais capitalizados.

Embora a concessão de parques naturais seja um processo em expansão nos últimos anos, o exemplo do Parque Nacional do Iguaçu (PR/SC), no Brasil, pioneiro na concessão dos serviços turísticos às empresas privadas, nos anos 1990, ilustra bem essa tendência.

Segundo o Ministério do Turismo, as “Cataratas do Iguaçu atraem mais de 1,1 milhão de visitantes em 2025”, incluindo 219 mil pessoas de 112 nacionalidades diferentes (Albernaz, 2025) (Figura 9).

A conservação neoliberal, que inclui as concessões ou as parcerias público-privadas na governança de áreas naturais protegidas, além de outras formas de privatização e mercantilização, foi amparada pelos discursos sobre o enfraquecimento do Estado. Segundo Nyahunzvi (2017, p. 113), “Argumenta-se que a escassez crítica de financiamento estatal para a conservação levou, entre outras coisas, à existência de “parques de papel e favelas de animais”, à má prestação de serviços e à degradação ambiental em vários países”². Para o autor, essas áreas foram transformadas “em novas fronteiras da expansão capitalista” (Nyahunzvi, 2017, p. 124).

2 No original: "It has been argued that the critical shortage of state funding for conservation has led to inter alia, the existence of 'paper parks and animal slums,' poor service provision and environmental degradation in several countries".



A wide, powerful waterfall cascading over a rocky ledge, with a vibrant rainbow arching over the misty spray. The water is white and frothy as it falls, creating a large plume of mist at the base. The surrounding landscape is lush and green, with dense vegetation on the banks. The sky is clear and blue.



Fonte: Brasil (2025), à esquerda, e G1 (2025), à direita.



Essa narrativa também sustenta o apoio às concessões de parques à iniciativa privada no Brasil. Inicialmente, coloca-se a possibilidade de melhorias dos serviços, da infraestrutura, da segurança e do aumento da visitação. Aos poucos, o aumento no valor dos ingressos, a inclusão de equipamentos, hotéis e serviços mais requintados acabam por excluir o uso público – premissa fundamental dos Parques – e dificultar o ingresso das classes populares.

De volta à patrimonialização da natureza e sua valorização turística, encontramos a união entre o campo de proteção à natureza e a sua mercantilização. Segundo Trevisan (2018), “as recomendações da Unesco influenciaram a organização territorial do Parque e o modelo de visitação adotado atualmente, responsável pela transformação do Parque em um megaempreendimento turístico”. A visitação ao Parque deve ser rentável, então, segundo a autora, o modelo de visitação comercial implantado reorganiza o território e induz uma visitação padronizada à natureza, tornando a experiência “artificial, massificada e controlada”. Para Trevisan (2018, p. 223): “O empobrecimento da experiência de visitação e a sua redução ao consumo visual da paisagem é, assim como a necessidade de transformar o Parque em um empreendimento rentável, uma característica particular do modelo de visitação comercial”. Ou seja, essa “volta à natureza” é seletiva, controlada e paga.

Importante lembrar também, como argumenta Harvey (2004), que a acumulação por espoliação, despossessão ou desapropriação, característica do “novo imperialismo”, tira os direitos sociais de uso comum ou público, expropria populações tradicionais e privativa tais áreas, intensificando a “mercantilização generalizada da natureza em todas as suas formas”, e fundando a neoliberalização para todas as áreas



da vida. Para Harvey (2004), é muito difícil lutar contra essa estratégia capitalista articulada, pois:

[...] as batalhas em torno da espoliação são travadas numa variedade de escalas. Muitas são locais, outras regionais e outras ainda globais, de modo que o domínio do aparelho de Estado - o objetivo primordial dos movimentos socialistas e comunistas tradicionais - parece cada vez menos relevante [...]. Destruição do habitat aqui, privatização de serviços públicos ali, expulsões da terra acolá, biopirataria em outro domínio — cada qual cria sua dinâmica própria (Harvey, 2004, p. 142).

A chamada *greening of capitalism* (ecologização do capitalismo), articulada à fetichização da natureza, atua como um mecanismo ideológico que encobre a destruição da biodiversidade e a produção de injustiças socioambientais. Sob o discurso da sustentabilidade, impactos decorrentes da implantação de empreendimentos turísticos são frequentemente neutralizados simbolicamente por meio de medidas compensatórias e mitigadoras que pouco alteram as dinâmicas estruturais de degradação ambiental e de desigualdade social. Dessa forma, hotéis, lodges, resorts e outros empreendimentos apresentam-se como ambientalmente responsáveis, ao mesmo tempo em que podem gerar impactos ambientais e intensificar conflitos socioterritoriais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo de alto padrão, de elite, de luxo, possui poder político tanto no discurso –associado à conservação ambien-



tal frente ao turismo de massa – quanto na flexibilização facilitada pelo Estado para a apropriação de áreas naturais ou desregulamentação de zoneamentos urbanos, como o ocorrido no caso do Rio de Janeiro, Brasil, para receber os empreendimentos dos Jogos Olímpicos de 2016, analisado por Vainer (2011) como “cidade de exceção”. Em países pobres, esse tipo de turismo tem acesso facilitado e gera impactos ambientais, sociais e econômicos na localidade (Ávila-García; Sánchez, 2012, p. 6).

As novas necessidades criadas e os novos lugares ou culturas, antes desvalorizados, agora servem à expansão do capitalismo. Para Fletcher (2019, p. 44), “El desarrollo turístico puede entenderse no solo como una expresión del capitalismo neoliberal, sino también como una de las formas principales mediante las que el sistema capitalista, en general, busca sostenerse en la era neoliberal”.

Enquanto Büscher (2010 *apud* Fletcher, 2019, p. 46) define o ecoturismo de “natureza derivada” considerando a valorização social impressa a áreas e recursos naturais em risco de desaparecimento, parece ser pertinente falarmos na reprodução de “paisagens derivadas”, em sentido semelhante ao termo utilizado por Sorre (1961, p. 274), ao definir a replicação de paisagens europeias nas regiões colonizadas do Globo, o “transplante de imigrantes europeus” e a violência utilizada na expulsão e escravização de negros e indígenas. Parece que não mudamos muito. Nesse sentido vemos a reprodução de paisagens de centros históricos gentrificados, de parques naturais planejados, de áreas rurais tecnificadas, entre outras, todas reproduzidas com o mesmo padrão de gosto duvidoso das elites que alimentam o capitalismo e se reproduzem por meio de uma *tecnoesfera* e uma *psicoesfera*



(Santos, 1996) valorizadas e amparadas pelas parcerias público-privadas.

As cidades patrimônio turísticas varrem da cena o comércio local, os armazéns, as livrarias tradicionais, açougues, mercados tradicionais, praças e lugares públicos de convívio da população local e montam o cenário para os turistas, com aumento do custo de vida para os moradores: cafés requintados, restaurantes, lojas de souvenirs, hotéis de bandeiras internacionais, atrativos que se replicam por estas paisagens (rodas-gigantes, enormes aquários, lojas de grifes), encobrindo a excepcionalidade daquela paisagem histórica pela territorialidade turística que é igual em toda parte.

Para recuperar a qualidade de vida dos moradores e controlar a saturação de muitos sítios turísticos, alguns governos locais, como das cidades de Barcelona, Amsterdam, Lisboa, Paris, entre outros, criaram medidas restritivas para o aumento do turismo e a consequente pressão imobiliária sobre os imóveis, sobre a poluição e o lixo produzido: proibição de aluguel de imóveis para turistas, não emissão de novas licenças para aluguéis nas plataformas on-line como o *Airbnb*, além da proibição de navios de cruzeiros.

Mas se o turismo nessas localidades não favorece às populações locais, a quem ele beneficia? Para Paul Peeters, pesquisador de turismo sustentável na Universidade de Breda, na Holanda, nos países mediterrâneos, "O setor aéreo, grandes redes de hotéis, empresas internacionais e a indústria de cruzeiros são os que mais faturam" (Vie Publique, 2025). E a matéria segue:



Em 2019, o turismo foi responsável por 8,8% das emissões globais de gases com efeito de estufa, com um crescimento anual de 3,5% entre 2009 e 2019, mais do dobro da economia global (+1,5%). Durante esta década, as receitas geradas pelo sector do turismo duplicaram de 3,5 biliões de dólares para 6 biliões de dólares, enquanto a sua pegada de carbono total atingiu 5,2 gigatoneladas (Gt) de CO₂ equivalente (Vie Publique, 2025, tradução nossa).³

Conforme apresentado neste artigo, referendado por várias notícias e por análises de vários autores, o turismo, além de fazer parte do capitalismo desde a sua origem, acompanhou todos os seus paradigmas econômicos e, no período contemporâneo, auxilia o capitalismo em sua capacidade de renovação.

Que cegueira é essa que nos faz ignorar as consequências de suas ações? Não é o turismo em si o grande mal, pois nas últimas décadas muitas pesquisas apontaram para os efeitos positivos de um bom turismo, mas não seguimos por esse caminho, continuamos a ver os excessos do turismo massivo e do turismo elitizado com a sua absurda pegada ecológica – consumo de combustíveis fósseis, de energia, de plásticos, desmatamentos, espoliação de territórios, dissolução de lugares e roubo de paisagens; processo esse sempre concentrado nas mãos de poucos.

3 No original: «En 2019, le tourisme est à l'origine de 8,8% des émissions mondiales de gaz à effet de serre (GES), avec une croissance annuelle de 3,5% entre 2009 et 2019, d'après le site de l'Agenda 2030. L'empreinte carbone du tourisme se compose des émissions directes (dont 52% proviennent de l'aviation et 18% du transport routier), des émissions indirectes (surtout liées aux services et à la production pétrolière) et de celles qui génèrent les véhicules privés. Les émissions touristiques des États-Unis, de la Chine et de l'Inde représentent 40% du total mondial».



E se considerarmos que o capitalismo se encontra em seu momento mais perverso da história social, talvez o alarmismo de tantos conceitos – como, por exemplo, sociedade de risco, ecocídio, unescocídio e capitaloceno – nos indique que não é mais possível naturalizar este processo, é preciso revoltar-se, denunciar, posicionar-se.

Nesse sentido, qual seria o papel do turismo na conscientização desse processo? Sabemos que o turismo não é a causa estrutural dos problemas apresentados, mas ao potencializar a exclusão social, o elitismo, o hiperconsumismo, a perda de ecossistemas, entre tantos outros, ele se torna o espelho do capitalismo, refletindo-o com glamour e trevas.

Então, para ser consciente, sustentável, inclusivo, como escrevem os documentos oficiais, tal como o “Plano Setorial de Adaptação do Turismo” (2024-2027)⁴, e vários objetivos dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), segundo o próprio Ministério do Turismo no Brasil (Brasil, 2018), o setor turístico não pode conformar-se em apenas construir narrativas atrativas, demagogicamente “sustentáveis”. Isso porque, deve, de fato, assumir uma nova postura polí-

4 Que faz parte do Plano Clima Adaptação, documento do Governo Federal que estabelece diretrizes, estratégias e metas para a adaptação climática do setor, MMA, MCTI, MTur. Brasília/DF. 2025.



tica e condenar as práticas do turismo de consumo cultural que comprometem a biodiversidade e a justiça social. Afinal, é impossível não enfrentar tais contradições se quisermos compreender o papel da economia política do turismo diante da emergência climática.



REFERÊNCIAS

ALBERNAZ, L. Cataratas do Iguaçu atraem mais de 1,1 milhão de visitantes em 2025. **Ministério do Turismo**, Brasília, DF, 08 ago. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/cataratas-do-iguacu-atraem-mais-de-1-1-milhao-de-visitantes-em-2025#:~:text=Em%20julho%2C%20mais%20de%20219,os%20port%C3%B5es%20do%20Parque%20Nacional>. Acesso em: 02 maio 2026.

ÁVILA-GARCÍA, P.; SÁNCHEZ, E. L. The Environmentalism of the Rich and the Privatization of Nature High-End Tourism on the Mexican Coast. **Latin American Perspectives**, [s. l.], p. 51-67, Nov. 2012.

BORJA, J.; CASTELLS, M. **Local y global: la gestión de las ciudades em la era de la información**. Madrid: United Nations for Human Settlements (Habitat), 1996.

BRASIL. Turismo como instrumento para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **Ministério do Turismo**, Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/turismo-como-instrumento-para-alcancar-os-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel> Acesso em: 06 maio 2026.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 2524, de 2022**. Estabelece regras relativas à economia circular do plástico [...]. Brasília, DF: Senado Federal, [2022]. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/154790>. Acesso em: 10 maio 2026.

BUSTAMANTE, A. Ilegal, e daí? Praia de Ipanema, no Rio, é tomada por lixo após primeiro final de semana de 2025. **O Globo**, Rio de Janeiro, 06 jan. 2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2025/01/06/ilegal-e-dai-praia-de-ipanema-no-rio-e-tomada-por-lixo-apos-primeiro-final-de-semana-de-2025.ghtml>. Acesso em: 02 maio 2026.



BUTLER, R. The concept of a tourism area of life cycle of evolution: implications for management of resource. **Canadian Geographer**, [s. l.], vol. 24, p. 5-12, 1980.

CANARIAN WEEKLY. When Tourism transforms world heritages sites. **Canarian Weekly**, [s. l.], 09 out. 2025. Disponível em: <https://www.canarianweekly.com/posts/When-Tourism-Transforms-World-Heritage-Sites>. Acesso em: 01 abr. 2026.

CBC. The Louvre, plagued by overtourism, shuts its doors to visitors as workers strike. **CBC**, [s. l.], 16 June 2025. News. Disponível em: <https://www.cbc.ca/news/world/louvre-closed-overtourism-1.7562138> Acesso em: 02 maio 2026.

CHAPARRO, A. « A éviter », le Machu Picchu ? Le Pérou s'inquiète de l'impact du tourisme de masse. **Le Monde**, Paris, 9 jul. 2025. Disponível em: https://www.lemonde.fr/international/article/2025/07/09/a-eviter-le-machu-picchu-le-perou-s-inquiete-de-l-impact-du-surtourisme-sur-sa-reputation_6620081_3210.html. Acesso em: 1 jun. 2026.

CORDERO, A. H.; ENEVA, S. A. Mercado, museos o malls? La gentrificación de los mercados municipales en Barcelona Y Madrid. **Entre-Diversidades**, [s. l.], p. 143-174, 2016

COSTA, H.; GIL, J.; NASCIMENTO, E.; TURRA, A.; BOUÇAS, D.; MARQUES, N.; SOUTOS, J. Plásticos de uso único no turismo costeiro: um debate urgente. In: BRASILEIRO, I.; BOUÇAS, D.; COSTA, H.; ALVARES, D. **Turismo, sustentabilidade e COVID-19: entre incertezas e esperanças**. Brasília, DF: UNB, 2022. p. 237-260.

D'ERAMO, M. Unescocidio. Patrimonio de la humanidad. **New Left Review**, [s. l.], vol. 88, p. 52-59, 2014.



FLETCHER, R. Neoliberalismo y Turismo (Wageningen University & Research). *In*: CAÑADA, E; MURRAY, I. (ed.). **Turistificación Global: perspectivas críticas en turismo**. Barcelona: Icaria, 2019. p. 37-52.

FRANCE. Tourisme: une stratégie nationale pour gérer les flux touristiques. **Ministère de l'Économie, des Finances et de la Souveraineté industrielle et numérique de la France**, Paris, 19 jun. 2023. Disponible em: <https://www.economie.gouv.fr/actualites/tourisme-une-strategie-nationale-pour-gerer-les-flux-touristiques> Acesso em: 02 abr. 2026.

G1. Parque Nacional do Iguaçu recebe mais de 135 mil visitantes em fevereiro. **G1**, Curitiba, 06 mar. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/especial-publicitario/urbia-cataratas/noticia/2025/03/06/parque-nacional-do-iguacu-recebe-mais-de-135-mil-visitantes-em-fevereiro.ghtml> Acesso em: 02 maio 2026.

HARAWAY, D. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. **ClimaCom**, [s. l.], ano 3, n. 5, abr. 2016. Disponível em: <https://climacom.mudancasclimaticas.net.br/antropoceno-capitaloceno-plantationoceno-chthuluceno-fazendo-parentes/>. Acesso em: 10 abr. 2026.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

HENRICH BÖLL STFITUNG. A maré alta de plástico e a ressaca no turismo. **Henrich Böll Stftung Brasil**, Rio de Janeiro, 19 jan. 2021. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2021/01/19/mare-alta-de-plastico-e-ressaca-no-turismo>. Acesso em: 10 ago. 2025.



KERN, S. **A cultura do tempo e espaço**: 1880-1918. São Paulo: Quina Editora, 2023 [1983].

L'AGENDA. Le tourisme figure parmi les principaux vecteurs du réchauffement climatique. **L'Agenda 2030 en France**, Paris, 16 jan. 2025. Disponível em: <https://www.agenda-2030.fr/a-la-une/actualites-a-la-une/article/le-tourisme-figure-parmi-les-principaux-vecteurs-du-rechauffement-climatique>. Acesso em: 08 maio 2026.

LAFARGUE, P. **O direito à preguiça**. São Paulo: Hucitec: Editora Unesp, 1999 [1977].

LAZZAROTTI, O. **Patrimoine et tourisme**: histoires, lieux, acteurs, enjeux. Paris: Éditions Belin Tourisme, 2011.

LAZZAROTTI, O. **Des lieux pour mémoires**: monument, patrimoine et mémoire-Monde. Paris: Armand Colin, 2012.

MENA, F. 91% do lixo coletado por estudo em praias do Brasil é plástico - Do Oiapoque (AP) ao Chuí (RS), pesquisa encontrou resíduos em todas as praias estudadas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 set. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2024/09/91-do-lixo-coletado-por-estudo-em-praias-do-brasil-e-plastico.shtml>. Acesso em: 10 ago. 2025.

MÍDIA NINJA. Praias brasileiras afundam em plástico: 91% do lixo encontrado em pesquisa. **Mídia Ninja**, São Paulo, 19 set. 2024. Disponível em: <https://midianinja.org/praias-brasileiras-afundam-em-plastico-91-do-lixo-encotrado-em-pesquisa/>. Acesso em: 10 ago. 2025.

NYAHUNZVI, D. K. The Changing Nature of National Parks under Neoliberalization. In: MOSEDALE, J. (ed.) **Neoliberalism and the political economy of tourism**: geographies of Leisure and Tourism Research Group of the Royal Geographical Society. London: Routledge, 2017. Chap. 7.



RIGOUTSOU, M. **DW**. Privatização de praias gregas deflagra “revolta da toalha”. Berlin, 07 ago. 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/revolta-da-toalha-enfrenta-privatiza%C3%A7%C3%A3o-de-praias-gregas/a-66488402>. Acesso em: 10 ago. 2025.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SOIS, J. Contre le surtourisme, Paris veut mieux répartir les visiteurs dans ses arrondissements. **Le Figaro**, Paris, 24 nov. 2024. Économie. Disponível em: <https://www.lefigaro.fr/conjoncture/contre-le-surtourisme-paris-veut-mieux-repartir-les-visiteurs-dans-ses-arrondissements-20241124>. Acesso em: 10 maio 2026.

SORRE, M. **L’homme sur la terre**: traité de géographie humaine. Paris: Librairie Armand Colin, 1961.

STÜVE, L. Europeus se rebelam contra o turismo de massa. **Deutsche Welle**, Berlin, 15 jul. 2024. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/europeus-se-rebelam-contr-o-turismo-de-massa/a-69628276>. Acesso em: 1 jun. 2026.

TREVISAN, F. L. **O Patrimônio Mundial Natural e a produção de destinos turísticos no Brasil**: Parque Nacional do Iguaçu (PR). 2018. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

UNESCO. World Heritage List. **UNESCO World Heritage Convention**, Paris, 2026. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/list/>. Acesso em: 10 maio 2026.

UNESCO. Historic Sanctuary of Machu Picchu. **UNESCO World Heritage Convention**, Paris, [s. d.]. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/list/274/>. Acesso em: 1 jun. 2026.



UNESCO. The Great Wall. **UNESCO World Heritage Convention**, Paris, [s. d.]. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/list/438/>. Acesso em: 05 maio 2026.

URRY, J. **O olhar do turista**: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 1996.

VAINER, C. B. Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PLANEJAMENTO URBANO (ANPUR), 14., 2011, São Carlos, SP. **Anais** [...]. São Carlos, SP: UFSCar, 2011. p. 1-15.

VEBLEN, T. **A teoria da classe ociosa**: um estudo econômico das instituições. Tradução de Olívia Krähenbühl. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

VIE PUBLIQUE. Au coeur du débat public. Le surtourisme: quel impact sur les villes et sur l'environnement? **Vie Publique**, Paris, 31 juil. 2025. Disponível em: <https://www.vie-publique.fr/eclairage/24088-le-surtourisme-quel-impact-sur-les-villes-et-sur-lenvironnement>. Acesso em: 10 ago. 2025.

XINHUA PORTUGUÊS. Seção de Badaling da Grande Muralha recebe mais de 20.000 visitantes recentemente. **XINHUA Português**, [s. l.], 11 jun. 2018. Disponível em: https://portuguese.xinhuanet.com/2018-06/11/c_137245318_4.htm. Acesso em: 10 jun. 2026.

WELTÉ, J-B. Les rapports à l'espace de la culture de consommation touristique globalisée. **Espaces et Sociétés**, Paris, n. 192, p.123-139, 2024. Disponível em: <https://shs.cairn.info/revue-espaces-et-societes-2024-2-page-123?lang=fr>. Acesso em: 10 mar. 2026.



2

O mundo da sustentabilidade mercantil e a produção dos lugares turísticos em territórios sociobiodiversos

Edvaldo Cesar Moretti

Universidade Federal da Grande Dourados

E-mail: edvaldomoretti@ufgd.edu.br

Joyce Avila de Oliveira

Instituto Federal do Mato Grosso do Sul/Jardim

E-mail: Joyce.oliveira@ifms.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A proposta deste artigo¹ é discutir a inserção do turismo em territórios produzidos por racionalidades não hegemônicas, isto é, comunidades cujas práticas sociais e culturais estão relacionadas ao conhecimento e ao uso da natureza, posteriormente transformadas em atrativos turísticos e comercializadas como experiências sociobiossustentáveis. Parte-se da ideia de valorização de lugares que apresentam ambientes naturais conservados e que conseguem produzir atrativos de interesse para parcelas específicas da sociedade.

Três aspectos são fundantes desse fenômeno: a dominância da vida urbana, extremamente artificializada, associada ao ocultamento dos elementos da natureza; a busca pelo extraordinário em um mundo cada vez mais centrado no indivíduo e no espetáculo; e a possibilidade técnica de acesso rápido e de permanência segura em lugares valorizados pela presença da natureza. Com base nessas premissas, o turismo em áreas naturais pode ser configurado como uma alternativa ao turismo de massa realizado em cidades-ícone mundiais, que enfrentam o desgaste provocado pelo excesso de visitantes e a destruição do sentimento de pertencimento da população local em relação aos seus lugares e modos de vida.

A natureza, a paisagem e a cultura também são mercantiliza-

1 Este artigo tem como origem reflexões desenvolvidas durante a realização da tese de doutorado O uso turístico do patrimônio natural e a concessão dos serviços para visitação no Parque Nacional da Serra da Bodoquena, defendida em 2024, por Joyce Avila de Oliveira, no programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). As discussões foram aprimoradas pelos debates realizados no II Seminário Internacional Economia Política do Turismo (ECOPOLTUR), realizado em agosto de 2025, em Belém do Pará. Parte do texto deriva da tese de doutoramento e da apresentação do autor Edvaldo Cesar Moretti, preparada para mesa no ECOPOLTUR.



Conforme ensina Bertoncello, “a prática do turismo faz parte do processo social”². Portanto, o turismo participa da produção do mundo moderno como um processo alinhado às normativas e às estruturas que engendraram a forma hegemônica de reprodução do capital.

Ao refletir sobre o turismo e sua participação no mercado mundial de produção de mercadorias, torna-se central considerar as escalas de análise. A escala global se faz presente quando analisamos as dinâmicas dos lugares, uma vez que questões globais, como direitos dos povos, problemas socioambientais, geração e apropriação da riqueza, geopolítica e fronteiras, entre outros temas, permeiam a produção dos lugares turísticos e sua participação no universo da sustentabilidade mercantil.

Consideram-se as experiências de pesquisa realizadas no interior do Brasil como ponto de partida para a análise da relação entre o universo da sustentabilidade mercantil e a produção de lugares turísticos.

2 Informação verbal fornecida durante palestra em mesa redonda realizada no II ECO-POLTUR, em Belém do Pará, no dia 19 de agosto de 2025.



2 USO DO TERRITÓRIO PELO TURISMO E O MUNDO DA SUSTENTABILIDADE MERCANTIL

A sociedade em movimento impõe o debate sobre temas centrais que transformam a vida cotidiana no tempo presente. Pensar sobre a apropriação da natureza, a privatização dos bens comuns, a virtualidade das relações sociais, a aceleração e a banalização dos acontecimentos, o domínio da razão técnica sobre a razão humana, entre outros processos, transforma o fenômeno do turismo em um dos elementos centrais da vida humana e, conseqüentemente, da produção de geografias.

O turismo, enquanto prática econômica, social e cultural do mundo moderno, é um fenômeno significativo do tempo presente, resultante das técnicas, da cultura e da supervalorização e espetacularização das experiências individuais. Configura-se, assim, como uma atividade econômica global, com grande capacidade de acumulação e reprodução de capital, valorizando e transformando lugares e paisagens. Nesse sentido, “os mais longínquos lugares têm sido visitados, desenvolvendo-se gradualmente uma cultura do turismo, que o coloca como uma das mais importantes faces da globalização” (Marujo; Cravidão, 2012).

A intensificação dos fluxos turísticos, promovida pela construção da cultura da viagem e pela espetacularização das visitas a lugares definidos como ícones culturais e/ou naturais, provoca transformações no uso da terra, na especulação imobiliária, na estrutura urbana e no cotidiano das populações residentes. A perda do sentimento de pertencimento ao lugar, aliada às dificuldades econômicas decorrentes da elevação dos custos de moradia, lazer e alimentação, tem provocado, em diversos lugares do mundo, movimentos de comunidades locais que questionam a prática do



turismo e exigem ações concretas para conter o fluxo intenso de visitantes (Blanchar; Pellicer, 2017).

Neste artigo, destacamos a valorização de áreas consideradas naturais como destinos turísticos e sua relação com o processo de constituição do mundo da sustentabilidade financeira. Este impõe uma ordem globalizada voltada à comercialização de lugares com especificidades associadas à ideia subjetiva de sustentabilidade ambiental e à valorização de comunidades consideradas nativas, no sentido de que suas vivências estariam vinculadas a lógicas e práticas centradas nos elementos da natureza local e, portanto, consideradas sustentáveis.

A construção do mundo da sustentabilidade mercantil está associada à existência de uma “crise ambiental”, gestada pelo modelo de desenvolvimento capitalista industrial, cuja centralidade reside na exploração intensiva dos recursos naturais e na geração de desigualdades sociais. Esse modelo transforma elementos da natureza em valor de troca, inserindo-os em um sistema marcado pelo consumo e descarte acelerados de mercadorias, o que gera escassez de elementos fundamentais à existência humana. Associado a essa condição de escassez e às disputas por recursos naturais (água, minérios, entre outros), ocorre o processo de urbanização intensa, caracterizado pela concentração da população mundial em cidades. Essas áreas urbanas apresentam como traço marcante a artificialidade e o distanciamento dos cidadãos do chamado mundo natural (Henrique, 2009).

Esses dois aspectos da vida moderna – a crise ambiental e a urbanização – constituem o contexto para o surgimento da proposta do desenvolvimento sustentável, amplamente estudada e criticada por autores como Moretti (2006), Rodrigues (1993) e Burzryn (1993), mas consolidada como uma resposta do capital aos



anseios da sociedade pela superação da crise ambiental e do desconforto da vida urbana dissociada da natureza.

No contexto da consolidação do discurso da crise ambiental e de sua suposta superação por meio das normativas do desenvolvimento sustentável, vivencia-se a consolidação de um mundo da sustentabilidade mercantil e financeira, no qual as soluções são internalizadas nos processos de reprodução e ampliação do capital. O turismo figura como uma das atividades que participam desse processo, seja por atender aos anseios de parcela significativa da população mundial de ir ao encontro de lugares com presença de natureza, seja por alimentar o desejo de fuga do ambiente urbano, construído sob a lógica da natureza como refúgio, espaço de sossego e de retorno ao mundo natural.

Especificamente no território brasileiro, a expansão do interesse turístico relacionado a áreas que articulam natureza e comunidades é incentivada pelo Estado, por meio de políticas públicas implementadas sobretudo no final do século XX. Nesse período, as potencialidades turísticas associadas às paisagens naturais passam a orientar o planejamento e a intervenção estatal, em articulação com empresas privadas nacionais e internacionais, com destaque para ações no litoral nordestino, posteriormente estendidas a regiões do interior do país (Cruz, 1999).

Dessa maneira, Godoi e Amaral (2019) apontam a relação entre o crescimento do turismo e a expansão do turismo de natureza (Quadro 1), demonstrando como as políticas públicas contribuem para a normatização do setor, o fomento à atividade, a promoção de investimentos em infraestrutura, bem como para a realização de estudos e a oferta de cursos de qualificação e formação de profissionais.



Quadro 1 – Principais políticas públicas da década 1990 relacionadas à expansão do turismo e ao desenvolvimento do turismo de natureza

1991	Lei nº 8.181/1991	Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (EMBRATUR) passa a denominar-se Instituto Brasileiro de Turismo e adquire a finalidade de apoiar a formulação e coordenar a implementação da Política Nacional de Turismo.
1991	Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR)	Incentivo ao desenvolvimento do turismo regional.
1992	ECO-92	Convenção sobre o meio ambiente que chama atenção para o Ecoturismo como novo nicho turístico.
1992	Decreto nº 448/1992	Regulamenta a Lei nº 8.181/1991 e dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e seus objetivos.
1992	Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE)	Destinado à implantação de projetos de infraestrutura básica no Nordeste.
1992	Plano Nacional de Turismo (PLANTUR)	Promove a parceria entre setor público e privado, com o objetivo de implementar a Política Nacional de Turismo, a qual somente saiu do papel em 1996.
1993	1º Curso de Formação de Guias de Turismo de Atrativos Naturais	Capacitação e primeiras normas de práticas de visitação que surgem em Bonito.
1993	Lei nº 8.623/1993 regulamentada pelo Decreto n.º 946/1993	Regulamentação de Guias de Turismo.
1994	Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo	Denominação e conceituação do ecoturismo e viabilização no desenvolvimento do ecoturismo e turismo sustentável.
1996	Política Nacional de Turismo	Promove e incrementa o turismo como parte do desenvolvimento socioeconômico, além de utilizar o discurso da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável.
1999	Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR)	Programa estruturante projetado para proporcionar à Amazônia Legal condições atrativas para a canalização de investimentos para o segmento ecoturístico e viabilizar o ecoturismo como uma atividade sustentável para o desenvolvimento da Amazônia Legal.

Fonte: Oliveira (2024).



Esses marcos e políticas públicas evidenciam o alinhamento entre o Estado, por meio de políticas públicas voltadas ao turismo e à implantação de infraestrutura, e o setor privado, tanto nacional quanto internacional, que utiliza diversas estratégias de estímulo econômico, incluindo mecanismos associados à dívida externa. Soma-se a esse processo o fortalecimento e a consolidação de um discurso subjetivo de retorno à natureza e de geração de riqueza com base na sustentabilidade ambiental, estabelecendo um marco no turismo brasileiro com o incentivo ao ecoturismo como estratégia de promoção do país enquanto destino mundial de natureza.

Pode-se considerar a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como ECO-92, como um marco temporal no processo de incorporação do discurso da sustentabilidade ambiental no Brasil. A partir desse evento, foram adotadas diversas ações, como o fortalecimento do setor ecoturismo, a capacitação de guias de turismo e a realização de eventos temáticos. Além disso, houve a institucionalização do discurso no âmbito estatal, com o registro do tema “desenvolvimento sustentável” em documentos oficiais e a difusão do termo “turismo sustentável”. Esse novo nicho turístico incentivou práticas de visitação em áreas naturais e fortaleceu o *marketing* dessas atividades, contribuindo também para a popularização do turismo de aventura.

No que se refere à participação do turismo – e, especificamente, do turismo no Brasil – no processo de valorização das estratégias de superação da “crise ambiental”, a geógrafa Rita Cruz (2020) destaca a inclusão do tema proteção ambiental nas políticas públicas de turismo, destaca a Política Nacional de Ecoturismo, de 1994, e o Programa para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia, de 1999.



O ecoturismo configura-se como uma forma de produção e reprodução de lugares voltados à conservação, sendo apresentado como capaz de promover o crescimento econômico de regiões empobrecidas que, por não terem participado diretamente do processo histórico produtivo do país, passam a ser valorizadas pela presença de áreas naturais conservadas. Nesse sentido, fortalece-se a ideia de uma relação intrínseca entre desenvolvimento sustentável e turismo. Ulate (2006, p. 20, tradução nossa) identifica no turismo sustentável uma das variantes privilegiadas da sustentabilidade mercantil, ao defini-lo como “uma proposta para combinar equilibradamente um desenvolvimento capitalista do turismo com uma proteção ambiental e social aceitável”.

A construção dos destinos turísticos brasileiros tem no turismo de natureza/ecoturismo e no turismo de sol e praia segmentos consolidados e com potencial de demanda crescente, especialmente diante do fortalecimento do discurso da sustentabilidade e dos conflitos entre turistas e moradores locais em destinos urbanos mundialmente consolidados.

Nessa perspectiva, Pagnoccheschi e Bernardo (2006) apontam que o Brasil é promovido e percebido como um “paraíso ecológico”, com uma natureza privilegiada, imagem consolidada no imaginário global pela presença de biomas como a Amazônia e o Pantanal.

Considerando dados internacionais, como os produzidos pelo *World Economic Forum*, esse imaginário é reforçado, uma vez que a competitividade do Brasil no setor turístico está fortemente associada à quantidade e ao reconhecimento de seu patrimônio natural. Em 2021, foi incluída a dimensão “sustentabilidade em viagens e turismo” no *Travel & Tourism Develop-*



ment Index (TTDI), também do *World Economic Forum*. Em 2024, já considerando essa dimensão, o Brasil alcançou a 5ª posição no ranking geral (World Economic Forum, 2024). De acordo com Rodríguez-López, Diéguez-Castrillón e Gueimonde-Canto (2019), a sustentabilidade tornou-se um elemento essencial para a competitividade entre destinos turísticos.

No que se refere às dinâmicas socioterritoriais, é fundamental superar a perspectiva dominante que fragmenta o mundo em natureza e cultura. Torna-se necessário, sobretudo em áreas com elementos naturais conservados, compreender a unidade entre cultura e natureza na produção territorial. Os lugares existem tal como se apresentam em função das práticas culturais dos povos que os produziram. O turismo, enquanto atividade que se materializa no território (Venturini, 2008), exige abordagens que considerem essa relação. Propostas que desconsiderem a cultura e os modos de uso da natureza que possibilitaram a configuração atual desses espaços – e sua valorização turística – limitam avanços na valorização das populações locais e na superação de problemas socioambientais decorrentes do modelo de desenvolvimento dominante.

Nesse contexto, a transformação das formas de constituição dos territórios aparece como elemento central para a construção de alternativas. Modelos de análise fragmentados, sejam eles empíricos ou teóricos, mostram-se insuficientes. Torna-se necessário incorporar as vozes de grupos historicamente marginalizados, como povos indígenas, ribeirinhos, extrativistas e pescadores, cujas práticas e conhecimentos contribuíram, ao longo do tempo, para a constituição de áreas hoje reconhecidas como de interesse turístico em função de sua preservação ambiental.



O indígena Terena Paulo Baltazar, em sua tese de doutorado defendida em 2022 no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFGD, chama a atenção e afirma que terra e território possuem características físicas, naturais e espirituais.

O desafio consiste em compreender como o turismo pode contribuir para esse processo de escuta e para a construção de dinâmicas centradas nos interesses e modos de vida dos povos que produzem os territórios turísticos, considerando uma perspectiva integrada entre terra, território e espiritualidade.

A abordagem dominante do turismo em áreas socioambientalmente preservadas tende a enfatizar o planejamento e a organização da atividade com foco na geração de renda e na adoção de práticas consideradas sustentáveis, baseadas em métodos e técnicas legitimados por uma ciência ainda marcada pela fragmentação entre cultura e natureza. Embora tais iniciativas possam gerar avanços do ponto de vista econômico, são limitadas na promoção de transformações estruturais. Experiências que rompam com a lógica hegemônica e valorizem efetivamente os conhecimentos e formas de organização das populações locais ainda são pouco expressivas.

Venturini (2008) argumenta que, para que o turismo seja uma estratégia benéfica às populações locais, deve estar comprometido com a melhoria da qualidade de vida e com a conservação do ambiente, entendido como patrimônio social, sendo indissociáveis a proteção ambiental e o desenvolvimento turístico.

Em contraste, a lógica dominante do capital tende a tratar territórios socioambientais como conjuntos de recursos a serem explorados – como mineração, exploração madeireira, bio-



economia e turismo em modelos excludentes –, promovendo a fragmentação desses espaços conforme interesses econômicos específicos. Essa perspectiva reforça a produção de problemas socioambientais, incluindo a emergência climática.

Além disso, parte significativa dos estudos sobre turismo ainda adota abordagens neoclássicas e tecnocráticas, centradas no equilíbrio entre oferta e demanda, desconsiderando conflitos e relações de poder (Capanegra, 2008). Tal abordagem limita a compreensão dos territórios turísticos como totalidades complexas, produzidas pela interação entre cultura e natureza.

Diante desse cenário, o turismo em áreas de biodiversidade socioambiental apresenta um caráter ambivalente: pode contribuir para a valorização de saberes tradicionais, geração de renda e conservação ambiental, mas também pode reproduzir desigualdades quando orientado por interesses externos às realidades locais.

Regiões como o Pantanal e a Amazônia exemplificam essas contradições. Embora valorizadas globalmente por sua biodiversidade, enfrentam pressões de atividades como agropecuária e mineração, que comprometem os equilíbrios ambientais necessários à própria atividade turística. A degradação ambiental reduz a atratividade desses destinos e impacta diretamente sua sustentabilidade econômica.

Simultaneamente, ocorrem transformações nas relações de trabalho e nos modos de vida locais, muitas vezes associadas a restrições impostas por normativas ambientais que limitam práticas tradicionais. Isso contribui para o distanciamento entre sociedade e natureza, substituindo valores de uso por valores de troca.



Moretti (2006) sintetiza esse processo ao afirmar que a construção do lugar turístico pode implicar a desconstrução das condições que possibilitaram sua existência, ao transformar profundamente as relações sociais e a paisagem.

Apesar dessas contradições, o turismo também pode constituir uma possibilidade de construção de territórios socioambientalmente sustentáveis, especialmente quando baseado em iniciativas comunitárias. No Brasil, diversas experiências demonstram que comunidades organizadas conseguem estruturar práticas turísticas centradas no controle coletivo da atividade, na valorização cultural e na distribuição de renda.

Entretanto, tais iniciativas enfrentam desafios significativos, como a pressão de grandes empreendimentos, dificuldades de inserção no mercado e limitações organizacionais. O caso do Assentamento Santa Lúcia, em Bonito (MS), ilustra essas dificuldades. Apesar de avanços na produção local e organização comunitária, a consolidação do turismo não se efetivou plenamente, sobretudo devido à falta de infraestrutura, apoio institucional e ao domínio do setor por grandes empresas.

Esse exemplo evidencia que, embora existam potencialidades – como recursos naturais e organização social –, elas não garantem, por si só, a consolidação do turismo como estratégia de desenvolvimento local. O controle da cadeia produtiva por grandes agentes econômicos continua sendo um fator determinante na definição das dinâmicas do setor.



3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise apresentada procurou apresentar o processo de produção dos lugares turísticos em territórios sociobiodiversos a partir do que denominamos de mundo da sustentabilidade mercantil. O turismo, longe de se constituir apenas como atividade econômica ou prática de lazer, integra um conjunto mais amplo de dinâmicas sociais, políticas e territoriais associadas às formas contemporâneas de reprodução do capital.

A consolidação do discurso da sustentabilidade, especialmente a partir da década de 1990, não apenas reconfigura a forma de interpretação dos territórios naturais, mas também contribui para a sua inserção em circuitos globais de valorização econômica. Nesse processo, elementos da natureza, culturas locais e modos de vida tradicionais passam a ser ressignificados como atrativos turísticos, frequentemente dissociados de suas condições históricas de produção e das relações sociais que lhes dão sentido.

A análise das políticas públicas e das estratégias estatais voltadas ao turismo aponta o papel central das articulações entre Estado e mercado na constituição de uma lógica de mercantilização da natureza, na qual o ecoturismo e o turismo de natureza se consolidam como expressões dessa racionalidade. Tal dinâmica reforça a transformação dos territórios em produtos, inseridos em um sistema global de competitividade entre destinos.

Contraditoriamente, se, por um lado, o turismo pode contribuir para a geração de renda, valorização de saberes locais e fortalecimento de iniciativas comunitárias, por outro, também pode intensificar desigualdades, provocar conflitos socioam-



Nesse sentido, a discussão sobre os territórios sociobiológicos exige a superação de abordagens fragmentadas que separam natureza e cultura, bem como a incorporação efetiva dos conhecimentos e práticas dos povos que historicamente produzem e mantêm esses territórios. A valorização dessas racionalidades outras, não hegemônicas, coloca-se como elemento central para a construção de alternativas ao modelo dominante de desenvolvimento turístico.

O desafio contemporâneo não se restringe à gestão do turismo na perspectiva da sustentabilidade socioambiental, mas à problematização das próprias bases sobre as quais ele se estrutura no interior do capitalismo global. Isso implica reconhecer que lugares turísticos são espaços de disputa, nos quais diferentes racionalidades, interesses e projetos de sociedade se confrontam. A construção de práticas turísticas socioambientalmente referenciadas depende, assim, da capacidade de reconfigurar essas relações, valorizando a centralidade das populações locais na produção e gestão socialmente sustentável de seus territórios.



REFERÊNCIAS

BALTAZAR, P. **Geografia das afetividades no território indígena Taunay/Ipegue**. 2022. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2022.

BLANCHAR, C.; PELLICER, L. Turismofobia: a cara menos amável de uma indústria bilionária. **El País**, Barcelona, 28 maio 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/27/economia/1495908161_850351.html. Acesso em: 10 abr. 2026.

BURSZTYN, M. (org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

CAPANEGRA, C. A. La invención del desarrollo turístico: genealogía de una episteme de poder. *In*: BURNE, S. M. A.; DACHARY, A. C. **Turismo y desarrollo: crecimiento y pobreza**. [S. l.]: Universidad de Guadalajara: Universidad de Buenos Aires: Universidad Nacional de Mar del Plata, 2008. p. 109-134.

CRUZ, R. C. A. **Políticas de turismo e (re)ordenamento de territórios no litoral do Nordeste do Brasil**. 1999. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

CRUZ, R. C. A. Ensaio sobre a relação entre Estado, políticas públicas de turismo e desenvolvimento regional no Brasil. **Confin**, Paris, n. 44, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confin/26416>. Acesso em: 15 maio 2026.

GODOI, R. C.; AMARAL, S. C. F. O reflexo do projeto neoliberal nas políticas públicas em turismo e turismo de aventura no Brasil. **Licere**, Belo Horizonte, v. 22, n. 4, p. 489-518, 2019.



HENRIQUE, W. **O direito à natureza na cidade**. Salvador: EDUFBA, 2009.

MARUJO, M. N.; CRAVIDÃO, F. Turismo e lugares: uma visão geográfica. **PASOS**: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, [s. l.], vol. 10, n. 3, p. 281-288, 2012.

MORETTI, E. C. **Paraíso visível e real oculto**: a atividade turística no Pantanal. Campo Grande: Editora UFMS, 2006.

OLIVEIRA, J. A. **O uso turístico do patrimônio natural e a concessão dos serviços para visitação no Parque Nacional da Serra da Bodoquena**. 2024. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2024.

PAGNOCCHESCHI, B.; BERNARDO, M. Política ambiental no Brasil. In: STEINBERGER, M. (org.). **Território, ambiente e políticas públicas espaciais**. Brasília, DF: Paralelo 15; LGE, 2006. p. 101-123.

RODRIGUES, A. M. Desenvolvimento sustentável; a nova roupagem para a velha questão do desenvolvimento. In: FÓRUM BRASILEIRO DE REFORMA URBANA. **Direito à cidade e meio ambiente**. Rio de Janeiro: FBRU, 1993. p. 12-20.

RODRÍGUEZ-LÓPEZ, N.; DIÉGUEZ-CASTRILLÓN, M. I.; GUEIMONDE-CANTO, A. Sustainability and tourism competitiveness in protected areas: state of the art and future lines of research. **Sustainability**, [s. l.], v. 11, n. 22, e6269, 2019. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/11/22/6296>. Acesso em: 10 fev. 2026.

ULATE, A. C. **Nuevos ejes de acumulación y naturaleza**: el caso del turismo. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

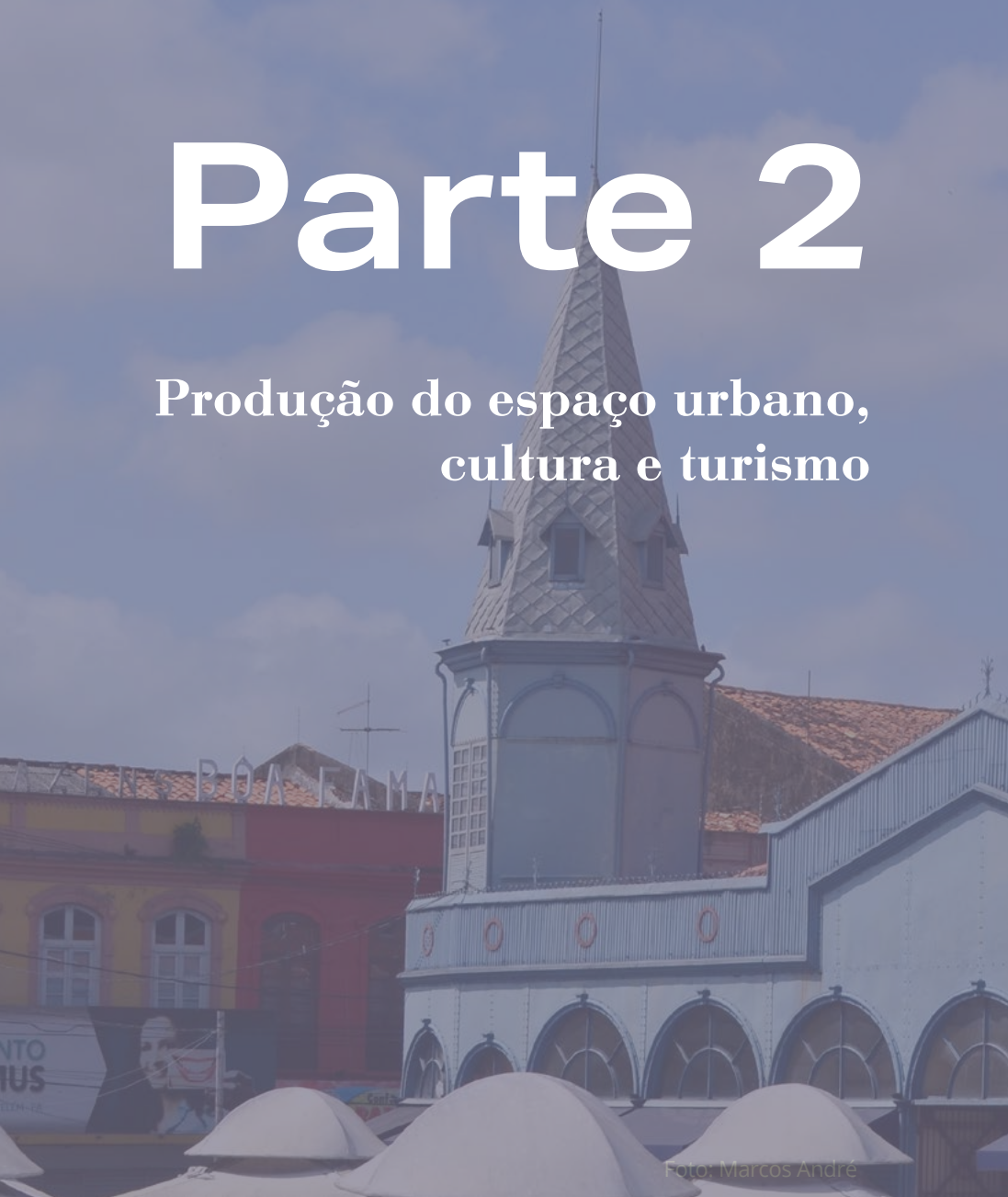


WORLD ECONOMIC FORUM. Travel & Tourism Development Index 2024: insight report. **World Economic Forum**, Geneva, 2024. Disponível em: <https://www.weforum.org/publications/travel-tourism-development-index-2024/>. Acesso em: 12 maio 2024.



Parte 2

Produção do espaço urbano,
cultura e turismo



3

O álibi da natureza, o turismo de luxo e as desigualdades socioespaciais

Simone Scifoni

Universidade de São Paulo

E-mail: simone.geo@usp.br

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho examina e problematiza a relação entre turismo, natureza e produção do espaço a partir de um olhar para a faixa litorânea norte do estado de São Paulo, região que ficou conhecida por concentrar um turismo-veraneio de luxo voltado aos segmentos sociais de maior renda, o que se configurou desde os anos 1980. Parte-se da hipótese de que, a partir da consolidação deste uso turístico, as classes dominantes, o Estado e o mercado imobiliário capturaram o discurso da proteção da natureza, na medida em que ela foi entendida como uma espécie de ativo garantidor da valorização do espaço geográfico e de seu uso seletivo, por meio de estratégias de segregação socioespacial.

O objetivo do texto é problematizar o modelo de turismo que se tornou hegemônico na faixa litorânea que envolve os municípios do litoral norte paulista¹. Este setor da costa é marcado por características geomorfológicas diferenciadas, pois, como designou Ab'Saber (2001), trata-se da faixa do litoral brasileiro mais acidentada e recortada. São planícies arenosas e praias reduzidas em tamanho, delimitadas por mangues e trechos da Serra do Mar muito próximos da costa, além de esporões que se projetam para o mar.

Constitui-se, assim, uma paisagem costeira de excepcional beleza por suas formas de relevo, mas também pela densa cobertura vegetal de mata atlântica, correspondendo a um dos poucos remanescentes de vegetação original existentes no estado. Há ainda rios que descem a encosta da serra com vigor, formando vales encachoeirados e corredeiras junto à escarpa.

1 Trata-se dos municípios de Bertioga, São Sebastião, Ilhabela, Caraguatatuba e Ubatuba.



Mais à jusante, as águas destes rios se espriam ao encontrar a baixa declividade das planícies arenosas, complementando um quadro natural de grande importância ecológica e paisagística.

A partir deste sítio físico de relevância cênica, desenvolveu-se um turismo assentado principalmente na produção da segunda residência, a casa de veraneio, apoiado também em outras formas de acomodação, como pousadas e uma pequena rede hoteleira. Complementa a estrutura de acomodação, o aluguel de temporada, que foi atualizado contemporaneamente por meio da atuação de plataformas como o *Airbnb*. A região especializou-se predominantemente em práticas turísticas voltadas a segmentos sociais de maior renda, de forma que acabou por tornar-se o endereço do veraneio da elite paulista.

O turismo-veraneio de luxo foi, desde o início da década de 1980, o motor da produção de um espaço urbano caracterizado por grande fragmentação espacial, o que será explicado mais adiante. Foi igualmente responsável pela hierarquização das classes sociais no espaço: enquanto os segmentos de maior renda ocuparam as belas praias, a classe trabalhadora e a população tradicional de caixas foram expulsas para os sertões, como são denominados os trechos de encostas da Serra do Mar, marcados por grande fragilidade e vulnerabilidade ambiental.

Ao longo da década de 1980, no contexto desse modelo de turismo que produziu a urbanização da faixa de litoral, construiu-se uma política de proteção à natureza que atribuiu valor à Serra do Mar como patrimônio natural paulista, produto de demandas colocadas pelos especialistas na área e pelo movimento ambientalista. Para tanto, foi utilizado o instrumento de tombamento que incidiu tanto em trechos serranos, como em algumas praias e planícies arenosas, criando restrições para vá-



rias intervenções como desmatamento, mineração, verticalização e corte de encostas, entre outras.

Sob essas condições emergiu uma nova relação entre turismo, natureza e produção do espaço urbano, que se pretende apresentar e debater aqui. Em função do caráter restritivo da legislação de preservação, o discurso da proteção da natureza foi capturado por interesses voltados à segregação socioespacial e à valorização do espaço. Trata-se da natureza utilizada como *álibi* legitimador de um modelo de turismo-veraneio que resultou no uso das praias entre os iguais, conforme problematizado anteriormente por Scifoni (2008).

Para abordar tal problemática, o texto se divide em 3 momentos que buscam explicitar as seguintes questões: como se deu a produção do espaço urbano no litoral norte paulista, estimulada por um determinado tipo de turismo-veraneio e caracterizada pela fragmentação e hierarquização espacial? Como a relação entre urbanização e natureza resultou na necessidade de criação de legislação de proteção, via tombamento da Serra do Mar? Como os segmentos sociais de maior renda, o Estado e o mercado imobiliário capturaram o discurso de proteção da natureza, transformando-o na legitimação da segregação socioespacial e da valorização espacial?

Ao final, o que se pretende demonstrar é como o *álibi da natureza* tornou-se a condição necessária para a reprodução do papel que o litoral norte desempenha na divisão espacial do trabalho na metrópole paulista como *lócus* do turismo-veraneio das classes mais abastadas.



2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO FRAGMENTADO E HIERARQUIZADO

A consolidação da função de veraneio ligada a determinadas classes sociais no litoral norte paulista é resultado de um fenômeno de deslocamento espacial. Desde as primeiras décadas do século XX, esse uso exclusivo das praias se dava na faixa do litoral central, em particular no município de Santos, e, à medida em que este espaço se popularizou, o uso balneário das classes mais abastadas migrou para a costa norte.

Esse deslocamento espacial foi viabilizado pela implantação de infraestrutura necessária, como a abertura de estradas ligando São Paulo e a região do Vale do Paraíba ao litoral norte e uma nova via margeando a costa, a Rodovia Rio-Santos. Fator decisivo também foi a expansão da rede de energia elétrica que garantiu os padrões de conforto necessários ao turismo na região.

Os dados dos Censos do IBGE (IBGE, 1970, 1980) mostram que a década de 1980 foi o momento decisivo de grande expansão da urbanização, o que se verifica por meio do crescimento da população dos municípios do litoral. Como exemplos disso, Caraguatatuba e Ubatuba experimentam crescimento populacional de 156% e 196% respectivamente, entre as décadas de 1970 e 1980. Já os dados relativos à porcentagem de domicílios particulares de uso ocasional, que permitem avaliar o crescimento da função de veraneio a partir da implantação de segundas residências, é muito expressivo: todos os municípios apresentam taxas médias de 40% a 50% do total dos domicílios, entre as décadas de 1980 e 1990, mostrando como a função balneária se consolida a partir desse momento, já que quase metade do total de domicílios apresenta uso sazonal.



A implantação dos loteamentos de segundas residências procurou inicialmente as condições geomorfológicas mais propícias, ou seja, as planícies arenosas mais valorizadas pela proximidade com o mar e praia. Esgotadas estas planícies, os loteamentos foram implantados sobre as encostas, o que será discutido mais adiante.

O resultado foi a criação de áreas urbanizadas muito descontínuas. Os diversos bairros implantados nas praias acabaram por configurar unidades de vida individualizadas: são vizinhos, mas estão apartados. Não houve, assim, a expansão da urbanização consolidando uma cidade coesa, ao contrário, esta é pulverizada, dividida e parcelada sob a lógica do valor de troca. A produção do espaço como mercadoria estabeleceu os melhores lugares, ou seja, as praias de beleza cênica para o uso preferencial da propriedade privada da segunda residência. Constitui-se, assim, a fragmentação do espaço e da vida social. Segundo Carlos (1996, p. 130), [...] “a fragmentação nos coloca diante do violento conflito que se desenvolve no mundo moderno entre valor de uso e o valor de troca, que se desenvolve de forma visível no espaço produzindo lugares estreitamente submissos à dominação da troca.”

Os loteamentos de segundas residências nas praias exibem o alto padrão arquitetônico e construtivo, pois são casas amplas com piscina e extensos gramados. A Rodovia Rio-Santos figura como uma linha divisória de classes sociais, já que, em direção ao interior da planície, os chamados sertões tornaram-se o lugar da classe trabalhadora e a periferia. São bairros populares, com precária infraestrutura e moradias muitas vezes em área de risco, nas encostas da serra com altas declividades e sujeitas à deslizamentos de terra. A fragmentação do espaço se manifesta, assim, associada à hierar-



quização de classes, já que os mais pobres foram expulsos para as áreas mais vulneráveis, enquanto os mais abastados se instalaram nas praias de beleza excepcional.

O processo que levou à fragmentação e hierarquização socioespacial testemunha um passado de violência física e simbólica, em função da expropriação da população tradicional caiçara de suas terras ancestrais. Vivendo da pesca artesanal e do cultivo de produtos que além de servir à subsistência, também eram fonte de troca em um mercado local, a população caiçara ocupava a terra sob o regime de posse, sem titulação em cartório, e ao longo de várias gerações. As posses frequentemente envolviam dimensões de terra que começavam nas praias e se estendiam em direção ao sertão, até os morros e a Serra do Mar.

Em 1967, sob regime da ditadura civil-militar, o governo iniciou o projeto da Rodovia Rio-Santos. Foi quando empresários e políticos, interessados no valor que estas terras teriam após o término das obras, começaram a atuar de forma a adquirir as posses caiçaras. Para essa população tradicional de camponeses, a terra não tinha valor de troca, somente valor de uso. Era o território de vida, de trabalho, de memória e identidade. Por meio de estratégias de assédio moral, as terras ancestrais foram trocadas por promessas de emprego, remédios, cestas básicas e por valores irrisórios. Para aqueles que se recusaram a vender suas terras, foram utilizadas ameaças de jagunços contratados, que foram impedindo a continuidade da vida nas planícies arenosas junto ao mar. Tratores destruindo casas, cercamento de praias e rios impedindo acesso à água, foram outras estratégias de violência.

O processo resultou na expulsão da população caiçara de



suas terras e na consolidação do espaço como mercadoria a ser vendida e retalhada, substituindo o sistema de posse ancestral assentado no valor de uso. A aquisição das posses por meio de processos violentos ou até por grilagem de terras resultou em concentração fundiária nas mãos de poucos proprietários. Desse passado de barbárie nasceram os loteamentos de segundas residências voltados às classes mais abastadas.

Assim, o modelo de turismo-veraneio destruiu o modo de vida caiçara, uma vez que o afastou da praia e do mar, fontes de trabalho, vida e sustentáculos de sua reprodução como população tradicional e camponesa. Era uma vida voltada para a pesca artesanal que reunia o conhecimento do regime de marés, das correntes marinhas, dos ventos e das fases da lua, como aponta Diegues (2004). Para o autor, tratava-se de uma relação com a natureza em que as práticas culturais expressavam formas de conservação com cuidadoso uso dos recursos naturais, já que deles dependiam para a sua sobrevivência. Muitos foram também expropriados pelo Estado, quando o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) passou a Rodovia Rio-Santos entre as posses caiçaras, destruindo as roças que eram fonte de vida e sem qualquer direito à indenização.

Esse modelo de urbanização assentado no turismo-veraneio produziu segregação socioespacial, pois a população caiçara foi expulsa para os sertões. A chegada desse modelo substituiu o uso e o valor de uso daquele espaço por outra lógica, a do valor de troca e a do espaço mercadoria. Com diz Lefebvre, constituiu-se a luta da propriedade contra a apropriação.

Pode-se vender as praias. A pressão se exerce neste sentido dos interesses e não somente aquele do grande



capital. Pode-se entrincheirar como barricas, interditar, dividir em lotes. A propriedade luta contra a apropriação, de maneira legível, visível, evidente, sobre este espaço. A troca e o valor de troca lutam contra o valor de uso e o uso que se mostra através dos valores. O que quer dizer contra o corpo vivo e o vivido (Lefebvre, 1978, p. 10, tradução nossa).

Assim, os sertões se tornaram bolsões de classe trabalhadora subsidiária das atividades de turismo, principalmente nos anos 1990, com o crescimento da migração de população para o litoral em busca de emprego. Constituíram-se bairros precarizados, sem infraestrutura e com moradias que ocuparam as encostas consideradas como áreas de risco. Como parte da violência física e simbólica, os meios de comunicação, as classes dominantes e o Estado ainda consideram a população trabalhadora e viabilizadora do modelo de turismo-veraneio de luxo como responsável pelo que estes chamam de “ocupação desordenada das encostas”.

Segundo Kowarick (1996), a chamada “desordem” oculta uma lógica e uma ordem, a da acumulação capitalista, responsável pela pauperização absoluta da classe trabalhadora. Para o autor, inclui-se nesta “lógica da desordem” o papel do Estado que produz a espoliação urbana como uma somatória de extorsões pela inexistência ou precariedade de bens de consumo coletivo.

A expansão da urbanização no litoral como produto do modelo de turismo-veraneio significou, assim, a segregação como estratégia de classe que provoca o afastamento dos mais pobres, seja da população caçara ou da classe trabalhadora de origem migrante. Portanto, não é demais enfatizar que a essência da produção deste modelo de turismo foi a segregação socioespacial:



“Social e politicamente, as estratégias de classe (inconsciente ou consciente) visam à segregação” Lefebvre (2001, p. 89).

Para o autor, ela aparece ora como espontânea, como resultado da renda e das ideologias, ora como voluntária, quando estabelece previamente espaços separados, ora como planejada e programada, sob o pretexto da racionalidade do planejamento e das ações do Estado e das instituições.

3 A NATUREZA COMO CONDIÇÃO PARA A PRODUÇÃO DO ESPAÇO TURÍSTICO

Para entender a relação entre turismo-urbanização-natureza é preciso assinalar dois momentos importantes: o primeiro diz respeito à natureza como condição de produção de um espaço turístico que é urbano; no segundo momento, esse papel muda de sentido, já que não é mais a natureza, em si, como condição, mas *a sua proteção* que se torna fundamental para a continuidade de determinado modelo de turismo, ou seja, para a reprodução deste espaço urbano e de sua função como zona de veraneio das classes mais abastadas.

Para compreender as circunstâncias que constituem o primeiro momento da relação é preciso considerar que, no curso do processo de produção do espaço litorâneo como uma zona de veraneio, aparece uma condição necessária para implementar o modelo pretendido: dominar a natureza e superar seus limites. Isso significou enfrentar os desafios de uma vegetação exuberante recobrendo morros e planícies, rios meandantes se espalhando pelas baixadas, declividades acentuadas nas encostas, solos arenosos com níveis freáticos elevados. A produção



e generalização do veraneio no litoral norte paulista representou transformações radicais nessas circunstâncias, em oposição aos séculos anteriores de um modo de vida e presença caíçara adaptados ao ambiente natural.

Desta forma, os projetos de loteamentos e parcelamentos de solo tradicionalmente executados no litoral eliminaram, em primeiro lugar, a vegetação nativa, obstáculo principal à sua instalação. Depois, foi necessário domar os rios meandrantess com suas amplas várzeas para viabilizar o formato ortogonal destes loteamentos. Os rios foram circunscritos a canais retilíneos, propiciando uma disponibilidade maior de terras a serem aproveitadas.

Os solos arenosos com lençóis de água rasos precisaram ser recobertos por camadas de terra, retiradas de morros em cortes que ficaram expostos, por décadas, à ação da erosão. Além disso, as estradas que cortaram a região, além do próprio sistema de arruamento dos loteamentos, desconsideraram toda a drenagem local. Em função disso, o escoamento natural das águas de chuva ou dos rios foi represado, formando-se verdadeiras lagoas em trechos nos quais a vegetação nativa acabou morta por afogamento. Nos morros, as declividades foram superadas com um sistema de cortes e aterros que criaram os acessos viabilizando os loteamentos, porém, deixaram essas áreas suscetíveis aos deslizamentos de terra.

A produção deste espaço turístico e de veraneio colocou uma contradição central: ao mesmo tempo potencial de atração destas atividades, a natureza transformada em matéria prima nesse processo estava sendo consumida e degradada. Neste sentido, a criação da primeira condição para a produção do espaço geográfico no litoral gerou, como consequência, uma pro-



blemática ambiental, que foi combatida pelo Estado com a implementação de mecanismos de proteção da natureza, entre os quais, o tombamento da Serra do Mar. Surge assim, como produto do urbano, a necessidade de *proteção da natureza* como condição para a continuidade do modelo de turismo-veraneio e da urbanização. Trata-se, portanto, do segundo momento da relação turismo-urbanização-natureza.

O tombamento da Serra do Mar não foi o primeiro instrumento legal para a proteção do patrimônio natural no litoral. Entretanto, do conjunto de medidas instituídas, parece ter sido o mais abrangente em área e em termos de regulamentação do uso e ocupação do solo. O tombamento inaugurou no litoral uma perspectiva mais ampla de proteção da natureza, focada na paisagem como um conjunto articulado de elementos. Definiu, também, de maneira inovadora, um conjunto de regras para o uso e a ocupação do solo. Ele foi concebido, de um lado, como medida de proteção a um setor de alta fragilidade ambiental e, de outro lado, tendo como justificativa a necessidade de fazer frente ao crescimento intenso do litoral, consequência da grande expansão do turismo da década de 1980.

A Serra do Mar, tombada em 1985 pelo governo paulista, constitui o maior e mais complexo patrimônio natural reconhecido no estado e abrange, além das encostas da Serra, muitos trechos de planície litorânea, esporões, ilhas e morros isolados. Todo esse conjunto encontra-se situado em uma área de cerca de 1,3 milhão de hectares, entre os limites com os estados do Rio de Janeiro e Paraná, abrangendo 44 municípios paulistas (São Paulo, 1985).

O tombamento pode ser entendido por meio de duas motivações, uma de caráter científico e outra de caráter político. Do



ponto de vista científico, constatava-se a presença de diversos fatores de pressão sobre os 5% de remanescentes das florestas originais do estado, entre eles a poluição industrial do Polo Petroquímico de Cubatão, que levou à morte e à degradação da mata atlântica nas encostas da Serra do Mar, além do *boom* imobiliário com a expansão do modelo de turismo-veraneio.

Do ponto de vista político, o tombamento da Serra do Mar se explica na conjuntura dos anos 1980, de abertura política e redemocratização do país, e de surgimento de um movimento ambientalista organizado e atuante. Inclusive, o tombamento teve ampla repercussão na opinião pública e apoio não somente das associações ligadas ao movimento ambientalista, como também de câmaras municipais e prefeituras do litoral, que enviaram ao Condephaat moções de congratulação, abaixo-assinados e telegramas de apoio.

As normativas para a gestão desta área natural protegida foram elaboradas na ocasião, entre elas o “Plano Sistematizador da Serra do Mar” (Condephaat, 1986), por meio do qual se produziu uma série de levantamentos para subsidiar a definição de diretrizes de uso e ocupação da área tombada e o documento “Diretrizes, Normas e Recomendações Preliminares do Tombamento da Serra do Mar” (Condephaat, 1987), um conjunto de orientações e normas para a preservação da área tombada. Dentre elas, restrições a desmatamento, mineração, corte e intervenções em encostas e limites de altura de edificação que impediram a verticalização (altura máxima de 7 metros na planície e 5 metros nas encostas).

As restrições impostas pelo tombamento buscavam enfrentar os graves problemas identificados naquele momento, fruto do modelo turístico que provocou a urbanização do lito-



ral. Neste sentido, a proteção do patrimônio natural apareceu como produto e consequência do urbano justamente para fazer frente a esse processo, que ameaçava principalmente a beleza da paisagem da região. Em que pese a força da argumentação científica e o papel dos profissionais envolvidos neste trabalho, o tombamento da Serra do Mar como política de Estado se explica na perspectiva de garantir as condições necessárias para aquele determinado uso do espaço, uma vez que a qualidade de excelência da zona de veraneio das classes mais abastadas que estava em risco frente a sua expansão generalizada.

A proteção da natureza, ainda que não tivesse sido criada com este sentido, foi utilizada como uma espécie de freio para a massificação das atividades de veraneio. Assim, além de produto e consequência do urbano, a proteção da natureza se expressa também como condição para a reprodução deste espaço turístico, como será visto a seguir.

4 A NATUREZA COMO ÁLIBI

O tombamento da Serra do Mar possibilitou colocar a proteção da natureza em um outro patamar de discussão, para além dos elementos individuais, vegetação, relevo ou rios. Ao declarar a paisagem como patrimônio, permitiu uma nova abordagem, que levou em conta a complexa trama de relações estabelecidas entre os elementos da natureza que mantém os atributos estéticos da paisagem. Juntamente com os mecanismos da legislação ambiental implementados, o tombamento possibilitou um questionamento sobre a expansão das formas tradicionais de produção do espaço turístico centrado no papel da segunda residência como motor da urbanização. O que estava



em questão era que a generalização deste modelo colocava em risco o seu principal atrativo: a beleza cênica, as condições de segregação socioespacial e o alto valor das propriedades privadas de segundas residências.

Neste contexto, visando garantir a continuidade do modelo e, conseqüentemente, a reprodução desse espaço urbano e de seu papel na divisão espacial do trabalho da metrópole, como o endereço do veraneio da elite paulista, o discurso da proteção da natureza passou a ser capturado por diferentes sujeitos sociais: o mercado imobiliário, as prefeituras municipais e os proprietários de segundas residências. Esse discurso tornou-se, destarte, o meio de legitimar padrões de segregação socioespacial e a valorização espacial, o que fez da natureza um poderoso álibi para a defesa de interesses de exclusividade do espaço.

O **mercado imobiliário** capturou o discurso alinhando os seus produtos a esse novo valor do mercado: a sustentabilidade. Neste sentido, surgem alternativas para o modelo tradicional de produção de segunda residência, as quais buscam adaptar-se às novas condicionantes, sem risco de renunciar ao lucro, pois a incorporação da natureza aos novos projetos é percebida por determinados segmentos do mercado imobiliário como possibilidade de maior retorno econômico. Chácaras em zonas rurais mais distantes da praia, condomínios ditos “ecológicos” ou loteamentos murados que interditam as praias ao uso público e um desenho diferenciado dos loteamentos, testemunham as mudanças na dinâmica da produção desse espaço litorâneo. Nessas novas formas que começam a aparecer, a natureza desempenha um papel fundamental, na medida em que permite criar a imagem de um empreendimento “ecológico”.



A produção de loteamentos de chácaras em trechos que estão mais para o interior da Rodovia Rio-Santos foram observados em Bertiooga e em Ubatuba. Ao invés do tradicional lote urbano que é desmatado integralmente para a ocupação de veraneio, o lote rural é mais amplo e, mesmo sendo recoberto por vegetação nativa, há uma porcentagem que pode ser retirada para sua ocupação. Sua localização na zona rural do município acabou por imprimir uma nova dinâmica de valorização do espaço, já que estes lotes, longe de serem destinados aos pequenos produtores agrícolas, são outra face da segunda residência no litoral.

Já os condomínios fechados ou loteamentos murados mostraram-se capazes de superar alguns obstáculos resultantes da legislação ambiental, adequando-se às novas necessidades de forma melhor que os loteamentos convencionais. Isso porque, eventuais áreas de preservação permanentes existentes ou áreas de vegetação nativa que não legalmente passíveis de desmatamento podem se transformar em reservas verdes.

A incorporação deste custo da preservação nas novas formas de reprodução do veraneio foi possível à medida que o mercado imobiliário percebeu que o “verde” e o rótulo de “ecológico” são fortes fatores atrativos para os compradores. Mas, em muitos casos, o ecológico é somente um rótulo para uma nova mercadoria, cuja produção se encarrega de colocar a natureza apenas como um signo a ser vendido.

Assim, a partir da década de 1980, verificou-se um grande crescimento do chamado condomínio fechado e dos loteamentos murados, modelos denominados por Caldeira (2000) de enclaves fortificados. Movidos pelo discurso da segurança, da qualidade ambiental e de um lazer entre iguais, estes empreendimentos adquiriram terrenos concentrando a propriedade nas praias, o que



resultou em fechamento e interdição ao uso público por meio de guaritas e seguranças. Apesar de proibido legalmente, trata-se de verdadeira privatização das praias, como observou Cruz (1996), como efeito imediato desta ocupação do turismo.

As prefeituras municipais também capturam o discurso da proteção da natureza por meio de mecanismos de planejamento territorial e urbano, em seus planos diretores e nas legislações de uso e ocupação do solo. A leitura destes documentos mostrou que os municípios convergiram no reconhecimento do papel do patrimônio natural como recurso para o desenvolvimento econômico centrado no turismo de luxo e na necessidade de sua proteção como condição para a continuidade do processo.

Admite-se, desta maneira, que a proteção do patrimônio natural é uma condição essencial para manter a lógica da produção desse espaço urbano, fundamentada na sua função balneária voltada para determinados segmentos sociais. Nesse conjunto de legislação municipal do litoral norte, vê-se que os municípios previram diretrizes de uso restritivas, em geral estabelecendo uma ocupação residencial de baixa densidade com lotes de grandes dimensões, além de outros usos sempre ligados às atividades turísticas, como o setor hoteleiro, náutico e recreação.

Constata-se que interessa aos poderes públicos locais um determinado tipo de turista, aquele capitalizado. Os mais pobres são segregados aos terminais turísticos, os de poucos recursos são restringidos em seu lazer de fim de semana nas praias em função da taxa de estacionamento. Aprovaram empreendimentos que restringiram o acesso às praias, deixando-o apenas aos proprietários de segundas residências. Estes são exemplos de ações do poder público que buscaram restringir o turismo de determinada classe social.



Semelhante defesa dos padrões de excelência do turismo e do veraneio ligada à limitação da densidade nos empreendimentos é encontrada em alguns planos diretores que valorizam a horizontalidade e as baixas densidades como uma virtude paisagística que diferencia o litoral norte de outros municípios onde o turismo é mais popular. Outros indicativos aparecem nestes planos diretores, como a necessidade de os empreendimentos adotarem novos padrões de qualidade, inclusive em relação à sua forma de intervenção na paisagem, uma nova exigência de um mercado mais seletivo. Nesse cenário, a proteção da natureza não é empecilho, ao contrário, compreende-se como “fator estratégico, como vantagem comparativa” para garantir o turismo e o veraneio.

A proteção da natureza situa-se, nestes planos, como uma forma de manter a fisionomia dos baixos índices de ocupação, ou seja, o discurso de sua proteção usa a natureza como um alibi para justificar a defesa de um turismo de uma única categoria, aquela que traz maior retorno econômico, ou seja, a dos empreendimentos de melhor padrão socioeconômico.

O discurso da proteção da natureza é capturado também para a defesa de determinados interesses que são acima de tudo privados: o interesse dos **proprietários de segundas residências** de segregação socioespacial, de homogeneidade social no espaço e de manutenção do alto valor de suas propriedades. Contraditoriamente, a natureza tornada patrimônio natural da coletividade é utilizada como justificativa para a defesa desses interesses privados.

Exemplo disso é quando esses proprietários se unem em associações como as sociedades amigos de bairro (Sabs), para combater o que eles chamam de “degradação do litoral”,



causada pela “especulação imobiliária” e pela “invasão das encostas da serra por população migrante”. Estes discursos dissimulam o fato de que a lógica que move essa especulação imobiliária que criticam é a mesma que produziu os loteamentos ou condomínios dos quais eles são proprietários de segundas-residências.

Trata-se de uma disputa contra a expansão dos empreendimentos imobiliários, principalmente contra a possibilidade de verticalização que implica em maior quantidade de frequentadores – portanto, uma luta pela manutenção de um padrão de ocupação que garante usos seletivos do espaço, além do alto valor de suas propriedades, uma pretensa bandeira “ambientalista” que usa a natureza para dissimular. As Sabs das praias do litoral norte também têm se mobilizado contra projetos de verticalização, mesmo aqueles voltados à habitação social, fruto de retirada de população de áreas de risco. Esse processo simboliza a defesa da segregação e do uso da praia entre iguais, além da busca por manter o alto valor de suas propriedades que depende também dessa condição de isolamento e exclusividade no espaço.

Nesse sentido, percebe-se que a captura do discurso da proteção da natureza serve aos propósitos de garantir a continuidade do papel que o litoral norte desempenha na divisão espacial do trabalho da metrópole paulista; algo que, aqui, estamos denominando como álibi da natureza. A função do álibi é esconder a essência do fenômeno, serve de desvio para não se enfrentar o questionamento da lógica que move o processo, um processo contraditório no qual a natureza, tornada patrimônio de todos, é apropriada privativamente por um lazer exclusivo de elite que deseja e combate o uso público dos recursos naturais.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho buscou apresentar a crítica a um determinado modelo de turismo como motor do processo de urbanização que se configurou em parte do litoral paulista e que se apropriou privativamente de um bem comum, a natureza, como também produziu um espaço urbano marcado pela fragmentação, hierarquização e segregação socioespacial, que carrega um passado de violência pela expropriação da população tradicional caiçara de seu território ancestral. Tal modelo é garantido por políticas públicas espaciais que preservam a natureza como paisagem e beleza cênica, atuando como álibi que legitima interesses privados voltados ao uso das praias entre os iguais e à manutenção do alto valor das propriedades.

Assim, da natureza como condição para a produção de um espaço turístico passa-se à proteção da natureza como condição para a reprodução do espaço e de seu papel como zona de veraneio das classes mais abastadas. Isso se dá a partir da captura do discurso da proteção da natureza que se configurou pelo tombamento da Serra do Mar.

No entanto, o tombamento enquanto legislação que atribui valor como patrimônio cultural se baseia na ideia de uma herança como bem comum e coletivo a ser compartilhado por todos e como suporte físico de memórias e identidades. Ao se fundamentar em uma ideia de uma herança como bem comum, a noção de patrimônio cultural e natural é, assim, em seu sentido original, radicalmente contrária à racionalidade do capital que transforma tudo em mercadoria, que privatiza todos os âmbitos da vida social.



Neste sentido, a defesa do patrimônio pede a luta pelo acesso e usufruto mais democrático da natureza e de seus recursos. Pede que se pense em modelos de turismo que garantam a todos o acesso e fruição das belezas do litoral. Como diz Lefebvre (1978, p. 10, tradução nossa): “A praia adquire um valor simbólico. Simboliza a luta pelo espaço, pelo uso, pela fruição do corpo [...]”.



REFERÊNCIAS

AB' SABER, A. N. **Litoral do Brasil**. São Paulo: Metalivros, 2001.

CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/EDUSP, 2003.

CARLOS, A. F. A. A mundialidade do espaço. In: MARTINS, J. S. (org). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 121-134.

CONDEPHAAT. **Plano Sistematizador da Serra do Mar**: relatório final. São Paulo: Condephaat, 1986.

CONDEPHAAT. **Diretrizes, normas e recomendações preliminares do tombamento da Serra do Mar aprovadas em 22/01/1987**. São Paulo: CONDEPHAAT, 1987.

CRUZ, R. C.A. Políticas de turismo e construção do espaço turístico-litorâneo no nordeste do Brasil. In: LEMOS, A. I. G. (org.). **Turismo impactos socioambientais**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 263-272.

DIEGUES, A. C. (org.). **Enciclopédia Caiçara**: olhar do pesquisador. São Paulo: Hucitec/NUPAUB/CEC, 2004. v. 1.

IBGE. **Censo Demográfico 1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

IBGE. **Censo Demográfico 1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

KOWARICK, L. **Espoliação urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LEFEBVRE, H. **De l'État**: les contradictions de l'État moderne. Paris: Union Générale d'Éditions, 1978. t. IV.



4

Turismo urbano, continuidades y cambios en la práctica turística y en la dinámica urbana. Buenos Aires, destino turístico

Rodolfo Bertoncello

Universidad de Buenos Aires

E-mail: bertoncello.rodolfo@gmail.com

1 INTRODUCCIÓN

Este trabajo aborda el caso de la ciudad de Buenos Aires (Argentina) como destino turístico; lo hace a partir de reconocer que la ciudad ofrece hoy un amplio abanico de servicios y atractivos que sostienen prácticas turísticas muy diversas. Esta condición resulta de transformaciones que, a lo largo del tiempo, fueron enriqueciendo la oferta turística de la ciudad, que tras dejar atrás la limitada condición de puerta de entrada al país para el turismo internacional, fue incrementando su capacidad receptiva tanto de turistas nacionales como internacionales.

Estas transformaciones son resultado de un proceso en el que se imbrican tanto objetivos relacionados, por una parte, con la revitalización de la ciudad (en gran medida motivados por la pérdida de funciones tradicionales) apostando al incentivo de las actividades vinculadas con el consumo y el disfrute del tiempo libre, entre las que se incluye el turismo. Por otra, con objetivos que se orientan a dar respuestas a nuevos modos de practicar turismo los que, sin abandonar los formatos del turismo masivo, despliegan productos orientados a satisfacer intereses específicos de nichos de demanda, como asimismo a incorporar nuevas formas de practicar, experimentar y valorar la práctica turística.

Ambos procesos coinciden en la definición de una ciudad orientada a los servicios de consumo, ocio y recreación en general, y turísticos en particular, capaces de concitar el interés de importantes volúmenes de consumidores, sean éstos turistas, visitantes o residentes; las lecturas analíticas de la ciudad posmoderna formuladas Améndola (1997) representan aportes tempranos y orientadores sobre estas cuestiones; ellas pueden ser complementadas de manera fértil por las propuestas de Lloyd y Nichols (2000) que advierten sobre



la transformación de las ciudades en “máquinas de entretenimiento” a partir de desplazar a sus funciones productivas del tradicional lugar central para reorientarse hacia la esfera del consumo y el entretenimiento.

De este modo, el análisis del caso de la ciudad de Buenos Aires se inscribe en un objetivo general orientado a comprender el papel del turismo en la reconfiguración territorial urbana y, en general, en la valorización del territorio. Con esto, aspira asimismo a reflexionar sobre algunos desafíos que las tendencias actuales plantean a la investigación y a la intervención en turismo, evaluando asimismo las potencialidades de los abordajes geográficos para el avance del conocimiento sobre el tema.

El texto retoma resultados de investigación llevados a cabo en el marco del equipo de Turismo y Territorio coordinado por el autor, con sede en el Instituto de Geografía de la Universidad de Buenos Aires a lo largo de años recientes. Se nutre del rescate y sistematización de antecedentes conceptuales y estudios de caso similares, con los que se han establecido las coordenadas de análisis e interpretación del caso objeto de estudio. La investigación empírica del caso se basa en relevamiento y análisis documental, entrevistas a informantes clave y a turistas en destino, como asimismo en observación no participante de las prácticas turísticas en áreas y contextos específicos de la ciudad.

2 LA PAULATINA CONSOLIDACIÓN DE BUENOS AIRES COMO DESTINO TURÍSTICO

Diversos estudios realizados sobre turismo en Argentina advierten que la ciudad de Buenos Aires ha tenido históricamen-



te una capacidad limitada para atraer turistas en el contexto del predominio de modalidades masivas de turismo, dominante durante la segunda mitad del siglo XX (véase Argentina, 1984; Pastoriza, 2011; Bertoncello, 2006). El énfasis en prácticas vacacionales en lugares de destino asociados con el descanso y la salubridad definió un mapa turístico de Argentina en el que los balnearios de la costa marítima bonaerense y las localidades serranas de la provincia de Córdoba captaban el grueso de los flujos de turistas, predominantemente nacionales. Otros destinos de menor capacidad atractiva complementaron estas ofertas masivas, estandarizadas y altamente estacionales; entre ellas se destacan las relacionadas con ofertas naturales de atributos excepcionales (como los parques nacionales) o con patrimonios históricos y culturales asociados a la consolidación nacional y al pasado colonial, con localización predominantemente urbana.

Esta configuración, por cierto, coincide con las tendencias generales que el turismo mostró en esos momentos, bajo el predominio de las modalidades masivas orientadas al descanso necesario en el mundo del trabajo. La ciudad como destino turístico, presente ya desde las iniciales prácticas de turismo cultural orientadas al disfrute de patrimonio vinculado con la alta cultura disponible en esas ciudades, mantuvo vigencia aunque muy dependiente de contar con atractivos muy convocantes, que permitiesen sostener las afluencias indispensables para el eficiente funcionamiento de las propuestas estandarizadas propias de estas modalidades (Donaire, 2012).

La ciudad de Buenos Aires, centro de actividades productivas y de servicios de máxima jerarquía en la red urbana nacional pero carente de atributos que pudiesen atraer el interés de masivos flujos de visitantes período tuvo, en dicho contexto, una limitada relevancia en el sistema turístico nacional. Su ca-



pacidad atractiva se basó fundamentalmente en la oferta de un relevante patrimonio artístico y cultural (monumentos, museos, exposiciones, espectáculos, entre otros) localizado en el área central y en algunos barrios próximos (el popular barrio de San Telmo junto al más refinado Recoleta); a ella sumó el acceso a los servicios más diversos y especializados, junto con su función de nudo de la red de transporte nacional y puerta de acceso al internacional. Estas son las características fundamentales que la ciudad tuvo en tanto destino turístico hasta fines del siglo XX (Bertoncello, 1996, 2006).

Este panorama va a ir cambiando a partir de las últimas décadas del siglo XX, para dar lugar a la consolidación desde los primeros años del siglo XXI a la ciudad de Buenos Aires como un destino turístico de jerarquía, con una oferta de productos y atractivos capaces de atraer flujos de volumen y estadía crecientes. Con esto, la ciudad se aleja de su mera condición de puerta de entrada al país, un lugar de paso hacia otros de mayor interés, para convertirse en un destino turístico en sí mismo, con un peso creciente en el mapa turístico nacional. Este reposicionamiento, cabe advertir, inicialmente se vio facilitado tanto por la devaluación de la moneda nacional que favorecía la llegada de turismo internacional, como también por la multiplicación de intervenciones de públicas favorables al turismo que acompañan la promulgación en 2005 de una nueva ley nacional que declara al turismo como actividad socioeconómica esencial y estratégica para el desarrollo del país (Ley Nacional de Turismo N°25997) (Bertoncello, 2020).

Debe tenerse en cuenta que esta notable expansión de las prácticas turísticas en la ciudad, que con oscilaciones se mantiene hasta la actualidad como veremos en el próximo apartado, encuentra en las últimas décadas del siglo XX antecedentes



significativos que permiten comprenderla, por lo que conviene presentarlos aquí. Ellos pueden ser sistematizados en torno (i) a cambios en los gustos y preferencias de los turistas, y en torno (ii) a los objetivos definidos desde la oferta orientados a incentivar el desarrollo de nuevas actividades que permitan que la ciudad supere las condiciones de estancamiento y conflictos derivadas de la crisis de sus funciones tradicionales, apostando a su plena inserción en las nuevas redes globales del desarrollo neoliberal a las que, en esos años, tanto el gobierno nacional como el local propugnan activamente. A seguir se presentan someramente estos procesos.

2.1 Nuevos formatos, productos y destinos turísticos

Los formatos dominantes del turismo masivo, así como sus argumentos legitimadores y sus pautas de distribución social, se vieron fuertemente cuestionados en el contexto neoliberal que se expande en las sociedades occidentales en las últimas décadas del siglo XX. En este contexto nuevas pautas se fueron difundiendo a la hora de practicar turismo, ahora orientadas a la satisfacción de intereses específicos o “de nicho” de grupos de población consumidora y potencial turista que, de este modo, se alejan de los lugares y productos masificados y estandarizados, para buscar aquello que les interesa entre una panoplia de ofertas cada vez más amplia y diversificada.

Las nuevas tecnologías de información y comunicación hacen posible estas nuevas modalidades, permitiendo la formulación de productos “a la carta” (que evitan la estandarización propia de los paquetes turísticos tradicionales), pasibles de ser puestos a disposición en redes y sistemas digitales de información y comu-



nicación. Estas ofertas múltiples, que ya no se asocian a la recompensa por el trabajo realizado sino que se orientan a la satisfacción de deseos cuya satisfacción parece no requerir justificación en el nuevo contexto social y económico, sino sólo contar con los medios económicos y el tiempo para realizarlas; las aspiraciones de amplia inclusión social vía productos más económicos y disponibles “para todos”, propias de turismo masivo, se van dejando de lado al tiempo que se privilegia la satisfacción de una demanda afluente, poniendo a su disposición cada vez más productos y lugares de destino turísticos (Ávila Bercial; Barrado Timón, 2005).

Entre estos destinos turísticos ahora priorizados se encuentran también los urbanos, en tanto las ciudades ofrecen una multiplicidad de recursos pasibles de ser puestos en valor para satisfacer estos nuevos intereses y prácticas turísticos (Barrado Timón, 2010). Por una parte, al acervo de bienes monumentales o patrimoniales tradicionalmente valorados por el turismo interesado en acceder a las expresiones de la alta cultura, se suman aquellos relacionados con la cultura cotidiana de los anfitriones, ya sean sus constructos o sus hábitos y costumbres: la valorización turística de la gastronomía local, o la procura de compartir con los residentes buenos momentos de ocio y disfrute del tiempo libre, expresan estas tendencias paradigmáticas del actual turismo urbano (Donaire, 2012; Meethan, 2001).

Ahora las ciudades se constituyen en destinos turísticos privilegiados no sólo por el carácter excepcional del acervo atractivo disponible, sino por la multiplicación de ofertas atractivas que tienen en su núcleo el interés por las manifestaciones más diversas de la cultura definida en sus dimensiones más cotidianas: conocer la gastronomía, los hábitos y costumbres locales frente al tiempo libre y a las obligaciones cotidianas, “todo” es pasible de ser interesante para la mirada de estos turistas.



El objetivo del viaje va dejando de lado (o dando menos importancia) al conocimiento y disfrute de lo auténtico, para desplazar la demanda de autenticidad hacia la propia práctica, certificada por las imágenes que se ponen en circulación en las redes. Disfrutar de copias y simulacros vale tanto como acceder a lo que se considera auténtico, cuyo valor ha ido perdiéndose entre los visitantes. La “experiencia placentera” pasa a tener un rol predominante, y las ciudades están en excelentes condiciones para garantizar que ellas se logren, como advierte Cohen (2005) al caracterizar a los que denomina post-turistas actuales (Hernández Ramírez, 2006).

Nuevas funciones urbanas

La consolidación de un orden socioeconómico neoliberal difundido a escala global desde las últimas décadas del siglo XX tuvo entre sus consecuencias la redefinición de las actividades productivas tradicionales de muchos lugares, provocando crisis y estancamiento allí donde fueron suprimidas o relocalizadas, como es el caso de las grandes ciudades industriales de los países occidentales. La búsqueda de nuevas funciones que permitiesen superar estas problemáticas tuvo en las actividades turísticas y recreativas un aliado destacado, en la medida en que en ellas se depositaron expectativas positivas relacionadas con su capacidad de generar puestos de trabajo y actividades económicas que contribuyeran al desarrollo, en plazos relativamente breves y con niveles de inversión acotados (Meethan, 2001; Smith, 1996).

En estos contextos, las acciones orientadas a la readecuación de las condiciones materiales y simbólicas de estos lugares con el fin de que puedan cumplir adecuadamente las nuevas funciones, logrando al mismo tiempo consensos políticos para



los gobernantes y negocios para el empresariado, han sido ampliamente emprendidas en el marco del denominado márketing de los lugares. Procesos de revitalización de áreas degradadas y re funcionalización de constructos obsoletos, inversión en infraestructuras de transporte y comunicación modernas y eficientes, provisión de equipamientos necesarios para las nuevas funciones, muchas veces vinculados a la re funcionalización de acervo patrimonial, construcción y/o modernización de viviendas para la residencia de población solvente o para usos turísticos, son medidas que se van implementando en una matriz de prácticas y discursos consensuados y asumidos como válidos, necesarios y de efectos positivos, por doquier.

Estas acciones garantizan que estos lugares logren adecuada inclusión en las redes de producción y consumo de bienes y servicios, entre los cuales el turismo cobra creciente importancia. La disponibilidad de aeropuertos eficientes y seguros, de transportes locales amigables para los visitantes, de leyes y normas que permitan la eficiente satisfacción de las necesidades de estos, como asimismo las condiciones para el normal desarrollo de las actividades vinculadas a la prestación de servicios turísticos, se asocian con estas actuaciones, al tiempo que constituyen condiciones de posibilidad indispensables para el desarrollo turístico.

Garantizar estas condiciones que hacen posible el desarrollo turístico no es suficiente para despertar y consolidar el interés de los turistas por viajar a un lugar determinado; esto se potencia, asimismo, por el hecho de que muchas de estas intervenciones son llevadas a cabo en un formato ampliamente difundido, lo que lleva a que distintos lugares acaben asemejándose luego de llevadas a cabo esas acciones. Esto permite reconocer que los lugares deben necesariamente implementar estrategias que les otorguen singularidad o especificidad y que



con esto logren ser atractivos para el interés de los potenciales visitantes turistas.

Estas estrategias de singularización incluyen desde acondicionamientos materiales como simbólicos y discursivos, entre los que pueden señalarse la estetización de los lugares (adecuando su materialidad a ideas que orientan las prefiguraciones turísticas dándoles identidad y desdibujando aquellos aspectos que no resultan de interés), la tematización o parquetematización (adecuando sus condiciones materiales para que ellas expresen un determinado tema o asunto que resulta convocante) o la patrimonialización (que, al cargar a ciertas manifestaciones culturales del lugar de prestigio y brindar argumentos que legitiman la relevancia de conocerlos y disfrutarlos, los tornan atractivos turísticos de primer orden) (Boyer, 2004).

Estas intervenciones orientadas a garantizar las **condiciones de posibilidad** a las que se suman las que objetivan maximizar la **singularidad** contribuyen a que los lugares más diversos devengan lugares de destino turístico. En cualquiera de ellos un amplio conjunto de atractivos, asociados a productos específicos de ocio y recreación, junto con la provisión de bienes y servicios de sostén, dan lugar a la práctica de experiencias turísticas cuya positiva evaluación depende de un amplio conjunto de condiciones disponibles. De este modo, los lugares en general, y notoriamente las ciudades, se convierten en “máquinas de entretenimiento” para turistas y residentes, en un contexto socioeconómico donde las actividades vinculadas con el consumo en general, y el consumo de ocio y entretenimiento en particular, han pasado a estar entre los ejes locomotores del desarrollo capitalista (Lloyd; Nichols, 2000).



En el contexto económico y político que apuesta al turismo como impulsor del desarrollo y con la consecuente consolidación de planes y propuestas de incentivo al mismo desde instituciones públicas, organismos sectoriales y actores económicos y de la sociedad civil, la ciudad de Buenos Aires fue consolidando su perfil receptor de turistas nacionales e internacionales, atraídos por su diversa oferta de atractivos y productos turísticos. Las tendencias que se han ido difundiendo en los gustos y preferencias de los turistas, en las que conviven propuestas de corte más tradicional o estandarizado junto a otras más novedosas y orientadas a nuevos nichos de demandas más específicas y singulares, ofician como condiciones contextuales para esta consolidación. A todo ello se suman las intervenciones de los diversos actores involucrados, tanto las orientadas a optimizar las condiciones habilitantes o de posibilidad, como a ofrecer nuevas propuestas que colocan en vitrina los más diversos atributos devenidos en productos turísticos, al gusto de cada visitante.

Las tradicionales ofertas turísticas del centro histórico de la ciudad se fueron reforzando a partir de nuevos productos como el bus turístico, las excursiones del circuito informal o la visita a edificios de valor patrimonial que abren sus puertas a los visitantes, sumando en ocasiones actividades lúdicas o educativas complementarias. Los barrios históricamente atractivos se fueron acondicionando para mejor cumplir sus funciones; el de la Boca es intensamente tematizado en torno a sus funciones portuarias, su población de navegantes, su condición de sede de movimientos artísticos de corte popular o del famoso club de fútbol cuyo museo se abre al público visitante; el barrio de



Recoleta es tematizado en función de sus atributos arquitectónicos de estilo europeo y por la riqueza de su patrimonio histórico y cultural de sus museos y monumentos, a los que se suma la oferta de consumos de lujo en contextos patrimonializados (como es el caso de la hotelería que integra patrimonio histórico en su equipamiento). Nuevas ofertas se articulan en los barrios gentrificados, tanto en Puerto Madero (el viejo puerto de la ciudad, reciclado siguiendo el modelo de los docks londinenses, entre otros), como en Palermo, cuya gentrificación se apoya en ofertas orientadas a usuarios (turistas y residentes) jóvenes y de alto poder adquisitivo, ávidos de experiencias de consumo en contextos sofisticados, entre otros ejemplos que permiten ilustrar estas tendencias (Bertoncello; Troncoso, 2014).

Procurando sostener su potencia atractiva, la ciudad va poniendo a disposición del turismo porciones de su territorio, cargadas de patrimonio y de símbolos, de vida cotidiana con hábitos y costumbres singulares. Barrios tradicionalmente industriales como Barracas o Parque Patricios comienzan, así, a recibir visitas turísticas, atraídas por productos que alejándose de los formatos o intereses predominantes, brindan a grupos específicos de turistas aquello que satisface sus específicos intereses, como sucede con propuestas que replican recorridos presentes en la literatura nacional consagrada, o que buscan reconocer momentos significativos de la historia obrera o de sectores marginados (esto es, alternativos a los tradicionales organizados en torno a los hitos de la historia oficial del país). Excursiones turísticas que visitan barrios de chabolas o “villas miseria” que muestran otra ciudad diferente a la tradicional turística, junto con la visita a sitios de memoria de hechos traumáticos y luctuosos para el país (como centros clandestinos de detención o equipamientos siniestrados que expresan heridas abiertas de la sociedad).



La puesta en valor turístico del territorio de la ciudad es acompañada por el mismo proceso replicado a escala metropolitana, aunque en términos turísticos la referencia continúa siendo “Buenos Aires destino turístico”. En efecto, a lo largo de las primeras décadas del siglo actual, diversos lugares de la periferia metropolitana de la ciudad (téngase presente que la ciudad de Buenos Aires propiamente dicha es una unidad territorial autónoma coincidente con la Capital Federal de la Argentina; su periferia metropolitana, en cambio, se despliega en un conjunto de municipios sobre los que la morfología urbana se extiende de manera continua, pero que pertenecen a otra unidad territorial del país, la provincia de Buenos Aires). De este modo, el destino turístico incrementa la oferta que pone a disposición de los visitantes potenciando su capacidad de recibir flujos crecientes de turistas. Dos localidades de la periferia metropolitana de Buenos Aires se destacan por su oferta articulada al destino turístico Buenos Aires: Tigre y San Isidro.

Tigre es una localidad que, habiendo surgido como un poblado independiente vinculado a la función portuaria y con acceso al delta del río Paraná, quedará incorporada como parte periférica de la ciudad a partir del crecimiento metropolitano de la ciudad. Su puesta en valor turístico actual rescata un patrimonio vinculado con las funciones recreativas que tuvieron temprano desarrollo, junto con las condiciones que ofrece un entorno natural singular de contacto con el ambiente deltaico y con tradiciones propias de una población “isleña” con hábitos y costumbres singulares, que concitan el interés de los turistas. Los turistas que visitan Tigre lo hacen, mayormente, como una excursión ofrecida desde el destino turístico Buenos Aires, de una duración promedio de un día y que se concibe como una actividad extra o complementaria de la estadía en la ciudad (Bertoncello; luso, 2016).



San Isidro es otra localidad recorrida con frecuencia por turistas que, en rigor, están visitando el destino Buenos Aires. Esta localidad, cabecera de un municipio de la periferia metropolitana, se caracteriza por contar con un casco histórico colonial bien conservado, en el que se inscribe patrimonio vinculado con hechos del pasado de la nación, junto con un acervo de residencias pertenecientes a los sectores más acomodados de la sociedad, en un contexto paisajístico atractivo en el que es posible disfrutar de servicios turísticos variados y de calidad (Araujo Lavalle, 2019).

Por último, es necesario señalar que el destino turístico Buenos Aires articula también un conjunto de localidades situadas en proximidad de la metrópoli las que, si bien corresponde que sean consideradas destinos turísticos en sí mismas, también están fuertemente articuladas al destino turístico nuclear. Los casos de la ciudad de La Plata, que invita a los visitantes a conocer su patrimonio urbano asociado a su origen planificado o destacado por la presencia de instituciones científicas de significativo prestigio como el Museo de Ciencias Naturales o de obras firmadas por arquitectos famosos como Le Corbusier; de la ciudad de Luján, sede de una de las catedrales católicas más importantes del país junto a un acervo patrimonial colonial de gran interés a escala nacional; de San Miguel del Monte o de Lobos, localidades donde las actividades, costumbres y paisajes típicos de la ruralidad pampeana pueden ser conocidos y disfrutados junto con actividades deportivas o sociales; son algunos ejemplos que permiten comprender el despliegue regional que el destino turístico Buenos Aires ha logrado alcanzar (Bertoncello, 2020).

De este modo, la ciudad “toda” se coloca bajo la mirada turística, acondicionándose para ello. Equipamientos y servicios que hacen posible la visita y el consumo turístico, junto con discursos y representaciones que “hablan” de cada lugar a visitar,



La multiplicación de ofertas de atractivos y lugares turísticos está acompañada, en este proceso de consolidación del destino turístico Buenos Aires, por la multiplicación de actividades que, llevadas a cabo durante el período de permanencia en el destino, permiten concretar la práctica turística. También en el caso de Buenos Aires es posible reconocer una tendencia que viene siendo detectada en muchos otros destinos turísticos, como lo es el creciente interés por ir más allá de la observación organizada predominantemente en recorridos, para concretar experiencias que involucren no sólo recorrer y observar, sino hacer, participar, vivenciar, esto es, un conjunto de dimensiones que conllevan un mayor involucramiento con el lugar y sus habitantes, pero también consigo mismo, en la medida en que estas demandas por **experiencias** (rótulo éste que se ha difundido para referir a estas modalidades) conllevan también altos niveles de reflexión sobre el propio hacer y sobre el sentido de los actos turísticos que se están llevando a cabo.

Cada vez más los turistas procuran desempeñar roles activos en relación a sus actividades turísticas, lo que en muchos casos conlleva salir de los enclaves y programas turísticos ofre-



cidos por los agentes tradicionales de la actividad, para “producir” una propuesta para sí mismo, que debe ser necesariamente implementada en relación activa con la población local. De este modo, se observa interés por alejarse de ofertas específicas para los turistas, como sucede con los espectáculos artísticos o deportivos, para los que los turistas, por caso, buscarán conocer los preferidos por la población del lugar, averiguarán horarios y condiciones de acceso, obtendrán sus billetes de ingreso o resolverán el modo de trasladarse hasta el lugar de realización, sin recurrir en ningún momento a los agentes y productos ya disponibles para el turista. Buscarán almorzar en los restaurantes preferidos y recomendados por los locales, o incluso tratarán de acceder a ofertas informales de cenas en domicilios de residentes, enmarcadas tras el rótulo de “visitas a conocidos” aunque se pague por ello. Tratarán de realizar visitas y excursiones guiadas por “amigos” o “conocidos” que, en muchas ocasiones, son en realidad oferentes de guiado turístico informales, a quienes se recompensa con el pago de gastos, con regalos o con compromisos de reciprocidad futura, evitando de este modo reconocer que se trata, en verdad, del pago de honorarios.

Cada vez más los turistas procuran realizar actividades que los involucren activamente en relación a ciertos temas o posicionamientos personales, entre los cuales se pueden reconocer los relacionados con compromisos éticos, ideológicos o políticos, o con adscripciones a grupos de pertenencia o identitarios, tales como los relativos a gustos y preferencias deportivas, culinarias o artísticas, clubs de fans de determinados artistas, o seguidores de personajes de la literatura o de *influencers* instalados en las redes. Más allá de la gran diversidad de estas búsquedas, todas ellas van a verse contenidas por un objetivo compartido como es el de buscar alejarse de la condición turística, rechazando el rótulo de turista.



Estos turistas que no se asumen como tales se van a caracterizar, asimismo, por procurar maximizar la interacción con la población residente, en un sentido que se aparta de los vínculos habituales entre turistas y anfitriones en la práctica turística, para valorarlas como si fuesen relaciones de amistad o de vecindad o, incluso, de parentesco. De este modo, van abriendo puertas a formas muy diferentes de practicar turismo; a caracterizarlas para el destino Buenos Aires dedicamos el título siguiente.

4 TURISTAS COMO RESIDENTES. DESDIBUJANDO LÍMITES Y DICOTOMÍAS

Existe hoy un amplio consenso en reconocer que las formas de practicar turismo vienen cambiando de modo acelerado, siendo ello particularmente notable en destinos turísticos urbanos. La investigación disponible muestra que una parte creciente de los alojamientos turísticos ya no se realizan en establecimientos específicos sino que se recurre a alquileres temporarios ubicados en distintos sitios de la ciudad, muchas veces muy alejados y diversos de los tradicionales enclaves o distritos turísticos.

Estas formas de alojamiento conllevan relaciones con vecinos, vendedores y prestadores de servicios que son diferentes de las habituales en el turismo. Ellas demandan, también, el recurso a medios de transporte compartidos con la población local, o la provisión de bienes y servicios necesarios para la vida cotidiana, que deben resolverse del mismo modo que lo hace la población local. Las decisiones sobre qué hacer o adónde ir suelen tomarse consultando las recomendaciones disponibles en las redes sociales o las opiniones de *influencers* o persona-



jes relevantes en las mismas. La visita a puntos atractivos del lugar, compartida tanto con otros turistas como con residentes, se alterna con paseos en los que se recorren lugares de vida cotidiana, con actitud de observadores de los otros, sin mayores aspiraciones de conocer valores superlativos y evaluando la autenticidad en función de la experiencia realizada por cada uno.

Si se revisa el párrafo precedente, podrá advertirse que estas formas de practicar turismo los acercan fuertemente a los anfitriones o población residente. Y en muchas ocasiones, esto es explícitamente buscado por los visitantes. “Vivir como un local” ha pasado a ser una consigna cada vez más frecuente entre grupos de viajeros que, al tiempo que despliegan estas prácticas de turismo “alternativas” se niegan a ser calificados como turistas (Milano, 2018; Milano; Mansilla, 2018).

Estas ambigüedades se potencian cuando se reconoce que muchas ciudades que atraen a turistas tienen también una alta capacidad de recibir flujos de población temporaria que, sin ser turistas, tienen pautas de residencia, consumo o comportamiento, muy similares. Estudiantes, pasantes, trabajadores a distancia, retirados, en muchos casos, interactúan con los turistas configurando una “población móvil” que comparte la ciudad con sus residentes habituales. Residentes que, por cierto, muy probablemente en breve tiempo pasen ellos mismos a integrar la población móvil de algún lugar. Y en este ir y venir de unos y otros, los vínculos se consolidan y las comunidades se van configurando sin importar tanto el lugar de residencia habitual, ni ser necesario poner etiquetas tales como anfitriones y turistas.

Trabajos realizados en Buenos Aires muestran el incremento de estas “comunidades móviles”, muy reconocibles en



los lugares de encuentro y entretenimiento, donde los grupos suelen incluir a turistas, residentes habituales, residentes temporarios, amigos y todos los que quieran unirse (Rodríguez, 2018; Bertoncello, 2020).

5 CONSIDERACIONES FINALES

El texto aborda las características que ha ido adquiriendo la ciudad de Buenos Aires como destino turístico, desde un pasado en el que esta actividad tenía una importancia muy acotada en términos de volumen de turistas, productos y lugares atractivos, hasta la actualidad, cuando la ciudad ha ampliado notablemente su oferta y su capacidad de atraer visitantes, al tiempo que ha multiplicado los barrios o fragmentos urbanos que atraen el interés de los turistas; esto ha avanzado hasta el punto de que, bajo el denominador común de “destino turístico Buenos Aires” hoy se incluyen también ofertas y atractivos localizados en áreas periféricas o lugares próximos, los que en rigor no pertenecen a la ciudad.

Más allá de la presentación de las especificidades que muestra el turismo en este destino, interesa aquí destacar algunas cuestiones generales. La primera de ellas dice acerca del carácter netamente social de la capacidad de atraer turistas de la ciudad; se trata de una condición construida en la interacción entre las acciones de actores intencionados en promover el turismo, que operan tanto propiciando las condiciones de infraestructura y equipamiento generales que lo hacen posible, como poniendo en destaque atributos específicos de la ciudad que, adecuadamente acondicionados se tornan apelativos para los potenciales turistas, motivando su visita. Esto conlleva algunas



advertencias para quienes se interesan en el estudio del turismo, advirtiéndolo sobre la necesidad de analizar estos procesos, abandonando toda perspectiva que naturalice las condiciones atractivas y las potencialidades de los lugares para atraer turistas, considerándolas obvias y disponibles por sí mismas.

La segunda refiere a la evidencia clara que el estudio de caso muestra acerca de la existencia de un momento de quiebre en el tiempo, a partir del cual el turismo pasa a incrementar su importancia en todo sentido en el contexto de la ciudad. Esto sucede en torno al cambio de siglo, podría aventurarse que en dos décadas en torno a esta fecha, durante las cuales se acelera la turistificación de la ciudad, tanto en términos de ofertas y oferentes, como de visitantes y sus actividades. Esto permite reconocer que la ciudad, acompañando tendencias y expectativas ampliamente difundidas en el contexto occidental, hace una apuesta fuerte al turismo, en el marco de políticas y acciones que lo involucran al tiempo que lo incluyen en el marco de un conjunto más amplio orientado a promover una diversidad de actividades vinculadas con el consumo y el uso o disfrute del tiempo libre. La noción de la ciudad como una máquina de entretenimiento nos resulta muy fértil, en la medida en que permite comprender de manera abarcativa este nuevo rumbo de la ciudad en términos de sus funciones dominantes; permite, asimismo, ir más allá del análisis de los cambios observables en sí mismos para inscribirlos en tendencias más amplias y estructurales en las que cobran sentido.

La adecuación de la ciudad para el turismo asocia acciones orientadas a garantizar su plena inclusión en redes globales, junto con otras que apuntan a destacar sus rasgos singulares y atractivos para la mirada turística; ambas confluyen en la transformación de la ciudad en un lugar de destino turístico altamen-



La multiplicación de atractivos, prácticas y experiencias para el turismo conlleva la puesta en valor de múltiples fragmentos de la ciudad, que a través de su acondicionamiento material, su estetización y tematización, logran superar su condición de espacios banales para convertirse en atractivos cuyo disfrute convoca la llegada de turistas, junto con el despliegue de servicios y consumos específicos, que incentivan el negocio turístico.

Estas tendencias se consolidan en años recientes, cuando los gustos y preferencias de los turistas se hacen cada vez más específicos, más interesados en el consumo de experiencias y más reacios a aceptar las ofertas tradicionales, obligando a una permanente revitalización del destino turístico. Estas tendencias ponen énfasis, asimismo, en la procura de experiencias definidas como auténticas, compartidas con los lugareños, más próximas a la vivencia cotidiana, todo lo cual despliega la presencia de turistas en los ámbitos cotidianos más diversos, desdibujando las lógicas tradicionales de enclaves y zonas turísticas. La ciudad “toda” se va convirtiendo, de este modo, en atractiva para los turistas.

Estas tendencias, cabe advertir, plantean importantes consideraciones a la hora de evaluar las matrices conceptuales y las perspectivas de análisis dominantes del turismo, desafiando a revisarlas y a avanzar en la incorporación de nuevas. Entre ellas, las clásicas dicotomías que han organizado el análisis del turismo (y de la Geografía del turismo) tales como lugares de origen y destino, estadía turística y vida cotidiana, turistas y anfitriones, parecen ser cada día más insuficientes para comprender las tendencias actuales del turismo, y su incidencia en la puesta en valor de los lugares. Confiamos en que este texto motive y brinde insumos iniciales para recorrer este camino.



BERTONCELLO, R. Turismo, territorio y sociedad. El “mapa turístico de la Argentina”. In: GERAIGES, A.I.; AROYO, M.; SILVEIRA, M. L. (ed.). **América Latina: cidade, campo e turismo**. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 317-336.

BERTONCELLO, R. Consumo turístico y recreativo, de la ciudad a la región metropolitana. El destino turístico Buenos Aires. In: SILVEIRA, M. L.; BERTONCELLO, R.; DI NUCCI, J. (coord.). **Ciudad, comercio y consumo: temas y problemas desde la Geografía**. Buenos Aires: Café de las Ciudades, 2020. p. 339-364.

BERTONCELLO, R.; IUSO, R. Turismo urbano en contexto metropolitano. Tigre como destino turístico en el Área Metropolitana de Buenos Aires, Cuadernos de Geografía. **Revista Colombiana de Geografía**, Bogotá, v. 25, n. 2, p. 107-125, 2016.

BERTONCELLO, R.; TRONCOSO, C. La ciudad como objeto de deseo turístico: renovación urbana, cultura y turismo en Buenos Aires y Salta (Argentina). **Gran Tour**: revista de investigaciones turísticas, Murcia, vol. 9, p. 4-26, 2014. Disponible en: <https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/381723>. Acceso en: 16 abr. 2026.

BOYER, M. Ciudades en venta: la comercialización de la historia en el South Street Seaport. In: SORKIN, M. (ed.). **Variaciones sobre un parque temático: la nueva ciudad americana y el fin del espacio público**. Barcelona: Gustavo Gili, 2004. p. 205-230.

COHEN, E. Principales tendencias en el turismo contemporáneo. **Política y Sociedad**, Madrid, v. 42, n. 1, p. 11-24, 2005.

DONAIRE, J. **Turismo cultural: entre la experiencia y el ritual**. Barcelona: Edicions Vitel-la, 2012.



SMITH, N. Gentrification, the frontier and the restructuring of urban space. *In*: FAINSTEIN, S.; CAMPBELL, G. (ed.). **Readings in Urban Theory**. Oxford: Blackwell Publishers, 1996. p. 338-358.



5

Centralidade urbana do turismo de Belém sobre Salinópolis-PA: processos históricos e crise econômica em tempos de pandemia

Jorge Alex de Almeida Souza

Secretaria de Estado de Cultura do Pará

E-mail: jsouza.alex@hotmail.com

Hugo Rogério Hage Serra

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

E-mail: serra@unifesspa.edu.br

1 INTRODUÇÃO

O presente texto analisa a relação da centralidade urbana entre Belém e Salinópolis no tocante às práticas turísticas. A capital do Pará reúne infraestrutura, equipamentos turísticos, serviços, centros educacionais (técnicos e científicos), concentração populacional, bem como as elites econômicas e políticas que influenciam e direcionam visitantes e/ou turistas interessados em conhecer os atrativos das cidades que estão sob sua influência, características essas que são ratificadas no curso histórico entre as duas cidades e que criam marcas espaciais motivadas pela força dos processos socioespaciais típicos da atividade turística.

A centralidade urbana exercida por Belém não é um dado do presente; ao contrário, é parte inerente do processo de territorialização do modo de produção capitalista na Amazônia, que remonta aos séculos XVII e XVIII, com presença portuguesa na região. No século XIX, tomando-se a riqueza gerada a partir da economia da borracha, Belém se configura como núcleo urbano principal da Amazônia brasileira, embora não integrada à economia nacional. No século XX, com a reestruturação da política econômica brasileira voltada para integração da região, através da implantação de redes de comunicação, de acesso, de energia, bem como grandes projetos agropecuários e mineralógicos, a dispersão urbana se intensifica aumentando, por seu turno, a influência de cidades primazes sobre as demais cidades, bem como localidades menores, configurando-se, aos poucos, em uma região (Becker, 1997, 2004; Cruz, 1955, 1973; Porto-Gonçalves, 2001; Sarges, 2002; Tavares, 2008, 2011).

As cidades da Amazônia foram essenciais para ocupação, conquista, trocas comerciais e locais, e foram estratégicas não somente para o desenvolvimento dos grupos humanos, assim



como também do sistema capitalista em suas diferentes fases históricas. Elas apresentam formas e processos sociais diferenciados, bem como complexos; são nexos da rede urbana que interligam tempos e espaços distintos, possuem suas estruturas, ritmos, pessoas e circuitos econômicos locais, regionais e globais (Trindade Júnior, 2010, 2015; Trindade Júnior et al., 2016; Trindade Júnior; Silva; Amaral, 2008) resultantes da produção social do espaço geográfico.

O espaço urbano é fundamental para compreender a região, posto que sua rede de infraestrutura e de seus serviços constituem estratégia para a circulação e para o consumo. Corrêa (1989) e Massey (1981), por exemplo, abordam o espaço urbano como condição de acumulação e de reprodução das relações sociais. Os autores em questão explicam, ainda, que o urbano reúne diversos usos da e na cidade, exprimindo uma organização social que, aparentemente, está desconexa, mas que contém interdependências em diferentes escalas geográficas, reforçando, assim, uma coesão estrutural do modo de produção dominante. O espaço, portanto, é um produto social, concreto, histórico e que apresenta conflitos territoriais, sendo possível contextualizá-lo, identificando agentes sociais e suas estratégias políticas (Lefebvre, 1974, 1999, 2001; Limonad; Lima, 2003; Martins, 1997).

Vale lembrar o entendimento sobre rede urbana de Corrêa (1987, 1989), aplicado ao contexto da Amazônia e de Belém, como um conjunto de centros urbanos articulados entre si, em que as funções são exercidas pela divisão territorial do trabalho, pela força dos capitais internacional, nacional e regional que possibilitam facilidades de comunicação, transporte, energia e grande velocidade de transformação das cidades centrais, médias e pequenas sob influência da dinâmica capitalista por meio dos “pontos” dessa rede, não mais dendrítica,



e sim multinucleada (Trindade Júnior, 1998; Ribeiro, 2018).

É nesse contexto que se entende a centralidade entre Belém e Salinópolis, em que a capital do estado exerce ações políticas e econômicas para que essa cidade desempenhe papel de entreposto comercial e de navegação marítima no período histórico-geográfico dos séculos XVII, XVIII e XIX, e, a partir do século XX, para funções de segunda residência para o lazer e para o turismo das elites de Belém, desenhadas como uma expressão urbano-regional, mesmo que não se percebam as convergências e as contradições das escalas geográficas na dimensão cotidiana a partir da complexidade socioespacial inerente à vida urbana.

O presente trabalho tem como objetivo analisar a centralidade urbana exercida por Belém sobre Salinópolis no que diz respeito à atividade turística que existe entre essas duas cidades, não como um processo natural estabelecido ao acaso e tampouco restrito ao quantitativo de equipamentos, infraestruturas e de serviços, elementos típicos que demarcam o peso do fenômeno turístico nos lugares. De outra forma, parte-se da hipótese de que a ação e a força política, principalmente dos poderes públicos, em manter o ciclo de dependência daquela cidade em relação à capital do estado do Pará, são os elementos principais da centralidade urbana, apoiados fortemente no movimento econômico-histórico típico entre as cidades, fenômeno este refletido pela atividade turística. Reforça-se, ainda nestes termos, que a dependência de Salinópolis em relação a Belém se aprofundou ainda mais no período de pandemia.

O artigo está estruturado da seguinte maneira: na primeira parte, faz-se um breve apontamento acerca do conceito de centralidade urbana, a fim de que se possa demarcar o debate de forma inicial sobre o tema em questão para que, posteriormen-



te, adequa-se à atividade turística delimitada aqui entre Belém e Salinópolis. Na segunda parte do texto, demonstra-se como a centralidade de Belém é exercida sobre as cidades influenciadas por ela e está assentada em um claro plano histórico em que fluxos de toda ordem redefinem atividades, a exemplo do turismo. Na terceira parte, o turismo é tomado a partir dos dados estatísticos retirados de documentos oficiais, como os Boletins do Turismo do Estado do Pará (Fapespa, 2017, 2018, 2024), os quais apresentam a concentração de recursos em Belém em relação às demais frações regionais do estado. Na última seção, atesta-se como a atividade turística de Salinópolis está em uma clara dependência de Belém, algo que foi fortemente impactado pela pandemia da Covid-19.

2 BREVES NOTAS TEÓRICO-CONCEITUAIS ACERCA DA CENTRALIDADE

No âmbito teórico, procura-se relacionar as práticas turísticas com a dinâmica do espaço urbano a partir das informações coletadas em pesquisa bibliográfica e documental, as quais constituem importantes dados materiais comprobatórios da hipótese lançada neste trabalho. Assim, parte-se do entendimento de que a produção do espaço, isto é, seu planejamento e ordenamento, é uma instância social, tal qual afirma Santos (2004a), algo que pode se refletir em conflitos ou tensões entre o Estado, organizações coletivas e o setor privado.

Em outros termos, toda ação social se projeta no espaço, ao passo que, concomitantemente, tem o espaço como pressuposto para toda e qualquer ação humana. Essa reflexão parte do



presente, sem perder a revisita ao passado e, ao refazer tal percurso, projetam-se cenários geográficos (Lefebvre, 1974, 1999, 2001; Martins, 1997), sempre com a possibilidade de compreensão do movimento histórico ser dado de forma aberta e fluida. Isso se dá devido às múltiplas intencionalidades exercidas pela sociedade ao longo do tempo e porque, também, nenhum processo socioespacial ocorre de forma absoluta na realidade, já que suas contradições e/ou retrocessos são inerentes ao tempo.

As contribuições dos autores mencionados como “fio de Ariadne”, integrando presente-passado-futuro – numa dinâmica dialética socioespacial constante – envolvendo Belém e Salinópolis em discussão, procuram demonstrar que tal interação entre elas é um processo intencional que remonta à ocupação e à territorialização portuguesa na Amazônia, por meio da inserção da região e das cidades na divisão territorial do trabalho. Consequentemente, Belém veio a se constituir como núcleo agregador (em um dado momento) das funções/trocas da rede urbana, tornando-a uma cidade dispersora das sociabilidades urbanas, ao mesmo tempo em que fez com que outras cidades se tornassem dependentes dela.

Aliado ao exposto, os conceitos de rede urbana e de centralidade se tornam essenciais para o presente texto. O primeiro conceito é considerado uma escala de análise na qual são tomadas as espacialidades de uma economia de mercado, a divisão territorial do trabalho e a articulação entre as cidades (nós da rede). Essa articulação diz respeito às trocas comerciais, aos fluxos de pessoas e de informações e às infraestruturas que ampliam a fluidez na rede urbana, facilitando a circulação, a produção e o consumo do sistema capitalista (Corrêa, 1987, 1989). Disso, resulta a diferenciação entre as cidades a partir das funções que elas desempenham na dinâmica urbana, as quais são



determinadas pelas ações políticas e econômicas do poder público, bem como do capital. O desenvolvimento das interações urbanas implica na existência das especializações funcionais das cidades e da hierarquia urbana.

Exemplificando, grosso modo, Belém se constitui, no século XVII, na cidade primaz, uma matriz pré-capitalista que passa a ser estratégica para ocupação e para a conquista portuguesa, que, ao longo do tempo, torna-se importante, concentrando fluxos políticos, econômicos, técnico-científicos, de pessoas, de informações etc., sendo capaz de articular e de influenciar outros espaços contíguos ou descontínuos aos seus limites administrativos, de modo a determinar a dinâmica e a vida urbana desses lugares. Esse é o caso emblemático entre a capital e Salinópolis. Belém, a partir de sua expressão e dispersão urbana, tem exercido centralidade política e econômica sobre aquela cidade, resultando em uma conexão de lazer e de turismo, construída paulatinamente para atender demandas das elites de Belém e de sua expansão urbana, de forma geral.

O segundo conceito não se limita somente à modernização do território e aos seus limites administrativos, bem como à aglomeração de empresas, de firmas e de serviços, mas, sobretudo, à capacidade política e econômica de controlar e influenciar os ritmos de cidades que passam a orbitar, de maneira dependente, a vida de uma cidade central que se expande por meio de processos difusos e de maneira polinuclear, como afirma Gottdiener (2010). A partir das ideias de Lefebvre (1999, 2001), para se entender a centralidade, necessita-se compreender a realidade urbana a partir da dialética da produção do espaço enquanto elemento social. A cidade, enquanto centro, concentra, reúne, converge fluxos e fixos, e, ao mesmo tempo, proporciona a explosão e a dispersão do fenômeno urbano. A



centralidade, para o autor, está na capacidade do urbano em concentrar e atrair trabalho, pessoas, criar excedentes de produção, polarizar espaços/cidades, controlando e influenciando fluxos de mercadoria, serviços e pessoas. Tal conceito é um elemento essencial da dispersão urbana a outros espaços como o rural, ao passo que o centro é, claramente, o ponto de convergência e o nó do sistema de circulação, além de integrador e dispersor de processos.

Aplicando o exposto à dinâmica urbana entre as cidades aqui estudadas, é notório identificar dois períodos bem definidos em que o fluxo de pessoas que sai da capital com fins de lazer e de turismo vai em direção a Salinópolis. Tais períodos estão centrados nos meses de julho e dezembro (especificamente nas festas de fim de ano). Nas duas ocasiões, a cidade de Salinópolis é reestruturada dentro de um planejamento e de uma organização contingenciados temporalmente para receber tal fluxo de pessoas, rompendo uma temporalidade lenta, divergente dos meses supracitados, assimilada pela comunidade como baixa e alta temporada.

O tempo e a disponibilidade da cidade central (Belém) determinam o ritmo da vida cotidiana de Salinópolis. Vale ressaltar, como afirma Sposito (1998), que, ao aplicar o conceito de centralidade em relação à rede urbana, é necessário entender a configuração socioespacial e o papel exercido pela cidade central nos demais espaços. Por isso, metodologicamente, entender o espaço urbano enquanto produto social é importante para identificar as intencionalidades dos agentes na produção e as interações entre as cidades e suas redes urbanas. Essas são relações históricas com fortes tensões políticas, sociais e com motivos econômicos. Concomitantemente, as cidades são constituídas por tempos sociais diferentes, mas inseridas em um contexto



geográfico amplo que as converge para produção, circulação e para o consumo, especificando uma unidade regional típica de uma centralidade bastante dinâmica na atividade turística desta fração amazônica.

Para Martins (1997) e para Lefebvre (1974), os momentos históricos – entre cidades, por exemplo – não apresentam relações sociais uniformes e tampouco idades idênticas, uma vez que os modos de organizar a vida são díspares. No entanto, elas integram realidades de um mesmo contexto social de tal modo que, campo e cidade, rural e urbano são pares dialéticos e estão em uma relação de proximidade e distância, de encontro e desencontro, sendo perceptível a simultaneidade dos tempos no espaço geográfico, como afirma contundentemente Santos (2004a). Desse modo, é possível relacionar interações espaciais e históricas entre as cidades de Belém e Salinópolis, e perceber como se deu a centralidade urbana entre elas, para que se co-teje reflexões sobre o momento atual do urbano na Amazônia, tendo Belém como cidade primaz exercendo centralidade sobre espaços de sua influência.

Soma-se a isso uma análise documental, principalmente dos Boletins do Turismo do Estado do Pará, dos anos de 2017, 2018 e 2024 elaborados pela Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (Fapespa), que reúnem estatísticas sobre o setor turístico. No referido documento, há comparações entre as cidades estudadas. Portanto, os dados são analisados à luz da produção social do espaço urbano, sendo autores como Corrêa (1987, 1989), Lefebvre (1974, 1999, 2001), Santos (2004a, 2004b), Trindade Júnior (1998), os quais são balizadores teóricos para o estudo aqui proposto.



3 EXPRESSÕES HISTÓRICO-ESPACIAIS DA CENTRALIDADE URBANA DE BELÉM

A cidade de Belém, nos séculos XVII e XVIII, torna-se essencial para conquista da Coroa Portuguesa na Amazônia, pois o governo lusitano, preocupado com as sucessivas invasões de Espanha, Inglaterra e Holanda, decidiu elaborar e executar estratégias de ocupação e de controle territorial na região. O processo de territorialização da Coroa Portuguesa, por meio da construção de fortins, representou a intenção de combater ameaças holandesas, inglesas e francesas, ao mesmo tempo em que garantiu os produtos das chamadas “drogas do sertão” ao mercado europeu, haja vista o fato de os portugueses terem perdido o monopólio das Índias. Especiarias como cravo, canela, castanha-do-pará, salsaparrilha, anil, gengibre, cacau, óleo extraído de sementes – a exemplo da copaíba e das raízes aromáticas – eram bastante apreciadas pelo Ocidente (Chambouleyron, 2010; Cruz, 1973; Sarges, 2002; Tavares, 2008, 2011). Percebe-se, assim, que, desde o início da ocupação do território, a região amazônica já estava integrada a uma divisão internacional do trabalho, sendo essa região um “território-recurso” (Haesbaert, 2004) ou uma espécie de anexo territorial (Moraes, 2004).

Para viabilização da economia das “drogas do sertão”, foi necessário que a Coroa Portuguesa construísse infraestrutura, o que gerou serviços e o aparelhamento do Estado no norte do país ao criar as unidades administrativas e, assim, garantir a posse do território amazônico, bem como sua posição internacional ante à União Ibérica e aos concorrentes do período mercantilista (Becker, 2004; Porto-Gonçalves, 2001). Tavares (2011) ilustra, a partir de alguns fatos históricos, o processo de reafirmação estratégica na região pela Coroa Portuguesa. É importante notar que Belém assume o protagonismo político-administrativo em relação a São Luís, ainda que esta



localidade seja mais velha do que Belém na formação do território.

As estratégias viabilizadas foram criar fortificações nas embocaduras dos rios e incentivar o povoamento, que iniciou no litoral e adentrou o continente. Ao se criar unidades administrativas (freguesias, vilas e capitanias), estimulou-se o povoamento nuclear, seus mecanismos de controle e de conhecimento territorial. Não é demasiado frisar que a Igreja Católica foi essencial no domínio do território ao usar o conhecimento nativo para reorganização do espaço regional (Tavares, 2011). O incentivo à imigração e à doação de terras em forma de sesmarias e capitanias hereditárias – vinculadas – tinha o objetivo de fortalecer o comércio e aumentar o controle geopolítico português na Amazônia oriental, principalmente na região nordeste do estado, em especial na microrregião do Salgado, onde Salinópolis se tornou importante para a colonização devido à sua localização, que facilitava a gestão territorial da navegação e do comércio marítimo entre as cidades de Belém e São Luís.

A presença dos jesuítas, ao usarem os conhecimentos dos Tupinambás na extração de sal e no reordenamento do espaço local – sob as ordens da Coroa Portuguesa –, tornou-se crucial para substituir o antigo povoamento chamado de Viriandeua ou Virianduba (nome de pássaro na língua nativa) para Salinas, em 1656. Anos mais tarde, Salinópolis é elevada à categoria de vila, constituindo-se núcleo de povoamento, controle administrativo, político e econômico da Coroa Portuguesa na região nordeste do estado do Pará (Cruz, 1955, 1973; Penteado, 1967).

Nos séculos XIX e XX, dois processos socioespaciais marcam, com maior intensidade, o crescimento da rede urbana e da centralidade da capital em relação à porção nordeste do Pará e, por conseguinte, a Salinópolis, a saber: o desenvolvimento da economia da borracha e a construção da Estrada de Ferro de Bragança. A econo-



A Estrada de Ferro de Bragança representou a expansão das sociabilidades urbanas vivenciadas em Belém para a região nordeste do estado. Sua criação tinha como objetivo principal a integração daquela parte do território com o desenvolvimento da capital, suas demandas por mão de obra (é importante ressaltar que o governo incentivou migração e colonização de europeus e nordestinos) e por produtos agrícolas. Ao longo da ferrovia, vários povoados e núcleos surgiram e, hoje, alguns são municípios, inclusive pertencentes à região metropolitana de Belém, como Ananindeua, Marituba, Benevides; outros atuam como centros regionais do nordeste paraense como Castanhal e Capanema (Cruz, 1955; Égler, 1961; Leandro; Silva, 2012; Penteado, 1967; Ribeiro, 2018).

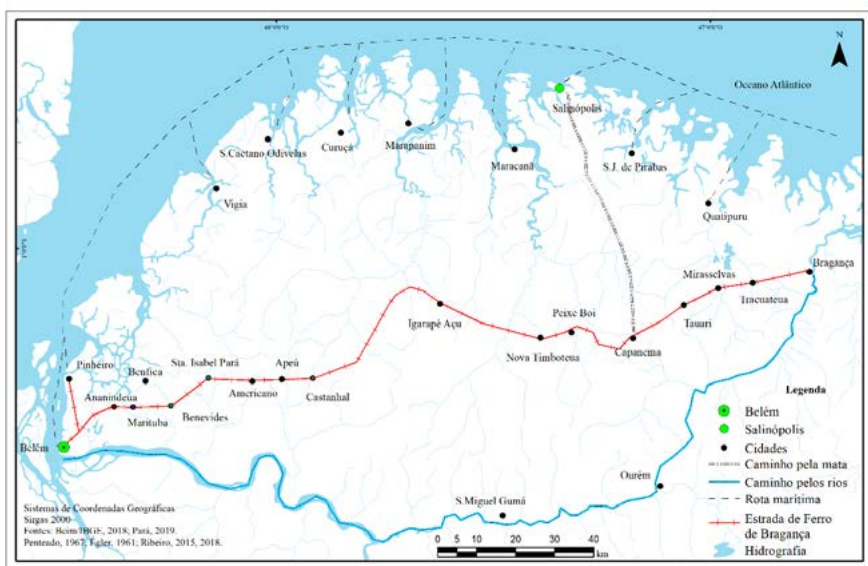
Ribeiro (2015, 2018), por exemplo, analisa o crescimento da rede urbana do nordeste paraense tendo a cidade de Belém como centro difusor do urbano na Amazônia oriental. Para ele, ainda que Belém exerça uma importância fundamental do ponto de vista regional por ser um espaço urbano metropolitano – algo, portanto, que alcança, até mesmo, diferentes escalas regionais no Pará – Castanhal, ao longo dos anos, assumiu uma importância sub-regional que a condiciona como um importante centro urbano de certa



autonomia socioeconômica e espacial, fazendo com que demais núcleos urbanos do nordeste paraense orbitem em torno da centralidade daquela cidade.

Ao se retomar as ideias de Penteado (1967), a Figura 1 indica três meios de comunicação entre a capital e a região nordeste, estudada pelo autor mencionado anteriormente, em que se destaca a Estrada de Ferro de Bragança como objeto espacial de grande importância para a integração daquela região à dinâmica de crescimento de Belém. Na imagem, são apontados três modais que indicam a periodização da rede urbana:

Figura 1 – Modais de comunicação entre Belém, Salinópolis e o Nordeste paraense nos séculos XVII, XVIII, XIX e início do XX



Fonte: Autores com base em Égler (1961), Penteado (1967) e Ribeiro (2015, 2018).



O primeiro modal apontado na Figura 1 diz respeito ao uso do litoral e à rota marítima envolvendo povoados, vilas e cidades, com suas trocas comerciais; o segundo modal se refere ao uso dos rios. Partindo-se de Belém, era possível subir o Rio Guamá até as cidades de São Miguel do Guamá e Ourém. Desta última, navegava-se pelas cabeceiras do Rio Caeté até Bragança. O terceiro modal é a rota da antiga Estrada de Ferro de Bragança, que auxiliou no povoamento e na integração da região, sendo um marco regional para consolidação da rede urbana. De Capanema, usava-se a estrada pela mata até Salinópolis para conexão entre Belém e demais cidades.

A partir de 1950, Ribeiro (2015, 2018) afirma que há um período de crescimento da rede urbana da região impulsionada pela reestruturação das políticas econômicas voltadas para região amazônica, em que se destacam os grandes projetos mineralógicos, energéticos e a expansão das estradas, simbolizando a complexificação das interações urbanas. Nesse sentido, rodovias como a BR-010 (Belém-Brasília), BR-316 (Pará-Maranhão), BR-308 (Belém-Capanema-Maranhão), PA-324 e PA-444 se tornaram eixos de acesso, de fluxos de serviços, de pessoas e de integração entre a região e a capital Belém e, de outro lado, conectaram as porções Leste, Oeste, Sul e Sudeste do Pará, que facilitaram também a comunicação entre as regiões Nordeste e Centro-oeste do país. Ribeiro (2015) ainda afirma que o aumento das interações espaciais, via uso intenso e múltiplo das rodovias com a capital Belém, marca o processo de metropolização do espaço associado à dispersão de Belém e, por conseguinte, tem aumentado a centralidade da capital sobre Salinópolis, como se aborda neste trabalho.

A fim de melhor proceder aos recortes histórico-processuais em que Belém exerceu seu processo de centralidade no decorrer do tempo, o Quadro 1 sintetiza os eventos, seus contextos regionais e nacionais, assim como suas intencionalidades, demonstrando



Quadro 1 – Elementos dos processos socioespaciais da centralidade exercida por Belém sobre Salinópolis

Objetos e ações	Contexto socioespacial	Intencionalidades
Forte do Presépio em Belém.	Brasil-colônia (1616).	Controle territorial português na Amazônia a partir da embocadura do Rio Amazonas.
Criação do estado do Maranhão e do Pará.	Brasil-colônia (1621).	Descentralização do poder político pelo governo central.
Criação do estado do Grão-Pará e Maranhão.	Belém como principal capital da porção setentrional da Amazônia.	Aumento do controle político, econômico, social e militar da Coroa portuguesa por meio da implantação das capitanias hereditárias, construção de fortes, missões religiosas, incentivo à migração e ao povoamento nuclear, criação administrativa de povoados, vilas e freguesias, Companhia do Comércio e incentivo à economia extrativista (drogas do sertão, madeiras, pescado, extração de sal, agricultura etc.).
Povoado Viriandeua ou Virianduba.	Povoamento do litoral do nordeste do Pará (conhecido como Região do Salgado) e presença jesuíta. Substituição da toponímia de origem tupinambás por Salinas em 1656.	Instalação de uma atalaia (porção do relevo mais elevada) pela Coroa portuguesa para orientação da navegação marítima [...]. Fogueiras e canhões são os instrumentos de sinalização.
Oficialização do ofício de praticagem pela Coroa Portuguesa em 1787..	Consolidação das práticas náuticas no mar e nos rios na região nordeste do Pará e em Salinópolis.	Mar e rio são os principais meios de comunicação entre Belém e Salinópolis.
Consolidação de Salinópolis como cidade portuária da região nordeste	Século XIX, em 1852, construção do primeiro farol na praia do Atalaia. Século XX, em 1916, edificação do segundo farol com tecnologia francesa. Século XX, em 1937, terceiro farol erguido no interior da cidade, porém não mais no litoral, na sua faixa de praia.	Fortalecimento do controle territorial e marítimo por meio da economia extrativista; aumento do comércio e demais trocas entre Belém e a região nordeste, e por conseguinte, Salinópolis.



Construção da rodovia estadual PA-124.	Século XX, em 1937.	Amplia-se o acesso entre Salinópolis, Belém e Capanema. A rodovia fazia ligação, no trecho da cidade de Capanema, com a estrada de Ferro de Bragança até Belém.
Primeiro hotel em Salinópolis.	Século XX, 1936.	Uso de segunda residência e veraneio em Salinópolis pela elite política e econômica de Belém.
Decreto lei nº 3.758 torna Salinópolis Estância Hidromineral, considerada área de segurança nacional.	Século XX, 1960 a 1986.	Ampliação dos serviços de saneamento básico, alargamentos das ruas, instalação da rede elétrica, de água, regularização e ampliação de linhas de ônibus na cidade. Incentivo ao turismo de segunda residência, sol e praia.
Construção da rodovia estadual PA-444	Século XX, a partir de 1960.	Rodovia interliga a PA - 124 à porção norte de Salinópolis. Intensificação do turismo às praias do Atalaia e do Espadarte.
Doação de terras pelo Estado	Século XX	Incentivo ao uso do turismo de segunda residência, sol e praia.
Construção/Pavimentação das rodovias Belém-Brasília BR 010; BR 316; BR 308.	Século XX, a partir da década de 1960. Política de Integração Nacional para Região Amazônica.	Belém, como metrópole regional no norte do país, dispersão urbana a partir dela para as demais regiões do estado e do Brasil, aumento da centralidade urbana de Belém sobre Salinópolis com a reestruturação econômica regional e aumento da fluidez no território.
Pavimentação da rodovia estadual PA 324. Pavimentação da rodovia estadual PA 324.	Século XX, 1974.	Acelera-se o fluxo de pessoas e produtos advindos de Belém para o nordeste do Pará, em especial para Salinópolis. A pavimentação diminuiu o tempo gasto da capital para chegar a Salinópolis para 3h; antes, a viagem demorava 15h.



Implantação do projeto Agroindustrial de Salinópolis: Agri-sal	Século XX, 1960 a 1980.	Incentivo do governo do estado do Pará e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) para criação de formas de economia para a cidade e, ao mesmo tempo, houve melhoria de infraestrutura e de serviços urbanos.
Programas Estaduais de Turismo	Século XX, 1994 a 2011. Programa Beija-Flor (1998), Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará – PDT, Plano Ver-o-Pará (2011).	Incentivos financeiros e creditícios para empreendimentos turísticos em Salinópolis; construção das orlas das praias do Maçarico e Porto Grande; urbanização da praia do Atalaia; expansão do turismo para novas áreas da cidade como praia do Farol Velho e praia da Corvina; incentivos a eventos culturais.

Fonte: Elaboração dos autores com base em Marinho (2009), Tavares (2008, 2011), Serra (2020) e Ribeiro (2015, 2018).

como a dinâmica da centralidade de Belém foi forjada num curso temporal bem específico, e que resultou, na mesma medida, no posicionamento urbano-regional de Salinópolis em relação à capital:

Ao se retomar o quadro anterior e o relacionando com as abordagens teóricas que norteiam a presente reflexão, nota-se que a produção do espaço urbano na Amazônia oriental, tendo Belém como cidade que processa o efeito de explosão-implosão do fenômeno urbano – e tomando emprestado as ideais de Lefebvre (1999, 2001) –, observa-se uma realidade construída ao longo de séculos com diversos agentes e intencionalidades, integrando escalas geográficas diversas e imprimindo marcas na paisagem (formas) que sinalizam contextos geográficos (conteúdos sociais), os quais possibilitam pensar a totalidade socioespacial com movimentos de mudanças e de permanências, tal como asseguram Trindade Júnior (2010, 2015) e Trindade Júnior *et al.* (2016) para a região amazônica. Certamente, devido à amplitude do fenômeno, o turismo não se situaria às margens desse processo.



O Quadro 1 também sintetiza, sem esgotar outros elementos e processos, as características da constituição da rede e da centralidade urbana a partir de Belém em direção à região nordeste paraense. São indicativos desse fenômeno a economia de mercado, divisão territorial do trabalho, eixos de integração e de articulação que agilizam a produção, a circulação e o consumo, e que são capazes de promover a atração de pessoas, fluxos de produtos, serviços e informações a partir de um centro, o qual se dá a partir da capital do estado. Nestes termos, percebe-se a própria funcionalidade e a especialização de Salinópolis (diante da dinâmica urbana entre Belém e a região nordeste paraense) que, ao longo do percurso histórico-geográfico, sempre atendeu às demandas políticas e econômicas de Belém, conforme abordam Cruz (1955, 1973), Égler (1961), Penteado (1967), Corrêa (1987, 1989), Trindade Júnior (1998, 2010, 2015, 2016) e Ribeiro (2015, 2018).

4 O TURISMO DO PARÁ EM NÚMEROS: CONCENTRAÇÃO ECONÔMICA E DIFERENÇAS INTERNAS

Os boletins de turismo do Estado do Pará sistematizam informações sobre o turismo na economia, indicando seus efeitos na geração de renda, nos investimentos diretos e indiretos, estabelecendo, ainda, os parâmetros dos rebatimentos da prática turística no mercado do trabalho formal e informal, o que permite averiguar diferenças internas para posterior planejamento das ações. Tais dados podem ser interpretados como uma confirmação consistente de como os processos socioespaciais estão assentados em uma trajetória histórica e representados estatisticamente em números, demonstrando, por esse ângulo,



a centralidade de Belém na atividade turística ao se comparar com as demais frações do território paraense.

Segundo os dados da Fapespa (2017, 2018, 2024), no estado, os polos turísticos são Belém, Amazônia Atlântica (onde se localiza Salinópolis), Araguaia-Tocantins, Xingu, Tapajós e Marajó. Os documentos adotam como recorte espacial para fins de planejamento os polos, destacando-se as cidades consideradas estratégicas para o fomento público para o setor, bem como suas influências política, econômica e social, capazes de congregiar fluxos, serviços e investimentos. É importante frisar que a ideia de polo adotada pelo governo do Pará, por meio da Secretaria de Estado de Turismo (Setur), considera os recortes regionais (subdivisões territoriais do estado do Pará) apenas como efeito administrativo, sem que haja, na mesma medida, um efeito polarizador regional das cidades mais importantes desses mesmos recortes, tal como afirma Serra (2020).

Três elementos importantes, do ponto de vista do turismo, tornam Belém a cidade com capacidade de exercer a centralidade urbana em relação às demais cidades (em especial a Salinópolis), a saber: a) o fato de Belém receber os maiores investimentos do Ministério do Turismo; b) é o polo que tem mais visitação de turistas (devido à sua concentração de atrativos turísticos); e c) concentra a maior renda gerada pela atividade (maior concentração de trabalhos direta e indiretamente ligados às ACTs).

Em Salinópolis, fora o período das férias e do fim de ano, o perfil dos turistas se altera, pois são oriundos de cidades próximas e que tiveram mais de uma experiência como local. A maioria do contingente fica hospedada em hotéis, pousadas e não contrata agência de turismo, usa carro próprio para seu deslocamento e viaja em família (Fapespa, 2024). A cidade, assim,



tem forte declínio na mobilidade de turistas fora dos períodos anteriormente mencionados.

Ainda, segundo os dados atualizados da Fapespa (2024), o cenário de visitação de turistas por região no estado continua quase inalterado. Belém lidera enquanto destino de turistas (60,7% de participação). A região na qual Salinópolis integra conta com 9,7% de visitantes – ainda em terceiro lugar –, haja vista a ampliação dos serviços característicos do turismo e das melhorias de infraestruturas nas cidades. Tal cenário reforça a dependência econômica de Salinópolis em relação à capilaridade que Belém exerce nas interações urbanas.

5 AS CONSEQUÊNCIAS DA DEPENDÊNCIA ECONÔMICA DO TURISMO EM SALINÓPOLIS NOS TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19

Notadamente, o contexto da crise político-econômica do país antes do período pandêmico, somado aos efeitos da crise sanitária mundial, fez com que a dependência de Salinópolis em relação a Belém ficasse mais evidente. Como a retração do fluxo doméstico foi drástica na região Amazônia-Atlântica-Caeté e, em especial, em Salinópolis (por meio dos bloqueios/barreiras sanitárias impedindo ou restringindo fluxos de pessoas no estado), houve fortes tensões, crise econômica e perdas de emprego nessa cidade, uma vez que o perfil dos turistas regionais, os quais participam no consumo em períodos das férias e festas de fim de ano é, majoritariamente, de Belém.

As informações divulgadas por Brasil (2020) demonstram o impacto da pandemia em Salinópolis no setor de meios de



hospedagens, comparando os anos de 2019 e 2020. Em 2019, entre os meses de fevereiro e maio, houve saldo negativo na movimentação em hotéis e similares, entre -8 e -10. Em 2020, para o mesmo período, houve momentos de saldo negativo em fevereiro; porém, em abril e maio, verificaram-se saldo negativo de -6. O mês de março de 2020 apresentou acréscimo de contratações em relação ao primeiro bimestre do ano. No entanto, com o avanço da pandemia e com os decretos restritivos de circulação no estado do Pará, foram registrados declínio no número de admissões nos meses de abril e maio.

Nos setores de restaurantes, de serviços de alimentação e de bebidas, os reflexos foram sentidos através do aumento de demissões de trabalhadores, sendo que, em 2019, houve mais de quinze (15) pessoas desligadas e, em 2020, registrou-se mais de setenta (70) trabalhadores. Não houve registro de atividades ligadas às operadoras turísticas, organização de eventos (exceto culturais e esportivos) e locação de automóveis (Brasil, 2020).

As situações acima também podem ser exemplificadas nas observações de atores-chave da política econômica do turismo para a sub-região do Caeté. As falas subsequentes são, respectivamente, do gerente regional do Sebrae e do presidente da Associação Rede de Desenvolvimento Sustentável e Turística da Amazônia (Redestur). Para eles:

[...] Os municípios integrantes da região Costa Atlântica Caeté, como é o caso principalmente de Salinópolis, têm historicamente maior fluxo de turistas vindo da região metropolitana de Belém. [...] Eles (turistas) acabam vindo pela necessidade, também, de ter a possibilidade de visitar atrativos naturais como as praias e eventos culturais. Salinópolis se beneficia nesse processo bem mais pelo



maior fluxo de turistas e ocupações de meios de hospedagens, porém com a pandemia verificamos forte crise do setor tanto nas atividades características do turismo, como as consideradas indiretas [...] com a adoção de barreiras sanitárias na grande Belém para conter os avanços da Covid-19 e sendo este o maior mercado para a região aconteceu fechamentos, falência e demissões no setor.¹

Claro que Belém representa oitenta por cento de nosso público. Eu posso te dizer o seguinte: o ano 2019 foi muito complicado, com certeza! Porque era tudo novo pra gente [...] só que em 2020 a situação piorou porque a cidade e o estado fecharam por um tempo maior, vi muita gente vender equipamentos e mercadorias para se manter... rapaz vendeu moto, dono de mercado perdeu cento e noventa mil reais, eu vendi tendas no valor de quinze mil reais, todo mundo perdeu algo, eu perdi.²

Os dados estatísticos expostos evidenciam Belém como espaço urbano privilegiado, pois é o polo turístico que mais recebeu investimentos tanto do governo federal quanto do governo estadual ao longo de dezesseis anos (Fapespa, 2017, 2018, 2024). Belém se tornou, assim, concentradora de renda, de turistas e de equipamentos (de lazer e de turismo), de infraestrutura, de centros educacionais, técnico-científicos, de redes de comunicação e de acesso, tornando-a núcleo agregador e dispersor de fluxos, bem como de informações.

1 Entrevista de pesquisa concedida pelo gerente regional do Sebrae-Caeté, em 29 de junho de 2021.

2 Entrevista de pesquisa concedida pelo presidente da Redestur, em 1º de julho de 2021.



No que se refere às entrevistas, percebe-se como a centralidade de Belém está imersa no discurso dos agentes que lidam com o turismo cotidianamente. Ambos os entrevistados citam Belém como principal fonte de fluxo de pessoas. Os turistas dessa cidade, por sua vez, são evidências do que Marinho (2017) afirma – em parte – ser Salinópolis uma cidade-balneário em uma fração da Amazônia, considerada por este autor uma região com fortes relações com o mar, diferentemente do que se propaga como imagem dessa região mudo afora. Essa concepção é o que marca Belém, do ponto de vista das relações turísticas, em relação à Salinópolis e é o que se constata das falas dos entrevistados.

Ao se retomar a fala do presidente da Redestur, apoiando-se novamente em Sposito (1998), bem como em Dring e Bingham (2000), Belém reúne uma das características nucleares do processo de centralidade urbana, qual seja a de servir como uma fração do espaço que atrai forças econômicas, ao mesmo tempo que as dispersa, direcionando-as de acordo com a finalidade específica inerente à circulação de pessoas e mercadorias, no caso em questão, o turismo.

Ainda de acordo com as informações dos entrevistados, a Covid-19 escancarou a dependência de Salinópolis em relação a Belém. Com o avanço da pandemia do coronavírus no estado do Pará e com as medidas de restrições/barreiras sanitárias – que impediram a saída de pessoas de Belém –, evidenciou-se a centralidade da capital sobre Salinópolis, prosseguindo-se, assim, o curso histórico desse processo já mostrado no Quadro 1 deste texto.

Desta forma, não somente um argumento teórico, pautado na esteira de questões histórico-regionais e dentro de um universo geográfico que está presente na constatação dos fatos,



a relação entre Belém e Salinópolis está calcada no imaginário, bem como no discurso das pessoas envolvidas nessa trama urbano-regional que, ao longo de vários anos, vêm considerando essa relação como sendo construída a partir do papel do poder público e dos fatores econômicos que reforçam esse processo.

6 CONCLUSÃO

A centralidade urbana é um fenômeno que parte do princípio de que uma cidade exerce seu poder econômico, político e cultural sobre outra ou outras frações espaciais que dependem de um centro impulsionador. Neste trabalho, observou-se que – entre Belém e Salinópolis – a centralidade do turismo resulta do forte arranjo socioespacial de Belém ao longo do tempo, tempo este que não se restringe à modernidade do turismo, aquela em que toma o pós-segunda guerra mundial como um marco desse fenômeno (Krippendorf, 1989). Anterior a esse importante recorte temporal, a centralidade entre Belém e Salinópolis fora marcada pelo posicionamento primaz que a capital do Pará exercera ao longo de sua formação histórica, sendo o turismo, nestes termos, um fenômeno corolário marcado no tempo e no espaço.

Do ponto de vista regional, o nordeste do Pará, desde o início da ocupação e do povoamento do território na Amazônia Oriental, constituiu-se em um espaço estratégico para as demandas políticas e econômicas do poder central dos séculos XVII, XVIII e XIX, pois o uso do litoral e das riquezas naturais sempre despertaram interesses advindos de Belém. De início, as cidades da região eram suporte para as rotas marítimas, extração do pescado e de sal; anos mais tarde, o uso de suas terras para agricultura tece a finalidade de abastecer as demandas da capital numa época de desenvolvi-



mento econômico oriundo da exploração da borracha, o que incentivou a imigração de europeus e nordestinos.

No século XX, a região em destaque (especialmente Salinópolis) tornou-se área para o lazer e para passeios de veraneios das elites econômicas da capital. Atualmente, com os direcionamentos de políticas públicas de turismo, Salinópolis é uma das principais cidades turísticas da chamada Região Amazônia-Atlântica-Caeté tendo, novamente, Belém como principal mercado consumidor. Esse longo processo, histórico-geográfico, lento e gradual da constituição da rede urbana do nordeste paraense – onde Belém se torna o “nó” dispersor das sociabilidades urbanas – é resultado de intencionalidades políticas e econômicas para região e, por conseguinte, Salinópolis vem a ser uma parte dos desdobramentos da metropolização do espaço, o que comprova que os processos não são nada naturais, e sim provenientes das relações sociais.

As consequências da centralidade em Salinópolis, durante a pandemia da Covid-19, foram explicadas e analisadas ao longo do texto, merecendo algumas projeções basilares para futuras pesquisas para a cidade, tal como o enfrentamento das comunidades locais que vivem do turismo em relação aos impactos da pandemia. Torna-se imperioso saber se houve apoio por parte do Estado, em suas diferentes esferas administrativas, bem como a qualidade desse suporte. O papel do Estado como sujeito ativo no processo mitigatório da pandemia para os setores econômicos envolvidos com o *trade* turístico, seja na sua relação com os empresários, seja, na mesma intensidade, com a sociedade consumidora dos espaços turísticos.

No que se refere aos empresários, é necessário saber quais estratégias, mecanismos e decisões que podem diminuir o impacto da centralidade de Belém ou, da mesma forma, relativizá-lo



inserindo novos espaços emissores de turistas, observando-se o respeito à diversidade socioambiental, bem como cultural da Região do Salgado paraense. Por fim, deve-se observar atentamente como o turista tem (re)construído sua relação com Salinópolis, entendendo-se que o fenômeno turístico está pautado numa dialética progressiva e, portanto, contraditória da sociedade com a natureza amazônica, sobretudo.

As reflexões não encerram o debate; longe disso, apenas oferecem cotejos para investigações científicas, tendo em vista os desdobramentos da centralidade urbana aqui exposta e a crise sanitária como fenômeno que clarificou um processo considerado natural para muitos paraenses ou, como se costuma dizer no linguajar local, “sempre foi assim”.



REFERÊNCIAS

BECKER, B. K. **Amazônia**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1997.

BECKER, B. K. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BRASIL. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. **Ministério da Economia**, Brasília, DF, 2020. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php>. Acesso em: 20 jul. 2021.

CHAMBOULEYRON, R. **Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)**. Belém: UFPA, 2010.

CORRÊA, R. L. O estudo da rede urbana: uma proposição metodológica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 2, p. 107-124, 1987.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989

CRUZ, E. **A estrada de ferro de Bragança**: visão social, econômica e política. Belém: SPVEA, 1955.

CRUZ, E. **História do Pará**. Belém: Universidade do Pará, 1973. 2 v.

DRING, C.; BINGHAN, R. Beyond edge cities: job decentralization and urban sprawl. **Urban Affairs Review**, [s. l.], vol. 35, n. 6, p. 837-855, 2000.

ÉGLER, E. G. A Zona Bragantina no estado do Pará. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, Ano XXIII, n. 3, p. 527-555, 1961.



FAPESPA. **Boletim do Turismo do Estado do Pará.** Belém: Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas, 2017.

FAPESPA. **Boletim do Turismo do Estado do Pará.** Belém: Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas, 2018.

FAPESPA. **Boletim do Turismo do Estado do Pará.** Belém: Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas, 2024.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço.** 2. ed. São Paulo: Edusp, 2010

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo:** para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1989.

LEANDRO, L. M. L.; SILVA, F. C. A estrada de ferro de Bragança e a colonização da Zona Bragantina no estado do Pará. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 15, n. 2, p. 143-174, 2012.

LEFEBVRE, H. **La production de L'espace.** Paris: Anthropos, 1974.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

LIMONAD, E.; LIMA, I. G. Entre a ordem próxima e a ordem distante: contribuições a partir da obra de Henri Lefebvre *In*: LIMONAD, E. (org.). **Entre a ordem próxima e a ordem distante:** contribuições a partir do pensamento de Henri Lefebvre. Niterói: UFF/Gecel, 2003. p. 15-34.



MARINHO, R. **Faces da expansão urbana em Salinópolis, zona costeira do estado do Pará**. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

MARINHO, R. **Pequenas cidades do Nordeste do Pará: maritimidades da Amazônia**. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Federal de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2017.

MARTINS, J. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MASSEY, D. Regionalismo: alguns problemas atuais. **Espaço e Debates**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 50- 83, 1981.

MORAES, A. C. R. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2004.

PENTEADO, A. R. **Problemas de colonização e de uso da terra na região bragantina do estado do Pará**. Belém: UFPA, 1967. (Coleção amazônica, Série José Veríssimo).

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

RIBEIRO, W. O. Das frágeis conexões às múltiplas interações: estruturação e periodização da rede urbana do nordeste do paraense. *In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE*, 11., 2015, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: UFRGS, 2015. p. 5909-5920.



RIBEIRO, W. Dispersão metropolitana e novas formas urbano-regionais: uma proposta para o reconhecimento e a delimitação da cidade-região de Belém. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 12, n. 1, p. 132-154, 2018.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica, tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2004a.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2004b.

SARGES, M. **Belém**: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912). 2. ed. Belém: Paka-Tatu, 2002.

SERRA, H. R. H. **Obra-prima da Amazônia?** Problemas de regionalização e políticas públicas de turismo no território paraense. Itutuba: Barlavento, 2020. Disponível em: [http:// editorabarlavento.blogspot.com/p/colecao-geografia.html](http://editorabarlavento.blogspot.com/p/colecao-geografia.html). Acesso em: 10 jun. 2021.

SPOSITO, M. E. B. A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade urbana. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano III, n. 4, p. 27-37, 1998.

TAVARES, M. G. C. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação dos municípios. **Acta Geográfica**, Boa Vista, ano II, n. 3, p. 59-83, 2008.

TAVARES, M. G. C. A Amazônia brasileira: formação histórico-territorial e perspectivas para o século XXI. **Geosp**: espaço e tempo, São Paulo, n. 29, p. 107-121, 2011.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. **A cidade dispersa**: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana. 1998. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.



TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. Diferenciação territorial e urbanodiversidade: elementos para pensar uma agenda urbana em nível nacional. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 12, n. 7, p. 227-255, 2010.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. Cidades e centralidades na Amazônia: dos diferentes ordenamentos territoriais ao processo de urbanização difusa. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 21, n. 12, p. 305-334, 2015.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C.; SILVA, M. A. P.; AMARAL, M. D. B. Das “janelas” às “portas” para os rios: compreendendo as cidades ribeirinhas na Amazônia. In: TRINDADE JÚNIOR, S-C. C.; TAVARES, M. G. C. (org.). **Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências**. Belém: Edufpa, 2008. p. 27-48.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. *et al.* Uma cidade média na Amazônia Oriental: a centralidade urbano-regional de Marabá no Sudeste Paraense. In: SPOSITO, M. E. B.; ELIAS, D.; SOARES, B. R. (org.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Marabá e Los Angeles**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. p. 27-222.



6

Cultura, turismo e produção do espaço urbano na Amazônia paraense: o Arrastão do Pavulagem e a economia política da cultura em Belém do Pará

Edgar Monteiro Chagas Junior
Universidade do Estado do Pará
E-mail: edgar.mc.junior@uepa.br

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a Amazônia tem se consolidado como um espaço privilegiado para a análise das transformações contemporâneas que articulam cultura, economia e produção do espaço urbano. Esse processo, entre outros fatores, está diretamente relacionado à crescente centralidade assumida pelas manifestações culturais no interior das dinâmicas do turismo e das economias simbólicas, configurando um cenário no qual práticas tradicionalmente vinculadas à vida comunitária passam a integrar estratégias de desenvolvimento territorial e políticas públicas urbanas.

Essa mudança não deve ser compreendida como um simples deslocamento funcional da cultura, mas como parte de um movimento mais amplo de reestruturação das cidades e de redefinição das formas de valorização econômica do espaço. Nesse contexto, a cultura deixa de ocupar uma posição marginal ou complementar para tornar-se elemento estruturante das dinâmicas urbanas contemporâneas, sendo mobilizada como recurso estratégico na produção de identidades territoriais e na inserção das cidades em circuitos econômicos mais amplos.

Na Amazônia paraense, esse fenômeno adquire características específicas, dadas as particularidades históricas, sociais e culturais da região. As manifestações culturais – incluindo cortejos populares, festividades religiosas, expressões musicais e práticas performáticas coletivas – constituem formas de produção simbólica profundamente enraizadas nos modos de vida locais. Essas práticas não apenas expressam identidades, mas também organizam temporalidades, configuram territorialidades e estruturam relações sociais.



No entanto, a intensificação dos processos de urbanização e a expansão do turismo cultural têm promovido uma reconfiguração dessas manifestações, que passam a ser progressivamente incorporadas a circuitos institucionais e econômicos. Essa incorporação implica uma transformação significativa no estatuto da cultura popular, que deixa de ser vivida exclusivamente como prática social interna aos grupos que a produzem para assumir, também, a condição de ativo territorial, inserido em processos de valorização econômica e de produção de imagem urbana.

A cidade de Belém, capital do Pará, constitui um exemplo emblemático dessas dinâmicas. Ao longo das últimas décadas, diversas manifestações culturais foram integradas a políticas de turismo e estratégias de promoção urbana, contribuindo para a construção de uma imagem da cidade associada à diversidade cultural amazônica. Esse processo evidencia a centralidade da cultura na produção do espaço urbano contemporâneo, ao mesmo tempo em que revela as tensões e contradições inerentes à sua inserção em circuitos econômicos.

É nesse contexto que este artigo tem como objetivo analisar as relações entre manifestações culturais urbanas da Amazônia paraense e a economia política do turismo, com ênfase nos processos de patrimonialização, mercantilização simbólica e produção do espaço urbano em Belém do Pará. Parte-se da hipótese de que o turismo cultural atua como mediador entre práticas culturais locais e dinâmicas econômicas mais amplas, reconfigurando os sentidos sociais dessas manifestações e produzindo novas formas de territorialização. Além disso, busca-se compreender como essas dinâmicas se materializam empiricamente na cidade evidenciando as formas pelas quais a cultura participa da produção de paisagens



urbanas, da construção de identidades e da estruturação de economias locais, tendo por base empírica uma das manifestações culturais mais representativas do cenário atual em Belém do Pará, o Arrastão do Pavulagem.

Do ponto de vista teórico, este trabalho fundamenta-se na articulação entre a geografia crítica e a economia política do espaço, mobilizando um conjunto de autores que permitem compreender a centralidade da cultura na produção do espaço urbano contemporâneo. Adotamos as perspectivas de Henri Lefebvre (2001, 2006) sobre a compreensão do espaço como produto social e de David Harvey (2005) em relação a produção do espaço urbano e sua vinculação às dinâmicas de acumulação capitalista, nas quais a cultura passa a ser mobilizada como elemento estratégico de valorização econômica e simbólica. No campo da cultura e da economia simbólica, adotamos a noção de cultura como recurso, proposta por George Yúdice (2013), a qual permite compreender como as manifestações culturais são incorporadas a estratégias de desenvolvimento, governança e promoção territorial, assumindo funções que extrapolam sua dimensão expressiva.

Na leitura complementar sobre a cidade, corroboramos da análise de Fernanda Sánchez (2010), que a interpreta contemporaneamente como objeto de reinvenção orientada pelo mercado global, em que a produção de imagens urbanas e a valorização simbólica do território desempenham papéis centrais. Por sua vez, a contribuição de Xerardo Pereiro Pérez (2009) ajuda a compreender o turismo cultural como um campo de mediações, no qual as culturas são continuamente traduzidas, reinterpretadas e ressignificadas nas interações entre diferentes atores. Fizemos uso também da pesquisa sobre o Arrastão do Pavulagem desenvolvida em nossa tese de doutoramento (Chagas Junior,



2016) como base de observação e discussão das questões sobre produção de sentido e de espaço propostas neste artigo.

A partir da articulação desses referenciais, entende-se que as manifestações culturais não podem ser reduzidas a expressões identitárias ou recursos econômicos isolados, mas devem ser analisadas como práticas socioespaciais complexas, inseridas em redes de relações que envolvem produção simbólica, estratégias de mercado, mediações culturais e disputas políticas. Esse enquadramento teórico permite sustentar a análise proposta no artigo, ao evidenciar que o turismo cultural atua como mediador entre essas dimensões, participando ativamente da produção do espaço urbano e da reconfiguração das práticas culturais na Amazônia paraense.

Adotamos uma abordagem qualitativa de caráter interpretativo. Parte-se do entendimento de que as manifestações culturais devem ser analisadas como práticas socioespaciais complexas, inseridas em redes de relações que articulam dimensões simbólicas, econômicas e políticas. Além disso, o artigo incorpora uma dimensão reflexiva, reconhecendo que o autor também está inserido no campo investigado. Essa perspectiva nos aproxima de uma perspectiva da produção do conhecimento como prática situada, influenciada por experiências, trajetórias e relações sociais.

Do ponto de vista analítico, este trabalho busca articular diferentes escalas, considerando tanto as dinâmicas locais das manifestações culturais quanto sua inserção em circuitos mais amplos de circulação econômica e simbólica. Busca compreender as manifestações culturais não apenas como eventos isolados, mas como parte de processos mais amplos de produção do espaço e de transformação das cidades, tendo como centralidade a cidade de Belém do Pará.



2 TURISMO CULTURAL E ECONOMIA SIMBÓLICA NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

O turismo cultural, no contexto contemporâneo, deve ser compreendido como uma prática socioespacial complexa que articula fluxos materiais e imateriais, conectando territórios, sujeitos e sistemas econômicos em diferentes escalas. Mais do que uma atividade voltada ao deslocamento de visitantes, o turismo constitui um dispositivo de reorganização do espaço urbano, na medida em que produz centralidades, redefine usos do território e reconfigura a relação entre cultura e economia.

Em Belém do Pará, o turismo cultural tem se consolidado como um dos principais vetores de valorização simbólica do espaço urbano, especialmente a partir da incorporação de manifestações culturais aos circuitos de consumo e às estratégias de promoção territorial. Esse processo está diretamente associado à emergência da economia simbólica, na qual a produção de valor está vinculada não apenas à materialidade dos bens, mas à capacidade de produzir significados, experiências e identidades.

Nesse sentido, as manifestações culturais deixam de ser apenas práticas sociais situadas para se tornarem também dispositivos de produção de valor econômico, integrando cadeias produtivas que envolvem diferentes setores, como gastronomia, artesanato, serviços e entretenimento. Assim, a cultura passa a operar como elemento estruturante das economias urbanas, especialmente em contextos nos quais a diferenciação territorial se torna um fator estratégico de competitividade.

A incorporação da cultura ao turismo, no entanto, não se dá de forma espontânea ou neutra. Trata-se de um processo mediado por políticas públicas, estratégias institucionais e in-



teresses econômicos que definem quais manifestações serão valorizadas, como serão apresentadas e quais narrativas serão construídas em torno delas. Nesse contexto, o turismo cultural atua como um dispositivo de seleção e hierarquização, produzindo visibilidades e invisibilidades no campo cultural.

Essa dinâmica evidencia o caráter político da economia simbólica, porque a produção de valor cultural está diretamente relacionada a relações de poder. Determinadas manifestações são promovidas como representativas da identidade regional, enquanto outras permanecem marginalizadas ou invisibilizadas, revelando os critérios e interesses que orientam a construção das imagens urbanas. Além disso, o turismo cultural contribui para a produção de paisagens urbanas específicas, nas quais a cultura é materializada em eventos, espaços e circuitos que organizam a experiência dos visitantes. Essas paisagens não são apenas cenários, mas resultam de processos sociais e econômicos que articulam diferentes atores e interesses.

É nesse ponto que a contribuição de Pereiro Pérez (2009) se torna particularmente relevante. Para este autor, o turismo cultural deve ser entendido como um campo de mediações entre culturas, no qual ocorre um processo contínuo de tradução, negociação e reinterpretação dos significados culturais. Desse modo, o turismo não apenas consome cultura, mas participa ativamente de sua produção e transformação.

Pereiro Pérez (2009) enfatiza que o turismo cultural envolve a construção de “representações culturais dirigidas”, ou seja, formas pelas quais determinadas culturas são selecionadas, organizadas e apresentadas a públicos externos. Esse processo implica uma reconfiguração das práticas culturais, que



passam a ser performadas também em função das expectativas dos visitantes, sem que isso signifique necessariamente perda de autenticidade, mas sim transformação contextualizada.

O turismo cultural não consiste simplesmente no consumo passivo de bens culturais, mas implica processos de mediação, interpretação e recriação simbólica, nos quais as culturas locais são reinterpretadas e ressignificadas em função dos contextos de interação entre visitantes e anfitriões (Pereiro Pérez, 2009, p. 34).

A partir dessa perspectiva, é possível compreender que o turismo cultural em cidades como Belém do Pará não opera apenas como mecanismo de valorização econômica, mas como um sistema de mediação cultural que reorganiza as formas de expressão, visibilidade e reconhecimento das manifestações culturais. As práticas culturais passam a circular em novos contextos, assumindo sentidos múltiplos e, muitas vezes, ambivalentes.

Esse procedimento permite qualificar a compreensão da economia simbólica ao evidenciar que o valor cultural não é dado, mas produzido nas interações entre diferentes atores – produtores culturais, instituições, turistas e mercados. O turismo, nesse sentido, atua como um espaço de encontro e também de tensão, em que se negociam identidades, significados e formas de representação.

No caso de Belém, observa-se que a construção de uma paisagem cultural urbana não resulta apenas da promoção institucional ou do consumo turístico, mas de um processo mais amplo de mediação cultural, no qual manifestações



que acontecem no seu centro histórico como o Arrastão do Pavulagem, o Círio de Nazaré e o carnaval são continuamente reinterpretadas e ressignificadas. Essas manifestações operam simultaneamente como práticas vividas, experiências coletivas e produtos culturais inseridos em circuitos de visibilidade.

Assim, partindo do pensamento de Pereiro Pérez (2009), torna-se possível compreender o turismo cultural enquanto vetor econômico, mas, principalmente, como processo sociocultural complexo que articula produção simbólica, mediação cultural e transformação das práticas. Essa leitura reforça a ideia de que o turismo participa ativamente da produção do espaço urbano, ao mesmo tempo em que reconfigura as formas de existência e circulação da cultura.

No entanto, para compreender plenamente a inserção dessas dinâmicas no contexto urbano contemporâneo, é interessante incorporar a análise proposta por Sánchez (2010), especialmente no que se refere à relação entre cultura, cidade e mercado global. A autora demonstra que as cidades contemporâneas passam por processos de “reinvenção” orientados pela necessidade de inserção em circuitos econômicos competitivos, nos quais a produção de imagens urbanas e a valorização simbólica do território assumem papel central.

A cidade passa a ser concebida e produzida como mercadoria, devendo afirmar uma identidade competitiva no mercado global. Nesse processo, a cultura torna-se um elemento estratégico na construção de imagens urbanas e na atração de investimentos e fluxos turísticos (Sánchez, 2010, p. 47).



É desta forma que o turismo cultural pode ser interpretado como um dos principais instrumentos dessa reinvenção urbana, posto que mobiliza a cultura como recurso estratégico para a construção de identidades territoriais e para a inserção das cidades em circuitos globais. A cultura, nesse contexto, deixa de ser apenas expressão local para se tornar componente central das estratégias de *marketing* urbano e de governança territorial.

No caso da cidade de Belém do Pará, essa leitura permite compreender que a valorização das manifestações culturais não ocorre apenas em função de seu significado social ou identitário, mas também como parte de estratégias mais amplas de posicionamento urbano. Belém, ao promover eventos culturais e manifestações tradicionais, constrói uma imagem de cidade culturalmente rica e singular, capaz de atrair turistas, investimentos e visibilidade.

Essa construção, no entanto, não é neutra. Como destaca Sánchez (2010), a produção de imagens urbanas envolve processos seletivos que privilegiam determinados elementos culturais em detrimento de outros, contribuindo para a construção de narrativas específicas sobre a cidade. Nesse sentido, o turismo cultural participa ativamente da definição do que é visível e valorizado, reforçando determinadas identidades e silenciando outras.

Esse pensamento está alinhado à noção de cultura como recurso proposta por Yúdice (2013), ao evidenciar que a cultura é mobilizada de forma estratégica nas políticas urbanas contemporâneas. Ao mesmo tempo, Harvey (2005) demonstra que a produção do espaço urbano está profundamente vinculada às dinâmicas de acumulação capitalista, nas quais a cultura desempenha papel crescente. A partir dessas contribuições, torna-se possível compreender o turismo cultural em Belém como um processo multi-dimensional, no qual se articulam produção simbólica, mediação



cultural, estratégias de mercado e produção do espaço urbano.

Mediante o exposto, afirmamos que o turismo cultural não deve ser reduzido a uma atividade econômica ou a uma prática de consumo, mas entendido como um campo complexo de produção de sentidos, em que se configuram as formas contemporâneas de relação entre cultura, cidade e economia. Vejamos, então, como isso se processa no contexto de realização de uma das manifestações culturais mais representativas da cidade.

3 O ARRASTÃO DO PAVULAGEM: CULTURA, CIDADE E TERRITORIALIDADES EM BELÉM DO PARÁ

A análise empírica das manifestações culturais na Amazônia paraense permite compreender de forma concreta como se materializam as relações entre cultura, turismo e produção do espaço urbano. A cidade de Belém do Pará apresenta um conjunto de experiências particularmente relevantes, entre as quais se destacam o Arrastão do Pavulagem, em razão do tempo de sua realização (quase 40 anos), da média de público que acompanha os cortejos no Centro Histórico de Belém (mais de 30 mil pessoas em média), da notoriedade a ele atribuída por meios midiáticos convencionais e nas redes sociais da internet, e pela maneira como as instituições de Estado passaram a tê-lo como referência para a divulgação da cidade.

O Arrastão do Pavulagem¹ é uma manifestação cultural urbana realizada na capital paraense, organizada pelo Instituto Ar-

1 No contexto paraense, “pavulagem” carrega o sentido popular de alguém “cheio de si”, exibido ou espalhafatoso. No sentido do Arrastão, isso é ressignificado positivamente, transformando o termo em categoria estética e cultural vinculada à festa e à produção de sentidos urbanos amazônicos (Chagas Junior, 2016).



raial do Pavulagem. Surgido no final da década de 1980, o arrastão consolidou-se como um cortejo musical que percorre as ruas do Centro Histórico da cidade, especialmente durante o período das festas juninas (Figura 1).

Figura 1 – Arrastão do Pavulagem no Centro Histórico de Belém (PA)



Fonte: Fernando Sette.

A manifestação é marcada pela presença de instrumentos percussivos, cantos coletivos, personagens simbólicos e forte participação popular, reunindo milhares de pessoas em um percurso que, temporariamente, transforma o espaço urbano em um território de celebração. Realizado tradicionalmente aos domingos de junho, o Arrastão articula elementos da cultura popular amazônica – como bois-bumbás, cordões e referências ribeirinhas (Figura 2) – com prá-



Figura 2 - Bois-bumbá, “os objetos-brinquedo” do Arrastão na saída do cortejo



Essa ocupação do espaço urbano pela festa não se limita a uma dimensão física, mas envolve a produção de uma experiência sensorial e simbólica que redefine a relação dos sujeitos com a cidade. As ruas deixam de ser apenas espaços de circulação para se tornarem espaços de convivência, expressão e pertencimento. Nesse processo, o Arrastão produz uma territorialidade efêmera, mas intensamente significativa, que reconfigura temporariamente o uso e o sentido do espaço urbano (Chagas Junior, 2016).



Ao longo do tempo, o Arrastão do Pavulagem passou a ser incorporado aos circuitos do turismo cultural, sendo promovido como um dos principais eventos da cidade. Essa incorporação implica uma transformação na forma como a manifestação é percebida e organizada, na medida em que passa a atender também às demandas de visibilidade e consumo cultural. Esse processo evidencia a articulação entre cultura e economia, em que uma prática originalmente vinculada à experiência coletiva local passa a integrar circuitos mais amplos de circulação simbólica e econômica. Porém, essa inserção não ocorre sem tensões, especialmente no que diz respeito à preservação dos sentidos originais da manifestação e à sua adaptação às expectativas do público turístico.

A compreensão do Arrastão como prática cultural urbana exige avançar para além de sua descrição como evento festivo, situando-o no campo da produção de sentido, da performance e da construção de territorialidades simbólicas. Nesse aspecto, em nossa tese de doutorado (Chagas Junior, 2016), oferecemos um aprofundamento ao evidenciar que o Arrastão não se reduz a um cortejo, mas constitui-se como uma experiência social complexa, na qual se entrelaçam ritual, participação e produção simbólica.

Conforme demonstrado na pesquisa, o Arrastão deve ser entendido como uma forma de ação cultural que reativa a rua enquanto espaço de sociabilidade, experimentação e produção de sentidos. Ao mobilizar oficinas, ensaios e cortejos, o movimento institui um processo contínuo de construção coletiva que antecede o evento em si, configurando uma temporalidade própria que reorganiza o cotidiano urbano. Nesse sentido, o Arrastão não começa no cortejo, mas na preparação, nos encontros, nas aprendizagens e nas trocas que constituem o que denominamos como uma dinâmica cultural processual (Chagas Junior, 2016).



Essa dimensão processual permite compreender o arrastão como ritual urbano contemporâneo. Diferentemente das manifestações tradicionais ancoradas em comunidades territorialmente estáveis, o Arrastão do Pavulagem mobiliza sujeitos dispersos na cidade, que se reúnem em torno de uma experiência compartilhada de participação. Trata-se, portanto, de um ritual que não se funda na tradição fixa, mas na experimentação e na construção coletiva do evento, articulando elementos da cultura popular amazônica com práticas urbanas contemporâneas.

Nesse contexto, a rua assume centralidade como espaço de produção simbólica. Como evidenciado na tese, há uma inversão da lógica espetáculo-público, na qual os participantes deixam de ser espectadores passivos para se tornarem agentes da ação cultural. Essa inversão não apenas redefine a experiência estética, mas também produz uma nova forma de territorialização, na qual o espaço urbano é apropriado de maneira lúdica, coletiva e performativa (Chagas Junior, 2016).

Essa leitura permite aprofundar a interpretação proposta no presente artigo, ao evidenciar que o Arrastão do Pavulagem não apenas ocupa o espaço urbano, mas o produz enquanto espaço simbólico. Ao transformar ruas em territórios de festa, música e interação, o arrastão cria uma territorialidade efêmera, porém intensamente significativa, que reconfigura temporariamente as relações entre sujeitos e cidade. Essa produção espacial não é apenas material, mas também sensível, envolvendo sons, corpos, ritmos e afetos.

Além disso, demonstramos que o Arrastão se estrutura a partir de um complexo sistema de mediações que articulam diferentes dimensões – pedagógica, estética e organizacional. As oficinas, por exemplo, não se limitam à transmissão de técnicas, mas



operam como espaços de socialização e construção de pertencimento, reforçando o caráter coletivo da manifestação. Essa dimensão pedagógica é central para compreender a sustentabilidade do movimento, ao passo em que garante a renovação contínua de seus participantes e a circulação de saberes (Chagas Junior, 2016).

Outro aspecto relevante refere-se ao uso de objetos simbólicos – como bois-bumbá, estandartes e adereços – que, ao serem deslocados de seus contextos tradicionais, são ressignificados no interior do Arrastão no Centro Histórico de Belém. Esses elementos operam como mediadores entre tradição e contemporaneidade, produzindo uma estética híbrida que caracteriza a manifestação. Como apontamos em Chagas Junior (2016), esses objetos deixam de ser apenas referências culturais para se tornarem “objetos-brinquedo” e “objetos-rituais”, adquirindo novos sentidos no contexto da performance urbana.

Essa ressignificação dialoga diretamente com a noção de cultura como recurso (Yúdice, 2013), pois elementos da cultura popular são mobilizados tanto para a produção de experiências coletivas quanto para a construção de imagens da cidade. Nesse ponto, a articulação com a economia política do turismo torna-se evidente: o Arrastão do Pavulagem passa a integrar circuitos de visibilidade e consumo cultural, sendo incorporado a estratégias de promoção urbana.

No entanto, como já apontado no artigo, essa inserção não ocorre sem tensões. Em Chagas Junior (2016) compreendemos que o arrastão opera simultaneamente em duas dimensões: como prática cultural participativa e como produto simbólico potencialmente inserido em circuitos econômicos. Essa dualidade evidencia a complexidade do fenômeno, que não pode ser reduzido nem à lógica do mercado, nem à ideia de tradição pura.



Dessa forma, ao articular a análise empírica do artigo com as contribuições da tese (Chagas Junior, 2016), torna-se possível compreender o Arrastão do Pavulagem como um dispositivo de produção de espaço, de sentido e de sociabilidade urbana. Trata-se de uma prática que, ao mesmo tempo em que dialoga com processos mais amplos de valorização simbólica e turística, mantém uma dimensão de experimentação coletiva que reconfigura as formas de viver e experienciar a cidade.

A observação do Arrastão do Pavulagem pode ser significativamente aprofundada quando articulada à noção de produção do espaço, proposta por Lefebvre (2006). Para este autor, o espaço não é um dado neutro, mas um produto social, resultante de práticas, representações e experiências vividas. Nesse sentido, o Arrastão não deve ser interpretado apenas como uma ocupação festiva da cidade, mas como uma prática que efetivamente produz espaço. Este, para Lefebvre (2006, p. 26), “é um produto (social). Ele resulta de uma sequência e de um conjunto de operações, e não pode ser reduzido a um objeto simples. O espaço contém relações sociais; ele incorpora ações e práticas e, ao mesmo tempo, as condiciona”.

Essa perspectiva permite compreender que o Arrastão produz espaço ao mobilizar corpos, sons e objetos que reconfiguram o uso cotidiano da cidade. Como demonstrado acima, o cortejo transforma as ruas em territórios de convivência, performance e pertencimento, instaurando uma espacialidade efêmera, porém, intensamente significativa.

Essa dinâmica também pode ser compreendida à luz da tríade lefebvriana – espaço percebido, concebido e vivido –, uma vez que o Arrastão reorganiza práticas materiais, tensiona formas institucionais de ordenamento urbano e intensifica experiências cole-



tivas. Nesse sentido, o Arrastão atualiza aquilo que Lefebvre (2001) denomina como direito à cidade, entendido como a possibilidade de reapropriação do espaço urbano pelos sujeitos:

O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Ele só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada. O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar (Lefebvre, 2001, p. 134).

No contexto das manifestações culturais amazônicas produzidas e realizadas em ambiente urbano, essa abordagem é particularmente relevante, pois permite analisar essas práticas não apenas como expressões simbólicas, mas como formas de produção espacial. Ao ocuparem ruas, praças e outros espaços urbanos, as manifestações culturais produzem territorialidades específicas, redefinindo usos e significados do espaço.

Entretanto, essa produção do espaço pode ser observada em um contexto mais amplo de reestruturação urbana, o que nos permite mobilizar as contribuições de David Harvey (2005), para quem o espaço urbano é continuamente reorganizado em função das necessidades de acumulação do capital, sendo a cultura progressivamente incorporada como dimensão estratégica desse processo.

O capital não apenas se move através do espaço, mas continuamente produz e reproduz espaços apropriados às suas necessidades. A urbanização torna-se um meio



central de absorção de excedentes de capital, e a cultura passa a ser mobilizada como elemento de valorização simbólica e econômica (Harvey, 2005, p. 72).

A inserção do Arrastão do Pavulagem nos circuitos do turismo cultural evidencia essa dinâmica. A manifestação passa a integrar estratégias de promoção urbana, contribuindo para a construção de uma imagem da cidade associada à diversidade cultural amazônica. O espaço produzido pelo Arrastão, portanto, não é apenas vivido, mas também consumido como experiência.

A incorporação da cultura a esse processo evidencia a emergência da economia simbólica, na qual a produção de valor está diretamente relacionada à produção de significados, imagens e experiências. Nesse contexto, as manifestações culturais passam a desempenhar um papel central na construção de paisagens urbanas e na promoção de cidades, sendo mobilizadas como recursos estratégicos.

É nesse ponto que vale a pena observar o que diz Yúdice (2013). Ao propor a noção de cultura como recurso, o autor evidencia que, na contemporaneidade, a cultura é mobilizada como instrumento estratégico nas dinâmicas econômicas e políticas.

A cultura passou a ser tratada como recurso, isto é, como algo que pode ser gerido, distribuído e instrumentalizado para fins econômicos, sociais e políticos. Ela é convocada a cumprir funções que vão desde a geração de renda até a governança urbana (Yúdice, 2013, p. 29).

Sendo assim, o Arrastão do Pavulagem pode ser interpretado como uma prática que opera simultaneamente em duas di-



menções. Por um lado, mantém-se como experiência coletiva e participativa, marcada pela produção de vínculos, afetos e territorialidades efêmeras. Por outro, insere-se em um campo de instrumentalização da cultura, no qual sua visibilidade e capacidade de mobilização são incorporadas a estratégias de valorização urbana.

Chagas Junior (2016) demonstra que essa dualidade não implica uma simples perda de autenticidade, mas configura um campo de negociação em que os sujeitos atuam ativamente. O Arrastão, portanto, não pode ser reduzido nem à lógica da mercantilização, nem à da resistência pura. Dessa forma, torna-se possível compreender o Arrastão do Pavulagem como um dispositivo socioespacial complexo, no qual se entrelaçam produção do espaço, economia simbólica e política cultural. Tal manifestação evidencia, simultaneamente, a potência da cultura como prática de reapropriação urbana e sua inserção em processos mais amplos de valorização econômica.

4 TENSÕES, DISPUTAS E ECONOMIA POLÍTICA DA CULTURA NO CONTEXTO DO ARRASTÃO

A incorporação das manifestações culturais aos circuitos do turismo e da economia simbólica não ocorre de forma linear ou consensual. Ao contrário, trata-se de um processo marcado por tensões, disputas e negociações que evidenciam o caráter profundamente político da cultura. Nesse contexto, a economia política do turismo revela-se como um campo de forças em que diferentes atores – Estado, mercado e grupos culturais – disputam significados, recursos e formas de representação.

No caso do Arrastão do Pavulagem, essas tensões assu-



mem contornos particularmente complexos, uma vez que a manifestação se estrutura historicamente como prática participativa e coletiva, baseada na experiência compartilhada e na produção de vínculos sociais, mas passa a ser progressivamente incorporada a circuitos institucionais e turísticos que demandam visibilidade, organização e adequação a determinados formatos. Essa transição não implica uma ruptura com sua dimensão original, mas inaugura um campo de negociação no qual diferentes interesses passam a se sobrepor.

Uma das principais dimensões dessas tensões refere-se à noção de autenticidade cultural. No âmbito do turismo, a autenticidade tende a ser mobilizada como um valor estratégico, associado à ideia de “experiência genuína” buscada pelos visitantes. No entanto, essa autenticidade não é uma característica intrínseca das manifestações culturais, mas uma construção social e histórica, constantemente renegociada em função das relações entre os diferentes atores envolvidos. No Arrastão, essa questão se manifesta na própria dinâmica da manifestação, que combina elementos da cultura popular amazônica com práticas urbanas contemporâneas, evidenciando que sua força reside justamente na capacidade de reinvenção.

Ainda, a análise empírica permite observar que a inserção do Arrastão nos circuitos turísticos implica transformações em sua organização e visibilidade. A necessidade de atender a públicos ampliados, de dialogar com políticas culturais e de integrar calendários oficiais introduz novos condicionantes à manifestação. Nesse sentido, a prática cultural passa a operar em uma dupla lógica: de um lado, mantém sua dimensão participativa e processual; de outro, passa a responder a demandas externas relacionadas à sua projeção pública.



Essa dualidade pode ser interpretada à luz da economia simbólica, em que o valor cultural é produzido e apropriado em diferentes escalas. O Arrastão do Pavulagem, ao ganhar visibilidade, passa a contribuir para a construção da imagem de Belém como cidade cultural, sendo incorporado a estratégias de promoção urbana. Nesse processo, a manifestação deixa de ser apenas vivida localmente para também ser comunicada, representada e consumida, evidenciando a articulação entre cultura e mercado.

Outra dimensão central das disputas refere-se à distribuição de recursos e à capacidade de inserção institucional. Nem todas as manifestações culturais amazônicas possuem o mesmo nível de acesso a financiamentos, infraestrutura e reconhecimento público. O Arrastão, ao alcançar maior visibilidade, passa a ocupar uma posição diferenciada nesse campo, o que, por um lado, fortalece sua sustentabilidade, mas, por outro, evidencia as desigualdades existentes no interior do campo cultural.

Ao mesmo tempo, a análise revela disputas em torno do controle simbólico da manifestação, especialmente no que diz respeito à definição de seus significados e formas de apresentação. A ampliação de sua visibilidade implica a circulação de diferentes interpretações sobre o que é o Arrastão, quem o representa e quais elementos devem ser destacados. Nesse contexto, a manifestação torna-se também um campo de disputa narrativa, no qual diferentes atores buscam afirmar suas versões e interesses.

A espetacularização, nesse cenário, emerge como um elemento relevante. A organização dos cortejos, a construção de imagens e a ampliação de sua projeção pública tendem a enfatizar determinados aspectos da manifestação, privilegiando sua dimensão visual e performática. No entanto,



essa transformação não elimina sua dimensão participativa, mas a reconfigura, criando novas formas de engajamento e experiência coletiva.

É importante destacar que os sujeitos envolvidos no Arrastão do Pavulagem não são agentes passivos nesse processo. Ao contrário, como evidenciado na análise empírica, eles atuam ativamente na construção e na negociação dos sentidos da manifestação, buscando equilibrar sua inserção em circuitos mais amplos com a preservação de suas práticas e valores. Essa atuação evidencia a capacidade de agência dos grupos culturais, que não apenas respondem às dinâmicas externas, mas também as influenciam.

Assim, o Arrastão do Pavulagem pode ser compreendido como um espaço de mediação entre diferentes lógicas – cultural, econômica e política – no qual se articulam práticas de participação, estratégias de visibilidade e processos de valorização simbólica. Essa condição revela a complexidade da economia política da cultura em Belém do Pará, evidenciando que as manifestações culturais não podem ser reduzidas a objetos de consumo, mas devem ser entendidas como práticas vivas, atravessadas por disputas, negociações e processos de reinvenção.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste artigo permite afirmar que algumas das manifestações culturais amazônicas ocupam uma posição central na compreensão das dinâmicas contemporâneas que articulam cultura, economia e produção do



espaço. Longe de constituírem apenas expressões simbólicas ou práticas tradicionais isoladas, essas manifestações configuram-se como práticas socioespaciais complexas, por meio das quais se produzem territorialidades, identidades e formas específicas de viver a cidade.

O turismo cultural, nesse contexto, desempenha um papel decisivo ao atuar como mediador entre práticas culturais locais e circuitos mais amplos de circulação econômica e simbólica. Ao mesmo tempo em que amplia a visibilidade das manifestações e gera oportunidades de inserção econômica, o turismo também reconfigura seus sentidos, introduzindo novas demandas, expectativas e formas de representação. Esse processo evidencia a ambivalência que caracteriza a economia simbólica contemporânea, na qual valorização cultural e transformação das práticas ocorrem de forma simultânea.

A análise empírica do Arrastão do Pavulagem possibilita a compreensão de forma particularmente clara essas dinâmicas. A manifestação revela-se como uma prática que, ao mesmo tempo, produz espaço urbano, constrói vínculos sociais e se insere em circuitos de visibilidade e consumo cultural. Sua trajetória evidencia que a cultura popular não é simplesmente incorporada ao turismo, mas participa ativamente da construção dessas relações, configurando-se como espaço de mediação, negociação e disputa.

Nesse contexto, a economia política do turismo deve ser compreendida como um campo de forças em que diferentes atores – Estado, mercado e grupos culturais – disputam significados, recursos e formas de representação. As tensões observadas, especialmente no que se refere à autenticidade, à distribuição de recursos e ao controle simbólico, demonstram que a



cultura não é um elemento neutro, mas um espaço estratégico no qual se articulam relações de poder.

Ao mesmo tempo, a análise evidencia que os grupos culturais não atuam de forma passiva diante dessas dinâmicas. Ao contrário, exercem agência na negociação de suas formas de inserção, redefinindo práticas, produzindo sentidos e construindo novas territorialidades. No caso do Arrastão do Pavulagem, essa agência manifesta-se na capacidade de articular participação coletiva, produção simbólica e inserção institucional, sem que a manifestação seja reduzida integralmente à lógica do mercado.

Com isso, torna-se possível compreender que as manifestações culturais amazônicas operam em uma zona de interseção entre diferentes lógicas – cultural, econômica e política – nas quais coexistem processos de valorização, adaptação e reinvenção. Essa condição híbrida revela a complexidade da produção do espaço urbano contemporâneo em Belém do Pará, evidenciando que a cultura desempenha um papel central na configuração da cidade.

Por fim, este artigo buscou mostrar a centralidade das manifestações culturais na produção do espaço urbano e na economia política do turismo, propondo uma abordagem que integra cultura, território e economia. Ao focalizar a cidade de Belém do Pará, também buscou afirmar a relevância das experiências amazônicas no debate mais amplo sobre as transformações urbanas contemporâneas, destacando sua capacidade de revelar, de forma singular, as contradições e potencialidades das relações entre cultura e cidade.



REFERÊNCIAS

CHAGAS JUNIOR, E. M. **“Pelas ruas de Belém...”**: produção de sentido e dinâmica cultural nos arrastões do Pavulagem em Belém do Pará. 2016. Tese (Doutorado em Antropologia) –Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

PEREIRO PÉREZ, X. **Turismo cultural**: uma visão antropológica. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.

SÁNCHEZ, F. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó: Argos, 2010.

YÚDICE, G. **A conveniência da cultura**: usos da cultura na era global. Tradução de Marie-Anne Kremer. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.



7

Educação Patrimonial, Turismo, Práticas de Campo e Cidadania: A Experiência do Projeto de extensão Roteiros Geo-Turísticos em Belém do Pará na Amazônia Brasileira

Maria Goretti da Costa Tavares
Universidade Federal do Pará
E-mail: goretti@ufpa.br

1 INTRODUÇÃO

A compreensão do espaço urbano na Amazônia exige o afastamento de leituras homogeneizantes que enxergam a região prioritariamente como um vazio demográfico ou um mero almoxarifado de recursos naturais. As cidades amazônicas constituem espaços densos de história, marcados por uma urbanização singular, onde o entrelaçamento constante entre a terra firme, as várzeas, os rios e os igarapés define tanto as formas de povoamento quanto o cotidiano de suas populações.

Entretanto, as dinâmicas de produção do espaço em metrópoles como Belém do Pará reproduzem vetores históricos de exclusão socioespacial. A preservação do patrimônio cultural nas capitais amazônicas esteve frequentemente submetida a uma lógica elitista e monumentalista. Herdado das diretrizes estatais consolidadas no Brasil a partir da década de 1930, o conceito tradicional de patrimônio privilegiou a arquitetura edificada de matriz europeia (pedra e cal, igrejas barrocas e neoclássicas, palacetes do período gomífero), relegando ao esquecimento os saberes, os territórios e as materialidades das populações originárias, africanas e ribeirinhas.

Nesse cenário, a cidade de Belém, fundada oficialmente em 1616 sob o domínio da Coroa Portuguesa, apresenta uma paisagem urbana caracterizada por sobreposições e contradições socioespaciais. De um lado, exhibe-se a “cidade oficial”, monumentalizada nos bairros centrais; de outro, desdobra-se a “cidade real”, marcada por graves deficiências em saneamento básico, vulnerabilidade ambiental nas baixadas e apagamento sistemático da memória dos povos indígenas e afrodescendentes.

O ato de caminhar pela cidade orientadamente constitui um exercício de apreensão da paisagem enquanto totalidade dinâmica.



Como afirma Milton Santos (1982, 1998), a paisagem é um conjunto de formas que expressam as heranças de múltiplos momentos passados, as “rugosidades”, reatualizadas pelas funções do presente. Ao percorrer as vias públicas, o cidadão relaciona-se diretamente com a escala da cidade, permitindo desvelar as contradições ocultas pela ideologia urbanística dominante.

Em resposta à necessidade de integrar o ensino, a pesquisa e a extensão acadêmica a um projeto de cidadania urbana, criou-se, no ano de 2011, no âmbito do Grupo de Pesquisa “Geografia do Turismo e Desenvolvimento Socioespacial na Amazônia”, da Faculdade de Geografia e Cartografia (FGC) da Universidade Federal do Pará (UFPA), o projeto “Roteiros Geo-Turísticos”.

Inspirado nas experiências pioneiras dos “Roteiros Geográficos do Rio de Janeiro”, desenvolvidos pelo geógrafo Prof. Dr. João Batista Ferreira de Melo (UERJ), o projeto adaptou a metodologia da caminhada urbana ao contexto amazônico. Ao longo de uma década e meia, a iniciativa realizou dezenas de percursos abertos, gratuitos e comunitários em Belém e no interior do Pará, alcançando mais de 12.000 participantes (estimativa de junho de 2026).

Nesse sentido, este artigo analisa a articulação entre a Ciência Geográfica, Turismo e Educação Patrimonial Decolonial a partir da trajetória de 15 anos do projeto de extensão e pesquisa “Roteiros Geo-Turísticos”, sediado na UFPA. O estudo investiga de que modo o ato de caminhar e observar criticamente a paisagem urbana de Belém do Pará e de outros municípios da Amazônia funciona como método teórico-metodológico para desvelar os processos de produção do espaço urbano, as “rugosidades” históricas, a segregação socioespacial e as contradições ambientais contemporâneas.

Sob o paradigma do giro decolonial, discute-se a necessidade imperativa de desconstruir a historiografia oficial eurocêntrica



e monumentalista, visibilizando as presenças, ausências e resistências das populações indígenas, negras, ribeirinhas e das mulheres na paisagem edificada. Analisa-se a metodologia do projeto desde a seleção dos itinerários até a condução de aulas públicas abertas e gratuitas com o suporte de monitores em formação (discentes de diversas áreas do conhecimento, do Ensino Médio à Pós-Graduação).

Assim, além desta introdução, que contextualiza o problema e os objetivos do trabalho, e das considerações finais, que sintetiza as contribuições do estudo, o artigo está estruturado em quatro seções principais: 2. **Referencial Teórico**, fundamentando as categorias geográficas, o turismo, a educação patrimonial e o giro decolonial; 3. **Percurso Metodológico**, detalhando as fases de elaboração, teste e execução dos roteiros; 4. **Os roteiros implantados**, analisando empiricamente os itinerários urbanos de Belém e sua expansão territorial; e 5. **Impactos Pedagógicos e Sociais**, avaliando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e formação docente.

2 REFERENCIAL TEÓRICO: GEOGRAFIA, TURISMO, PATRIMÔNIO E DECOLONIALIDADE

2.1 A produção desigual do espaço urbano e o espaço vivido

A análise geográfica da cidade exige o aporte de categorias conceituais que expliquem como a sociedade produz, apropria-se e transforma o seu território. A formulação de Milton Santos (2008) de que o espaço é um acúmulo desigual de tempos serve como



pedra angular para esta reflexão. Cada período histórico imprime na configuração territorial objetos geográficos específicos (fortificações, portos, redes de esgoto, edifícios, vias públicas) que permanecem na paisagem como testemunhos materiais de formas passadas de organização socioeconômica.

Entretanto, esses objetos do passado não são estáticos; eles são continuamente reusados, ressignificados ou abandonados. Paralelamente, a formulação de Henri Lefebvre (1976) sobre a produção do espaço e o direito à cidade nos lembra que o espaço urbano não é um receptáculo neutro, mas uma construção social e política atravessada por conflitos de classe, raça e gênero. O “espaço vivido”, a dimensão da experiência cotidiana, dos afetos, do valor de uso e do simbolismo, é sistematicamente esmagado pelo “espaço concebido” dos planejadores tecnocratas e pelo “espaço percebido” do valor de troca capitalista.

Nas cidades amazônicas, a produção desigual do espaço manifesta-se de forma acentuada no contraste entre as áreas dotadas de infraestrutura urbana (geralmente localizadas nas terras altas e centrais) e as vastas extensões de baixadas, igarapés retificados e áreas de palafitas desprovidas de saneamento básico, onde habita a população trabalhadora.

2.2 Por uma outra leitura do Turismo

A atividade turística, compreendida como uma prática social indissociável da produção e consumo do espaço contemporâneo, é estruturada fundamentalmente sob a égide capitalista. Nesse panorama, o *trade* turístico atua como o principal vetor da mercantilização espacial, transformando o turista em consumidor e o lugar em um produto “empacotado”. Tal dinâmica implica uma seletivi-



dade espacial rigorosa, pautada em critérios estéticos e comportamentais globais do que é considerado “exótico” ou “turístico”. Consequentemente, os projetos de revitalização de centros históricos, a exemplo do que ocorre em Belém do Pará, tendem a operar sob uma lógica homogeneizadora, priorizando a maquiagem arquitetônica (fachadas coloridas) e a instalação de serviços voltados ao visitante (hospedagem e gastronomia), em detrimento das demandas infraestruturais básicas e do cotidiano da população residente.

A realidade do centro histórico de Belém, contudo, transcende a higienização proposta pelas rotas oficiais. Para além das edificações restauradas, o espaço urbano revela uma complexa teia socioespacial que inclui o comércio formal e informal, áreas em processo de deterioração e a efervescência das atividades portuárias. É nesse contexto de contradição que emerge a proposição do projeto de extensão “Roteiro Geo-turísticos”, uma abordagem metodológica que articula a análise geográfica à prática turística. Ao contrapor-se à superficialidade do *fast tour*, esse roteiro evidencia o mosaico heterogêneo de agentes e modos de vida locais, assumindo uma dimensão estritamente pedagógica em que a viagem se consolida como vetor legítimo de conhecimento da realidade urbana em sua totalidade.

Ressignificar o turismo, a partir da experiência do roteiro geo-turístico, representa a demonstração de que o turismo pode ser essa arena onde para (e através da) a visita do outro, os agentes locais passam a (re)conhecer e (re)valorizar sua história e seu espaço (Serra; Tavares, 2017, p. 307).

Deste modo, a experiência do roteiro geo-turístico atua como um instrumento de ressignificação da própria atividade. O turismo



deixa de ser apenas uma engrenagem de consumo passivo para converter-se em uma arena dialógica. Nesse processo de alteridade provocado pela visita do “outro”, os próprios moradores e agentes locais são impelidos a reconhecer, reinterpretar e valorizar criticamente a sua história, a sua cultura e a produção do espaço em que habitam.

2.3 Educação Patrimonial e Geografia: do paradigma monumentalista à abordagem dialógica e crítica

O debate sobre o patrimônio cultural no Brasil atravessou profundas transformações conceituais nas últimas décadas. Tradicionalmente, o patrimônio foi tratado sob a ótica da “pedra e cal”, associado à preservação de monumentos excepcionais e à conservação de uma memória nacional unificada e harmoniosa, desenhada pelas elites intelectuais do Estado.

Autores como Simone Scifoni (2012), Átila Tolentino (2016) e Sônia Florêncio (2012, 2014, 2017) propõem uma ruptura radical com esse modelo conservador. Scifoni (2012) argumenta que o patrimônio deve ser compreendido a partir de sua dimensão espacial: não se trata de isolar o bem cultural em uma redoma para protegê-lo do tempo, mas de garantir a sua apropriação social no presente. O patrimônio adquire sentido quando se torna um elemento dinamizador da vida comunitária e da vivência pública.

Por sua vez, Átila Tolentino (2019) enfatiza que a Educação Patrimonial precisa ser dialógica, reflexiva e crítica. Rompe-se a lógica bancária e unidirecional do conhecimento, na qual uma especialista dita ao público leigo o que deve ser valorizado, para construir um processo educativo em que os sujeitos reconhecem e atribuem significados aos seus próprios bens e territórios. Como ressalta Sônia



Florêncio (2012), a valorização da diversidade cultural é pré-condição para o fortalecimento da identidade e para a afirmação das alteridades historicamente subjugadas.

A educação patrimonial e a geografia mantêm uma relação estreita e complementar, pois ambas buscam compreender o lugar e suas marcas identitárias a partir da leitura crítica do espaço. Enquanto a geografia estuda a produção do território, suas dinâmicas naturais, sociais, culturais e econômicas, a educação patrimonial propõe o reconhecimento e a apropriação dos bens materiais e imateriais que testemunham a história de uma comunidade, mediante monumentos, paisagens, modos de fazer, festas, saberes e técnicas. Quando articuladas, permitem perceber o patrimônio não como objeto museológico distante, mas como parte viva da paisagem que ele habita, em que cada rua, edificação, prática ou acidente geográfico carrega memória e significado.

Essa convergência fortalece a formação cidadã, na medida em que o estudo do lugar amplia a consciência sobre pertencimento, memória coletiva e responsabilidade na preservação dos bens comuns. Ao ler a cidade como textos culturais e geográficos, estudantes identificam processos de ocupação, transformações do relevo, conflitos fundiários, trocas econômicas e heranças de diferentes grupos, contribuindo para combater a visão estética e elitista do patrimônio. Mais do que proteger o que já existe, trata-se de educar olhares capazes de questionar o que foi silenciado, valorizar saberes tradicionais e indígenas, bem como atuar criticamente nas decisões que moldam o território e suas heranças.

Uma geografia cidadã da educação patrimonial parte do princípio de que o patrimônio não é um conjunto de bens estáticos a serem admirados, mas sim uma construção social viva, tecida nas práticas cotidianas dos sujeitos que habitam e significam o território. Ao



aproximá-la do pensamento de Milton Santos (2008) em *A natureza do espaço*, compreende-se que o espaço é resultado da relação entre sistema de objetos e sistema de ações, na qual o patrimônio se faz presente justamente na materialidade herdada (prédios, praças, paisagens, objetos técnicos) e nas práticas humanas que lhes conferem sentido. É nessa interação que a educação patrimonial ganha contornos cidadãos: não para celebrar passados enclausurados em vitrines, mas para ler o território como documento aberto, em que cada grupo social deixa marcas, disputa memórias e reivindica pertencimento.

Nessa chave, o “espaço do cidadão” de Milton Santos (1987) ilumina a dimensão política da educação patrimonial, pois é no espaço banal, aquele da vida comum, do trabalho, da habitação, onde se manifesta a cidadania concreta. Os cidadãos não são apenas habitantes, mas a gente que transforma e é transformada pelo território, reconhecendo no patrimônio as desigualdades, as resistências e as criações populares que muitas vezes ficam à margem das narrativas oficiais. Assim, uma geografia cidadã da educação patrimonial propõe que a leitura do patrimônio se faça a partir do lugar vivido, valorizando saberes populares, memórias subalternas e a própria paisagem como expressão da luta por reconhecimento e por direitos, convertendo o ensino de geografia em prática de invenção de futuros mais justos.

2.4 Giro decolonial na geografia amazônica: ausências, invisibilidades e o direito à cidade

Giro decolonial é uma expressão que designa uma virada teórica e política surgida no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, principalmente a partir de intelectuais latino-americanos como Aníbal Quijano (2005), Walter Dignolo (2017), Walsh (2017), dentre outros. Trata-se de um conjunto de reflexões que colocam em questão a herança colonial na produção de conhecimento, nas instituições e nas formas de viver.



A incorporação do pensamento decolonial na Geografia Urbana permite desvelar a colonialidade do poder, do saber e do ser (Quijano, 2005; Mignolo, 2017) incrustada nas paisagens das cidades colonizadas. No Brasil, e na Amazônia em particular, o colonialismo não se encerrou com a independência política; ele permanece estruturando as relações sociais, a divisão territorial do trabalho e a gestão do patrimônio urbano. O Quadro 1 sistematiza a mudança de paradigma proposta entre a visão tradicional do patrimônio e a Educação Patrimonial Decolonial.

Uma Educação Patrimonial Decolonial assume o compro-

Quadro 1 – As dimensões de análise – patrimônio tradicional x educação patrimonial decolonial

Dimensão de Análise	Paradigma Patrimonial Tradicional	Educação Patrimonial Decolonial
Foco de Preservação	Material, imóvel e monumental (igrejas, palácios, casarões coloniais).	Imaterial, saberes, modos de fazer, paisagens culturais e territórios populares.
Sujeito Histórico	Elites políticas, colonizadores europeus e grandes proprietários.	Povos originários, populações negras, ribeirinhos, mulheres e trabalhadores.
Relação com o Espaço	O bem como objeto intocável, isolado em "redomas" e voltado à contemplação.	Dialógica, participativa, comunitária, pautada em inventários participativos.
Metodologia de Ação	Tecnocrática, vertical, centrada na tutela do Estado e na chancela de especialistas.	Povos originários, populações negras, ribeirinhos, mulheres e trabalhadores..
Narrativa sobre a História	Linear, harmoniosa, unificadora e ocultadora dos conflitos de classe e raça.	Crítica, desconstrucionista, reveladora das fissuras coloniais e das ausências na paisagem.

Fonte: Elaboração da autora, 2026.



misso de realizar uma leitura aprofundada da paisagem, identificando tanto as presenças ostensivas quanto as ausências intencionais, tais como:

1. a Cidade Indígena Apagada: as narrativas urbanas de Belém exaltam a chegada de Francisco Caldeira Castelo Branco em 1616 como o “nascimento” da cidade. O giro decolonial exige reconhecer que ali existia o território indígena denominado Mairi, habitado por milhares de pertencentes aos povos Tupinambá e Nhengaíba. A construção da cidade colonial portuguesa deu-se sobre o rastro do genocídio e da escravidão das populações originárias;
2. a Memória Negra Submersa: o trabalho das populações escravizadas e libertas de matriz africana foi a força motriz que ergueu a infraestrutura física de Belém. Contudo, pouco são os monumentos, nomes de praças ou marcos memoriais no centro histórico que homenageiem lideranças negras ou reconheçam os espaços de sociabilidade e religiosidade afro-amazônica; e
3. a Invisibilidade de Gênero na Toponímia: a toponímia urbana de Belém – o conjunto de nomes de ruas, avenidas, travessas e praças – expressa a hegemonia patriarcal. Levantamentos empíricos conduzidos no Centro Histórico de Belém demonstram pouquíssimos logradouros públicos que homenageiam figuras femininas. Nesse sentido, as mulheres, decisivas na construção da sociedade paraense, foram quase completamente apagadas da memória geográfica oficial.



Portanto, praticar uma Educação Patrimonial Decolonial através dos roteiros urbanos significa desnaturalizar a paisagem edificada, questionar os nomes das ruas, expor as fraturas coloniais e reivindicar uma cidade plural, cujo patrimônio pertença à totalidade de seus habitantes.

3 PERCURSO METODOLÓGICO: A CONSTRUÇÃO DOS ROTEIROS GEO-TURÍSTICOS

3.1 O termo “Geo-Turístico”: uma provocação conceitual

A denominação adotada pelo projeto traz em sua grafia uma opção teórico-epistemológica consciente: o uso da palavra “Geo-Turístico” gravada com hífen.

O termo “Geoturismo” (sem hífen) está consagrado na literatura das Geociências como a atividade turística que tem como motivação principal a apreciação do patrimônio geológico, da geodiversidade e das formas de relevo. Diversamente, a expressão “Geo-Turístico” (com hífen) foi concebida no âmbito do grupo de pesquisa da UFPa como uma provocação conceitual: trata-se de realizar uma *leitura geográfica do turismo* e da cidade. A intenção não é comercializar um produto turístico convencional, mas utilizar o fluxo e as paradas do percurso urbano para destrinchar as lógicas territoriais, a especulação imobiliária, o patrimônio cultural e a dinâmica social das áreas visitadas.



3.2 Etapas da metodologia da construção do roteiro: do levantamento bibliográfico ao texto-guia

A estruturação de um Roteiro Geo-Turístico não ocorre de forma improvisada. Ela obedece a uma rigorosa metodologia desenvolvida e aperfeiçoada ao longo de 15 anos de prática pedagógica e acadêmica (2011-2026), dividida em quatro etapas integradas:

Etapas 1 – Delimitação e seleção do recorte territorial

Inicialmente, a equipe de pesquisa seleciona um bairro, uma cidade ou eixo temático com densidade histórica, geográfica e cultural. Define-se um itinerário composto por 8 a 12 pontos de parada estratégicos. A escolha desses pontos considera a segurança do fluxo de pedestres, a acessibilidade física e a existência de elementos de reflexão crítica na paisagem (contraste de edificações, canais urbanos, feiras, monumentos etc.).

Etapas 2 – Pesquisa documental, iconográfica e consultorias

Equipes de monitores (discentes da graduação e pós-graduação) realizam amplo levantamento em arquivos históricos, acervos fotográficos, mapas antigos, documentos de tombamento e bibliografia acadêmica especializada. Esta etapa conta com a colaboração sistemática de pesquisadores consultores de diversas áreas do conhecimento, como geógrafos, historiadores, arquitetos, museólogos, sociólogos e críticos literários.



Etapas 3 – Trabalhos de Campo de Reconhecimento e Diálogo Social

Antes de levar o público às ruas, a equipe realiza múltiplos campos de reconhecimento. O objetivo é duplo: 1) mapear aspectos práticos da caminhada (pontos de sombra, banheiros públicos, locais para compra de água, travessias de vias movimentadas); e 2) estabelecer contato direto com os agentes sociais do território visitado, feirantes, comerciantes, donos de bares comunitários, lideranças de bairros e associações de moradores. Dialoga-se com esses atores para que eles não sejam meros espectadores do roteiro, mas palestrantes convidados a falar diretamente ao público durante as paradas.

Etapas 4 – Elaboração do texto-guia e cartografia temática

Com base nos dados coletados, redige-se o “Texto-Guia do Roteiro”, documento textual que sintetiza as análises geográficas e históricas de cada ponto de parada. Este texto é submetido a revisões anuais para incorporar novas pesquisas e dados atualizados. Simultaneamente, uma equipe de cartografia do projeto produz um *folder* explicativo contendo o mapa do itinerário, a localização dos pontos de parada e resumos conceituais, distribuído gratuitamente aos participantes.

Etapas 5 – Realização de roteiros-testes

Treinamento prático da equipe de monitores em campo, ajustando a oratória, o tempo de fala e a logística de circulação.



Etapas 6 – Divulgação e execução

Ampla divulgação nos meios de comunicação acadêmicos e de massa (rádio, TV, redes sociais) e realização do roteiro aberto ao público no formato de uma aula pública gratuita.

3.3 A logística da aula pública: instrumentos, segurança e economia solidária

A realização de um evento (roteiro) gratuito que reúne, em média, de 80 a 100 pessoas em vias públicas da cidade exige a elaboração de estratégias operacionais.

A comunicação sonora passou por um processo de evolução tecnológica no projeto. Inicialmente conduzida pela voz direta dos professores e monitores, a mediação evoluiu para o uso de megafones manuais, caixas de som portáteis atadas ao corpo e, finalmente, para a incorporação de uma “bike som”, uma bicicleta adaptada com bateria automotiva, amplificador e microfones sem fio. A bicicleta desloca-se na vanguarda do grupo de caminhantes, garantindo audibilidade das explicações geográficas, mesmo em logradouros de intenso ruído urbano.

A segurança dos participantes é articulada previamente junto ao Batalhão de Polícia Turística (BPTUR). A presença ostensiva de agentes acompanhando a caminhada a pé ou de motocicleta garante a proteção do público, muitos dos quais portam equipamentos fotográficos de precisão, sem intimidar a comunidade local ou alterar a dinâmica democrática do percurso.

Por fim, os roteiros praticam a sustentabilidade e a economia solidária: os pontos de parada para descanso e consumo são agendados em estabelecimentos comerciais popu-



lares do próprio bairro (vendedores de água de coco, bares comunitários e feirantes), de modo que o fluxo de participantes gere receita direta e fortaleça a economia dos trabalhadores residentes.

3.4 Articulação de redes de pesquisa: mapeamento e inventários participativos

O projeto participa ativamente de algumas redes de pesquisa. No período de 2023 a 2025 participou do projeto de pesquisa sobre Inventários Participativos, atuando em parceria com instituições como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e universidades de outros estados. A experiência desenvolvida no Beco do Carmo, uma área de baixada/palafitas (as ditas “favelas amazônicas”) situada no interior da área tombada do Centro Histórico de Belém, exemplifica como a comunidade local pode identificar e catalogar suas próprias referências culturais, demonstrando que o patrimônio é uma arena de conflitos, contradições e reelaborações simbólicas.

O projeto “Inventário Participativo como instrumento para identificação e gestão do patrimônio cultural” é uma pesquisa coordenada pela professora Maria Tereza Duarte Paes, do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências (IG) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), voltada a aplicar e aprimorar a metodologia dos inventários participativos como ferramenta de identificação e proteção do patrimônio cultural no Brasil.

A pesquisa, financiada pelo edital Pro-Humanidades do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tec-



nológico (CNPq) (2022), distribuiu quatro núcleos regionais em sítios com tipologias distintas: Belém (PA) e São Luís (MA) – dois centros históricos; Quixadá (CE) – patrimônio natural dos Monólitos; e Tatuí (SP) – patrimônio industrial e operário da Companhia de Fiação e Tecelagem São Martinho

Cada núcleo contou com equipe própria (pesquisadores, alunos de graduação, bolsistas e voluntários), aplicando oficinas de formação, mapeamentos participativos e seminários ao longo de cerca de três anos (2023-2025), sempre em construção coletiva com as comunidades locais, com foco explícito em populações “invisibilizadas” que detêm heranças culturais expressivas.

Em Belém, o objeto dessa pesquisa ocorreu no já mencionado Beco do Carmo. A equipe do projeto desenvolveu oficinas cartográficas e audiovisuais junto aos moradores do Beco, identificando os lugares de memória, os pontos de sociabilidade (como o Bar do Seu Bené) e as práticas culturais locais. Esse trabalho resultou na publicação de minidocumentários e cartilhas populares, demonstrando que a periferia encravada no centro histórico produz patrimônio cultural de altíssima relevância socioespacial. E, por fim, na elaboração de um dossiê do inventário participativo, como instrumento para identificação e gestão do patrimônio cultural do Beco do Carmo e Mercado do Porto do Sal (Tavares *et al.*, 2025).

O desafio, na capital paraense, foi realizar um inventário cultural participativo que identificasse referências culturais e significados ligados ao patrimônio vivo da população, diferentes dos bens culturais oficiais e historicamente patrimonializados. A pesquisa identificou referências imateriais (celebrações, formas de expressão, saberes) e materiais



(lugares, edificações, natureza), além de seus detentores, incluindo as “pessoas-patrimônio”: moradores que se tornaram guardiões da memória coletiva e líderes que sustentam a vida cultural do lugar.

4 A GEOGRAFIA CRÍTICA APLICADA AOS ROTEIROS DE BELÉM E DO INTERIOR PARAENSE

4.1 O roteiro do bairro da Cidade Velha

Implantado em 12 de janeiro de 2011, o roteiro pelo Bairro da Cidade Velha (A Freguesia da Sé) representa o ponto de partida do projeto. O percurso inicia-se em frente ao Forte do Presépio (atual Forte do Castelo), local de desembarque das forças portuguesas de conquista de Francisco Caldeira Castelo Branco em 1616.

Neste ponto inicial, a abordagem decolonial desconstrói a narrativa oficial do “encontro de culturas”. Os monitores e docentes expõem a violência do processo de colonização que dizimou a população Tupinambá e destruiu a territorialidade indígena *Mairi*. Discute-se a arquitetura religiosa jesuítica e franciscana (Igreja e Colégio de Santo Alexandre, Catedral da Sé) como instrumentos de dominação territorial e catequese cultural.

Entretanto, a poucos metros da monumentalidade colonial, o roteiro adentra a Feira do Açaí. Este espaço, por vezes estigmatizado por guias turísticos tradicionais devido ao aspec-



to rústico de suas instalações, é apresentado no roteiro como o coração pulsante da economia ribeirinha da Região Metropolitana. Nas madrugadas e primeiras horas da manhã, dezenas de embarcações vindas das ilhas de Belém (como Combu, das Onças e Cotijuba) acostam para descarregar toneladas de frutos de açaí acondicionados em paneiros.

O roteiro tensiona o olhar preconceituoso do visitante, mostrando que a Feira do Açaí expressa o que Milton Santos (1979) denominou de circuito inferior da economia urbana – um sistema dinâmico, baseado no trabalho intensivo e na solidariedade comunitária, essencial para o abastecimento alimentar da metrópole. Nos últimos anos, a Feira do Açaí foi também ressignificada como espaço de resistência cultural, acolhendo nas noites de final de semana rodas de Carimbó, Samba e Batuque popular.

4.2 O Roteiro do Ver-O-Peso: economia ribeirinha, práticas culturais e diálogo com trabalhadores

O Roteiro pelo Complexo do Ver-O-Peso, implantado no ano de 2011, é a atividade de maior adesão popular do projeto. Tombado pelo IPHAN em 1977, o Ver-O-Peso é o principal símbolo identitário da cidade de Belém do Pará, atuando como o ponto geográfico de encontro entre a floresta, o rio e a cidade.

A análise geográfica desenvolvida ao longo do percurso aborda a feira como um organismo socioespacial complexo, em que se destacam:

1. o Setor das Erveiras e os Saberes Tradicionais: as erveiras do Ver-O-Peso detêm um conhecimento an-



cestral sobre as propriedades medicinais, místicas e aromáticas da flora amazônica e banhos de cheiro comercializados nas bancas, que revelam a permanência da medicina popular indígena e afro-brasileira no centro da economia urbana;

2. o Mercado de Peixe e a Dinâmica das Marés: edificação de ferro de estilo *art nouveau* importada da Inglaterra e montada em 1899, o Mercado de Peixe abriga a comercialização de dezenas de espécies da ictiofauna amazônica (filhote, dourada, pirarucu, gurijuba, tamuatá). A análise destaca a dependência do mercado em relação ao ritmo das marés: a subida e a descida diária das águas (amplitude de até 3 metros) determinam o horário de acostagem dos barcos e o preço do pescado;

3. a Fauna Urbana e a Paisagem Sonora: a presença ostensiva dos urubus sobrevoando a Doca do Ver-O-Peso e a recente migração de garças brancas para o local compõem uma paisagem singular. O roteiro utiliza produções da cultura popular – como as canções de carimbó da cantora Dona Onete¹ – para discutir poeticamente como a fauna urbana integra a identidade do espaço vivido pela população; e

4. a Fala dos Trabalhadores: na parada em frente ao Mercado de Carne, a mediação da aula pública é cedida às lideranças dos sindicatos de feirantes e do

1 Dona Onete, nascida Ionete da Silveira Gama em 18 de junho de 1939, no Pará, é uma das maiores referências do carimbó e da cultura paraense. Ficou conhecida como a “Diva do Carimbó” e só se tornou artista profissional quando já era idosa, quando gravou seu primeiro disco, “Feitiço Caboclo”, em 2012, aos 72 anos, depois de uma vida inteira dedicada à música e à cultura como professora, sindicalista e gestora pública.



Instituto Ver-O-Peso (como os feirantes Didi e Seu Lima). Os trabalhadores expõem aos estudantes as dificuldades operacionais da feira, a ausência de políticas públicas contínuas de manutenção e a luta diária contra a precarização do espaço público.

4.3 A Belém da *Belle Époque* e a segregação socioespacial

O roteiro focado no período da *Belle Époque* (1870-1910), implantado no ano de 2012, analisa o momento em que a economia gomífera (ciclo da borracha) injetou volumosos recursos na infraestrutura de Belém e Manaus. Sob a gestão do intendente Antônio Lemos, Belém passou por uma intervenção urbanística sanitaria e disciplinadora inspirada na reforma promovida pelo Barão Haussmann, em Paris, no fim do século XIX (Choay, 1979).

Nos pontos de parada, analisam-se os palacetes neoclássicos, o Cine Olímpia (inaugurado em 1912 e reconhecido como o cinema de rua em funcionamento contínuo mais antigo do país) e o majestoso Teatro da Paz, de 1878. Contudo, a reflexão geográfica recusa a mera exaltação nostálgica do fausto emborrachado. A aula pública demonstra como a modernização da cidade operou uma severa segregação socioespacial:

- as populações pobres, negras e mestiças que habitavam cortiços e mocambos no centro foram sumariamente despejadas sob o pretexto de “higienização e embelezamento urbano”;
- esse contingente despossuído foi forçado a ocupar as áreas de baixada alagáveis e as margens dos



igarapés retificados, dando início ao expansivo processo de periferização e favelização de Belém;

- a introdução maciça das centenárias mangueiras (*Mangifera indica*) ao longo das avenidas centrais criou um túnel verde sombreado que ameniza a temperatura urbana no centro, em brutal contraste com as periferias desprovidas de qualquer arborização.

4.4 Roteiro pelo bairro da Campina (centro comercial histórico)

Este roteiro, implantado ano de 2011, tem por objetivo percorrer formas espaciais herdadas e desaparecidas do período referente aos séculos XVII e XVIII, quando surge a ocupação do bairro da Campina, área comercial e de serviços antiga de Belém. Ao longo do trajeto, propõe-se o resgate da memória urbana por meio de vestígios arquitetônicos e traçados que ainda resistem à cidade, evocando a configuração original do lugar e suas transformações ao longo do tempo.

Atualmente, o bairro da Campina mantém-se como um dos principais núcleos de comércio popular de Belém, preservando a vitalidade que marcou sua história desde os primeiros séculos de ocupação. Em reconhecimento ao seu valor histórico e cultural, o conjunto urbano foi tombado pelo IPHAN a partir de 2013, o que confere ao roteiro um caráter não apenas de visita turística, mas também de valorização patrimonial e identitária da cidade.



4.5 Roteiro do Bairro do Reduto (antigo distrito industrial portuário)

O roteiro do Reduto, implantado em 2013, tem por finalidade percorrer as formas espaciais herdadas e desaparecidas do bairro Reduto, remetendo ao recorte temporal compreendido entre os séculos XIX e XX, momento em que se consolida a ocupação desse território vinculado à economia da borracha. Nesse período, o bairro assume a função de espaço industrial, abrigando fábricas e vilas operárias que evidenciam a articulação entre a produção urbana e a dinâmica econômica regional.

No contexto da *Belle Époque*, o bairro Reduto é submetido a uma importante reforma espacial, associada à expansão do espaço urbano e à redefinição estética e funcional da cidade. Esse processo, marcado por ideais de modernização, saneamento e embelezamento, implica alterações na paisagem que reconfiguram os usos e as formas existentes, valorizando referências europeias e padrões urbanísticos voltados à imagem de modernidade. As rugosidades das antigas fábricas e vilas operárias permanecem, contudo, como vestígios materiais que tensionam tais intervenções, revelando a coexistência entre o passado industrial e as novas determinações urbanísticas do período.

Nessa perspectiva, o roteiro proposto adota as “rugosidades” como categoria analítica privilegiada para a leitura da paisagem urbana do Reduto, entendendo-as como marcas das sucessivas apropriações e transformações do espaço. Ao destacar os vestígios das antigas fábricas e vilas operárias, o percurso evidencia a sobreposição temporal entre a herança da economia da borracha e as reformas da *Belle Époque*, configurando o bairro como palimpsesto urbano. Assim, o roteiro contribui para a compreensão da história da cidade, ao articular dimensões eco-



nômicas, sociais e espaciais que conformaram a paisagem atual e permitem problematizar os processos de patrimonialização e de memória urbana.

4.6 Roteiro no Bairro de Nazaré

O roteiro, implantado em 2014, tem por objetivo percorrer formas espaciais herdadas e desaparecidas dos séculos XVIII ao XX, período em que se consolida a ocupação do bairro de Nazaré a partir da construção de uma estrada ligando o centro da cidade à ermida de Nossa Senhora de Nazaré, que acabou dando nome ao bairro.

Localizado no entorno do centro histórico, o bairro de Nazaré passou por uma grande reforma urbana, marcada pela implantação da infraestrutura de bondes, alargamento de ruas, arborização com mangueiras e criação de praças. Tornou-se, assim, área residencial dos barões da borracha, em uma das zonas mais altas do sítio urbano de Belém.

No bairro de Nazaré, o foco recai sobre a Basílica Santuário de Nossa Senhora de Nazaré e a celebração do Círio de Nazaré, festa tida como patrimônio imaterial e que reúne mais de dois milhões de pessoas no segundo domingo de outubro, tensionando os limites entre o sagrado e o profano, o espaço público e a devoção popular.

4.7 Roteiro “O Arquiteto Antônio Landi e a Belém do século XVIII”

O roteiro “O Arquiteto Antônio Landi e a Belém do século XVIII”, implantado em 2015, propõe um percurso pelo tecido urbano de Belém em busca das formas espaciais herdadas – e também



das desaparecidas – do período setecentista. O trajeto foca o momento em que o arquiteto italiano Antônio Landi chega à cidade e ali executa diversas edificações encomendadas pela Igreja, pelo Estado e por particulares, abrangendo os bairros da Cidade Velha e da Campina, onde essas obras ainda hoje podem ser localizadas e contempladas.

Antônio Landi estabeleceu-se em Belém na segunda metade do século XVIII como desenhista da expedição demarcadora enviada pelo Marquês de Pombal à Amazônia, com a missão de redefinir o arco da nova fronteira da região. Sua chegada coincidiu com o esforço de consolidação do domínio português sobre a Amazônia, num contexto em que a coroa buscava afirmar territorialmente suas poses frente às disputas coloniais. Isso conferiu ao seu trabalho uma dimensão que extrapolava a arquitetura e tocava a própria configuração geopolítica do Norte da colônia (Trindade, 2017).

Ao longo da cidade, o roteiro encontra edifícios que atestam a versatilidade de Landi e o alcance de sua atuação: igrejas, palácios e residências que dialogam com a tradição barroca europeia, mas que se adaptam aos materiais, ao clima e às possibilidades construtivas locais. A presença dessas obras nos bairros da Cidade Velha e da Campina permite ler, em camadas sobrepostas, a transformação de Belém de um núcleo colonial incipiente em uma capital que pretendia afirmação urbana e simbólica à altura de sua importância estratégica para o Império português.

Mais do que um passeio turístico, o roteiro opera como uma chave de leitura da cidade: ao percorrer o traçado herdado e identificar o que se perdeu, ele evidência tanto a permanência do legado landiano quanto as tensões entre preservação e transformação que marcam Belém até hoje. Ao ligar edifícios ainda existentes a vestígios desaparecidos, o percurso convida o visitante a recompor



mentalmente a Belém do século XVIII e a reconhecer na paisagem contemporânea as marcas de um tempo em que a cidade se desenhava como fronteira, projeto e promessa.

4.8 Roteiro pelo bairro de Batista Campos e suas transformações espaciais

Implantado em 2016, o roteiro do bairro de Batista Campos tem por objetivo percorrer formas espaciais herdadas e desaparecidas, remanescentes dos séculos XVIII ao XX, período que marca o surgimento e a consolidação da ocupação desta área da cidade de Belém. Ao propor um itinerário que articula o que ainda existe com o que se perdeu, o roteiro convida o visitante a ler a paisagem urbana como camadas sobrepostas de tempo, em que vestígios arquitetônicos, vazios e memórias convivem na mesma rua.

Localizado no entorno do centro histórico, o bairro acompanhou de perto a expansão do espaço urbano de Belém e, por isso, foi alvo de uma ampla reforma espacial durante o período da *Belle Époque*. Essa transformação trouxe a implantação de infraestrutura de bondes, o alargamento de ruas, a arborização da cidade com mangueiras e a criação de praças, configurando uma nova estética urbana que redefiniu a paisagem e os usos do espaço público.

A reforma responsável pela modernização da paisagem também consolidou Batista Campos como área residencial dos barões da borracha, que ali ergueram seus solares e palacetes. A presença dessas elites conferiu ao bairro um caráter aristocrático, marcado por imóveis de grande porte, jardins e pela proximidade com equipamentos urbanos modernos, em um mo-



mento em que Belém se projetava como uma das cidades mais ricas e cosmopolitas do país.

Para enriquecer a leitura desse percurso, o roteiro incorporou elementos novos que ampliam o recorte temporal e temático da visita, como o cemitério da Soledade, do século XIX, e os prédios das maçonarias existentes em Belém. A inclusão desses espaços evidencia a dimensão simbólica e ritual do bairro, articulando moradia, morte, sociabilidade e poder, e revelando como o bairro de Batista Campos condensa, em poucos quarteirões, múltiplas facetas da história urbana da cidade.

4.9 O roteiro pelo bairro do Umarizal: especulação imobiliária e verticalização

O percurso pelo bairro do Umarizal, implantado no ano de 2017, exemplifica o processo contemporâneo de reestruturação imobiliária intensa. No século XIX, o Umarizal era uma área periférica, alagadiça, habitada por trabalhadores pobres e reconhecida como o reduto dos batuques, do caxambu e da sociabilidade afro-paraense; universo este magistralmente descrito na obra literária de Dalcídio Jurandir (1960)

A partir da segunda metade do século XX, e com especial aceleração nos últimos 20 anos, o Umarizal foi capturado pelos interesses do capital imobiliário financeirizado. Hoje o bairro ostenta o metro quadrado mais caro da cidade, repleto de arranha-céus residenciais de altíssimo padrão, em contraste radical com a sua origem popular e alagadiça.

A análise promovida pelo roteiro explicita as contradições geológicas e urbanísticas desse processo. Belém situa-se em



terreno de baixíssima altitude (1 a 10 metros acima do nível do mar), com lençol freático aflorante, o que torna a construção de edifícios de grande porte um desafio de engenharia, pois exige fundações de altíssima complexidade e custo, repassado ao preço final do imóvel.

Curiosamente, esse mesmo bairro hiperverticalizado parece com sistemáticos alagamentos durante o período das chuvas e das marés altas, uma vez que o sistema de drenagem de seus canais permanece obsoleto.

4.10 A Vila de Mosqueiro e suas transformações socioespaciais

O roteiro na Vila da Ilha de Mosqueiro, implantado em 2018, tem como proposta uma abordagem integrada entre a geografia física e a geografia humana, com enfoque voltado à compreensão da paisagem costeira mosqueirense, sobretudo no trecho compreendido entre as orlas do Bispo e do Areião. Ao longo do percurso, são discutidos os principais fatores ocupacionais e geomorfológicos que conformaram esse espaço, articulando elementos naturais e sociais na leitura do território.

A Ilha de Mosqueiro, distrito do município de Belém situado a cerca de 80 km da capital, consolidou-se, a partir do período da Belle Époque, como um balneário de água doce de grande relevância na região amazônica. Esse processo de afirmação como espaço de lazer e veraneio conferiu à ilha uma identidade particular, marcada pela convivência entre tradições ribeirinhas e os usos recreativos que se intensificaram ao longo do século XX.

Atualmente, as praias da ilha configuram-se como o principal



atrativo para a prática turística de segunda residência. Essa dinâmica materializa-se nas casas de veraneio dispostas ao longo das praias da orla oeste, acompanhadas de uma infraestrutura modesta, composta por trapiches e alguns estabelecimentos comerciais, que estruturam a ocupação sem descaracterizar o ambiente costeiro.

O objeto específico deste roteiro é a vila, principal núcleo urbano da ilha, em razão das características do projeto, concebido para ser realizado a pé. Essa escolha metodológica permite uma apreensão detalhada das transformações socioespaciais ocorridas no tecido urbano, evidenciando os modos de apropriação, os fluxos cotidianos e as marcas deixadas pelos distintos processos de ocupação que conformaram a vila de Mosqueiro enquanto lugar.

4.11 Roteiro “Pela Estrada de São José”

O roteiro “Pela Estrada de São José”, implantado em 2019, corresponde ao percurso da atual Avenida 16 de Novembro, antigamente conhecida como Estrada de São José, e destaca-se pela sua relevância geográfica e histórica na cidade de Belém. Sua localização estratégica funciona como um eixo de interligação entre a área comercial e o centro da cidade, sendo também o limite administrativo de bairros de grande importância, como Campina, Cidade Velha, Batista Campos e Jurunas, regiões marcadas pela forte presença de bens tombados que preservam a memória arquitetônica e cultural da capital paraense.

No período colonial, a Estrada de São José desempenhou papel fundamental como via de ligação entre o famoso Mercado Ver-O-Peso e o Convento de São José. Esse convento, erguido em 1749 pelos frades capuchos de Nossa Senhora da Piedade, representa um dos mais significativos marcos religiosos e arquitetônicos da



Belém colonial, testemunhando séculos de história e devoção que permearam o desenvolvimento urbano da região.

Atualmente, no antigo espaço do convento, funciona o Espaço São José Liberto, instituição inaugurada em 2012 que revitalizou o prédio histórico e o transformou em um polo de cultura, arte e artesanato. O local tornou-se ponto de encontro entre tradição e contemporaneidade, abrigando exposições, oficinas e atividades que celebram a identidade cultural paraense, mantendo viva a memória do antigo convento.

Caminhar pela Estrada de São José é percorrer séculos de história belenense, do comércio colonial ao cenário cultural contemporâneo. O roteiro revela a importância da via não apenas como via de transporte, mas como testemunho vivo das transformações urbanas, religiosas e sociais que moldaram Belém, convidando o visitante a mergulhar nas camadas de tempo que ainda ecoam entre seus bairros e monumentos tombados.

4.12 Roteiro “Pelos caminhos da COP 30: do Parque Linear ao Centro Histórico de Belém”

O Roteiro Geo-turístico “Pelos caminhos da COP 30: do Parque Linear ao Centro Histórico de Belém”, implantado em 2025, surge como uma proposta de leitura crítica da cidade, quando Belém do Pará se preparava para sediar a 30ª Conferência das Partes da Organização das Nações Unidas (ONU). Mais do que um percurso turístico convencional, o roteiro se configura como um exercício de observação do espaço urbano em transformação, tomando o evento como ponto de partida para compreender as intervenções que redesenham a estrutura da cidade. Ao atravessar diferentes pontos da capital paraense, o trajeto convida a refletir sobre como



um acontecimento de escala global reorganiza territórios, fluxos e relações cotidianas em uma metrópole amazônica.

Ao longo do percurso, são evidenciados os impactos das obras da COP na infraestrutura urbana local, com destaque para o Parque Linear e demais intervenções que reconfiguram a mobilidade, a paisagem e o uso do solo. O roteiro propõe uma leitura atenta dos contrastes entre o que é construído para o evento e o que permanece, questionando quem se beneficia, quem é deslocado e que legado concreto fica para a população belenense. Esse olhar permite discutir os processos de produção do espaço urbano para além das fachadas, revelando tensões entre o planejado e o vivido.

Outro eixo central do roteiro é a apropriação do território pelas diferentes formas de uso e ocupação que coexistem na cidade. Desde as margens dos rios até o tecido histórico do centro, serão observadas as múltiplas dinâmicas que envolvem o patrimônio cultural e a identidade local, compreendidas não como algo estático, mas como produção contínua feita pelos sujeitos que habitam, circulam e significam esses lugares. Nesse sentido, o Centro Histórico de Belém aparece como território-chave, onde arquitetura, memória, comércio popular e práticas culturais se entrelaçam.

Por fim, o roteiro se propõe a funcionar como um dispositivo pedagógico e cidadão, articulando turismo, geografia e patrimônio em uma experiência que estimula a percepção crítica da cidade. Ao percorrer os caminhos da COP 30, participantes são convidados a reconhecer Belém não apenas como palco de um evento internacional, mas como um espaço vivo, marcado por conflitos, resistências e reinvenções. É nesse movimento entre o moderno e o tradicional, entre o global e o local, que se revela a complexidade de uma capital amazônica diante do mundo.



4.13 A expansão territorial do projeto para outros Distritos de Belém e municípios do estado do Pará

A metodologia consolidada em Belém expandiu-se geograficamente, gerando núcleos parceiros de Roteiros Geo-Turísticos em diversos municípios do estado do Pará, impulsionados por docentes formados na UFPA e por universidades parceiras.

1) Roteiro no Distrito de Icoaraci (Belém)

O Roteiro no Distrito de Icoaraci é uma iniciativa que acontece desde 2013 em parceria com a Escola Municipal Bosque “Eidorfe Moreira”. A atividade é conduzida pelos docentes Agnaldo Aires, professor de Geografia, contando ainda com a colaboração de uma equipe de discentes do ensino médio. Esse trabalho também recebe apoio do programa de Iniciação Científica do Ensino Médio do CNPq, o que confere caráter acadêmico e formativo à experiência.

A vila de Icoaraci é um distrito do município de Belém e, desde o início do século XX, consolidou-se como importante área de lazer da cidade. Esse papel histórico é evidenciado pelos casarões ainda existentes em sua orla, que testemunham o período em que o local se destacava como ponto de veraneio e descanso para as famílias belenenses. As construções preservadas ajudam a contar a trajetória urbana e social da região.

Os estudantes, ao percorrerem a orla e seus marcos históricos, são estimulados a refletir sobre as transformações do espaço urbano, as marcas da memória presentes na arquitetura e as tensões entre o passado de lazer e as dinâmicas atuais do distrito. A iniciativa dialoga, assim, com a proposta da Iniciação Científica no ensino médio, aproximando pesquisa e prática de campo.



Quadro 2 – Síntese dos Roteiros Geo-Turísticos no município de Belém

Recorte Territorial	Categorias e Eixos Analíticos Centrais	Pontos Emblemáticos do Percurso
1. Roteiro Cidade Velha		
Bairro Cidade Velha (Centro Histórico)	Origem colonial, resistência indígena Tupinambá, arquitetura religiosa jesuítica.	Forte do Presépio, Praça Frei Caetano Brandão, Feira do Açaí, Rua da Ladeira.
2. Roteiro Bairro da Campina		
Centro Comercial Tradicional	Patrimônio mercantil, economia informal, uso popular do espaço tombado.	Rua João Alfredo, Igreja das Mercês, Capela Landi.
3. Roteiro Ver-o-Peso		
Complexo do Ver-o-Peso e Orla	Circuito inferior da economia, saberes tradicionais, dinamismo das marés, fauna urbana.	Mercado de Peixe, Mercado de Carne, Setor das Erveiras, Doca do Ver-o-Peso.
4. Roteiro Belle Époque		
Bairros da Campina e Nazaré	Ciclo da Borracha, modernização seletiva, higienismo, segregação socioespacial.	Teatro da Paz, Palacete Bolonha, Cine Olímpia, Praça da República.
5. Roteiro Bairro do Reduto		
Antigo Distrito Industrial	Patrimônio industrial gomífero, reuso de galpões, retificação de canais urbanos.	Docas de Belém, Galpões do Porto, vila dos operários, Canal das Docas.
6. Roteiro Bairro de Nazaré		
Bairro de Nazaré	Patrimônio imaterial, fé e devoção popular, expansão urbana do século XX.	Basílica Santuário de Nazaré, Parque da Residência, Palacete Faciola.
7. Roteiro Arquiteto Landi		
Centro Histórico Expandido	Arquitetura neoclássica do século XVIII, cartografia histórica, influência italiana.	Palácio dos Governadores (Palácio Lauro Sodré), Casa das Onze Janelas, Igreja de São João.



8. Roteiro Bairro do UmarizalCentro Histórico
ExpandidoArquitetura neoclássica do século
XVIII, cartografia histórica,
influência italiana.Praça Brasil, edifícios de luxo,
av. Generalíssimo Deodoro,
Feira de Santa Luzia.**9. Roteiro Batista Campos**Bairro de Batista
CamposArquitetura dos Barões da
Borracha, Praça da belle époque.Praça Batista Campos,
Cemitério Soledade,
Maçonaria.**10. Roteiro Distrito de Mosqueiro**Ilha de
MosqueiroLazer histórico da elite da
borracha, praias fluviais com
ondas, condição insular.

Vila de Mosqueiro.

11. Roteiro Pela Estrada de São JoséAv. 16 de
NovembroCasario do final do sec. XIX e início
do XIX.Polo Joalheiro, Casarão do
Boneco.**12. Roteiro COP**Baixada do Centro
HistóricoPalafitas em área tombada,
inventário participativo,
infraestrutura e COP-30.Canal da Tamandaré, Rua
Boaventura, Beco do Carmo,
Bar do Seu Bené.

Fonte: Elaboração da autora com base em Tavares (2018, 2022) e Tavares, Pacheco e Serra (2019).

Mais do que um passeio escolar, o projeto revela-se como uma experiência de educação patrimonial e cidadã. Ao integrar docentes, discentes e a comunidade local, o roteiro contribui para a valorização da história de Icoaraci e para a formação de estudantes mais conscientes do lugar que ocupam na cidade de Belém, reforçando o papel da escola como mediadora entre o conhecimento acadêmico e o território vivido.



2) Roteiro na cidade de Cametá no rio Tocantins (Baixo Tocantins)

O roteiro desenvolvido na cidade de Cametá, às margens do Rio Tocantins, no chamado Baixo Tocantins, acontece desde o ano de 2013 e se configura como uma importante iniciativa de extensão e pesquisa no campo da Geografia. A atividade é resultado de uma parceria com o Prof. Dr. José Carlos Cordovil, da Faculdade de Geografia da Universidade Federal do Pará (UFPA), no campus de Cametá. Essa articulação institucional proporcionou a integração entre diferentes níveis de ensino e ampliou o alcance das ações junto às comunidades ribeirinhas e ao espaço urbano da cidade.

Uma marca distintiva do roteiro é a participação conjunta de discentes do curso de graduação em Geografia. A experiência aproxima os estudantes de vivências práticas no território, articulando leituras teóricas com a observação direta das dinâmicas socioespaciais que conformam a paisagem do Baixo Tocantins. Esse encontro entre saberes acadêmicos e observação de campo fortalece a formação dos participantes e a produção de conhecimento sobre a região.

Cametá, uma das mais antigas vilas do estado do Pará, ocupa posição de destaque como importante centro sub-regional do Rio Tocantins. Sua longa trajetória histórica, marcada pela ocupação colonial, pela economia fluvial e pelos fluxos culturais amazônicos, faz da cidade um observatório privilegiado dos processos de formação territorial do estado. Os trajetos percorridos no roteiro atravessam espaços que revelam camadas dessa ocupação, das edificações mais antigas às formas de uso e apropriação do rio e de suas margens pela população local.

Particularmente relevantes para o roteiro são as chamadas “rugosidades” espaciais de Cametá, entendidas como mar-



cas materiais e simbólicas dos vários momentos da história de ocupação do Pará que permanecem impressas na paisagem. Tais “rugosidades” permitem ler, na configuração atual da cidade, os distintos tempos que a compuseram, do período colonial à expansão urbana contemporânea, e tornam o roteiro um exercício de leitura crítica do território, no qual o espaço urbano e o Rio Tocantins aparecem como suportes das memórias e das transformações que moldaram o Baixo Tocantins.

3) Roteiro no Distrito de Outeiro

O Roteiro no Distrito de Outeiro, em Belém, acontece desde novembro de 2019 também em parceria com a Escola Municipal Bosque “Eidorfe Moreira”, contando com os mesmos docentes referidos no roteiro de Icoaraci. Essa continuidade pedagógica reforça o vínculo entre os dois distritos e amplia o alcance das ações educativas voltadas ao patrimônio cultural e natural da região.

Outeiro é um dos oito distritos administrativos de Belém e sua parte insular. A mais povoada delas abrigava cerca de 80.000 habitantes em 2021, distribuídos em quatro bairros, que vivem na Ilha de Caratateua, onde se localiza a sede do distrito. Outeiro dista aproximadamente 25 km do centro da capital e está ligado ao Distrito de Icoaraci por duas pontes.

Ressalta-se, em Outeiro, a importância do patrimônio imaterial – destacando-se os grupos de pássaros juninos – e do patrimônio natural, que compõem elementos centrais da identidade local. É nesse contexto de tradição, ambiente e memória que o roteiro se desenvolve, articulando escola, território e comunidade.



4) Roteiro na cidade de Vigia

O roteiro de campo na cidade de Vigia, localizada no nordeste do Pará, é uma atividade acadêmica que acontece desde novembro de 2013, em parceria com o Prof. Dr. João Paulo Santos, docente da Universidade do Estado do Pará (UEPA). A iniciativa surgiu do desejo de aproximar o ensino universitário da realidade territorial amazônica, levando os estudantes para conhecer, *in loco*, as dinâmicas geográficas, sociais e ambientais que moldam essa cidade histórica às margens do Rio Guajará-Mirim.

A cada edição do roteiro, articula-se a prática de campo com os conteúdos trabalhados em sala de aula. Essa integração entre graduação e pós-graduação fortalece a formação dos discentes, que passam a vivenciar o território como objeto concreto de análise, observando paisagens, modos de vida, usos dos recursos naturais e processos de ocupação que dificilmente seriam captados apenas pela bibliografia.

Vigia, enquanto recorte espacial do roteiro, oferece um material rico para a Geografia: trata-se de uma cidade de fundação antiga, com herança colonial e forte vínculo com o rio, onde se entrelaçam aspectos da cultura ribeirinha, da economia regional e das pressões ambientais características da Amazônia paraense. Os pontos de parada e observação são escolhidos de modo a revelar essas camadas, possibilitando discussões sobre ocupação do solo, mobilidade, patrimônio e sustentabilidade, sempre articuladas às experiências dos moradores locais.

Ao longo dos anos, o roteiro consolidou-se como um espaço de ensino, pesquisa e extensão, integrando docentes, discentes e a comunidade de Vigia em torno de uma leitura compartilhada do território.



5) Roteiro na Cidade de Marabá

O Roteiro na cidade de Marabá, no sudeste do Pará, é uma extensão do Projeto Roteiros Geo-Turísticos, iniciativa de extensão universitária originalmente criada em Belém com o propósito de aproximar moradores, estudantes e turistas do patrimônio histórico, cultural e geográfico da Amazônia. Tratando-se de uma atividade acadêmica e educativa, o projeto propõe caminhadas guiadas que articulam geografia, memória urbana e turismo, oferecendo um olhar decolonial sobre a cidade e valorizando suas memórias para além dos roteiros turísticos convencionais.

Em Marabá, o roteiro acontece desde 2017 em parceria com o Prof. Dr. Hugo Rogério Hage Serra, docente do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). A atuação do professor em Marabá ampliou os horizontes do projeto, levando para o sudeste paraense uma metodologia já consolidada na capital, adaptada às particularidades históricas e socioespaciais dessa cidade marcada pela presença dos rios Tocantins e Itacaiúnas, por fluxos migratórios e por uma trajetória de reinvenção constante diante de enchentes e da mineração.

Assim, o Roteiro de Marabá inscreve-se em uma rede mais ampla de educação patrimonial que conecta Belém e o interior paraense, articulando ensino, pesquisa e extensão em torno da leitura crítica do território. Mais do que um percurso turístico, trata-se de um exercício coletivo de reconhecimento da cidade como espaço de memória e disputa, no qual estudantes e comunidade se debruçam sobre suas próprias raízes para compreender os processos que moldaram a Marabá contemporânea.



6) Roteiro na cidade de Ponta de Pedras (Ilha do Marajó)

Em 2015, foi realizada uma experiência de roteiro em Ponta de Pedras, fruto de uma parceria com o Prof. Dr. Cleber Augusto Trindade Castro, docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA). A iniciativa buscou aproximar o ensino e a pesquisa da realidade socio-cultural e ambiental do arquipélago marajoara, valorizando saberes que muitas vezes permanecem à margem dos circuitos acadêmicos tradicionais.

Ponta de Pedras ocupa uma posição singular no contexto da Ilha do Marajó: é o município mais próximo de Belém, capital do Pará. Essa proximidade geográfica com a metrópole paraense confere ao lugar uma dinâmica particular, marcada pelo trânsito constante de pessoas, mercadorias e referências culturais entre o ambiente urbano da capital e o cotidiano ribeirinho da ilha.

O roteiro teve como eixo central a valorização do patrimônio material, imaterial e natural da região. Pelo viés do patrimônio material, observam-se as edificações, os espaços de uso comunitário e as marcas deixadas pela história da ocupação; já o patrimônio imaterial se manifesta nas festas, nos fazeres, nas formas de falar e de celebrar que dão identidade à população local. O patrimônio natural, por sua vez, ganha destaque nas paisagens de praias, rios, campos e matas que compõem o cenário característico do Marajó.

Mais do que um percurso físico, o roteiro se configurou como uma trajetória de descoberta e reconhecimento, na qual estudantes e pesquisadores puderam vivenciar a riqueza cultural e ambiental de Ponta de Pedras. A experiência evidenciou a importância de iniciativas que articulem universidade



de, comunidade e território, contribuindo para a formação de olhares mais sensíveis e comprometidos com a preservação e a valorização dos bens patrimoniais amazônicos.

7) Roteiro na cidade de Ananindeua

O roteiro realizado na cidade de Ananindeua, integrante da Região Metropolitana de Belém (RMB), aconteceu uma única vez no ano de 2019 e nasceu de uma parceria com o Prof. Orlando Castro, docente de Geografia da Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC-PA). A iniciativa buscou oferecer aos participantes uma leitura crítica e vivenciada do território, articulando conhecimento acadêmico, práticas pedagógicas e observação direta da realidade urbana e ambiental do município paraense.

Ananindeua ocupa papel central na dinâmica da RMB, sobretudo pelo processo de expansão de Belém em direção à Rodovia BR-316. Esse eixo viário impulsionou a ocupação de áreas antes rurais, transformando-as em vetores de crescimento urbano acelerado, com surgimento de conjuntos habitacionais, polos comerciais e equipamentos públicos. Ao longo do roteiro, esse fenômeno foi analisado em campo, permitindo compreender como a infraestrutura rodoviária reorganiza fluxos de pessoas, mercadorias e serviços entre os municípios da região metropolitana.

A experiência consolidou-se como uma prática de educação patrimonial e territorial, demonstrando como o estudo de campo pode aproximar, professores e comunidade do lugar onde vivem. Pela articulação entre SEDUC, o Prof. Orlando Castro e os participantes da atividade, o roteiro evidenciou que



Ananindeua é mais do que um município periférico da capital: é um território com história, cultura e natureza que merecem ser conhecidos, valorizados e protegidos no contexto da Região Metropolitana de Belém.

8) O Roteiro na cidade de Altamira: a orla urbana como objeto de leitura crítica do território

A experiência do roteiro geo-turístico desenvolvido em Altamira, no ano de 2011, inscreve-se no âmbito do projeto intitulado “Elaboração de Roteiros Geo-turísticos em Altamira-PA”, concebido e coordenado pelo Prof. Dr. José Carlos da Silva Corvóvil, então vinculado à Faculdade de Geografia do Campus Universitário de Altamira, da UFPA. A proposta articulou, em uma mesma estrutura metodológica, as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão universitária, envolvendo discentes da graduação e do ensino médio em atividades de campo orientadas à leitura crítica do espaço urbano.

O percurso elaborado privilegiou, como eixo estruturante, a orla da cidade, especificamente a orla de Altamira, às margens do Rio Xingu, reconhecida como o principal elemento de articulação entre o tecido urbano e a hidrovia que, historicamente, fundamentou a ocupação, a dinâmica econômica e a conformação sociocultural do município. A opção por eleger a orla como núcleo do roteiro decorre de sua centralidade paisagística e simbólica, mas também de sua condição de espaço em acelerada transformação, particularmente sensível aos impactos territoriais decorrentes da implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Nesse sentido, a orla foi tratada não apenas como atrativo turístico, mas como objeto de análise geográfica, no qual se condensam memória, prática social e tensão entre



transformação e persistência da paisagem amazônica.

Ao reposicionar a orla de Altamira como objeto de leitura interpretativa, o projeto contribuiu para evidenciar a centralidade do Rio Xingu na construção identitária da cidade e para introduzir, no espaço público, uma reflexão qualificada sobre as tensões entre memória, desenvolvimento e reconfiguração do território, conferindo ao roteiro densidade analítica que transcende a dimensão meramente descritiva do patrimônio.

9) Roteiro na cidade de Itupiranga (Rio Tocantins)

O roteiro na cidade de Itupiranga, às margens do Rio Tocantins, foi cuidadosamente planejado pelo Prof. Paulo Ricarto, docente de Geografia da SEDUC-PA, com o objetivo de proporcionar aos alunos do ensino médio uma vivência prática dos conteúdos trabalhados em sala de aula. A atividade buscou integrar geografia física, humana e ambiental, permitindo que os estudantes observassem *in loco* a dinâmica daquele rio, a configuração do relevo regional, a ocupação urbana de Itupiranga e a relação da população com os recursos hídricos. O passeio se transformou em uma verdadeira aula de campo, em que o território se converteu em material didático.

Durante o percurso, os alunos percorreram pontos estratégicos da cidade, como a orla e as áreas ribeirinhas do Rio Tocantins, onde puderam analisar o regime fluvial, a importância do rio para o transporte, a pesca e o abastecimento, além dos impactos ambientais decorrentes da ação humana. Os estudantes registram dados, fotografias e anotações que posteriormente foram discutidos em sala.



A experiência pedagógica proporcionou uma aprendizagem significativa, ao aproximar teoria e prática e fortalecer o senso crítico dos alunos quanto às questões socioambientais do território itupiranguense. Ao final do roteiro, os estudantes elaboraram relatórios e apresentações compartilhando suas observações, o que reforçou não apenas o conteúdo curricular, mas também a valorização da identidade local e a consciência sobre a preservação do Rio Tocantins. A iniciativa do Prof. Paulo Ricarto evidencia como a Geografia, vivenciada no próprio lugar, se torna mais concreta e mobilizadora.

10) Roteiro na cidade de Porto Nacional (Tocantins)

É importante aqui frisar a implantação de um roteiro inspirado na experiência do nosso projeto de extensão, na cidade de Porto Nacional (Tocantins), em parceria com a colega docente do departamento de Geografia da Universidade Federal do Tocantins (UFT), a Profa. Dra. Rosane Balsan.

Iniciado em 2014, o Projeto de Extensão “Roteiro Geo-turístico do Câmpus de Porto Nacional da Universidade Federal do Tocantins (UFT)” tem como principal proposta a realização de aulas-passeio pelo Centro Histórico de Porto Nacional. Tal iniciativa, ancorada no diálogo entre o saber acadêmico e a vivência da comunidade, busca transformar o espaço urbano tombado em um verdadeiro laboratório a céu aberto, no qual patrimônio, memória e aprendizado se entrelaçam.

Ao longo de seus trajetos, o roteiro procura resgatar o espaço urbano tombado da cidade, valorizando casarões, igrejas e demais edificações que testemunham a formação



histórica e cultural de Porto Nacional. Mais do que um percurso turístico convencional, a iniciativa cumpre um papel pedagógico: contribui para a preservação e a conservação do patrimônio histórico e cultural, sensibilizando participantes para a importância da guarda dos bens materiais e imateriais que conformam a identidade local.

Nessa mesma direção, o projeto desenvolve atividades de educação patrimonial voltadas tanto a estudantes quanto à comunidade do centro histórico, fomentando o reconhecimento da herança cultural como bem coletivo e direito social. Ao aproximar a universidade da cidade e seus moradores, a experiência consolidada em Porto Nacional revela-se uma referência metodológica, e sua replicação, adaptada às particularidades de outros contextos urbanos, apresenta-se como caminho promissor para a valorização dos patrimônios locais.

5 IMPACTOS PEDAGÓGICOS E SOCIAIS: EXTENSÃO, ENSINO E FORMAÇÃO DOCENTE

5.1 A tríplice dimensão universitária: ensino, pesquisa e extensão integrados

O projeto “Roteiros Geo-Turísticos” reafirma o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A universidade pública cumpre seu papel social mais nobre ao devolver à sociedade, em forma de serviços científicos e culturais gratuitos, o conhecimento produzido dentro dos laboratórios e salas de aula.



O projeto “Roteiros Geo-Turísticos” destaca-se por operar como uma engrenagem na qual as três dimensões se realimentam continuamente:

- a pesquisa alimenta o roteiro: as análises apresentadas durante as caminhadas derivam diretamente das teses de doutorado, dissertações de mestrado e relatórios de iniciação científica produzidos no grupo de pesquisa;
- o roteiro alimenta o ensino: as informações atualizadas em campo e os problemas urbanos observados alimentam as disciplinas de Geografia da Amazônia, Geografia do Patrimônio na Graduação, como também em disciplinas na pós-graduação; e
- a extensão devolve à sociedade: a aula pública aberta e gratuita assegura que o conhecimento científico produzido com recursos públicos seja democratizado e usufruído diretamente pela comunidade não universitária.

5.2 A Formação Continuada do Monitor-Pesquisador (PIBIC-EM à Pós-Graduação)

O projeto consolidou uma metodologia pedagógica inovadora de formação continuada. A equipe de monitores que conduz os roteiros é intencionalmente heterogênea, integrando estudantes de diferentes níveis de ensino:

1. alunos do Ensino Médio (PIBIC-EM/CNPq): estudantes oriundos de escolas públicas (como a Escola de Aplicação da UFPA) são inseridos no gru-



po de pesquisa com bolsas de iniciação científica. Eles participam das leituras teóricas, aprendem a manusear mapas e atuam como monitores nas paradas do roteiro.

2. graduandos (Geografia, Turismo, História, Arquitetura, Museologia): alunos de licenciatura e bacharelado desenvolvem autonomia acadêmica, praticam a oratória pública e elaboram seus Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) fundamentados na experiência do projeto.

3. pós-graduandos (mestrandos e doutorandos): discentes mais experientes que orientam os monitores mais jovens, coordenam as equipes de campo e aprofundam conceitualmente o Texto-Guia.

Esse modelo pedagógico rompe com a visão do estudante como mero “receptáculo” de informações. Os monitores estudam a bibliografia, elaboram os roteiros, participam de debates críticos e conduzem grupos de centenas de pessoas pelas ruas. O projeto funciona como um incubador de vocações acadêmicas e docentes. Casos emblemáticos registram estudantes que ingressaram como monitoras do ensino médio aos 15 anos de idade e, mantendo-se ativas no projeto durante a graduação e o mestrado, concluíram o doutorado em Geografia, tornando-se professoras universitárias.



5.3 Reconhecimento público, prêmios e produção editorial

A consistência metodológica e o impacto social do projeto resultaram em reconhecimento acadêmico e governamental de grande relevância nacional:

- Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade (IPHAN, 2016): o projeto foi vencedor da maior premiação de patrimônio cultural do Brasil, na categoria que reconhece iniciativas de excelência em gestão compartilhada e educação patrimonial;
- Medalha de Mérito da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Pará, 2018): em 2018, a Medalha de Mérito da ALEPA foi conferida a Maria Goretti Tavares, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à difusão da história, da cultura e do patrimônio paraenses;
- Comenda Eneida Morais, da Secretaria de Cultura do Estado do Pará (SECULT-PA), em reconhecimento à contribuição à salvaguarda e valorização do patrimônio paraense (Professora [...], 2023); e
- produção editorial e audiovisual; Tavares; Pacheco; Serra, 2019), obra de referência disponível em formato impresso e digital. Além disso, mantém um repositório audiovisual no *YouTube* contendo videoaulas, documentários dos roteiros e cartilhas cartográficas distribuídas a escolas públicas.



6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória de 15 anos do projeto “Roteiros Geo-Turísticos” demonstra a potência da ciência geográfica quando colocada a serviço da transformação social e do fortalecimento democrático. Em uma região historicamente submetida a olhares coloniais, extrativistas e simplificadores como a Amazônia, produzir uma leitura crítica do espaço urbano a partir do conhecimento e leitura crítica da cidade é um ato político indissociável da práxis universitária.

O estudo revelou que o trabalho de campo, longe de ser um evento esporádico ou meramente recreativo, constitui uma metodologia teórico-prática rigorosa capaz de unir o rigor acadêmico à linguagem acessível da aula pública. A caminhada orientada permite desarmar a da imagem oficial da cidade patrimonializada, expor os processos seculares de segregação socioespacial, denunciar o invisibilização das populações indígenas, negras e das mulheres, e problematizar as contradições ambientais que afetam o espaço urbano.

Ao adotar os referenciais de uma Educação Patrimonial Decolonial, o projeto supera a lógica conservadora da “preservação contemplativa” e do monumento estático. O patrimônio é compreendido como um território vivo, dinâmico e conflituoso, cujo valor principal reside na sua capacidade de promover apropriação social, dignidade e consciência territorial para os residentes.

Conforme defendem autores de referência no campo da Geografia e do Patrimônio, como Simone Scifoni (2012), Átila Tolentino (2018) e Sônia Florêncio (2012, 2017), a Educação Patrimonial deve superar definitivamente a perspectiva



ingênua do “conhecer para preservar”. Preservar não é congelar o espaço, nem transformar monumentos em objetos intocáveis e estéreis. O patrimônio precisa ser vivo, ocupado, ressignificado e apropriado cotidianamente pela população.

Diante dos desafios urbanos contemporâneos – agravados pelas crises climáticas, pela especulação imobiliária e pelas desigualdades socioespaciais –, a experiência dos “Roteiros Geo-Turísticos” oferece um modelo replicável para outras universidades e instituições de ensino do Brasil e da América Latina. Ao conectar o estudante do ensino médio, o pesquisador pós-graduado, o feirante, o ribeirinho e o cidadão comum no mesmo itinerário de aprendizado, a Geografia cumpre a sua vocação mais alta: ensinar a ler o mundo para poder transformá-lo, garantindo a todos o direito à cidade.

Em um contexto global em que as metrópoles amazônicas ganham protagonismo nas discussões sobre mudanças climáticas e transição socioambiental, olhar para a cidade a partir da sua realidade, de seus igarapés, de suas feiras e de seus povos tradicionais e periféricos é um passo indispensável para a construção de um futuro urbano mais justo, democrático e sustentável.



REFERÊNCIAS

CHOAY, F. **O urbanismo**: utopias e realidades – uma antologia. São Paulo: Perspectiva, 1979.

FLORÊNCIO, S. R. R. Educação patrimonial: um processo de mediação. *In*: TOLENTINO, Á. B. (org.). **Educação patrimonial**: reflexões e práticas. João Pessoa: Iphan, 2012. p. 22-29. (Caderno temático n. 2).

FLORÊNCIO, S. R. R. Educação patrimonial: algumas diretrizes conceituais. *In*: PINHEIRO, A. R. S. (org.). **Cadernos do patrimônio cultural**: educação patrimonial. Fortaleza: Secultfor; Iphan, 2014. p. 22-29.

FLORÊNCIO, S. R. R. Educação patrimonial e a valorização da diversidade cultural. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, DF, n. 35, p. 111-127, 2017.

JURANDIR, D. **Belém do Grão-Pará**. Rio de Janeiro: Editorial Casa do Estudante do Brasil, 1960.

IPHAN. Revista da 29ª edição do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, DF, 2016. Disponível em: https://www.gov.br/iphan/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/premios/premio-rodrigo-melo-franco-de-andrade/Revista_PRMFA_2016.pdf#page=3.12. Acesso em: 25 jul 2026.

LEFÈBVRE, H. **Espacio y política**: el derecho a la ciudad II. Barcelona: Ediciones Península, 1976.

MIGNOLO, W. D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 32, n. 94, p. 1-18, 2017.



PARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Pará. **Medalha de Mérito da Assembleia Legislativa do Estado do Pará**. Belém: ALEPA, 2018.

PROFESSORA da UFPA recebe premiação pelo Projeto de Extensão Roteiros Geo-Turísticos. **Portal UFPA**, Belém, 10 nov. 2023. Disponível em: <https://portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/14737-professora-da-ufpa-recebe-premiacao-pelo-projeto-de-extensao-roteiros-geo-turisticos>. Acesso em: 24 jul 2026.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais — perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130.

SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SANTOS, M. **Espaço e sociedade: ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS, M. **O espaço cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SCIFONI, S. Educação e patrimônio cultural: reflexões sobre o tema. In: TOLENTINO, Á. B. (org.). **Educação Patrimonial: reflexões e práticas**. Caderno Temático de Educação Patrimonial. João Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba, 2012. p. 30-37.



SERRA, H. R. H.; TAVARAES, M. G. C. Roteiros Geo-turísticos. In: AL-BUQUERQUE, G. R.; SARRAF-PACHECO, A. (org.). **Uwa'kürü: dicionário analítico**. Rio Branco, AC: Nepan, 2017. p. 301-314.

TAVARES, M. G. C. Patrimônio e cidade: uma leitura geográfica da cidade de Belém do Pará. Geografar. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPR**, Curitiba, v. 13, p. 162-180, 2018.

TAVARES, M. G. C. Geografia, Patrimônio e Turismo na Amazônia Brasileira: o Projeto Roteiros Geo-Turísticos em Belém do Pará, **Confin's**, Paris, n. 54, 2022. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confin's/45408>. Acesso em: 10 mar. 2025.

TAVARES, M. G. C. *et al.* (org.). **Dossiê: inventário participativo: como instrumento para identificação e gestão do patrimônio cultural do Beco do Carmo e Mercado do Porto do Sal – Belém/PA**. Belém: Gráfica da UFPA, 2025.

TAVARES, M. G. C.; PACHECO, A. S.; SERRA, H. R. H. (org.). **Geografia, Patrimônio & Turismo na Amazônia brasileira: o Projeto Roteiro Geo-Turístico em Belém do Pará**. 1. ed. Belém: Proex-UFPA, 2019.

TOLENTINO, Á. B. O que não é Educação Patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. In: TOLENTINO, Á. B.; BRAGA, E. O. (org.). **Educação Patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas**. Caderno Temático de Educação Patrimonial. João Pessoa: IPHAN/PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016. p. 38 48.

TOLENTINO, Á. B. Educação Patrimonial Decolonial: perspectivas e entraves nas práticas de patrimonialização federal. **Sillogés**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 41-58, jan./jul. 2018.



TOLENTINO, Á. B. Educação patrimonial e construção de identidades: diálogos, dilemas e interfaces. **Revista CPC**, São Paulo, v. 14, n. 27 esp., p. 133-148, jan./jul. 2019.

TRINDADE, E. M. A. **O desenhador de Belém**: Antônio José Landi e o movimento das imagens na Amazônia Colonial (1753-1791). 2017. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

WALSH, C. **Pedagogías decoloniales**: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y reivivar. Quito: Ediciones la Aurora, 2017.



8

COP30 em Belém (Pará): cidade, megaevento e transformações urbanas

Olga Lúcia Castreghini de Freitas
Universidade Federal do Pará,
Universidade Federal do Paraná
E-mail: olgafirk@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Megaeventos podem ser entendidos como capazes de mobilizar grande fluxo de pessoas, de recursos, de ter relevante apelo midiático, bem como pela capacidade de promover a inserção competitiva das cidades no cenário internacional. Configuram-se, assim, enquanto estratégias das cidades em fortalecer sua marca – *city branding* – e sua imagem – *city marketing*.

Na literatura, encontramos a definição de megaeventos para eventos de alcance global e com repercussões importantes nas dinâmicas urbanas e no turismo, pilares de uma plataforma global de visibilidade urbana. Müller (2015), por sua vez, aponta a ambiguidade contida naquilo que faz de um evento um megaevento, e a dificuldade de um consenso sobre o alcance da definição, assim:

Some scholars include Expos, political summits, conventions, or festivals, while others focus on sports events only. Some regard the Winter Olympics as a mega-event, while others consider them as a second-order event. Some add single-sports events beyond the Football World Cup, such as the Rugby World Cup or the Super Bowl, to the list (Müller, 2015, p. 1).¹

1 Tradução nossa: “Alguns estudiosos incluem Expos, cúpulas políticas, convenções ou festivais; outros focam apenas em eventos esportivos. Alguns consideram as Olimpíadas de Inverno um megaevento, outros as veem como de segunda ordem. Alguns acrescentam eventos de esporte único além da Copa do Mundo de Futebol, como a Copa do Mundo de Rugby ou o Super Bowl”.



O autor chama a atenção para os atributos capazes de qualificar um evento como mega, mas adverte sobre a importância de melhor nos questionarmos sobre “como” um evento é mega do que “se” um evento é mega, pois nem todos os megaeventos são mega em todas as dimensões que podem caracterizá-lo. Sabidamente, mega significa dimensão, grandeza, mas de quê? De todos os atributos? De parte dos atributos? Quais são esses atributos?

Este é o desafio do presente texto: entender o que são megaeventos e verificar a coerência de classificação da 30ª Conferência das Partes (COP30) ocorrida em Belém, em novembro de 2025, como um megaevento, tomando como referências os atributos mencionados por Müller (2015), a saber: atratividade de visitantes, alcance midiático, custos e transformações urbanas. Objetiva, ainda, demonstrar que as repercussões decorrentes da realização de um megaevento de natureza diplomática, como a COP30, não diferem daquelas ocorridas em megaeventos de natureza esportiva, como as Olimpíadas ou a Copa do Mundo.

Para tanto, o texto inicia, além da introdução, com a contextualização da relação histórica entre cidade, eventos e turismo, apontando para o fato de esta não ser uma relação nova, mas que adquire renovada complexidade no século XXI; apresenta, em seguida, a definição de megaeventos e seus atributos essenciais; discorre sobre a hipótese principal de classificação da COP30 como um megaevento; analisa as transformações urbanas em Belém e finaliza com reflexões sobre o percurso apresentado no texto.



2 CIDADE, EVENTOS E TURISMO

A relação entre cidades, eventos e turismo não é nova. Na modernidade, poderíamos associar o início da era das Exposições Universais como um marco no incremento dessa relação, inaugurando, em 1851, com aquela realizada em Londres (Reino Unido)¹, um movimento de centralidade da cidade na apresentação ao mundo das conquistas de um tempo.

Mas, certamente, foi em Paris (França), em 1889, que essa relação ganhou destaque, em especial a partir da instalação de uma estrutura que viria a se transformar no grande ícone da cidade tempos depois: a Torre Eiffel.

Interessante observar como essa estrutura, muito criticada à época por destoar das características essenciais da cidade, veio a se transformar no maior símbolo de Paris. Aliás, as estruturas mais simbólicas das Exposições Universais eram provisórias, tal qual o Palácio de Cristal, instalado anos antes em Londres, no Hyde Park, e desmontado após a finalização da exposição, ou mesmo o Atomium, em Bruxelas (Bélgica), inaugurado para a Exposição Universal de 1958 e que, contudo, permaneceu ativo e segue sendo um dos principais atrativos turísticos da cidade.

De acordo com o Bureau International des Expositions (BIE, 2025), sediado em Paris, as Exposições Universais, também denominadas de Exposições Internacionais, são:

[...] des lieux de rencontres entre les nations, répondant aux défis globaux de notre temps, en invitant à explorer un thème universel donné de manière participative et



immersive. Les Expositions Universelles accueillent des dizaines de millions de visiteurs, permettent aux pays de construire d'extraordinaires pavillons et de transformer la ville hôte (BIE, 2025).²

Portanto, está explícita a relação entre tais eventos e o propósito de transformar as cidades anfitriãs, o que parece ser a justificativa ideal para os vultuosos investimentos necessários para promover tais eventos, ou, a partir da definição a ser tratada posteriormente, megaeventos.

De fato, as Exposições Universais não eram tratadas como megaeventos, pois tal denominação não existia à época. No período compreendido entre 1851 e 2025, foram realizadas 36 edições das Exposições Universais, sendo a última em Osaka/Kansai, no Japão, entre 13 de abril e 13 de outubro de 2025, sob o tema “Conservar a sociedade do futuro, imaginar nossa vida de amanhã”.

Tais Exposições têm duração de cerca de seis meses e contabilizam milhões de visitantes, tendo em vista a duração também alargada no tempo. Possuem, nesse sentido, um tema mobilizador, sempre alinhado aos desafios de seu tempo.

As duas primeiras realizadas, respectivamente, em Londres e Paris tiveram os seguintes temas: “Indústria de todas as nações” (1851); “Agricultura, Indústria e Belas Artes” (1855). Mas foi a Exposição de 1889, em Paris, com o tema “Comemoração do centenário da Revolução Francesa”, que produziu um dos ícones mais importantes daquele país: a Torre Eiffel, conforme mencionado anteriormente.

2 Tradução nossa: “[...] lugares de encontro entre as nações, respondendo aos desafios globais do nosso tempo, convidando a explorar um tema universal específico de forma participativa e imersiva. As Exposições Universais recebem dezenas de milhões de visitantes, permitem aos países construir extraordinários pavilhões e transformar a cidade anfitriã”.



Em 1893, Chicago (EUA) foi a cidade anfitriã da Exposição com o tema “400º Aniversário da descoberta da América”. Gante, na Bélgica, aproveita o evento da Primeira Guerra Mundial em 1913 e trata do tema “Paz, indústria e arte” e, entre 1949 e 1950, o tema foi “O festival da Paz” em Porto Príncipe, no Haiti, em alusão ao final da Segunda Guerra Mundial. Já em 1964, em Seattle (EUA), o tema foi “O homem na era espacial”. “Melhor cidade, melhor vida” foi o tema de Shanghai (China), em 2010, e “Alimentar o planeta, energia para a vida”, foi o tema de 2015, em Milão (Itália) (BIE, s.d.).

Importante registrar que, de acordo com a tipologia do Bureau International des Expositions, a Expo 98 realizada entre maio e setembro de 1998, em Lisboa (Portugal), é classificada como uma Exposição Internacional Especializada sob o tema “Os oceanos, um patrimônio para o futuro”. As Exposições Especializadas tratam de um tema específico, um desafio preciso da humanidade (BIE, 2025). Dessa forma, sob os auspícios dos mesmos princípios de organização, sua classificação é ligeiramente distinta das demais, embora as implicações urbanas de sua realização tenham sido notáveis, resultando na regeneração de uma extensa e desvalorizada área portuária na porção leste de Lisboa, conhecida como Zona Industrial de Cabo Ruivo, transformada em Parque das Nações e, posteriormente, em bairro de mesmo nome.

Assim, o caso de Lisboa soma-se àquele de Barcelona (Espanha) com a realização das Olimpíadas, em 1992. Esta se tornou marcadamente uma referência para as discussões de estratégias de impulsionamento das cidades no contexto global mediante a realização de megaeventos, e do reavivamento da ocupação das áreas às margens de corpos d’água, como rios e mares (Durão, 2011).

Na perspectiva da atividade turística, tais eventos conseguem mobilizar muitos visitantes, aumentando as receitas do setor, em



especial da rede hoteleira, além de promover deslocamentos, restauração, aquisição de pacotes com operadoras, dentre outros.

Como afirma Vico (2015), as Expos apresentam aspectos positivos para as cidades que as realizam, como, por exemplo:

a criação de novas profissões, o aumento do número de trabalhadores, a redistribuição da renda individual, local e regional, a expansão e melhoria das infraestruturas turísticas e dos serviços de turismo, uma notoriedade a nível mundial, bem como o crescimento da vida social e cultural das cidades etc. [...] embora o mega evento tenha uma duração limitada no tempo, as implicações a ele ligadas podem ter efeitos duradouros tanto na fase de preparação bem como nas consequências permanentes, fisicamente ligadas ao território (Vico, 2015, p. 14).

As atividades ligadas ao setor do turismo estão intimamente associadas à promoção da cidade por meio dos eventos, uma vez que novos atrativos são implementados ou mesmo reinventados, de modo a convergir com a perspectiva de visibilidade ampliada, bem como ícones são produzidos para facilitar a projeção da cidade.

3 MEGAEVENTOS

É expressiva a literatura que trata de megaeventos. Há convergência e divergência entre autores acerca dos atributos capazes de qualificar um megaevento, assim como na tipologia em termos da natureza dos mesmos, se esportivos, culturais, políticos, dentre outros.



Desde que se fortaleceram as discussões sobre megaeventos entre as décadas de 1980 e 1990, os autores enfatizavam sua relação com o turismo, tal qual o fez Getz (1989), cujo texto preocupa-se em definir o que constitui o produto evento (*event product*) para o turismo e lazer. Para tanto, lança mão de algumas tipologias que mostram que um mesmo evento pode ser enquadrado em diferentes perspectivas: dos visitantes, dos organizadores, dos impactos na comunidade e da ativação do turismo. Nas conclusões, propõe uma agenda de pesquisas que poderia, à época, contribuir para o fortalecimento do campo e para o aprofundamento da discussão da relação entre megaeventos e turismo.

Também Hall (1992) oferece importante contribuição no campo do turismo, ao apontar a capacidade dos megaeventos em atuarem na criação de novos destinos turísticos ou de incrementarem destinos já tradicionais. Para o autor, o mega está relacionado à grandiosidade do público abrangido, à exposição na mídia e à inversão de elevados recursos públicos na execução das obras e viabilização das atividades, além dos impactos sobre a sociedade local e dos efeitos políticos, em especial quando esse conjunto de ações está associado aos ganhos futuros para os locais, o que se faz por meio da noção de legado. Portanto, oferece uma visão mais específica, identificando certos atributos dos megaeventos, mas sem propor critérios mais objetivos de mensuração, o que será feito por outros autores no processo de aprofundamento da agenda de discussão do tema.

Um dos autores que apresenta contribuição em termos de proposição de limiares para os atributos de um megaevento é Müller (2015), razão pela qual vamos nos apoiar em suas proposições na tarefa de definir a COP30 como um megaeven-



to. Isso porque, em sua interpretação, estes “[...] are ambulatory occasions of a fixed duration that attract a large number of visitors, have a large mediated reach, come with large costs and have large impacts on the built environment and the population” (Müller, 2015, p. 638).³

A proposição de inserir limiares para o que o autor descreve como grande, resulta em dificuldades operacionais, em especial quanto às fontes de informação confiáveis que podem oferecer uma visão de conjunto para cada dimensão de análise.

A atratividade de visitantes não é fácil de ser medida, sendo sempre estimada. A maior aproximação com uma medida objetiva pode se dar em relação ao número de ingressos vendidos, mas isso também possui limitações na caracterização de um megaevento, dentre outras: a natureza do megaevento influencia diretamente no potencial de público esperado, variando de centena de milhares no caso dos megaeventos esportivos até dezenas de milhares no caso das cimeiras e reuniões diplomáticas, como as COPs; utilizar o número de ingressos vendidos também não permite identificar a parcela do público que é local e a que é visitante, além do fato de que uma mesma pessoa pode participar de diferentes atividades e adquirir múltiplos ingressos. De toda forma, Müller (2015) argumenta que o número de ingressos vendidos segue sendo uma importante *proxy* para a atratividade dos visitantes e esse limiar situa-se na casa de 1 milhão.

O alcance midiático é outra dimensão importante e pode ser apreendido pela quantidade de pessoas que acompanham

3 Tradução nossa: “[...] são ocasiões itinerantes de duração fixa que atraem um grande número de visitantes, têm grande alcance midiático, acarretam grandes custos e têm grandes impactos no ambiente construído e na população”.



as transmissões, pelos valores relativos à venda dos direitos de transmissão e pelo número de veículos de mídia interessados em transmitir o acontecimento. Tal dimensão não era considerada nas definições iniciais de megaeventos, mas se tornou central ao longo do tempo e está diretamente associada ao processo de criação e venda da imagem das cidades e países que realizam megaeventos. Müller (2015) não define um valor de referência, mas enfatiza a importância dessa dimensão.

Os custos estão relacionados tanto às obras de infraestrutura para construção de instalações e transporte, como também os custos de organização do próprio evento, em sua maioria, de responsabilidade pública. Quanto maior o evento, mais complexa a rede de relações que produz, ampliando os custos em segurança, tecnologia da informação (TI), restauração, além de favorecer a ampliação dos custos entre o previsto e o executado. Também para essa dimensão é difícil estabelecer um limiar, mas, considerando os casos analisados, o autor aponta 1 bilhão de dólares como a base para o desembolso.

As transformações urbanas são outra dimensão importante, sendo razão direta dos custos anteriormente apresentados, na medida em que tais transformações se dão em setores e atividades como as instalações diretamente necessárias ao megaevento (estádios, centros de convenção, a depender do tipo de megaevento), mas também em estradas e obras de mobilidade (metro, *Bus Rapid Transit*-BRT), aeroportos, hotéis, locais para a hospedagem de atletas e redes de energia e internet.

Além dessas dimensões, também é importante ressaltar que sempre há, por trás da organização de um megaevento, uma instituição ou órgão supranacional responsável pelo processo de preparação, definição das demandas e realização do

megaevento. Neste caso, podemos exemplificar com o Comitê Olímpico Internacional (COI), a Federação Internacional de Futebol (FIFA) e a Organização das Nações Unidas (ONU). A atuação desses organismos internacionais vai, além de garantir a atenção aos seus interesses, impor determinadas condições consideradas essenciais para a realização do megaevento.

Com base nessas considerações, trataremos de classificar a COP30 como um megaevento.

4 A COP COMO UM MEGAEVENTO

O presente texto assume a perspectiva de que a COP30 é um megaevento em razão de algumas características tratadas anteriormente na literatura. Dentre as quatro dimensões priorizadas por Müller (2015) – (i) número de visitantes, (ii) alcance midiático, (iii) custos e (iv) transformações urbanas –, podemos afirmar que a COP30 atende a todas, de modo integral ou parcial, resguardada a sua natureza de reunião diplomática e não de um evento esportivo ou similar.

(i) Número de visitantes

O número total de visitantes decorrentes da realização da COP30 passa por duas considerações relevantes: 1) a ONU preocupa-se apenas com a totalização dos inscritos na Conferência, por meio da contabilização dos credenciamentos efetivamente realizados para a participação na área oficial do evento, a chamada *Blue Zone*; 2) não há nenhum mecanismo confiável de mensuração dos demais visitantes que não foram inscritos



na Conferência, tanto aqueles que visitam a *Green Zone*, quanto também os espaços paralelos organizados pela sociedade civil, por grupos empresariais e demais agências públicas e privadas.

Portanto, o limiar apontado na literatura para megaeventos esportivos não se aplica às COPs, cujo total de público deve ser mensurado por outros mecanismos.

Historicamente, as COPs têm tido um considerável aumento de participantes, levando alguns analistas a questionarem a efetividade do que pode ser denominado de “megaCOPs” em face da pactuação de acordos e das ações para o combate às mudanças climáticas.

Tendo em vista seu caráter de reunião diplomática, as COPs começaram com poucos participantes, conforme pode ser observado no Gráfico 1, mas caminham para uma elevação constante, tanto na área oficial (*Blue Zone*), como na área voltada ao público em geral (*Green Zone*).

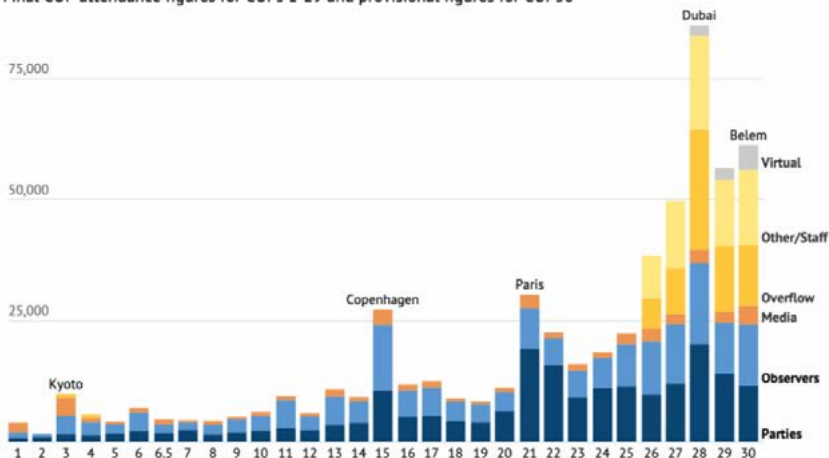
No Gráfico 1, contabilizam-se os participantes inscritos nas COPs ao longo do tempo. Duas observações devem ser destacadas: 1) é notória a ampliação do interesse pelas questões climáticas, em especial a partir da COP26, realizada em Glasgow (Escócia), cujo ápice se deu na COP28, em Dubai (Emirados Árabes Unidos), com registro de mais de 80 mil inscritos; 2) a relação entre aumento de inscritos e a inserção de duas novas categorias de participação “*overflow*” e “*other/staff*”, correspondendo, respectivamente, aos inscritos que não fazem parte do quadro oficial das delegações e para os quais foram emitidas credenciais extras. Neste grupo estão pesquisadores, representante da indústria com relações com o governo, por exemplo; além da contabilização de outros e dos quadros relativos às equipes que congregam diferentes tipos de trabalhadores envolvidos na organização e realização da Conferência.



Gráfico 1 – Credenciados nas COPs ao longo do tempo

Total attendance at COPs through the years

Final COP attendance figures for COPs 1-29 and provisional figures for COP30



Fonte: McSweeney e Viisainen (2025).

De acordo com McSweeney e Viisainen (2025), a COP30 teve um total de 56.118 inscritos, porém, dados atualizados em dezembro de 2025 apontam que um total de 42.618 pessoas participaram presencialmente, além de 2.550 com participação on-line. Essa diferença pode ser justificada pela incerteza relativa aos alojamentos disponíveis e aos elevados preços praticados, o que fez com que muitas delegações reduzissem o número de participantes. Desse total, 11.519 foram os delegados representantes das partes, que ratificam a convenção e participam das negociações.

Para além de sua classificação como megaevento, as COPs têm um propósito que está diretamente relacionado à pactuação de acordos e ações que evitem a aceleração do aquecimento



global e das mudanças climáticas decorrentes. Neste particular, aumentam as dúvidas acerca da eficácia das “megaCOPs”, em especial pelo fato de significarem a ampliação de participantes “de primeira viagem”, sem conhecimento técnico e contatos que permitam alcançar os formuladores de políticas e terem incidência positiva nas negociações intergovernamentais.

Esse aumento de público, seja o oficial, seja o paralelo, sobre os quais trataremos a seguir, resulta numa mudança de condição das COPs em termos de seu protagonismo quanto ao número de visitantes e às condições necessárias para a preparação das cidades-anfitriãs.

Além da *Blue Zone*, coordenada e organizada pela ONU, as COPs também contam com outra área de relevância, a *Green Zone*, território da sociedade civil, destinada às atividades culturais, diálogo entre organizações, empresas e sociedade civil. Porém, sobre essa área, não recaem os rígidos controles de acesso e não é necessário credenciamento ou inscrição prévia.

Em Belém, segundo a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Clima e Sustentabilidade do Pará (SEMAS), foram selecionadas mais de 340 propostas de atividades/eventos que se realizaram nessa área, contudo, os estandes tiveram custo elevado, perto de U\$ 1.500 o metro quadrado, o que certamente não permitiu a democratização de seu uso. Povos tradicionais, como os indígenas, por exemplo, eram vistos com seus produtos estendidos em esteiras pelo chão.

Estima-se que a *Green Zone* da COP30, em Belém, contou com cerca de 300 mil visitantes, no entanto, não é possível precisar o número de pessoas, uma vez que a mesma pessoa pode ter acessado a área mais de uma vez.



Além da *Green Zone*, foram computados em pesquisa direta durante a COP30 cerca de 100 eventos paralelos, ordenados por organizações não governamentais (ONGs), empresas, governos, movimentos sociais, universidades, dentre outros. Podemos citar: “Cúpula dos Povos”, ocorrida na Universidade Federal do Pará (UFPA) e que reuniu cerca de 20 mil participantes entre indígenas, quilombolas, ribeirinhos e demais grupos de populações tradicionais e movimentos sociais; “Agrizone”, promovida pela Embrapa e que reuniu governo, produtores rurais e pesquisadores e com estimativa de público de 20 mil pessoas, sendo cerca de 2 mil por dia; “ONG Vozes dos Oceanos”, que contou com uma programação de painéis e atividades interativas para os visitantes; “Yellow Zones”, iniciativa da Coalizão COP das Baixadas que reúne jovens das periferias de Belém para discutir as mudanças climáticas; e “Aldeia COP30”, instalada na Escola de Aplicação da UFPA, foi organizada para abrigar cerca de 3 mil indígenas, dos quais, 900 estavam credenciados na *Blue Zone*.

Pelo exposto, observa-se que a COP30 se caracterizou por receber um elevado número de visitantes, o que permite afirmar que atende à primeira dimensão da classificação de um megaevento.

(ii) Alcance midiático

Diferentemente de outros megaeventos, a COP não conta com direitos de transmissão e nem com canais exclusivos de veiculação de seus conteúdos. No entanto, o interesse pelas questões discutidas na Conferência resulta em uma elevada presença da imprensa internacional e local na veiculação dos debates, acordos e polêmicas.



Isso porque, durante alguns dias estão reunidos em um mesmo local, chefes de Estado e de Governo, a alta diplomacia, lideranças políticas, empresários e ativistas pelo clima, além da ocorrência de manifestações sociais de impacto. Tal situação revela um ambiente favorável ao interesse da mídia. Certamente, a maioria dos 194 países que enviaram delegações para a COP30 se fizeram representar também por jornalistas, repórteres e criadores de conteúdo.

A Conferência foi acompanhada por emissoras de televisão, rádios, jornais impressos, revistas, portais, agências de notícias e criadores de conteúdo. Com base nos dados preliminares divulgados pela ONU, McSweeney e Viisainen (2025) destacam que houve 3.920 inscritos como membros da mídia.

Dentre os participantes brasileiros, os mais representativos foram os delegados da Empresa Brasil de Comunicações (EBC), com 142 pessoas, a TV Cultura, com 87, e a TV Liberal, com 75, sendo esta última paraense e afiliada à Rede Globo de Televisão.

As principais agências internacionais de notícia estiveram presente com 42 delegados da *Reuters*, 42 da *Bloomberg*, 32 da *Associated Press*, 31 da *Sky News*, 20 da *BBC*, 16 do *Financial Times*, 10 da *Deutsche Welle*, 10 do *The Guardian* e 9 do *The New York Times*. Plataformas como *TikTok* com 13 delegados, *YouTube* com 8 e *GB News* com 9 também produziram conteúdos sobre a Conferência. Aponta-se que o Gráfico 1 também permite visualizar a participação do grupo “media”, que, em Belém, está entre os maiores dentre todas as edições da Conferência.

A infraestrutura de imprensa organizada pelo Governo Brasileiro e pela UNFCCC (United Nations Framework Convention on Climate Change - Convenção-Quadro das Nações Unidas



sobre Mudanças Climáticas) contou com cerca de 60 salas de imprensa, equipadas para redação, gravação, edição e transmissão ao vivo, além de duas salas de coletiva, que receberam ministros, negociadores, lideranças populares, indígenas, ativistas, cientistas e representantes de diversos países.

Ademais, foi montado um *hub* de informações da ONU sobre ação climática no Palácio do Itamaraty, no Rio de Janeiro, para apoiar jornalistas e produtores de conteúdo em sua tarefa de divulgar as discussões da COP30 no Brasil.

Portanto, a infraestrutura de mídia e a veiculação de informações alcançaram o mundo todo, permitindo concluir que essa dimensão de um megaevento também foi atendida pela COP30.

(iii) Custos

No âmbito dos custos, Müller (2015) aponta um valor de referência de U\$ 1 bilhão como a base para o desembolso em obras de infraestrutura e instalações.

Levantamento realizado por meio do confronto de dados do Portal da Transparência da COP30 do Governo Federal, da Secretaria de Obras Públicas do Estado do Pará (SEOP) e do Portal G1 do Grupo Globo, além de pesquisa direta e observação das placas informativas nos próprios empreendimentos, apuramos um valor total de investimentos de R\$ 6,5 bilhões de reais ou, aproximadamente, 1 bilhão de dólares, portanto, atendendo ao referencial da dimensão de custos previstos para um megaevento.

As fontes foram, majoritariamente, públicas, com expressivos desembolsos dos seguintes agentes: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com investimen-



tos de cerca de R\$ 1,5 bilhão; Itaipu Binacional, com investimentos em torno de R\$ 1,4 bilhão; Orçamento Geral da União (OGU), com investimentos de cerca de R\$ 1,1 bilhão; Novo Fundo Geral do Turismo (Fungetur), com investimentos aproximados de R\$ 320 milhões; além de investimentos adicionais e complementares no total de R\$ 1,88 bilhão, oriundos do Governo do Estado do Pará por meio da empresa mineradora Vale, cujas taxas minerárias foram revertidas para a realização de obras no âmbito do Programa “Estrutura Pará”.

Importa registrar que a atuação da Vale na construção do Parque da Cidade, principal infraestrutura para sediar as atividades da COP30 (*Blue Zone* e *Green Zone*), representou investimentos de perto de R\$ 1 bilhão, além de expressivos investimentos no Porto Futuro II. Soma-se, ainda, os investimentos oriundos da Concessão do Aeroporto Internacional de Belém em favor da Norte da Amazônia Airports (NOA), de cerca de R\$ 330 milhões (Brasil, 2026).

(iv) Transformações urbanas

Finalmente, a última dimensão de um megaevento, de acordo com Müller (2015), são as transformações urbanas ou as dinâmicas urbanas associadas e ativadas pela realização do megaevento.

Tendo em vista o peso dessa dimensão no conjunto da análise, vamos tratá-la de modo individualizado na seção seguinte do trabalho. De todo modo, podemos afirmar que o conjunto de transformações foi expressivo e concorre positivamente para o enquadramento da COP30 na classificação de megaevento.

Portanto, podemos concluir que os vultuosos recursos públicos destinados à preparação da cidade para a COP30; os



milhares de visitantes que estiveram em Belém participando das atividades oficiais na *Blue Zone* e na *Green Zone*, além das dezenas de eventos paralelos que ocorreram no período; sua natureza midiática, tendo em vista a exposição para o mundo, facilitada pela implantação de centros de mídia que acolheram emissoras de TV, rádio e plataformas digitais de vários lugares do mundo; a preparação da cidade em termos de dotação de infraestrutura, em especial de mobilidade, hospedagem, alimentação, segurança, centros de mídia, dentre tantos itens, transformam a COP30 em Belém em algo superlativo e, não menos importante, projetaram para o mundo a cidade-anfitriã, não apenas nos cerca de 15 dias de sua realização, mas em todo o processo de preparação.

5 COP30 E TRANSFORMAÇÕES URBANAS EM BELÉM

Na maioria das edições das COPs, as cidades-anfitriãs foram as capitais dos respectivos países ou cidades com destaque em termos de infraestrutura turística, ou seja, com condições previamente existentes para receber o público da Conferência, como rede hoteleira, conexões aéreas, estrutura turística, dentre outros.

No caso de Belém foi diferente, pois embora seja uma das 15 metrópoles brasileiras, não ocupa posição de primazia, além de localizar-se no extremo norte do país – o que não lhe confere fluidez em termos de acessibilidade – e possuir problemas históricos de infraestrutura e predomínio de populações vulneráveis em termos socioeconômicos. Localizada na Amazônia brasileira, possui grande potencial turístico, porém, pouco explorado e estruturado, com déficits em termos de aloja-



mentos e hospedagens, situação que teve que ser enfrentada para a realização da Conferência.

Sua localização estratégica na Amazônia brasileira foi, justamente, um dos principais motivos da escolha de Belém para receber a COP30, afinal, embora não seja o tema das COPs, a Amazônia está diretamente implicada nas mudanças climáticas, sendo um local estratégico para que o mundo conheça as particularidades, potencialidades e dificuldades dessa realidade.

O desafio de preparar a cidade para receber a Conferência foi assumido pelo Governo Federal, seja como coordenador das ações, seja como financiador das transformações necessárias para que Belém pudesse ser a cidade-anfitriã da COP30, além da parceria com o Governo Estadual, principal executor das obras e, em menor nível, com a Prefeitura de Belém.

Ato contínuo à definição de Belém como anfitriã da COP30, um frenético processo de proposição de projetos urbanos ocorreu, com ênfase naqueles ligados à ampliação da rede hoteleira, à execução de obras de drenagem, à reforma do aeroporto, à reforma e requalificação de locais de grande significado local, como o Mercado do Ver-O-Peso e a área portuária, à retomada das obras e serviços de mobilidade por meio do BRT Metropolitano, asfaltamento de vias e construção de outras, além da construção do principal local de realização da Conferência: o Parque da Cidade.

No escopo de nossas pesquisas sobre tais acontecimentos e visando a organizar esse amplo leque de intervenções, propusemos em Freitas (2025a) a classificação das intervenções em dois tipos: as de compromisso e as de oportunidade.

As intervenções de compromisso encontram respaldo nas



definições da ONU, contidas no documento “How to Cop” (UNFCCC, 2023), que descreve o que é necessário que a cidade-anfitriã ofereça para a realização da Conferência. Já as intervenções de oportunidade são todas as demais que não possuem caráter convergente e direto com sua realização, mas que viram na janela de oportunidades de investimentos a possibilidade de se viabilizarem, sendo que algumas, inclusive, eram demandas históricas da cidade, como as obras de drenagem urbana.

As intervenções de compromisso relacionam-se aos seguintes aspectos: existência de centro de convenções ou outro espaço que permita a instalação da *Blue Zone* e da *Green Zone*; hospedagem, com acomodação em hotéis e congêneres que perpassem diferentes tipos e preços, desde aqueles de categoria superior até os mais simples; transporte que permita o deslocamento dos participantes até o local da Conferência, garantindo uma mobilidade eficiente e segura, bem como que permitam o acesso à cidade, por meio da oferta de ligações aéreas.

Portanto, as intervenções de compromisso se traduziram em Belém pelas seguintes iniciativas:

- construção do Parque da Cidade (Figura 1) para abrigar a *Blue Zone* (Figura 2) e a *Green Zone*, com investimentos de cerca de R\$ 1 bilhão, oriundos da mineradora Vale por intermédio do Programa “Estrutura Pará”, e a requalificação do Hangar Centro de Convenções, com recursos de R\$ 40 milhões, oriundos do BNDES por meio de crédito. O Parque da Cidade foi construído na área do antigo Aeroporto Brigadeiro Protásio e a intenção de sua construção é muito anterior ao anúncio da COP30 em Belém, quando, no ano de 2020, houve um



Figura 1 – Parque da Cidade em Belém



Fonte: acervo da autora, 2025.

Figura 2 – Entrada da *Blue Zone* – COP30, Belém (PA)



Fonte: acervo da autora, 2025.

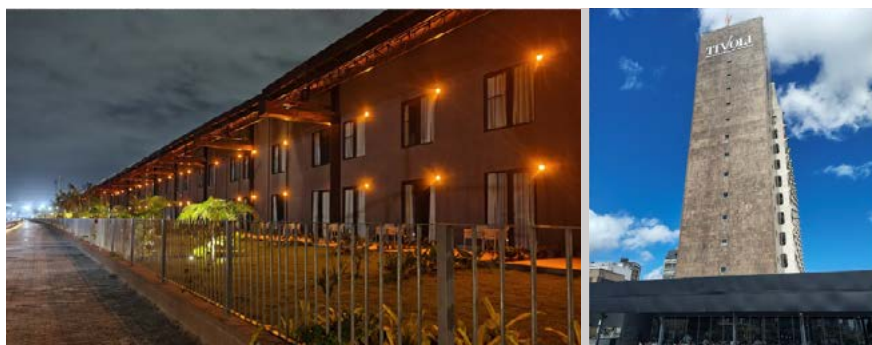


concurso público nacional organizado pela Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP) para proposição e soluções para o referido espaço. Portanto, já havia um projeto aprovado que, contudo, sofreu diversas modificações em razão da nova destinação relacionada à realização da COP30. O que parecia difícil de viabilizar em função dos custos de implantação, convergiu com as novas demandas que resultaram na implantação de parte do projeto;

- ampliação da rede hoteleira e das ofertas de hospedagem por aplicativos, implantação dos hotéis de redes internacionais, como o Vila Galé Collection Amazônia (rede portuguesa), com recursos de R\$ 180 milhões oriundos do Fungetur, e o Tivoli Maiorana (operado pela Minor Hotels com sede na Tailândia), com investimentos de R\$ 20 milhões do Fungetur, ambos 5 estrelas (Figura 3), e ambos ocupando áreas públicas que foram objeto de concessão aos respectivos grupos hoteleiros, por 30 anos; o Transamerica Executive, 4 estrelas e operado pela Atlantica Hospitality Internacional, instalado anexo ao Aeroporto Internacional de Belém, com recursos de R\$ 41 milhões oriundos da NOA, concessionária do aeroporto; empreendimento hoteleiro Piedade 45 Urban Stay, transformado em estúdios de locação por tempo variável e também financiado pelo Fungetur, com recursos de R\$ 18 milhões; Hotel Vila COP, instalado em frente à entrada da *Blue Zone* e cuja intenção era ser uma estrutura provisória a ser transformada em centro administrativo do Governo Estadual após a COP30,



Figura 3 – Hotéis Vila Galé (à esquerda) e Tivoli Maiorana (à direita)



Fonte: acervo da autora, 2026.

Figura 4 – Terminal Fluvial da Tamandaré em 2022 e 2025



Fonte: acervo da autora, 2022 e 2025.



com recursos de R\$ 220 milhões oriundos de Itaipu Binacional; acordos firmados com aplicativos de hospedagem como *Booking* e *Airbnb*, visando ampliar a possibilidade de hospedagens na cidade; e reforma de escolas para servirem de alojamento durante a COP30, no valor de R\$ 68 milhões, provavelmente oriundos do Governo Estadual;

- início da operação do BRT Metropolitano, ao custo de R\$ 560 milhões, parte financiado anteriormente pela JAICA, agência Japonesa, inclusive com implantação temporária de uma linha ligando o Porto de Outeiro – onde ficaram atracados dois navios para utilização como hospedagem durante a COP30 (ao custo de R\$ 350 milhões, originários do Governo Federal via Embratur) – e o Parque da Cidade, local da Conferência; privatização, seguida de ampliação do Aeroporto Internacional de Belém; reforma, ampliação e instalação de terminais portuários como o de Outeiro, ao custo de R\$ 234 milhões, advindos de Itaipu Binacional e do Novo PAC; o Terminal Fluvial da Tamandaré (Figura 4), ao custo de R\$ 24 milhões oriundos do BNDES; e reforma da Base Aérea de Belém, ao custo de R\$ 33 milhões decorrentes do Orçamento Geral da União.

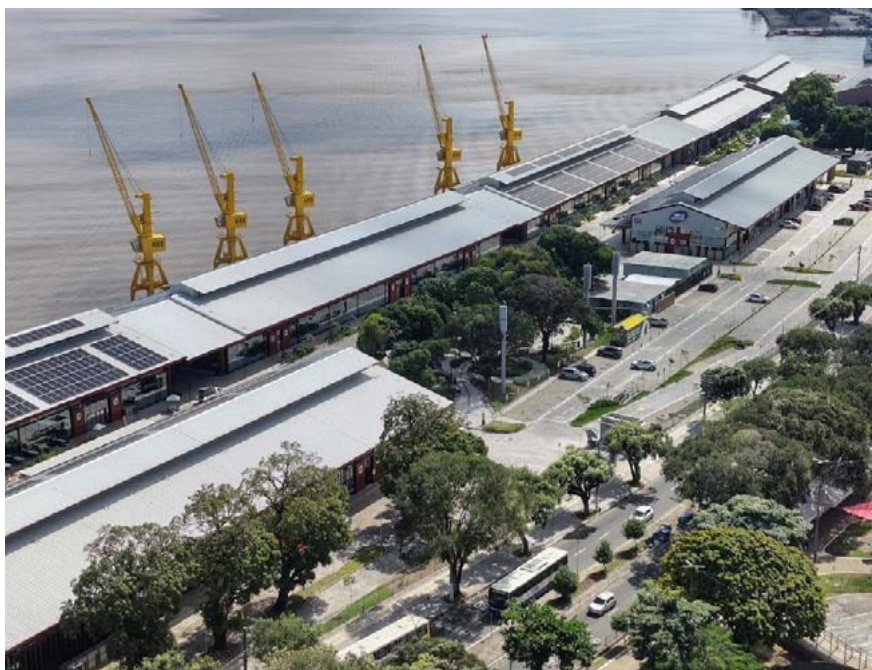
Dentre as intervenções de oportunidade, podemos destacar:

- Porto Futuro II (Figura 5), um complexo que custou cerca de R\$ 570 milhões e que conta com as instalações do Museu das Amazônias, Centro Gastronômico, Parque de Bioeconomia, Centro Cultural Caixa e



Hotel Vila Galé Collection Amazônia. Sua construção foi viabilizada por um *pool* de investimentos, capitaneados por aqueles oriundos da mineradora Vale, mas também com participação do Fungetur, Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação (MCTI) e do Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CAF). Tal complexo ocupa uma área portuária e que estava sem uso, sendo transformada em um novo centro de lazer e turismo;

Figura 5 – Porto Futuro II



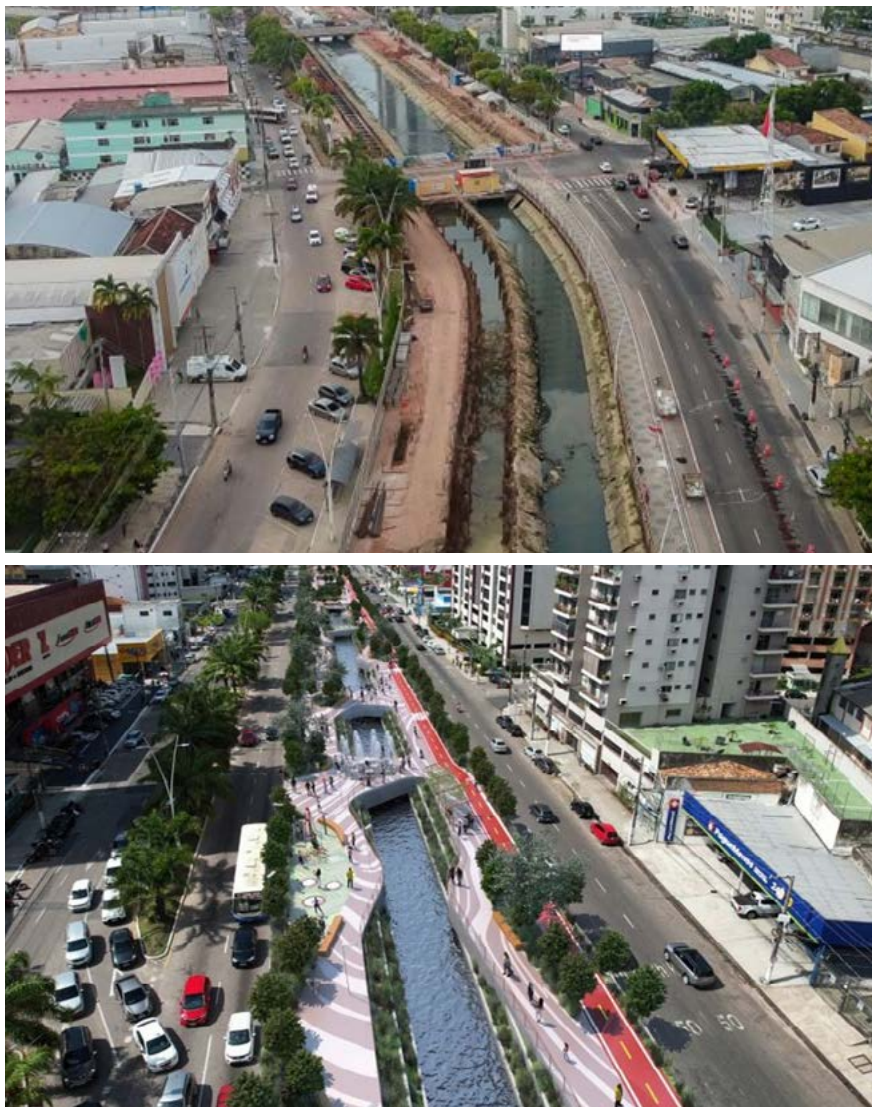
Fonte: acervo da autora, 2026.



- reforma do Complexo Ver-O-Peso, incluindo a implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES), com recursos da ordem de R\$ 80 milhões advindos do Orçamento Geral da União e de Itaipu Binacional;
- reforma do Mercado de São Brás, antigo mercado transformado em polo gastronômico e turístico, ao custo de R\$ 90 milhões oriundos de Itaipu Binacional;
- restauração do Conjunto dos Mercedários e instalação do espaço Casa BNDES COP30, com financiamento do BNDES por meio de recursos não reembolsáveis, no valor de R\$ 36 milhões;
- implantação do Parque Linear da Doca (Figura 6), que se constituíram em melhorias ao longo do canal que nomeia a Av. Doca de Souza Franco, localizado em área verticalizada e valorizada da cidade, com implantação de infraestrutura de lazer, quiosques e obras de drenagem ao logo do canal, com custo de R\$ 367 milhões oriundos de Itaipu Binacional;
- implantação do Parque Linear da Tamandaré, com obras de saneamento, drenagem e melhorias urbanas, com implantação de espaços de lazer e quiosques, ao custo de R\$ 230 milhões oriundos do BNDES;
- pavimentação asfáltica de várias ruas da cidade e implantação de sistema de inteligência viária, ao custo de R\$ 180 milhões oriundos de Itaipu;



Figura 6 – Parque Linear da Doca



Fonte: Belém [...] (2024).



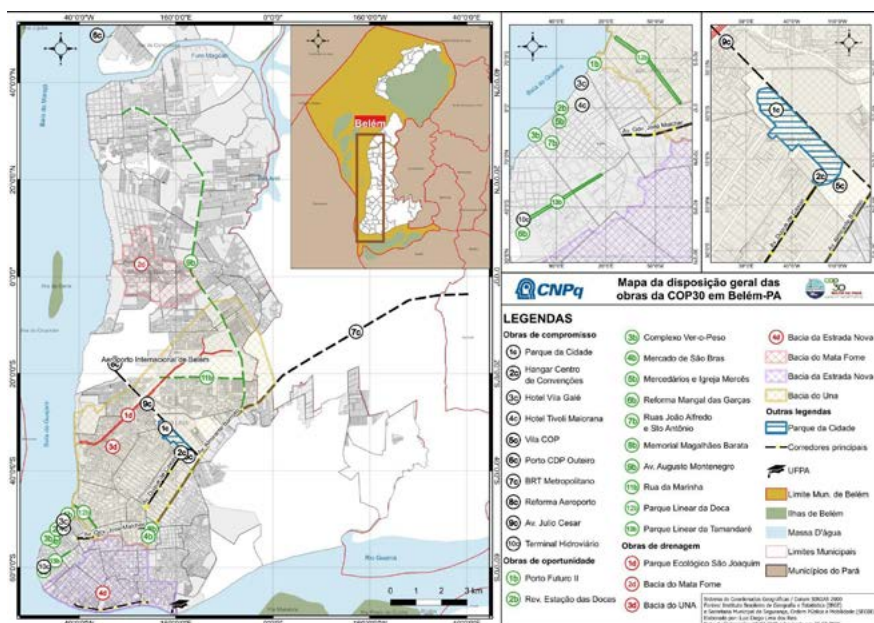
- inúmeras obras de macrodrenagem pela cidade (Mangueirão, canais: Caraparú, da Cipriano Santos, da Gentil Bittencourt, do Mártir, do Murutucu, da Vileta, da União, da Leal Martins e da Timbó, ao custo de R\$ 850 milhões advindos do BNDES;
- ampliação da rua da Marinha, ao custo de R\$250 milhões decorrentes do BNDES.

Tais intervenções, cuja disposição espacial pode ser observada na Figura 1, mostram a concentração em um eixo que compreende o Aeroporto Internacional e o centro de Belém, formando um perímetro seletivo e parcial, à luz do vasto território do município de Belém e da Região Metropolitana.

Portanto, tal qual ocorrido nos megaeventos esportivos realizados no país há uma década, os efeitos espaciais das transformações urbanas na Belém da COP30 revelam dinâmicas semelhantes: elitização de certas áreas da cidade e decorrente valorização imobiliária (parques lineares da Doca e da Tamandaré); desapropriação dos pobres para dar lugar aos novos projetos (Terminal Fluvial da Tamandaré); substituição de usos e serviços urbanos desmercantilizados por outros vinculados aos interesses de agentes econômicos solváveis (Mercado de São Brás, novas lojas no Aeroporto Internacional) e destinação de bens públicos aos interesses privados (Hotéis Vila Galé e Tivoli Maiorana).



Mapa 1 – Obras de compromisso e de oportunidades da COP30 em Belém (PA)



6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para além do que foi exposto até agora e que permite a compreensão de diversas dimensões capazes de qualificar a COP30 como um megaevento, podemos, ainda, discorrer sobre as expectativas de usos contínuos dos espaços criados, recriados e transformados à luz da intencionalidade da COP30.

Não vamos tratar desse conjunto de intervenções como legado, porque acreditamos que o legado funciona como poderoso recurso discursivo para, antes de tudo, reforçar a positi-



dade dos investimentos e criar uma atmosfera de apoio incondicional aos esforços para a sua realização.

Acreditamos que o legado só poderá ser efetivamente apontado com o passar do tempo, com o acompanhamento do uso e conservação das novas instalações e obras, da apropriação social desses espaços e da democratização de seu uso. Quando tivermos projetos perenes e duradouros para o incremento do turismo local, quando (e se) esses investimentos vultuosos se reverterem em melhoria das condições de vida da população e geração de empregos dignos e superação da precariedade do mercado informal que predomina na cidade e no Estado.

Mas, é importante tratar, finalmente, de um conjunto de críticas originárias de parcelas da sociedade e da mídia brasileira, em especial a sudestina, que nos motivou a escrever uma pequena manifestação que lançamos mão para finalizar este texto. Esta manifestação reflete sobre o lugar ou o *não lugar* de Belém na COP30, escrito alguns meses antes da realização da conferência na capital paraense. Vamos a ele:

São 15 horas num dia do início de junho, a temperatura é de 29 graus com sensação térmica de 35, umidade relativa de 72%, é verão! Escrevo, praticamente do hemisfério norte, como pode? Estou no Brasil! Sim, estou em Belém do Pará, uma metrópole na Amazônia, com cerca de um milhão e trezentos mil habitantes, 12º município mais populoso do Brasil, a COP30 vai acontecer aqui, e...?

Escrevo motivada pela onda de comentários e notícias que questionam a pertinência da realização da COP30 por aqui e que enfatizam as (des)qualidades desse lugar.

Aqui temos feijoada, mas também temos maniçoba; temos bacalhau, mas também pirarucu; temos coxinha de frango,



mas também unha de caranguejo; temos suco de laranja, mas também de cupuaçu; temos pupunha, o fruto que não implica em derrubar a palmeira para obter o palmito; temos pato com laranja, mas também pato no tucupi.....

Temos coisas que não tem em outros lugares, a lista é enorme, mas vou resumir: temos Alba Mariah, Gigi Furtado, Artur Nogueira, Dona Onete, Pinduca, Gabi Amarantos, como vozes potentes da música; temos o rio com ondas; temos samba e mpb, mas também temos carimbó, guitarrada e brega. Temos bacuri, cacau, uxi, taperebá, frutas excepcionais; temos tucupi, maniva, filhote e pescada amarela, temos açaí!!!! Sim, esse fruto transformado em moda no mundo e que tem origem e endereço específicos por essas bandas.

A identidade do belenense é notável, seu apego às coisas do lugar é diferente de tudo que já vi! Os paraenses viajam e levam consigo uma parte de sua cultura alimentar, quem mais faz isso no Brasil? Macarrão, arroz, feijão, churrasco a gente encontra em todo lugar.... maniçoba, tucupi, jambu (inclusive a cachaça), chicória (coentro do norte), tapioca, bacuri, cupuaçu e açaí (legítimo) a gente só encontra aqui.....

Então.... essa é a questão! "O Brasil não conhece o Brasil; O Brasil nunca foi ao Brasil", já dizia a canção Querelas do Brasil de Aldir Blanc e Maurício Tapajós. Grande verdade essa!!!! Se a COP30 trará alguma repercussão positiva é exatamente o confronto do Brasil com o Brasil, é o espelho que retrata uma porção desse país desconhecida, julgada e pouco compreendida pelos demais brasileiros.

Os brasileiros daqui não são diferentes daqueles de lá.... apenas estão historicamente e geograficamente distantes do ritmo do tempo rápido que prevalece no centro-



-sul do país... o tempo lento daqui não é sinônimo de incompetência ou atraso, apenas tem no ritmo da natureza parte de sua cadência....

O Brasil daqui foi historicamente negligenciado e explorado pelo Brasil de lá.... o Brasil daqui, aquele da exploração da madeira, dos minérios, da castanha, do açaí, da borracha, do pescado, produziu ícones como Chico Mendes, Irmã Doroty, Bruno e Dom....

Mas, o Brasil daqui vai sediar um megaevento, e isso muda a relação de forças e os interesses em disputa.

É muito mais confortável apostar na supremacia do *não lugar* para a realização da COP30 do que apostar na singularidade do lugar: Belém.

Não lugar é um conceito forjado pelo antropólogo francês Marc Augé (2012), que caracteriza espaços sem identidade cultural, onde não há sentido de pertencimento, onde as relações são pautadas no transitório e no anônimo, tal qual um aeroporto ou um shopping center onde tudo é homogêneo. Os não lugares são portadores de elementos da globalização, da uniformização e não são reconhecidos por suas singularidades, mas pela pasteurização.

Belém tem problemas, muitos.... mas tem também a floresta, as populações tradicionais, ribeirinhas, indígenas, quilombolas, coletores.... não podemos negligenciar os problemas de saneamento, moradia, água potável, mobilidade, informalidade, mas Belém é o retrato da Amazônia, não da Amazônia folclórica, mas da Amazônia real! Aquela com parcela importante da população vivendo em cidades precárias e com alto grau de vulnerabilidade.... mas..... esse é o Brasil, talvez aquele que não queremos ver, que queremos evitar



no confronto com o espelho. Mas.... somos nós..., que a COP30 seja a oportunidade desse país se olhar de frente, entender e, sobretudo, respeitar, as diferenças que nos constituem como nação.

Respeito, compreensão, empatia, inclusão, são as premissas para uma sociedade justa. Se houver algum legado da COP30, que seja o reconhecimento da existência de outras faces do Brasil, que o Brasil possa entender que existem vários brasis e que todos são legítimos (Freitas, 2025b).



REFERÊNCIAS

AUGÉ, M. **Não lugares**: introdução a uma antropologia da super-modernidade. Campinas: Papirus, 2012.

BELÉM: divulgadas imagens da revitalização do canal da Doca. **Pará News**, Belém, 9 jan. 2024. Disponível em: <https://parawebnews.com/belem-divulgadas-imagens-da-revitalizacao-do-canal-da-doca/>. Acesso em: 10 jul. 2026.

BIE. À propos des Expositions Universelles. **Bureau International des Expositions**, [s. l.], 2025. Disponível em: <https://www.bie-paris.org/site/fr/les-expos/expositions-universelles/a-propos-des-expositions-universelles>. Acesso em: 7 ago. 2025.

BIE. Exposition Universelle. **Bureau International des Expositions**, [s. l.], s.d. Disponível em: <https://www.bie-paris.org/site/fr/expo-index/all-world-expos>. Acesso em: 10 jul. 2026.

BRASIL. COP30 no Brasil: portal da transparência. **Portal da Transparência**, Brasília, DF, 2026. Disponível em <https://portaldatransparencia.gov.br/cop30>. Acesso em: 17 mar. 2026.

DURÃO, V. C. M. Megaeventos em Portugal: Expo 98 e Euro 2004 – análise do pós-evento. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 229-243, jul./dez. 2011.

FREITAS, O. L. C. A COP30 como megaevento: recorrências nas práticas de intervenção urbana. *In*: FREITAS, O. L. C.; SANTOS, T. V. (org.). **A COP30 como megaevento**: repercussões espaciais em uma metrópole amazônica. Belém: Amazônia Bookshelf, 2025. p. 22-44.



FREITAS, O. L. C. COP30 em Belém: lugar ou não lugar? **Foco na COP**, Belém, 2025b. Produtos e publicações. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1GbnW8ZrRjQgWqQyngvU_W2CMsWD-kgdvm/view. Acesso em: 10 maio 2026.

GETZ, D. Special events. Defining the product. **Tourism Management**, [s. l.], vol. 10, n. 2, p. 125-137, Jun. 1989.

HALL, C. M. **Hallmark tourist events**: impacts, management, and planning. London: Belhaven Press, 1992.

MCSWEENEY, R.; VIISAINEN, V. Analysis: which countries have sent the most delegates to COP30? **CarbonBrief**, [s. l.], 11 Nov. 2025. COP30 Belém. Disponível em: <https://www.carbonbrief.org/analysis-which-countries-have-sent-the-most-delegates-to-cop30/> Acesso em: 30 nov. 2025.

MÜLLER, M. What makes an event a mega-event? Definitions and sizes. **Leisure Studies**, [s. l.], v. 34, n. 6, p. 627-642, 2015.

UNFCCC. **How to Cop 2023**: a handbook for hosting United Nations Climate Change Conferences. Bonn: UNFCCC, 2023. Disponível em: <https://unfccc.int/documents/518286>. Acesso em: 2 mar. 2025

VICO, R. P. As Expo(s) como megaeventos: impactos turísticos e territoriais. **Revista do Fundo Nacional de Investigação de Moçambique**, Inhambane, p. 1-26, 2015.



Parte 3

Turismo e experiências de governança

9

Turismo de Base Comunitária e Cultura Cacaueira Paraense: desafios normativos e a experiências/aprendizagens territorializadas

Maria Augusta Freitas Costa Canal
Universidade Federal do Pará
E-mail: augustageotur@gmail.com

Milene de Cássia Santos de Castro
Universidade Federal do Pará
E-mail: castromilene2010@gmail.com

Marcel Assis Batista do Nascimento
Universidade Federal do Pará
E-mail: assismarceltour@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O Turismo de Base Comunitária (TBC) é um modelo de gestão que se fortalece por meio da motivação endógena de grupos sociais locais (Irving, 2009) logo, esse modelo parte do protagonismo comunitário nas trocas promovidas pelo encontro turístico. Esse encontro deve priorizar interações genuínas que proporcionem experiências e convivências indutoras de práticas pedagógicas e aprendizagens a partir do cotidiano visitado.

Nessa direção, o TBC se configura como prática e atividade turística capaz de promover a “descoberta” ancorada no espaço e território, com conhecimentos e aprendizagens (Rafestín, 2003, Barros; Rodrigues, 2019) embasados no cotidiano real e nas relações comunicacionais que daí emergem e perduram. No Pará, estado da Amazônia brasileira, a normatização do turismo designou a Lei nº 9.773/2022 enquanto Política Estadual de TBC. Esta, em seus princípios, destaca a autogestão comunitária, a participação social e o respeito às territorialidades tradicionais em áreas indígenas, quilombolas, ribeirinhas e rurais (Pará, 2022). Dessa maneira, a normatização do TBC abre margem à implementação e à ampliação das ações e práticas turísticas em áreas como as culturas cacaeiras.

A cultura cacaeira paraense remete a práticas e experiências bio-socio-historicamente localizadas de grupos sociais amazônicos que associam características diferenciadas à produção do cacau. A particularidade dessa produção parte tanto de sua inserção em ambiente natural do cacaeiro, o bioma Amazônico, quanto pela maneira de conduzir todos os fazeres do sistema produtivo, que é agroflorestal (Santelli, 2023). Esses fazeres conformam a cultura cacaeira paraense



na Amazônia brasileira desde o período colonial, tendo retomado força a partir da segunda metade do século XX, com a região do Xingu como protagonista.

Nessa região, a crise de créditos subsidiados, a queda dos preços do cacau e a precariedade/inviabilidade de circulação e escoamento da produção levaram à organização dos produtores da agricultura familiar no Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica, os quais passaram a reivindicar melhores condições de vida e infraestrutura. Essa organização constitui uma experiência de luta coletiva que poderia ser mobilizada à construção de uma prática turística diferenciada e pautada pelo protagonismo local via TBC pela/na cultura cacaueira.

Nesse contexto, a cultura cacaeira tem sido articulada ao turismo, fundamentalmente por rotas como a “Rota do Cacau ao Chocolate”, na Transamazônica, que integra produtores, empreendimentos locais e experiências relacionadas ao cultivo, beneficiamento e consumo do cacau, mas também visa contribuir à divulgação do produto e ao acúmulo econômico da produção. E, mais recentemente, a articulação do poder público, via empresas estatais, projetou a “Rota do Chocolate da Amazônia - Caminho das Ilhas”, na Região Metropolitana de Belém (RMB). Porém, a cultura cacaeira paraense se estende por cinco regiões produtoras de cacau no estado, segundo Brasil (2023): sudeste, nordeste, região das ilhas, transamazônica e oeste. Juntas, essas regiões envolvem 27,8 mil produtores e 205 mil hectares plantados em sistemas agroflorestais.

Nesse sentido, este artigo analisa as relações entre as normativas paraenses de TBC e as estratégias de respeito às territorialidades tradicionais e às práticas turísticas de experiências/aprendizagens territorializadas da cultura cacaeira. Metodologicamente,



trabalhamos com fundamentos da pesquisa qualitativa que permitiram identificar e aprofundar a análise documental, a experiência/ação a partir de dados não estatístico-numéricos (Minayo, 2007) e, também, pode seguir concepção participativa, casos de processos, atividades e eventos (Creswell, 2010).

Outrossim, ainda em termos metodológicos, utilizamos os pressupostos da pesquisa digital virtual, baseada em trabalhar com dados, analisar estruturas e comportamentos sociais por monitoramento de plataformas, sites e redes sociais (Vimieiro; Bargas, 2019). Os procedimentos incluíram revisão bibliográfica, análise documental do Plano Estadual da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (ADEPARA), de 2023; Lei Ordinária Estadual nº 9.773/2022 (Pará, 2022); Plano “Inova Cacau” 2030; e Relatório de Gestão 2024. Ademais, também mobilizamos notas de trabalhos de campo realizados no Festival Internacional do Chocolate da Amazônia, em 2024 e 2025, Belém/PA, e, entre janeiro de 2025 e janeiro de 2026, monitoramento de plataformas e redes sociais governamentais, de empresas de chocolates, de produtores e agentes vinculados ao cacau no Pará.

2 OS FUNDAMENTOS DO TBC E AS TENTATIVAS DE NORMATIZAÇÃO NO PARÁ

De acordo com Irving, Azevedo e Lima (2018), observa-se a busca por viagens e práticas assentadas no local turístico enquanto espaço cotidiano de seus grupos sociais, em que as demandas reivindicam a experiência como elemento central do encontro turístico, acionando destinos turísticos menos convencionais. Para Irving (2009, p. 116), isso impõe pensar os encontros turísticos como



“capazes de viabilizar novas experiências e descobertas para um “cidadão global”, em busca de oportunidades de vivências e aprendizagens, para além do “cardápio” de opções disponíveis”.

Nessa direção, a autora coloca em evidência as experiências de TBC como um recurso relacional entre turistas e o cotidiano dos sujeitos do local de destino turístico, pois suas bases teóricas partem do pressuposto de que suas práticas estão contextualizadas no real vivido espacialmente pelos sujeitos visitados. Ou seja, o encontro pelo/no TBC é permeado pela “interpretação local” que produz o cotidiano de onde emergem as subjetividades entre visitante e visitado. De tal modo, os turistas do TBC alteraram as ofertas de operadoras e agências internacionais, buscando locais em que o encontro possibilite “processo, descoberta, crítica e reinvenção de uma nova realidade” (Irving, 2009, p. 117).

Vista desse ângulo, teoricamente, essa tipologia de turismo permite trocas que produzem conhecimento e educação de maneira não formal, um processo educativo diferenciado. Como apontado por Barros e Rodrigues (2019, p. 5), trata-se de uma prática contextualizada com a realidade local, mas sem perder de vista as influências externas e os aspectos políticos que incidem sobre o território.

Segundo Raffestin (2003), à produção do território é imprescindível a produção de conhecimento embasado no real, no vivido na base do real que define “linguagens de mundo”. Assim, estas linguagens revelam-se condutoras da relação comunicacional e de alteridade singular de sua territorialidade e, portanto, de como essa territorialidade sinaliza suas intenções à realidade material. Logo, baseado em uma “linguagem de mundo”, pode-se falar de mediadores de produção de conhecimento e saberes por processos de agir e mo-



ver relações, as quais compartilham vivências territoriais e permitem uma relação comunicacional consubstanciada em práticas, experiências e códigos mobilizados à socialização do ser do mundo.

Essa socialização possibilita que o encontro entre grupos sociais e suas territorialidades viabilize trocas e aprendizagens pautadas no compartilhamento comungado na/pela vivência territorial. Isso pode se traduzir em um “caminho didático-pedagógico” no qual inspirações, experiências e descobertas empíricas funcionam como fonte de conhecimento colaborativo para o TBC, a partir de sujeitos engajados (Silva; Matta; Alves, 2024).

Ou seja, trata-se de promover uma dinâmica educacional ancorada em diversos cenários da vida social em que o encontro pelo TBC pode sustentar a “descoberta”, articulando saberes e valores diretamente vinculados à experiência cotidiana dos indivíduos (Barros; Rodrigues, 2019). Ademais, um movimento dialogado de intervenção e produção da própria comunidade envolvida, garantindo assim o protagonismo de suas territorialidades, isto é, seu poder enquanto ator social, cuja espacialidade constrói TBC de modo endógeno. Isso, segundo Irving, Azevedo e Lima (2018), admite considerar o sentido coletivo e a coesão social inerente à noção de comunidade, bem como garantir o poder decisório da comunidade no planejamento, implantação e operacionalização do destino turístico via TBC.

No TBC, esse sentido emerge de iniciativas endógenas que internalizam o patrimônio, a história e a sustentabilidade de recursos naturais. Nessa perspectiva, essa tipologia do turismo pretende ser não mercadológica, ao menos não no sentido dos



circuitos massivos, e visa entender o turismo como “um fenômeno social complexo da contemporaneidade” (Irving; Azevedo; Lima, 2018, p. 23).

Assim, como afirma Irving (2009), a concepção de TBC entende o fenômeno turístico que parte do encontro e suas subjetivações centradas no protagonismo de comunidades locais, bem como no conhecimento de suas territorialidades para a mediação entre visitante e visitado. Isso ocorre com vistas à sustentabilidade biossocial e cultural, o compromisso de geração de recursos econômicos e benefícios aos sujeitos do local de destino turístico. Para tanto, as práticas e experiências de TBC devem proporcionar a autogestão local de projetos turísticos (implementação e avaliação), com a total inserção da comunidade nos processos decisórios, desde o planejamento até a operacionalização do destino em circuitos turísticos.

Tal situação viabiliza os parâmetros mínimos à articulação de um uso turístico que se apresente como fenômeno diferenciador daquele do turismo de economia global e massivo. Assume-se assim, o compromisso de distribuição mais equitativa de recursos econômicos gerados pelo turismo, o sentido e sentimento de inclusão e pertencimento, a afirmação cultural e intercultural, bem como que as atividades sejam desenvolvidas por coletividade de base familiar (Irving; Azevedo; Lima, 2018). Esses parâmetros vêm sendo discutidos mundialmente a partir da Carta do Turismo Sustentável, proposta pela Organização Mundial do Turismo (OMT) e assinada na Conferência de Lanzarote na Espanha, em 1995. A carta foi fundamental por atrelar a prática e atividade do turismo aos direitos humanos e reconhecer a fragilidade dos ambientes que servem de recursos turísticos, o que proporcionou um documento com forte matriz ética, ambiental e social.



Ainda de acordo com esses autores, as ações brasileiras ao TBC enfatizavam iniciativas de oferta turística que proporcionam experiências aos turistas, como acompanhamento de plantios, pesca, cerimoniais, festa e outras atividades realizadas na área das comunidades e com menor impacto de investimentos de grandes infraestruturas e serviços do setor turístico convencional. Isso, no Brasil, diz respeito ao uso turístico de áreas com características interioranas, distâncias territoriais, diversidade e dinâmicas socio-bio-cultural e, portanto, com maior necessidade de políticas públicas.

As políticas públicas brasileiras de turismo vêm atrelando o TBC ao seu escopo entre 2003 e 2018, contudo, “de maneira apenas pontual, superficial, periférica e, por vezes, contraditória, segundo um viés, prioritariamente, mercadológico” (Irving; Azevedo; Lima, 2018, p. 6), sendo que os primeiros Planos Nacionais de Turismo (PNT), de 2003 a 2007 (Brasil, 2003) e de 2007 a 2010 (Brasil, 2007), não descreviam os parâmetros diretos de TBC. Contudo, vários direcionamentos desses primeiros planos, como sustentabilidade, democratização e envolvimento da população local, respeito e valorização das populações tradicionais, acabaram por direcionar o discurso oficial do escopo nos PNT posteriores, fato refletido no PNT de 2013-2016 (Brasil,



2013), que passa a acionar diretamente os pressupostos de TBC. Nesse PNT, as diretrizes e parâmetros do TBC foram assumidos de maneira objetiva como vetor de operacionalização do turismo no território nacional e de oferta mercadológica.

O plano posterior, o PNT de 2018-2022 (Brasil, 2018), acaba por suprimir do discurso oficial os parâmetros de TBC, redirecionando a discussão ao “Turismo Responsável” e “Turismo de Base Local”, que, mesmo tendo assimetrias com o TBC, não são processos com a mesma envergadura de atenção ao protagonismo e autogestão de territorialidades das comunidades envolvidas por projetos turísticos. Assim, o TCB passa a ser abarcado dentro das políticas públicas de turismo por ações pontuais, como as do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), que publicou, em 2019, o resultado de experiências de TBC em Unidades de Conservação Federais, e a do Ministério do Turismo (MTUR), dando visibilidade ao mapeamento de quarenta iniciativas com algum vínculo com o TBC. Na mesma direção, o PNT 2024-2027 (Brasil, 2024) faz apenas referência a “contato com a comunidade local” por meio da “viagem com propósito”, ressaltando aquelas de características tranquilas e de longa duração (o *Show Travel*) e tratando de forma indireta aspectos aprofundados pelo TBC, sem a essa tipologia se referir.

Ainda que o PNT 2024-2027 aponte o protagonismo do desenvolvimento sustentável e a inclusão social na configuração do território brasileiro como destino hospitaleiro, bem como de experiências únicas e memoráveis, a ausência de diretrizes articuladas pelo TBC acaba por fragilizar a “interpretação local” por quem produz o cotidiano local, fragilizando práticas turísticas com equidade e o encontro mediado pela experiência e auto-gestão a partir do conhecimento engendrado pelas territorialidades das comunidades locais.



De maneira inversa, o estado do Pará, na Amazônia brasileira, fortalece as assertivas sobre TBC como estratégia de impulsionamento do turismo no estado e lança, em 2022, a Lei n. 9.773, de dezembro de 2022 (Pará, 2022). Essa lei estabelece a política estadual de TBC, indicando a criação de conselho e as diretrizes de financiamento e certificação dos serviços vinculantes, sendo o mercado dessa tipologia engendrado pelo terceiro setor e por mecanismos de empreendedorismo, e articulado ao mercado de bioeconomia. Em seu Art. 3º, a Lei n. 9.773 descreve o TBC como “atividade socioeconômica planejada e desempenhada por comunidades rurais e comunidades tradicionais, assim entendidos os grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais” (Pará, 2022).

De tal modo, a política de TBC paraense circunscreve suas práticas a grupos interioranos, localizados em áreas com baixa densidade populacional e técnica, reforçando a base produtiva familiar rural. O documento dessa política ressalta o protagonismo de comunidades tradicionais em “área geográfica homogênea em valores sociais e culturais” (Pará, 2022) definidas em seguida por unidades de conservação e áreas rurais que assumem o papel de Unidades de Planejamento do TBC, as quais podem assumir diversificadas nomenclaturas: “circuitos, roteiros, rotas, caminhos, trilhas, rios, lagos, igarapés, colônias, comunidades, aldeias, vilas, quilombos, assentamentos, dentre outros termos similares” (Pará, 2022).

Contudo, de acordo com a Secretaria de Estado de Turismo (SETUR/PA), as ações de turismo do Pará avançam na promoção internacional do destino Pará com ênfase em megaprojetos de infraestrutura e marketing turístico, concentrados sobretudo nas cidades-sedes de suas três Regiões Turísticas: Região Metropolitana de Belém, Polo Amazônia Atlântica e Polo Tapajós (Pará, 2024).



Portanto, o que se verifica em dados da SETUR/PA (Pará, 2024), são iniciativas pontuais de TBC com baixa previsão orçamentária, vinculadas ao programa de promoção da Bioeconomia, previsto em seu Plano Pluri Anual (PPA) e que recebeu uma dotação inicial de R\$ 100 mil, mas sua execução orçamentária efetiva foi de apenas R\$ 10.840,00. Isso correspondeu a meros 39,66% do valor atualizado e demonstra um investimento pífio, incompatível com a complexidade e as demandas históricas das comunidades que protagonizam essa modalidade turística na Amazônia paraense.

E, ainda, tendo a maioria das ações dessa tipologia turística colocadas à margem do orçamento estadual, dependendo de parcerias institucionais e/ou de emendas parlamentares. Além disso, as atividades de TBC concentram-se em um número reduzido de municípios (Santarém, Maracanã, Marapanim, Belém) e se limitam, na prática, a reuniões de grupos de trabalho, oficinas de sensibilização e participação em feiras setoriais, sem estruturação concreta de roteiros agregados a rotas de média e longa duração e protagonismo e transferência efetiva de recursos para as comunidades.

3 O TURISMO NA CULTURA CACAUEIRA PARAENSE E SUAS INTERSEÇÕES COM O ENCONTRO TERRITORIALIZADO

A produção cacaueira amazônica articula-se do plantio do cacau à fabricação de cacau em pó e amêndoas, além de cosméticos e manipulação de comestíveis artesanais (como os bombons regionais, nibs, chás, geléias). Essa produção é considerada estratégica no território paraense, onde faz circular cerca de 1,8



bilhão de reais, além de incentivos técnicos e apoio financeiro estatais (Pará, 2024). O cacau produzido no Pará tem características específicas e diferenciais quanto aos aspectos técnicos de manejo e de qualidade da amêndoa, o que deriva de sua inserção em sistemas agroflorestais associados ao bioma amazônico (Costa, 2025). Essas características produtivas engendram a configuração da cultura cacauieira imersa em práticas que induzem à sustentabilidade ambiental, ao aliar sistemas agrícolas mais equilibrados com possibilidade de combate ao desmatamento e experiências com os modos de manejo de grupos sociais que desenvolvem perfis sensoriais diferenciados do fruto.

A cultura cacauieira paraense remete ao processo de formação socioterritorial da Amazônia colonial brasileira, quando o plantio de cacau foi fortemente estimulado pela coroa portuguesa, tendo perdido predomínio com o alavancamento da produção seringueira da economia da borracha. O auge da produção do cacau amazônico começa por volta de 1730, com pico em 1745, e se estende por mais de um século até 1840. Após isso, tanto o auge da produção da borracha quanto a disseminação de pragas nas lavouras de cacau nos séculos XIX e XX. Somente a partir de 2017, a Amazônia brasileira toma proeminência na produção de cacau, tendo o território paraense como o maior produtor de amêndoas e fornecedor de 55% de cacau brasileiro, com forte exportação para o continente asiático e europeu, ressaltado o Japão e a França (Brasil, 2023). Além disso, na década de 2010, a produção de chocolate artesanal ganha projeção nesse território, que passa a presenciar o registro de mais de 30 marcas deste produto.

Nessa direção, a cultura cacauieira ultrapassa a base produtiva do cacau agrícola e evidencia padrões e modos de viver e experienciar o mundo amazônico em práticas temporais históricas e agregadoras de coesão social e ambiental na região.



Isso se verifica nas cinco áreas de produção paraense do cacau, onde os grupos locais insistem na superação de desafios impostos pela produção agrícola do cacau. De tal modo, a produção e cultura cacaueira apresentam características patrimoniais culturais e ambientais nas cinco principais áreas paraenses de sua ocorrência: região da Transamazônica, sudeste paraense, nordeste paraense, região das ilhas, oeste paraense e na Região Metropolitana de Belém (RMB) (Quadro 1).

Quadro 1 – Da distribuição estadual da produção do cacau e do chocolate no Pará

Cadeia	Local	Empresas
1ª Região Transamazônica		
86,6% da Produção 124.419 Toneladas		
Cultivo	Pacajá	-
	Placas	-
	Rurópolis	-
Empresa	-	-
Cultivo e Empresa	Anapu	Belo Cacau
	Altamira	Lá do sítio, Bombons Finos, Curuaia, Abelha Cacau, Doralicias, Tubya e Marivalda Chocolate.
	Brasil Novo	Cacau do Xingu, Cacau Flor, Floresta da Amazônia e Kakau Blumen
	Medicilândia	Arte e Sabor Cacau e Ascurra
	Novo Repartimento	Chocolates Rios Alana, Chocolate Belo Monte, Chocolate Assentamento Tuerê, Origem Amazoni e Pires Chocolates
	Uruará	Warabu Chocolates e Gutzeit
	Vitória do Xingu	Belamazonia



2º Sudeste Paraense

7% da produção | 10.049 toneladas

Cultivo	São Félix do Xingu	-
Empresa	Canaã dos Carajás	Cacau Carajás, Adailton Chocolatier, Dona Rosa Chocolate, Cacaaway e Doces Tuere.
	Marabá	Cacau do Pará
	Parauapebas	Amer e Os Pioneiros
Cultivo e Empresa	Tucumã	Terra - Chocolate Amazônico,

3º Nordeste Paraense

3,6% da produção | 5.241 toneladas

Cultivo	Castanhal	-
	Santa Isabel do Pará	-
Empresa	Igarapé-Açu	Sítio Tolu
	São Francisco do Pará	Lábios de Mel - Faepa
Cultivo e Empresa	Santa Bárbara do Pará	Amazônia Cacau
	Acará	Guardiães do Acará, Acaráçu e Chocolate Vera
	Tomé-Açu	Casa Suzuki

4º Região das Ilhas

1,9% da produção | 2.691 toneladas

Cultivo	Mocajuba	-
Empresa	Porto de Moz	Cacau Sonho Verde
	Barcarena	Barcalete
Cultivo e Empresa	Cametá	Cametá Chocolates
	Mocajuba	Cacauarê
	Igarapé-Miri	Dama Cacau e Yeshua Chocolates
	Barcarena	Arauaia Cacau de Origem e Elka Cacau



5° Oeste Paraense

0,9% da produção | 1.275 toneladas

Cultivo	Aveiro	-
	Trairão	-
	Novo Progresso	-
	Alenquer	-
	Monte Alegre	-
Empresa	-	-
Cultivo e Empresa	Itaituba	Maria com as Outras
	Santarém	Amazoniere

6° Interação Belém

-

Cultivo	Marituba	-
Empresa	Belém	Nayah Sabores da Amazônia, Domamazoon, Gaudens, Dom Amazon, Soly Chocolates, Gaudens e Kakaw
Cultivo e Empresa	Ananindeua	Da Cruz
	Belém - Ilha do Combu	Filhas do Combu
	Santa Barbará	Amazônia Cacau, D' Mendes Chocolates

Fonte: elaborado pelos autores a partir de Adepará (2023), Brasil (2023), trabalhos de campo em 2024 e 2025 e monitoramento de sites e redes sociais governamentais, empresas e associações e cooperativas.

A Transamazônica é a área de referência da produção cacaueira estadual, nacional e internacional, representando 86% da produção paraense e tendo como base os municípios de Medicilândia, Uruará e Altamira, que, juntos, correspondem a 57,1% da produção do estado. A produção cacaueira paraense se concentra no cultivo do cacau, apresentando liderança nesse setor, seguido pela comercialização atacadista e apenas o



processamento de 1% de suas amêndoas, com destaque para a produção artesanal do chocolate, que apresenta 56 empresas de chocolate e derivados como geleia, doces e polpas (Nascimento; Castro; Canal, 2026).

Toda a produção cacaueteira do Pará tem base na agricultura familiar, ainda que, a partir de 2017, comece a crescer a base empresarial, com maiores índices no sudoeste paraense e menor na região oeste paraense e avanço para propriedades rurais de pequeno e médio portes, somando 32 mil produtores em 229 mil hectares de plantação. Isso gera 979 mil ocupações na lavoura, sendo 779 mil derivados da agricultura familiar, além de 38,7 mil ocupações vinculadas a segmentos da cadeia produtiva (Costa, 2025).

Partindo de dados do Ministério da Agricultura e Pecuária (Brasil, 2023) e Adepará (2023), detecta-se que a circulação da produção se articula nacionalmente em grandes fluxos com a Bahia e São Paulo e, em menores fluxos, com Minas Gerais. Já regionalmente, essa articulação se dá em menor intensidade com os estados do Amazonas, Amapá e Maranhão. Internamente, a cadeia do cacau promove a integração de fluxos entre as áreas da Transamazônica, as regiões sudeste e nordeste paraenses e das ilhas, além da RMB.

Daí, articula-se um sistema de distribuição e infraestrutura de mais de 60 portos com concentração nas três últimas áreas anteriormente citadas, assim como 8 aeroportos, sendo um internacional e outros três de médio porte, e três eixos rodoviários (BR-230, BR-163, BR-316, PA-150 e PA-483). A integração desses fluxos coaduna com as áreas de integração/dispersão de fluxos turísticos apresentadas por Canal, Barreto e Castro (2024), que se evidenciam por quatro eixos: a) o norte do Pará e o sudeste do Amapá; b) o nordeste do Pará e o noroeste do Maranhão; c) no sudeste do Pará; e d) no sudoeste do Maranhão, o sul do Pará e o norte do Tocantins.



Nesse sentido, a produção cacaueira se estende pelas áreas de integração/dispersão de fluxos turísticos, com destaque para a área da Transamazônica, que foi a primeira a investir no turismo, aproveitando a centralidade produtiva do município de Medici-lândia, maior produtor individual do país e reconhecido como “a capital brasileira do cacau”. Partindo dessa centralidade, foi estruturada a “Rota Turística do Cacau ao Chocolate”, com o objetivo de divulgação do produto local e, por meio disso, promover a cadeia produtiva em escala nacional e internacional.

Outro aspecto relevante à formatação dessa rota circula em torno das inúmeras premiações nacionais e internacionais, como os chocolates: Gaudens de Cupuaçu (pela Academia de Chocolate de Londres, em 2022), os chocolates do Assentamento Tuerê (no *Internacional Awards/2021-2022* e II Prêmio Brasil Chocolate/ Brazil Bean to Bar Chocolate Week, em 2025) e o Cacau de Uruará (Cacao of Excellence em Amsterdã, em 2026). Além da proposta turística da rota na Transamazônica, outras ações turísticas pontuais articuladas por produtores da cadeia do Cacau são verificadas em Barcarena, Mocajuba e Tomé-Açu, além do planejamento estatal de uma rota em Belém (Quadro 2).

No Quadro 2, demonstra-se que as iniciativas e ações turísticas vinculadas à produção do cacau e chocolate na Amazônia paraense se movimentam em áreas de quatro regiões turísticas que, além de articularem a produção cacaueira com atrativo de visitação e gastronômico, integram a produção do cacau e do chocolate em duas rotas turísticas específicas: “Do Cacau ao Chocolate” (efetivada) e “Chocolate da Amazônia – Caminho das Ilhas” (planejada). As áreas de abrangência dessas rotas integram locais de municípios categorizados como “A”, maior classificação no Mapa Turístico Brasileiro.



Quadro 2 – Da integração das rotas e as comunidades locais

Articulação	Locais Integrados	Integração com as comunidades
REGIÃO TURÍSTICA XINGU Mapa do Turismo Brasileiro - Altamira (A)		
BAIXA INTEGRAÇÃO (base da produção e da empresa)		
ROTA TURÍSTICA DO CACAU AO CHOCOLATE Visitação à cadeia produtiva – por destaque de diferenciação de técnicas EM ATIVIDADE	Anapu – Santa Amazônia (refeição e cadeia produtiva) Altamira – Abelha Cacau de Origem (hotel e fábrica), Brasil Novo – Cacau do Xingu, Kakao Blumenn (refeição e cadeia produtiva). Medicilândia Ascurra Chocolate (lavoura), CacauWay, Sabor e Arte do Cacau (refeições e cadeias produtivas) Uruará – Farm Panorama (refeição e cadeia produtiva)	Cacau do Xingu – Povos indígenas do Xingu com 78 famílias de 4 aldeias: “fortalecimento cultural e à preservação ambiental” e Sistema Agroflorestal (cacau consorciado com andiroba, copaliba e açai). Cacau da Terra do Meio – Produção de famílias ribeirinhas e indígena e descendentes com Sistema Agroflorestal em área protegida no rio Iriri no Médio Xingu: “A cultura e o modo de vida ribeirinha” e “Ancestralidade e alma do Xingu”.
REGIÃO TURÍSTICA DE BELÉM Mapa do Turismo Brasileiro - Belém (A)		
BAIXA INTEGRAÇÃO (articulado esparsamente)		
ROTA DO CHOCOLATE DA AMAZÔNIA – CAMINHO DAS ILHAS E PONTO TURÍSTICO COLÔNIA CHICANO Visitação a pontos de gastronomia e experiência turística, turismo de aventura e ecoturismo EM PLANEJAMENTO	Belém - Região continental na Cacauway, Sweet Bistrô e Gaudens Chocolate. E, na Região insular, no Filha do Combu-Cacau, Empresas de Receptivo, de Aventura e Experiências, Restaurantes e Artesanatos. Santa Barbará - Amazônia Cacau, Bada Chocolateria e D'Mendes, Ponto Turístico - cultura esportiva (futebol) e visitação à fabricação.	Filhas do Combu - Casa do Chocolate da Dona Nena cultivo nativo (100% orgânico). Ponto turístico com experiência cultural ribeirinha e tour na fábrica. Vínculo com fluxos internacionais. D. Mendes – articulação de produção sustentável de cacau indígena, ribeirinha e articulação de produção sustentável de cacau indígena e ribeirinha e fortalecimento de ponto turístico Campo do Fernando (Colônia Chicano -Comunidades Genipaúba, Livramento e Primavera).



REGIÃO TURÍSTICA TOCANTINS

Mapa do Turismo Brasileiro - Barcarena (C)

BAIXA INTEGRAÇÃO

(articulado esparsamente)

ATRATIVOS TURÍSTICOS
– CHOCOLATE
ARTESANAL

Visitações, gastronomia/
degustação, uma
atração ligada ao TBC

EM ATIVIDADE

Barcarena – Arauaia Cacau de Origem, Elka Cacau: Ponto Turístico nas casas das produtoras.

Mocajuba - Cacauare visitaço em casa de produção.

Arauaia Cacau de Origem e Elka Cacau e Chocolate – margens do rio Arauaia, cacau nativo e artesanal: atração turística, um sítio com atividades pontuais de TBC. Articula mulheres ribeirinhas em comunidades do Rio Arauaia, Ilha Arapari e Bom Jardim: “Pão do Cacau - manipulação/cozinha” e “Cacau nativo da várzea – tem gosto de maré”. Mocajuba - cultivo do Cacau “é território feminino”; “resistência e empoderamento feminino”. Comunidades ribeirinhas.

REGIÃO TURÍSTICA DO CAPIM

Mapa do Turismo Brasileiro - Tomé-Açu (C)

BAIXA INTEGRAÇÃO

(base da produção e da empresa)

ROTA DA
IMIGRAÇÃO
JAPONESA

Roteiro cultural e
Gastronômico -
experiências e
vivências.

EM ATIVIDADE

Tomé-Açu – visitaço ao Museu do Imigração Japonesa (3ª maior Comunidade Nipo-japonesa no Brasil); templos; técnicas agrícolas agroflorestais. (incluindo o cultivo do cacau com certificação de Indicação Geográfica de Procedência*); comunidades; e balneários.

Mocajuba - Cacauare visitaço em casa de produção.

Quatro-Bocas - Áreas de balneários e comunidades como a de Bacuriteua. Comunidade de Marapaúba no Rio Acará-Mirim (Trapiche de Marapaúba) – remanescentes de quilombolas. Aldeia Tembê/ Aldeia Pitawa – Grupo Oriental Guajajar, ramo ocidental das Tenetehara – 17 famílias agricultores e produtores de artesanatos. Casa Suzuki – Produtos da biodiversidade amazônica e sistema agroflorestal. Fabricação de produtos derivados de cacau e chocolates, fabricação de artesanato com materiais trançados. Serviços turísticos – Hotéis, Casas de Chá e Lanchonetes (sucos regionais e similares), Reservas e outros.

Fonte: elaborado pelos autores a partir de SEMAS (Pará, 2022), Pará (2024), Trabalho de Campo realizado em 2024 e 2025 e monitoramento de sites e redes sociais governamentais, empresas e associações e cooperativas.



Acrescenta-se que os organizadores dessas duas rotas, em exposições, sites e redes sociais, destacam o papel das atividades e práticas turísticas no marketing e promoção do cacau e chocolate produzido na região. Ainda no Quadro 2, deixa-se evidente a centralização da estrutura de produção da cultura cacaueira (conjunto de plantio, manejo e fabricação), secundarizando seus aspectos mais integrativos com as comunidades e os aspectos de coesão e produção cultural inerentes ao cotidiano dos grupos socioespaciais do fazer cacaueiro.

Nas regiões turísticas do Pará que abarcam a produção cacaueira, identifica-se baixa integração com as comunidades locais e suas práticas e experiências socioculturais que, quando são acionadas, participam no apoio, parada gastronômica ou com ponto dentro da visitação à cadeia produtiva e seus diferentes produtores e técnicas artesanais, apesar da densidade de comunidades de povos originários e seus descendentes, de descendentes de quilombolas, assim como ribeirinhos.

Dessa forma, nas regiões turísticas de abrangência de rotas do cacau e chocolate, as comunidades têm um envolvimento pequeno no encontro mais territorializado e na proposição e gestão turística. Na área do Xingu, que integra locais da Transamazônica e nas Terras do Meio, as comunidades e grupos sociais locais desempenham ações do Sistema Agroflorestal (consórcios do cacau com espécies amazônicas), da culinária e vivências com rios e fazeres/costumes dos povos ancestrais.

Na área de Belém, que integra locais da Ilha do Combu, a “Casa da Dona Nena” (residência, quintal e plantio, fábrica e artesanatos), da qual emerge o grupo “Filhas do Combu” (agregadora de comunidades do manejo do cacau nativo, integrado à várzea e orgânico). Mesmo sendo a referência da cultura cacaueira em uma área de



baixa produtividade primária do cacau, o grupo “Filhas do Combu” é agregado, na proposta de rota local, apenas como ponto gastronômico amazônico.

Esse grupo indica um aspecto importante nas práticas e fazeres da cultura cacaujeira paraense, em especial, nas Regiões Turísticas de Belém e na Região Turística do Tocantins: o papel das mulheres de comunidades amazônicas na produção do cacau e chocolate, o que se apresenta, também, nas comunidades da Colônia Chicano e se torna emblemático no “território feminino do cacau”, em Mocajuba, como nas comunidades da Ilha Tauré, com a produção do cacau selvagem, e do Cacauarê Chocolate Artesanal. Nesse “território”, a cultura cacaujeira é apresentada como valor de coesão comunitária de grupos afrodescendentes e empoderamento feminino para “salvamento da Amazônia”.

Para as produtoras da Ilha Tauré, a viagem às suas produções é uma forma de aprender porque a Amazônia precisa ser protegida, sendo a cultura cacauieira um modo que poderia gerar experiências “sensoriais autênticas” e conhecimentos da tradição milenar do Cacau Cerimonial e o Cacau Medicinal, em que se vivia e celebrava os poderes curativos e essência vital divina do sagrado feminino. Também se destaca a produção cacauieira das mulheres ribeirinhas de Barcarena, das comunidades do Rio Aruaia, da Ilha Arapari e de Bom Jesus, as quais começam a receber visitantes em casa de moradores locais e se inserir nos debates sobre mudanças climáticas e clima amazônico, especialmente nos aspectos de diferenciação e sabor do cacau por ambiente de contato, sendo o cacau de Barcarena considerado “nativo da várzea” e com “gosto de maré”. Isso revela outra dimensão do processo produtivo familiar do cacau: a exortação da integração ambiental com as especificidades do cacau amazônico.



A organização de festivais de cacau e chocolate funciona como feira de negócios e de comercialização da agricultura familiar, sendo, no caso do cacau e chocolate, um evento turístico por si mesmo e, também, principal investimento estatal na prática e atividade turísticas realizadas nas áreas produtoras. Dessa forma, os investimentos diretos ao turismo vinculado à cultura cacaujeira residem apenas no apoio do Governo do Estado e recursos indiretos do Fundo de Apoio à Cacaicultura (FUNCACU/PA), bem como de projetos formativos do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

O festival que articula mais áreas produtoras de cacau e chocolate no Pará é o Festival Internacional do Chocolate da Amazônia, realizado anualmente em Belém, mobilizando entre 500 e 800 produtores em exposições que buscam intercâmbios com produtores nacionais e internacionais, em especial da América Latina. Esse festival conforma-se na maior plataforma de divulgação e promoção do turismo assentado na cultura cacaujeira paraense e seus derivados:



chocolate, nibs, chás, licores, geleias etc. e, ainda, distribui premiações monetárias a produtores via concursos.

Os festivais, também, aparecem na centralidade das ações do MTUR que os aponta e vislumbra os festivais como âncoras à promoção do turismo a partir da cadeia produtiva do cacau. Nas plataformas e sites desse ministério, a Região do Xingu na Transamazônica recebeu investimentos de 8 milhões de reais nos últimos anos e dois festivais são acionados: o CacauFest e o *Chocolat Xingu*, como fomentadores do turismo rural articulado à gastronomia e cultura na Rota “Do Cacau ao Chocalante”.

A categorização dos serviços turísticos dessa rota como turismo rural permite a normatização do mercado com integração jurídica e de segurança social (inclusive de tempo de serviço) aos agricultores familiares que desempenhem atividade turística na área e lhes garante, também, assimilação e adesão desses agricultores ao Cadastro de Pessoa Física e Jurídica do Turismo (CADASTUR). A inserção ao CADASTUR permite a formalização dos negócios turísticos e a participação em linhas de crédito oficiais de comunidades ribeirinhas, indígenas e quilombolas e, conseqüentemente, um maior e mais profissional envolvimento ativo dos grupos sociais dessas comunidades.

Essa formalização constitui elemento importante ao processo de gestão, partindo dos sujeitos e agentes das territorialidades locais, fato que lhes permite uma melhor posição em realização de suas práticas e atividades turísticas, já que, em grande medida, as culturas cacaueiras das comunidades envolvidas ou nas adjacências de rotas, pontos e atrativos do turismo vinculam-se a operadoras exógenas. Outrossim, essas práticas e atividades acabam por ser projetadas e efetuadas de maneira indireta e informal, sendo que, nas quatro regiões turísticas identificadas no quadro, aparecem associações de



produtores agropecuários e agrícolas, associação cultural e agrícola, cooperativa agrícola, empresas de assessoria/consultoria e de assistência técnica e apoio de empresas de energia e mineradoras.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da relação entre TBC, cultura cacaujeira e as tentativas de normatização dessa tipologia no Pará, a partir dos procedimentos metodológicos adotados, demonstra ações pontuais e indiretas que acabam se aproximando do PNT 2024-2027 (Brasil, 2024), no sentido de apenas promover “contato” com os grupos socio-culturalmente territorializados, o que não incide sobre processos de descoberta e formação baseados no cotidiano local com seus conhecimentos e aprendizagens.

O resultado de algumas iniciativas de TBC em interface com a cultura cacaujeira não aparece diretamente articulado pela normatização da Lei n. 9.773/2022 (Pará, 2022). Na prática, a indução e gestão desta tipologia é altamente dependente do terceiro setor (ONGs, Associações, Fundações), fator que fragiliza a autonomia dos grupos de comunidades de áreas como Unidades de Conservação e áreas rurais, as quais a lei designa como sendo “homogeneidades geográficas” adequadas à implementação de “Unidades de Planejamento do TBC”. Ou seja, comunidades de áreas remotas com dificuldades de infraestrutura e condicionadas a agentes externos na operação do trade turístico de viagens, hotéis, roteiros etc.

Ainda assim, fica evidente que ações articuladas por associações e organizações da cadeia produtiva paraense do cacau conformam iniciativas endógenas que, apesar de incipientes, mostram-se como tentativas efetuadas de práticas e atividades de “contato” com



a base do real de comunidades quilombolas, ribeirinhas, indígenas paraenses. Esse contato foi identificado como de baixa integração na “Rota Turística do Cacau ao Chocolate” e na “Rota da Imigração Japonesa”, e como esparso nos “Atrativos Turísticos do Chocolate Artesanal”, no “Ponto Turístico Colônia Chicano” e na “Rota do Chocolate da Amazônia: caminhos das ilhas”. Sendo essa última rota a de maior fragilidade no que tange às comunidades da cultura cacaueira e o turismo, por se tratar de uma proposta de planejamento em uma área de baixa produção de cacau e sem agregação efetiva das “Filhas do Combu”, referência produtiva de cacau e chocolate na área.

De tal modo, conforme se identificou neste trabalho, as ações de turismo que acionam a cultura cacaueira paraense tratam de forma indireta aspectos aprofundados pelo TBC. Isso inviabiliza a existência de uma “interpretação local” cuja “linguagem de mundo” conduza a uma comunicação alter e singular de territorialidades construtoras de subjetividades entre visitante e visitado; fatores esses imprescindíveis ao turismo sustentado e apropriado na/pela base comunitária localmente territorializada.

Isso se revela apesar de os dados levantados demonstrarem que as áreas de produção da cadeia de cacau paraense já demarcam práticas turísticas formatadas em atividades que interagem com grupos remanescentes de quilombolas e povos originários, agricultores familiares e ribeirinhos localizados nas imediações de rotas, caminhos, igarapés, rios, colônias, assentamentos, todos elementos exortados como vetores de difusão do TBC pela normatização da Lei n. 9.773/2022. E, também, elementos promissores de adensamento da atividade turística, como local delimitado IG com registro de procedência do cacau e vários locais com fabricação de chocolates premiados nacional e internacionalmente.



Logo, isso indica a possibilidade de acomodamento de práticas de TBC nas atividades e práticas de turismo veiculadas pela cadeia produtiva do cacau, ao menos, nas quatro regiões turísticas apresentadas neste artigo. Em primeiro lugar, pela capacidade de ativação da base real que culturalmente constitui o cacau e seus derivados como vivências de modos, saberes e fazeres de mulheres amazônicas, como intangibilidade fundadora de sagrado e cura, como base de persistência à permanência na Amazônia, e como conhecimento diferencial do cacau e suas especialidades engendradas pela destreza ambiental de quem o produz. Todos esses aspectos que culturalmente sustentam a produção do cacau e seus derivados são essenciais à manutenção de produções nativas, de origem e dos consórcios em SAFs e à consciência das dinâmicas socio-bio-culturais que fazem interagir a sustentabilidade amazônica com questões ambientais e climáticas globais (fato apresentado por produtores do cacau de modo verbal e não verbal nas redes sociais e nas atividades de campo nos festivais).

Em segundo lugar, pela capacidade das quatro regiões, ante a dimensão territorial paraense, comportarem integrar rotas e viagens de longa duração, como dispõe o PNT 2024-2027 (Brasil, 2024). E, assim, construir um “caminho” de experiências, descobertas e conhecimentos no/pelo percorrer empírico produzido pela viagem de TBC. Isso, por sua vez, não pode receber atenção estatal e governamental apenas a partir de festivais, divulgação e marketing, em especial, por se tratar de interações em áreas amazônicas interioranas com longas distâncias que exigem atenção de políticas públicas multisetoriais e ações governamentais na indução do turismo, fundamentalmente, na infraestrutura e na gestão com protagonismo de quem vivencia e produz a “Amazônia” em seus rincões. Nessas realidades, o manejo florestal faz a Amazônia ser culturalmente ecológica e biodiversa e, portanto, patrimônio cultural e natural de seus grupos.



BRASIL. **Plano Nacional de Turismo 2024-2027**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/PNT/plano-nacional-do-turismo>. Acesso em: 10 abr. 2026.

CANAL, M. A. F. C.; BARRETO, E. O.; CASTRO, M. C. S. Patrimônio Cultural e Flexibilização da Produção Turística na Amazônia Oriental Brasileira. **Via. Tourism Review**, [s. l.], n. 26, 2024. Disponível em: <https://journals.openedition.org/viatourism/11821>. Acesso em: 8 abr. 2026.

COSTA, C. A. Circuito espacial de produção e círculos de cooperação no espaço: uma análise do setor cacauzeiro no estado do Pará, na Amazônia brasileira. **Espaço e Economia**, [s. l.], n. 28, 2025. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/28548>. Acesso em: 8 abr. 2026.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (org.). **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 108-121.

IRVING, M. A.; AZEVEDO, J.; LIMA, M. A. G. (org.). **Turismo**: ressignificando sustentabilidade. Rio de Janeiro: Folio Digital/Letra e Imagem, 2018.



LIMA, M. A. G.; IRVING, M. A.; OLIVEIRA, E. Decodificando Narrativas de Políticas Públicas de Turismo de Base Comunitária (TBC). **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, [s. l.], n. 16, e-2094, 2022. Disponível em: <https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/2094/1468>. Acesso em: 19 abr. 2026.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

NASCIMENTO, M. A. B.; CASTRO, M. C. S.; CANAL, M. A. F. C. A Rota do Chocolate da Amazônia como destino turístico inteligente: análise das possibilidades para o Desenvolvimento Territorial. In: MELO, Y. P. C.; VASCONCELOS, V. M. M.; PALHETA, J. P. (Org.). **Saberes, territórios e sustentabilidade na Amazônia contemporânea**. 1. ed. Belém: GAPTA, 2026. p. 129-153.

PARÁ. **Lei Ordinária Estadual nº 9.773, de 27 de dezembro de 2022**. Institui a Política Estadual de Turismo em Base Comunitária no Estado do Pará. Belém: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, [2022]. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/publico/listagem/2/2/0/2022>. Acesso em: 15 fev. 2025.

PARA. **Relatório de Gestão 2024**. Belém: SETUR/PA, 2024.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2003.

SANTELLI, A. A história do cacau na Amazônia da chegada ao Brasil à alternativa para a bioeconomia local. **InfoAmazonia**, [s. l.], 6 abr. 2023. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2023/04/06/a-historia-do-cacau-na-amazonia-da-chegada-ao-brasil-a-alternativa-para-a-bioeconomia-local/>. Acesso em: 19 abr. 2026.



VIMIEIRO, A. C.; BARGAS, J. K. R. O uso de dados e métodos digitais nas pesquisas em comunicação. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 26, n. 2, p. 2-24, maio/ago. 2019.



10

Turismo de Base Comunitária sob diferentes formas de gestão (AM)

Susy Rodrigues Simonetti

Universidade do Estado do Amazonas

E-mail: ssimonetti@uea.edu.br

Pedro Meloni Nassar

Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá

E-mail: pedro.nassar@mamiraua.org.br

Larissa Oleriano Pedroza

Universidade do Estado do Amazonas

E-mail: olerianolari@gmail.com

Como uma das grandes forças econômicas mundiais, quando realizado de forma desordenada e com o objetivo de, quase que exclusivamente, geração de renda em detrimento de outros benefícios e cuidados necessários para minimização de impactos, as atividades ligadas ao turismo levam à mercantilização da natureza e da cultura, urbanização acelerada, a um planejamento cujos interesses servem apenas a poucas pessoas e exclusão social, apropriação e domínio de territórios de populações locais, gentrificação, produção de lixo e contaminação da natureza, entre outros efeitos negativos (Guardado, 2023).



Algumas cidades no mundo já perceberam que o turismo de massa pode acarretar mais problemas do que benefícios. Veneza e Barcelona, por exemplo, passam pelo *overtourism* (UNWTO, 2018), e parte da população e das gestões municipais tratam o turismo com cautela. O turismo de massa gera cifras altas conjuntamente aos muitos impactos nos territórios, reproduzindo “[...] em diversos destinos o estresse de que os turistas buscam escapar durante as férias: viagens para lugares cada vez mais superlotados onde todos cumprem cronogramas pré-fixados para consumir os mesmos eventos indicados nos folhetos publicitários” (Bursztyn; Batholo; Delamaro, 2009, p. 85).

Na tentativa de promover mais efeitos positivos do que negativos, em direção oposta ao turismo massificado, o turismo sustentável se apoia, dentre outros princípios, na proposta de potencializar os impactos positivos nos territórios, com ênfase na proteção e/ou conservação dos recursos ambientais e espécies animais (Brightsmith; Stronza; Holle, 2008; Stronza; Pêgas, 2008); na geração de benefícios econômicos para as comunidades locais (Peralta *et al.*, 2018), priorizando a participação comunitária (Costa *et al.*, 2009), a defesa do território e a valorização cultural (Rosa *et al.*, 2025).

O turismo, inclusive, tem aderência e contribui para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), com especial ênfase para “trabalho digno e crescimento econômico” (Objetivo 8), “produção e consumo sustentáveis” (Objetivo 12) e “proteger a vida marinha” (Objetivo 14) (UNWTO, 2019). É importante destacar ainda o papel que o turismo desempenha nos Objetivos 1 (“erradicar a pobreza”), 5 (“igualdade de gênero”) e 15 (“proteger a vida terrestre”).

No entanto, como advertem Almeida e Emmendoerfer (2023, p. 2), “não se trata aqui de abominar qualquer prática do turismo convencional”, mas apenas de identificar que há formas



de se pensar e fazer turismo, como o Turismo de Base Comunitária (TBC), “que vai na contramão desses impactos”, e que possui princípios diferenciados capazes de contribuir com o desenvolvimento local.

Conectado aos princípios do turismo sustentável, o TBC desponta como uma forma de gestão sociocultural para o turismo, diferente e complexa, que preza pelo protagonismo das comunidades anfitriãs, considerando que “a sustentabilidade de uma prática turística está [...] relacionada com o atendimento aos critérios de justiça social, crescimento econômico e proteção do patrimônio natural” (Körössy, 2008, p. 85). Nessa forma de gestão, as comunidades envolvidas obedecem aos princípios ambientais e culturais estabelecidas por elas próprias, “promovendo, sobretudo, a valorização da participação e da organização comunitária, do associativismo e da ética, com vistas ao desenvolvimento local e à preservação de sua cultura” (Novo, 2015, p. 47), proporcionando troca de saberes, vivências e experiências interculturais entre visitantes e visitados (Rosa *et al.*, 2025).

A origem do TBC é política! Comunidades tradicionais vislumbraram no turismo uma das saídas para frear o avanço de grandes empresas e o interesse do capital em seus recursos naturais e culturais, utilizando o TBC como uma ferramenta na luta pela defesa de seus territórios, na busca de melhoria de qualidade de vida e uma alternativa de renda (Maldonado, 2009; Moraes; Irving, 2020).

De forma objetiva, o TBC é um projeto de desenvolvimento territorial sistêmico (sustentável), a partir da própria comunidade, incidindo na convivencialidade entre população originária residente e visitantes, com vistas à formação de um arranjo socioproductivo de base comunitária, fomentando outras redes



(Sampaio *et al.*, 2011). Pensar o TBC na Amazônia é entender as dinâmicas locais, balancear o tempo do turismo com o tempo da comunidade, fazer um turismo “menor”, mas mais justo e de qualidade, deslocar saberes e fazeres na gestão do turismo para territórios ribeirinhos, indígenas, quilombolas, com iniciativas que estão, muitas vezes, nos limites de áreas protegidas (Unidades de Conservação), com características distintas, ecossistemas diferentes, mas contando com o envolvimento e o protagonismo dos moradores locais.

Assim, as questões que norteiam este estudo, recorte de uma pesquisa desenvolvida no estado do Amazonas, são: quais as semelhanças, diferenças e os desafios entre duas iniciativas de TBC (Pousada “Casa do Caboclo” e “Comunitur – Educativo e Cultural”) localizadas na região amazônica, ambas em áreas protegidas, mas em calhas de rios diferentes? Nota-se o compromisso dessas experiências em gerar benefícios coletivos, sustentados em bases solidárias e de cooperação?

Com o intuito de se compreender melhor cada uma dessas iniciativas, investigou-se semelhanças, diferenças e desafios entre as duas iniciativas de TBC supracitadas localizadas em áreas protegidas, buscando entender os efeitos do turismo em seus territórios, utilizando-se do método dialético, abordagem multimétodos, pesquisa qualitativa e trabalho de campo nas comunidades do Rio Solimões e do Rio Negro, no Amazonas. Este estudo foi realizado no âmbito do Programa Mulheres na Ciência (2023/2024), já encerrado, financiado pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM), cuja parceria com a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) possibilitou uma abordagem conjunta sobre diferentes iniciativas de TBC nas regiões do Médio Rio Solimões e Baixo Rio Negro, bem como também é financiado pela UEA, por meio da Gratificação de Produti-



vidade Acadêmica (2025/2027). Portanto, aqui será apresentado um recorte desses estudos que se complementam.

Mesmo diante de uma produção acadêmico-científica sobre TBC cada vez maior, nota-se a necessidade de promover a visibilidade e discussões mais incisivas sobre as iniciativas em curso no Amazonas, para que as reflexões sejam pautadas nas práticas e saberes dos moradores de comunidades da Amazônia, a partir de pesquisas práticas.

2 CONTEXTO SOCIOESPACIAL E RECORTE METODOLÓGICO

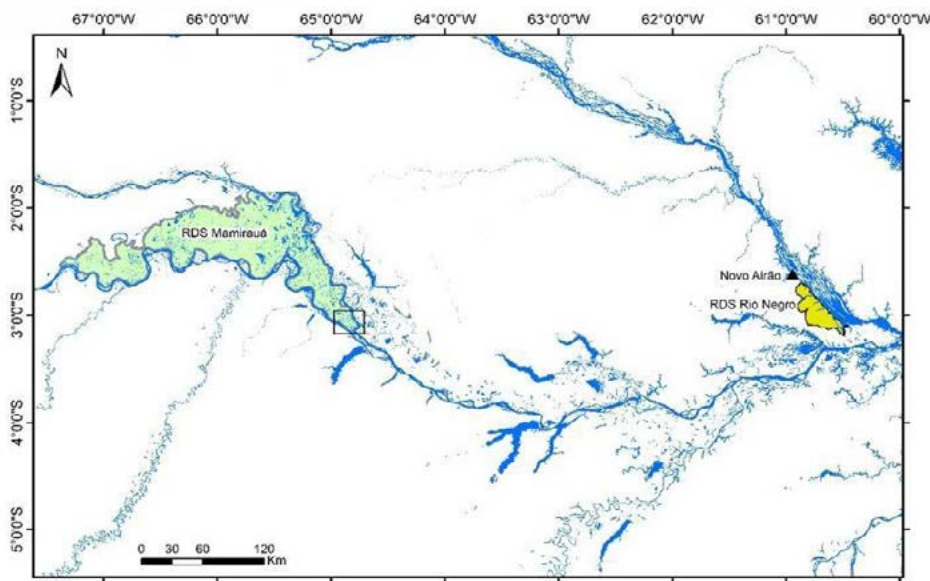
A pesquisa retrata duas iniciativas de TBC no estado do Amazonas (Figura 1), sendo a Pousada “Casa do Caboclo”, localizada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Mamirauá, e o roteiro “Comunitur – Educativo e Cultural”, na comunidade Santo Antônio, na RDS Rio Negro, ambas ribeirinhas.

Mamirauá é a primeira RDS brasileira, criada por decreto do Governo do Amazonas, com a proposta de conciliar a conservação da biodiversidade com o desenvolvimento sustentável em uma unidade também habitada por populações humanas. Sua extensão é de 1.124.000 ha, com cerca de 11.500 moradores e usuários em 199 comunidades distribuídas em 22 setores¹ (IDSM, 2024). A reserva Mamirauá está localizada a cerca de 600 km a oeste de Manaus, na região do curso médio do Rio Solimões. Sua extensão abrange os municípios de Uarini, Fonte Boa, Tonantins, Maraã e Japurá (SEMA, 2014).

1 Os setores são agrupamentos políticos em que comunidades próximas dividem interesses em comum e realizam atividades conjuntamente.



Figura 1 – Áreas de estudo do projeto destacadas por unidade de conservação: à direita, na RDS Rio Negro, a comunidade Santo Antônio (ponto vermelho) e, à esquerda, no setor Mamirauá, a Casa do Caboclo (quadrado preto)



Fonte: IDS M (2024).

A Pousada “Casa do Caboclo”, localizada no setor Mamirauá, composta, atualmente, por oito comunidades, foi criada por um casal da comunidade Boca do Mamirauá, em 2014, como uma forma de gerar renda e dar oportunidade de trabalho para os demais comunitários. É uma pousada privada, cuja gestão é realizada pela proprietária e seus filhos, mas seu funcionamento só é permitido por meio de acordos que envolvem toda a comunidade.

A RDS Rio Negro é uma modalidade de Unidade de Conservação de uso sustentável que abriga populações tradicionais e sua



existência se baseia em sistemas sustentáveis de utilização dos recursos ambientais, de forma a exercer o papel de conservação da natureza e manutenção da diversidade biológica (Amazonas, 2007). A RDS está situada na margem direita da região do Baixo Rio Negro, e integra o Corredor Ecológico da Amazônia Central e o Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro, havendo, nesse particular, 19 comunidades distribuídas em uma área de 102.978,83 hectares (Amazonas, 2007; SEMA, 2026).

Santo Antônio é uma das comunidades da reserva, localizada no município de Novo Airão. As visitas seguem o padrão *day use*, localmente denominado “Comunitur” em parceria com pousadas ou as associações de barqueiros de Novo Airão. De forma geral, os visitantes estão hospedados no município de Novo Airão ou em pousadas da região e, mais recentemente, a comunidade passou a ofertar serviços de hospedagem e alimentação.

Com relação aos materiais e métodos, utilizou-se o método dialético, por permitir o estudo da realidade do TBC e de suas contradições, além da abordagem multimétodos, pesquisa qualitativa, trabalho de campo e 10 entrevistas semiestruturadas. A pesquisa foi desenvolvida na RDS Mamirauá junto à comunidade Boca do Mamirauá, na iniciativa “Casa do Caboclo”; e na RDS Rio Negro, na comunidade Santo Antônio, com a iniciativa “Comunitur”.

No que se refere à pesquisa documental, utilizaram-se dados secundários, como relatórios de campo e de gestão, e outros; já a pesquisa bibliográfica se utilizou de fontes como artigos, livros e capítulos de livros, essenciais para o suporte teórico do trabalho. Na pesquisa de campo foram realizadas cinco visitas nas iniciativas, sendo quatro na RDS Mamirauá (setembro e novembro de 2023; fevereiro e setembro de 2024), cada uma com duração de 3 a 4 dias; e uma visita no período de 03 a 06 de agosto 2023, na RDS Rio Negro.



As conversas informais, as entrevistas e a aplicação de formulários foram realizadas tanto com homens quanto com mulheres que atuam direta ou indiretamente com as iniciativas escolhidas. Na “Casa do Caboclo” houve entrevista com a proprietária e com outra moradora envolvida com turismo; na comunidade Santo Antônio, as oito entrevistas foram realizadas com os comunitários envolvidos com TBC, mas também houve conversas informais com moradores que não estavam envolvidos com a atividade.

A observação se constituiu em elemento fundamental para esta pesquisa em face de sua flexibilidade. Nesse sentido, realizou-se ainda a observação não participante, permitindo aos pesquisadores informações mais profundas sobre cada realidade estudada, atuando nas comunidades como espectadores atentos, observando e registrando o máximo de ocorrências de interesse do trabalho, sem tomar parte nos conhecimentos objeto de estudo como se fossem membros do grupo observado.

Todas as observações foram registradas no diário de campo, assumindo uma forma mais aberta e conferindo aos pesquisadores ampla liberdade ao fazer as anotações. Quanto às observações assistemáticas, foram registrados e recolhidos os fatos da realidade sem um controle rigoroso. Por outro lado, a observação sistemática possibilitou o registro de elementos significativos nas comunidades, tais como: chegada de visitantes (na ocasião da pesquisa de campo), comportamentos, observações sobre conversas informais, comportamentos, gestos, expressões relacionadas ao tema da pesquisa, respostas e outros.

É importante ressaltar que após a coleta dos dados, a pesquisa passou pela fase de análise e interpretação dos resultados. Utilizou-se a abordagem multimétodo, triangulação metodoló-



gica ou *mixed methods* por aplicar ferramentas diferenciadas e apresentar e discutir os resultados oriundos de cada tipo de coleta de informações integrando-os (Günther, 2006). Esta etapa foi dividida em fases:

- a. organização do material mediante a transcrição das entrevistas, conversas etc.;
- b. classificação dos dados;
- c. análise final, articulando os dados e os referenciais teóricos da pesquisa;

No caso deste estudo, são comunidades ribeirinhas que buscam sua participação ativa nos processos de tomada de decisão referentes ao desenvolvimento do turismo em seus territórios, localizados nos limites ou no entorno de áreas protegidas.

3 TBC NAS REGIÕES DO RIO NEGRO E DO RIO SOLIMÕES

Este tópico apresenta os resultados da pesquisa nas comunidades Santo Antônio e Boca do Mamirauá, com enfoque no que distingue as iniciativas e em alguns desafios do TBC em ambos os territórios. As comunidades em tela localizam-se no interior de uma RDS, porém, são duas unidades de conservação bastante diferentes em diversos aspectos. A RDS Mamirauá, na região do Médio Solimões, é uma floresta de várzea, permanecendo alagada em grande parte do ano. Por conta disso, as pessoas se adaptaram a uma vida ribeirinha, baseada na pesca e na agricultura sazonal. A alta produtividade dos rios, permite uma facilidade de observação de



fauna. Já a RDS do Rio Negro, localiza-se na região do Baixo Rio Negro, predominantemente em terra firme.

É importante destacar, também, as possíveis diferenças na formação dessas comunidades. A população da RDS Mami-rauá foi diretamente influenciada pelos Movimentos Eclesiais de Base e da Prelazia de Tefé, que organizou as “localidades”, “sítios” e “assentamentos” em comunidades, termo esse que “carrega principalmente o sentido de responsabilidade comunal pelas decisões políticas que afetam a vida de seus moradores” (Lima; Alencar, 2000, p. 9). Nesse sentido, até hoje, as decisões comunitárias, setoriais e até no nível da reserva são realizadas em fóruns coletivos.

Na região do Baixo Rio Negro, a formação das comunidades também foi influenciada pelos Movimentos Eclesiais de Base, mas uma diferença significativa é a menor distância de Manaus e a relativa facilidade de acesso dessas comunidades à capital do estado. Os ribeirinhos transformaram-se em catequistas, líderes de comunidade e animadores de setores, participaram de cursos de boas maneiras e higiene, sobre estrutura comunitária, associativismo, formação de lideranças e muitos outros. A supervisão na sede da paróquia também ficou a cargo dos ribeirinhos (Neves, 2006, 2009).

3.1 A comunidade Santo Antônio e o “Comunitur – educativo e cultural”

A comunidade ribeirinha Santo Antônio está localizada a cerca de 40 minutos, por via fluvial, da sede do município de Novo Airão. Com pouco mais de 30 moradores, a comunidade desenvolve atividades voltadas ao TBC recebendo visi-



tantes dos hotéis, pousadas e de barqueiros particulares da cidade de Novo Airão. Perguntados sobre como chegaram na denominação de TBC, quanto à prática social na comunidade, os entrevistados utilizaram explicações e termos referentes à forma de gestão, vivência intercultural, benefícios coletivos, divulgação da comunidade, geração de renda, preservação da floresta e visitação de turistas. Outros respondentes não conseguiram elaborar uma resposta, denotando que um dos desafios é a qualificação para o TBC.

O TBC, que movimenta e influencia o cotidiano local, é organizado a partir de reuniões de um grupo de comunitários denominado “Tawary”, com aproximadamente 18 representantes dos grupos familiares, liderados por um de seus membros (“presidente”). As observações em campo revelaram que turistas estrangeiros, acompanhados por guias tradutores, e turistas brasileiros compõem o grupo de visitantes na comunidade. As atividades ofertadas são a canoagem, trilhas na floresta, observação de pássaros, focagem noturna.

De acordo com a pesquisa de campo, o “Comunitur” é uma expressão criada localmente para designar o roteiro no âmbito do TBC em Santo Antônio. O roteiro turístico inicia com a recepção dos turistas ao adentrarem a comunidade; na sequência, os visitantes são encaminhados para observarem uma placa na qual há mapas da RDS Rio Negro e, nesse momento, ouvem explicações sobre a reserva. A próxima parada é na casa de farinha e onde estão as plantas medicinais da comunidade; finalizam o roteiro na loja de artesanato, cuja produção majoritária é das artesãs locais. Com relação ao artesanato, a criação das peças é individual, mas os artesãos se unem para apoiar uns aos outros, quando necessário.



Mas há outras paradas no museu, denominado “Casa da Descoberta”, e na biblioteca comunitários e na escola. Ao longo do percurso, os visitantes em interação com os anfitriões seguem em diálogo sobre modos de vida, educação das crianças, plantas, animais, formas de trabalho, como e quem produz o artesanato. O termo “educativo e cultural” se origina dessa junção entre promover educação ambiental, tratar de educação formal, ao mesmo tempo em que se apresenta a cultura.

Esse roteiro foi idealizado e definido pelos próprios comunitários envolvidos com o TBC, no entanto, um dos entrevistados esclarece que nem todos se envolvem, alegando timidez ou por não conseguirem conversar com os visitantes, ou mesmo apresentar os atrativos locais, sendo este um dos desafios do trabalho na comunidade. Recentemente, uma pousada e um restaurante, denominado “Tucuxi”, surgiram na comunidade, sob a gestão privada. O que implica em afirmar que, diante desse fato, há uma mudança no contexto.

A participação comunitária nas instâncias de decisão sobre o turismo na região de Novo Airão ocorre ao atenderem os convites da Secretaria Municipal de Turismo. Mas é a partir dos encontros na comunidade, de maneira participativa e coletiva, que são definidos os processos de produção de roteiros, organização e funções no TBC: responsáveis pela limpeza, atendimento ao visitante, a anfitriã principal e seus substitutos, atendimento na casa de artesanato e outras funções que podem surgir, de acordo com a necessidade. Sendo que a participação é aberta a todos e, geralmente, quem participa são os comunitários que estão mais envolvidos com o TBC.

Quanto aos desafios, a pesquisa de campo revelou que é necessário melhorar a infraestrutura básica, pois isso limita o



fluxo turístico e compromete a experiência dos visitantes, apontando também para a necessidade de parcerias e investimentos, em nível governamental. Mesmo que as decisões sejam tomadas em conjunto, os entrevistados indicam que é necessário melhorar a comunicação e a organização entre os comunitários.

3.2 “Casa do Caboclo” na comunidade Boca do Mamirauá

A RDS Mamirauá iniciou a implementação da atividade de ecoturismo em 1997 e, desde então, com a consolidação do destino e com o apoio e envolvimento das comunidades locais na Pousada Uacari, o ecoturismo se transformou em ecoturismo de base comunitária e, atualmente, o Programa de TBC envida esforços nessa complexa e diversa realidade de se trabalhar em uma área protegida. Nos últimos anos, uma iniciativa comunitária despontou na reserva com o intuito de ofertar hospedagem e alimentação, gerando renda localmente: a Pousada “Casa do Caboclo”.

A Pousada “Casa do Caboclo” iniciou sua operação em 2014, permaneceu fechada por quatro meses durante pandemia de Covid-19, mas retomou suas atividades em 2021. É um empreendimento comunitário-familiar, porque surge como um empreendimento particular no âmbito da comunidade, administrado por um casal, inicialmente, mas com uma gestão em parte comunitária (Simonetti; Nassar; Pedroza, 2025).

Para a atual proprietária, o turismo que acontece é de base comunitária e busca o fortalecimento da comunidade. Segundo a entrevistada, o visitante deve “viver a comunidade”. Fatores como o aprendizado adquirido na Pousada Uacari e o contato com turistas foram preponderantes e encorajaram o surgimen-



to da iniciativa. A hospedagem oferece 9 quartos, sendo 3 suítes, energia solar, internet e outros serviços². As atividades ofertadas são trilhas, pescaria, passeios de barco, na própria comunidade, avistamento de fauna e venda de artesanato.

Mesmo que a gestão da “Casa do Caboclo” seja particular, os serviços no local alcançam a comunidade. Um dos exemplos de trabalho coletivo vinculado às atividades de turismo é a venda de artesanato, organizada pelos artesãos e artesãs que produzem individualmente e, durante a visita turística, os expõem para venda por meio da Associação de Mulheres de Artesanato Boca do Mamirauá, a qual conta com a participação e colaboração de homens e mulheres (Pedroza *et al.*, 2024). O serviço de condução de visitantes também é realizado por moradores da comunidade, normalmente guias locais capacitados.

O empreendimento busca inovar e já possui parceiros que levam os visitantes até a “Casa do Caboclo”. Os passeios e as demais atividades são organizados pela “Casa do Caboclo” e os serviços são realizados em colaboração com a comunidade para receber os visitantes, o que demonstra a importância da articulação para a sua realização, bem como toda uma programação pensada para os visitantes (Pedroza *et al.*, 2024). Além dos benefícios econômicos gerados, o TBC também impacta positivamente nas ações de educação ambiental, sensibilizando a comunidade para as práticas de cuidado com o meio ambiente.

Quanto aos desafios, segundo a proprietária, a maior dificuldade foi administrar a contabilidade, pois ainda é uma área em processo de aprendizagem: entender o fluxo de caixa, controlar

2 Desde 2025, a “Casa do Caboclo” possui uma parceria com uma empresa de pesca esportiva que financiou uma reforma no estabelecimento, a fim de adequá-lo aos interesses de seus clientes.



despesas e verificar se o empreendimento estava gerando lucro.

Outro fator que influencia na realização das atividades do TBC é a sazonalidade da região, mencionada pela entrevistada como “tempo de chuva e tempo de sol”. A logística para chegar à comunidade é dificultada na vazante dos rios, tornando o acesso bem mais complicado, além de os custos serem altos e variarem conforme o período, de seca ou cheia dos rios.

4 ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA DO TBC NAS COMUNIDADES TRADICIONAIS

As bases dessa pesquisa se iniciaram quando, entre 2022 e 2023, os autores, em visitas às diversas comunidades do Mosaico do Baixo Rio Negro, questionaram entre si o que era propaganda e o que era, de fato, TBC nessas comunidades. Havia algumas incongruências, especialmente nas relações entre essas comunidades e algumas empresas. As empresas “vendem” TBC como forma de agregar valor ao seu produto, mas, em muitos casos, as comunidades seguem roteiros pré-estabelecidos e nem sempre são remunerados (por exemplo, há casos de trocas de produtos pelo serviço realizado – algo semelhante aos antigos “patrões” que existiam na Amazônia, até meados dos anos 1970), ou não tem poder de barganha sobre o valor pago. Basta ser comunitário para ser TBC, ou seja, o turismo que ocorre na comunidade seria necessariamente TBC? Este era um questionamento levantado de modo recorrente.

Entendendo que “o modo de participação da comunidade influenciará na experiência do turista e o planejamento do



tário-familiar. Participação, protagonismo comunitário e a coletivização das atividades são marcas do TBC (Ozório *et al.*, 2016). Ademais, “o turismo de base comunitária só poderá ser desenvolvido se os protagonistas deste destino forem sujeitos e não objetos do processo” (Irving, 2009, p. 111).

Os desafios do TBC, pensado como uma forma de organização sociocultural na gestão do turismo em ambas as iniciativas, envolvem a comunicação interna, a participação dos atores sociais, políticas públicas, fortalecimento da infraestrutura básica, contabilidade, sazonalidade, parcerias e investimentos nas e para as comunidades. Sem contar outras questões já levantadas na literatura (Maldonado, 2009), como o despreparo das comunidades, a falta de qualificação – para outros, profissionalismo –, o desconhecimento dos mercados, bem como dos diversos instrumentos de gestão do TBC, das áreas protegidas e outros.

Apesar dos fatores limitantes, o campo mostra o compromisso dessas experiências nas áreas protegidas em gerar benefícios coletivos, sustentados em bases solidárias e de cooperação. Mostra, ainda, que as mulheres são uma liderança nesses territórios.

Na Amazônia, o turismo promovido por moradores de comunidades, como as deste estudo, caracteriza-se como um processo diferenciado. Isso porque, para além de uma fonte de renda, torna-se uma oportunidade de aprofundamento das relações políticas internas (Sansolo, 2003), impulsionando a economia local e, mesmo que este fator seja de grande influência, há o fortalecimento da autoestima, motivando as questões relacionadas às lutas sociais (Bursztyn; Batholo; Delamaro, 2009).



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como sua definição, a gestão em TBC também não é única e deve respeitar as peculiaridades locais, muito embora deva seguir princípios básicos, como o protagonismo comunitário, a valorização da identidade cultural das comunidades, a coletividade, a sustentabilidade, a interculturalidade, a justiça social e que a comunidade e o território sejam os grandes beneficiários da atividade.

O TBC, como forma de se fazer a gestão sociocultural do turismo, implica proporcionar experiências originais e enriquecedoras a partir de vivências culturais autênticas; características estas que são notórias nas iniciativas “Casa do Caboclo” e “Comunitur”. O visitante desfruta dos cenários naturais da Amazônia, de toda a sociobiodiversidade das áreas protegidas, ao mesmo tempo em que contribui com o trabalho dos comunitários envolvidos com a atividade, gerando renda localmente.

A Pousada “Casa do Caboclo”, na Boca do Mamirauá, e o “Comunitur – Educativo e Cultural”, na comunidade Santo Antônio, realizam o TBC de formas distintas. Ainda que as duas iniciativas tenham algumas semelhanças, em relação às suas atividades, participantes e em alguns processos de governança, é nítida a diferença na forma de gestão. A “Casa do Caboclo” possui uma dinâmica menor e simples, é um empreendimento particular, de uma família, mas não se abstém de incluir o coletivo em suas atividades.

A comunidade Santo Antônio se diferencia da Boca do Mamirauá, primeiramente, por se localizar em outra unidade de conservação, outro ecossistema, e em uma região com histórico de ocupação e de governança distintos. Antes, lidava com um



turismo de “passagem”, sem uma estrutura de hospedagem, o que veio a mudar mais recentemente.

Nota-se a dificuldade de consolidação de um conceito único sobre TBC. Por esse motivo, devem ser aceitos conceitos distintos que partam das mesmas premissas, considerando a vastidão das diferentes formas de organização do TBC em cada comunidade. A “Casa do Caboclo” e o “Comunitur”, cada um com suas especificidades, busca realizar o TBC na forma mais adequada às suas realidades. As pesquisas sugerem, ainda, a importância da liderança feminina nesses territórios junto ao TBC, e que estudos futuros possam investigar esse tema.

Ainda que cada iniciativa esteja em uma região diferente da Amazônia, com características totalmente distintas, os desafios do TBC são semelhantes. No entanto, importa ressaltar que o conjunto de dados e informações coletados para esta pesquisa pode subsidiar novas e mais profundas análises sobre a gestão do TBC na Amazônia, bem como influenciar políticas públicas, levando-se em consideração que há outras formas de realizar o turismo, incluindo os atores sociais das comunidades, seus saberes e fazeres, seus territórios e formas de governança.

Este entendimento pode favorecer tanto aos gestores de cada iniciativa quanto ao mercado de turismo, sem desconsiderar que são as experiências autênticas e reais das comunidades tradicionais, com baixos aportes financeiros, que atraem os visitantes.



COSTA, G.V. L.; CATÃO, H.; PRADO, R. M. Praia do Aventureiro: um caso sui generis de gestão local do turismo. *In*: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (org.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 177-197.

GRACIANO, P. F.; HOLANDA, L. A. Análise Bibliométrica da produção científica sobre turismo de base comunitária de 2013 a 2018. **RB-TUR**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 161-179, jan./abr. 2020.

GUARDADO, G. M. Turismo, desigualdad y crisis: un acercamiento desde Latinoamérica. **Revista Abya Yala**, [s. l.], v. 7, n. 1, p. 7-19, 2023.

GÜNTHER, H. Pesquisa qualitativa *versus* pesquisa qualitativa: esta é a questão? **Psicologia: teoria e pesquisa**, [s. l.], v. 22, n. 2, p. 201-210, maio-ago. 2006.

IDSME. Sistema de Monitoramento Demográfico e Econômico (SIM-DE). *In*: PEREIRA, H. C.; VEDOVELLO, G. B.; REIS, R. F.; NASCIMENTO, A. C. S.; CORRÊA, D. S. S.; SILVA, G. L. (org.). **Sistema de monitoramento demográfico e econômico nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável Amanã e Mamirauá** (SIMDE). Tefé: SIMDE, 2024. p. 41.

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária. *In*: **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. *In*: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (org.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 177-197.

KÖRÖSSY, N. Do “turismo predatório” ao “turismo sustentável”: uma revisão sobre a origem e a consolidação do discurso da sustentabilidade na atividade turística. **Caderno Virtual de Turismo**, [s. l.], v. 8, n. 2, p. 56-68, 2008.



LIMA, D. M.; ALENCAR, E. F. Histórico de ocupação humana e mobilidade geográfica de assentamentos na várzea do médio Solimões. *In*: TORRES, H.; MONTEIRO, H. (ed.). **Populações e meio ambiente**. Brasília, DF: Senac e Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), 2000. p. 1-18.

MALDONADO, C. Turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. *In*: BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (org.). **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 25-44.

MORAES, E. A.; IRVING, M. A. Ecoturismo: encontros e desencontros na Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema (AC). **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, [s. l.], v. 6, n. 3, p. 738-757, 2013.

NEVES, D. P. O MEB - Movimento de Educação de Base, a organização comunitária e a preservação ambiental. *In*: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL – ALASRU, 7., 2006, Quito. **Anais** [...]. Quito: ALASRU, 2006. p. 1-12.

NEVES, D. P. Os ribeirinhos-agricultores de várzea: formas de enquadramento institucional. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 12, n. 1, p. 67-92, jun. 2009.

NOVO, C. B. M. C. **Turismo comunitário**: um olhar sobre a Região Metropolitana de Manaus. Manaus: Editora UEA, 2015.

OZORIO, R. Z.; PERALTA, N.; VIEIRA, F. S. (org.). **Lições e reflexões sobre o turismo de base comunitária na Reserva Mamirauá**. Tefé: Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, 2016.



PERALTA, N.; OZORIO, R. Z.; NASSAR, P. M.; PINTO, G. P. Community-based tourism in protected areas: a move beyond “paper parks”. In: CUNHA, A. A.; MAGRO-LINDENKAMP, T. C.; MCCOOL, S. F. (ed.). **Tourism and Protected Areas in Brazil: Challenges and Perspectives**. New York: Nova Science Publishers. 2018. p. 297-318.

ROSA, L. M. V.; SIMONETTI, S. R.; UEHARA, L. Y.; OLIVEIRA, M. W.; FIGUEIREDO, E. V. Yariipo Ecoturismo Yanomami: gestão comunitária e articulação interinstitucional na Visitação ao Pico da Nebolina (AM), Brasil. **Revista Turismo: estudos & práticas (RTEP)**, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 1-29, 2025.

SAMPAIO, C. A. C.; LESAMA, M. F.; ARAUJO, J. R.; MENDEZ, E. O. Perspectiva do turismo comunitário, solidário e sustentável. *In*: SAMPAIO, C.; HERNÁNDEZ, C.; MANSUR, C. (org.). **Turismo comunitário, solidário e sustentável**: da crítica às ideias e das ideias à prática. Blumenau: Edifurb, 2011. p. 23-30.

SANSOLO, D.G. Turismo e sustentabilidade na Amazônia: um novo conteúdo territorial e a experiência no Município de Silves, Amazonas. **PASOS**: revista de turismo y patrimonio cultural, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 39-50, 2003.

SEMA. **Plano de Gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – RDSM**. 3.ed. Tefé: IDSM, 2014.

SEMA. **Plano de Gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro**: vols. I e II. Manaus: SEMA, 2016.



11

Turismo em comunidades indígenas: reflexões a partir da experiência de mapeamento nacional

Carolina Todesco

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

E-mail: carolina.todesco@ufrn.br

1 INTRODUÇÃO

Em 2025, durante a COP30, realizada em Belém (PA), foi lançado o *Mapeamento do Turismo em Comunidades Indígenas no Brasil*. Este trabalho é resultado do projeto “Brasil, Turismo Responsável”, uma iniciativa do Ministério do Turismo (MTur) em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

O mapeamento, conduzido entre julho e dezembro de 2024, teve como principais objetivos identificar os povos indígenas envolvidos com a atividade turística, caracterizar suas práticas, e, em especial, levantar suas demandas para subsidiar a elaboração de políticas públicas.

A partir de nossa experiência como integrante da equipe executora do projeto “Brasil, Turismo Responsável”, incumbida das atividades de mapeamento, apresentamos neste capítulo reflexões sobre o envolvimento dos povos indígenas no desenvolvimento do turismo em seus respectivos territórios.

O capítulo está organizado em quatro seções. A primeira aborda o crescimento da autodeclaração da população indígena no Brasil e os processos de etnogênese. A segunda apresenta um panorama da produção acadêmica nacional sobre turismo em comunidades indígenas. A terceira descreve as atividades de mapeamento realizadas no âmbito do projeto “Brasil, Turismo Responsável”. A quarta, por fim, desenvolve uma análise reflexiva sobre as distintas realidades que envolvem turismo e povos indígenas no país.



2 POPULAÇÃO INDÍGENA BRASILEIRA E PROCESSOS DE ETNOGÊNESE

Um estudo publicado em 2025 na Revista *Science* analisou detalhadamente o genoma da população brasileira e detectou quase nove milhões de variantes genéticas inéditas, nunca identificadas em qualquer outra população do mundo (Nunes *et al.*, 2025). A pesquisa corrobora a afirmação de que o Brasil possui a população mais miscigenada do planeta. Segundo os pesquisadores, esse panorama genético está enraizado na história evolutiva das comunidades indígenas e na complexa interação demográfica resultante tanto da imigração voluntária quanto da migração forçada para o Brasil.

Do século XV ao XX, cerca de 5 milhões de europeus imigraram para o Brasil. Esses colonizadores europeus trouxeram à força pelo menos 5 milhões de africanos escravizados de diferentes grupos étnicos durante os primeiros quatro séculos de colonização. À época da chegada dos europeus, a população original que habitava o território do atual Brasil era composta por mais de 10 milhões de indígenas que falavam mais de mil línguas indígenas. O contato com os colonizadores europeus levou ao extermínio da população indígena. Estima-se que a redução do tamanho efetivo da população no Brasil tenha variado entre 83% no interior e 98% no litoral atlântico. Atualmente, a população indígena brasileira está dividida em quatro principais grupos genéticos, relacionados principalmente à geografia, mas também à diversidade linguística. O Brasil também possui a maior diversidade africana das Américas, apresentando quase todos os haplogrupos mitocondriais africanos e uma grande va-



riabilidade de ancestralidades genéticas africanas. Existem 56 línguas ou dialetos europeus oficialmente em uso no Brasil atualmente, sendo o alemão a segunda língua mais falada (depois do português), com 3 milhões de falantes, segundo o IPOL (Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística) de 2022, juntamente com 274 línguas indígenas; no entanto, nenhuma língua africana é falada pelos descendentes de pessoas escravizadas, de acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Isso demonstra a riqueza cultural da população brasileira contemporânea e os impactos da assimetria de poder resultante do período de colonização (Nunes *et al.*, 2025, p. 1, tradução nossa).

Após três séculos de brutal colonização, somados a dois séculos de sucessivas violências, opressões e invisibilidade impostas aos povos indígenas, que se estendem até os dias atuais, esses povos foram reduzidos à menor parcela da população brasileira. De acordo com os resultados do Censo Demográfico 2022, a população indígena no Brasil é de 1.694.836 pessoas, correspondendo a 0,83% do total. Esse número, no entanto, é praticamente o dobro do registrado em 2010, quando havia 896.917 pessoas indígenas autodeclaradas, equivalentes a 0,47% da população residente à época. Assim, em um intervalo de 12 anos, observou-se uma variação positiva de 88,96% (IBGE, 2025a).

Os estados do Amazonas (29,0%), da Bahia (13,5%) e do Mato Grosso do Sul (6,9%) concentram, juntos, 49,4% da população indígena brasileira. O Mapa 1 evidencia sua presença, especialmente, nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.



Mapa 1 – População Indígena do Brasil - Censo Demográfico de 2022



Fonte: IBGE (2025b).

Segundo o IBGE (2025b), diversos fatores podem ter contribuído para o significativo aumento populacional indígena registrado entre os Censos de 2010 e 2022, dentre eles: o aperfeiçoamento do mapeamento de localidades indígenas em todo o território nacional, incluindo áreas urbanas e remotas; o uso de guias institucionais da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e da



Secretaria de Saúde Indígena (Sesai); a incorporação do guia comunitário indígena; e as adaptações metodológicas para facilitar o entendimento do questionário, entre elas a ampliação do quesito “se considera indígena”. Cabe lembrar que a opção “indígena” foi incluída no quesito de cor ou raça a partir do Censo Demográfico de 1991, mantendo-se nos Censos de 2000, 2010 e 2022. Nos levantamentos de 2010 e 2022, também foram acrescentadas as categorias “etnia indígena” e “língua falada”.

O Censo Demográfico de 2022 registrou, por meio da auto-declaração, 391 etnias, povos ou grupos indígenas residentes no Brasil. As quatro etnias mais populosas são: Tikuna (74.061), Kokama (64.327), Makuxí (53.446) e Guarani Kaiowá (50.034). Os resultados censitários também apontam 295 línguas indígenas faladas. As quatro línguas com maior número de falantes são: Tikuna (51.978), Guarani Kaiowá (38.658), Guajajara (29.212) e Kaingang (27.482) (IBGE, 2025a).

Conforme Pereiro (2015), a origem etimológica da palavra “indígena” remete a duas palavras latinas: *inde*, que significa “de ali”, e *gens*, que significa “gente”, portanto, “gente de ali”, isto é, originários ou aborígenes; e, os critérios para classificar um indivíduo ou grupo como indígena geralmente envolvem ascendência, residência territorial, subordinação, diferença cultural e autoidentificação.

Parte dos antropólogos e historiadores contemporâneos associa o crescimento da população indígena autodeclarada e do número de etnias reconhecidas a processos de etnogênese (Bartolomé, 2006; Mauro, 2013; Lisboa, 2017; Fontella, 2020), mas é importante compreender que o conceito de etnogênese vem se alargando desde seu uso inicial, na década de 1970.

A princípio, segundo Fontella (2020), a perspectiva da etnogênese contrapõe-se ao discurso etno-histórico de viés essencialista



que, por muito tempo predominante, apresentava as sociedades indígenas como portadoras de uma suposta essência cultural relativamente estática; discurso esse que estabelece uma trajetória linear entre a pureza original e a cultura contaminada, como dois polos opostos.

Por sua vez, a teoria da etnogênese considera que, mesmo antes do contato colonial, as populações indígenas já se configuravam como sociedades historicamente dinâmicas, em constante processo de transformações sociais, políticas, econômicas, culturais e espaciais, dotadas de recursos imateriais e materiais para enfrentar contextos diversos (Fontella, 2020).

Nesse sentido, Bartolomé (2006, p. 40) compreende a etnogênese como “um processo histórico constante que reflete a dinâmica cultural e política das sociedades anteriores ou exteriores ao desenvolvimento dos Estados nacionais da atualidade”. Para o autor, a etnogênese é o processo básico de estruturação da diversidade cultural humana, envolvendo desde a adoção, o intercâmbio e a simbiose de traços culturais até a produção de novas configurações sociais cujas características podem distanciar-se significativamente daquelas que lhes deram origem.

Pode-se falar, nesses casos, de uma continuidade não-linear dos povos indígenas, o que não é nenhuma contradição; ao contrário, é algo próprio da forma indígena de estar no e de compreender o mundo, condizente com o modo de contar as narrativas tradicionais e histórias míticas. Nada mais arbitrário, portanto, do que esperar deles a linearidade de um romance realista ou de uma apostila de história (Lisboa, 2017, p. 74).



A etnogênese apresenta-se, portanto, como um processo de construção de uma identificação compartilhada, baseado em uma tradição cultural, preexistente ou construída, que possa sustentar a ação coletiva (Bartolomé, 2006). Desta forma, grupos étnicos considerados “extintos”, totalmente “miscigenados” ou “definitivamente aculturados” reaparecem no cenário social, demandando reconhecimento e lutando pela obtenção de direitos e/ou recursos, aumentando os registros autodeclarados nos censos demográficos (Bartolomé, 2006).

Conforme Mauro (2013, p. 38), na maioria das vezes, essas comunidades recorrem à imagem do “índio genérico” para atender ao estereótipo idealizado pela sociedade e pelo Estado, na expectativa de ver reconhecida sua condição indígena e garantidos seus direitos, especialmente o direito ao território.

A invenção cultural associada à noção de etnogênese é, portanto, parte das estratégias de resistência e enfrentamento de adversidades, bem como para a garantia de direitos e recursos. Todavia, Arruti (1997, p. 28) adverte para que não se atribua a esse movimento um sentido negativo associado às ideias de falsidade, manipulação ou artificialismo.

Isso porque, para esse autor, seria um equívoco reduzir tais processos unicamente ao pragmatismo, uma vez que as lutas comuns e os rituais retomados ou inventados, mas de qualquer forma partilhados, contribuem para dotar as identidades de grande importância normativa, afetiva e valorativa, que criam as condições de um sentimento de unidade, pertencimento e destino comuns (Arruti, 1997).

Nessas circunstâncias, “muitos grupos indígenas se autoafirmam em processos de emergência étnica e o uso do turismo representa um elemento mais ou menos central dessa afirmação



identitária” (Pereiro, 2015, p. 12), em que a etnicidade reconstrói-se para o consumo mercantil da cultura indígena:

Isso pode conduzir à reinvenção, à preservação e à recriação de atributos étnicos, e às vezes resulta na perda de privacidade e num sentimento de invasão e ameaça. Portanto, a investigação sobre o turismo indígena obriga-nos a ver o indígena e a etnicidade como categorias maleáveis, flexíveis, dinâmicas e estratégicas, não absolutas, e sempre sujeitas negociações e renegociações permanentes (Pereiro, 2015, p. 16).

Desta forma, para Pereiro (2015), o turismo indígena configura-se cada vez mais como um etnonegócio, ou seja, um projeto de desenvolvimento turístico que emerge do interesse econômico das próprias comunidades indígenas e se organiza com base no poder de suas identidades coletivas, que podem contribuir para a sobrevivência, a reprodução e/ou a adaptação desses grupos. Ao mesmo tempo, alerta Pereiro (20250, o turismo representa um desafio significativo para os indígenas, uma vez que pode gerar problemas para essas comunidades, exigindo uma análise atenta e um olhar crítico.

Nesse sentido, acrescentamos a necessidade de um olhar que se despoje do julgamento e do tutelamento. Afinal, é preciso partir do reconhecimento de que as comunidades indígenas – que atravessaram o violento período colonial e, posteriormente, um Estado negligente e conivente com o capitalismo de acumulação por despossessão – possuem uma capacidade de resiliência e de criação de novas configurações adaptativas que, como afirma Ailton Krenak (2020), a sociedade em geral não possui. Essa incapacidade, por exemplo, torna a sociedade hegemônica inábil para pensar



alternativas diante do cenário de “fim do mundo” imposto pelas mudanças climáticas antrópicas.

Do mesmo modo, uma análise binária que reduz o turismo a uma oposição simplista – essencialmente bom ou essencialmente ruim para as comunidades indígenas – em nada contribui para a compreensão da complexidade das dinâmicas sociais, políticas, econômicas, ambientais, culturais e territoriais envolvidas.

3 A PRODUÇÃO ACADÊMICA NACIONAL SOBRE TURISMO EM COMUNIDADES INDÍGENAS

O turismo em comunidades indígenas consolida-se como um campo de investigação no âmbito das ciências sociais, com especial contribuição da antropologia. O artigo seminal de Theron Nunez Junior (1963), “Tourism, Tradition, and Acculturation: Weekendismo in a Mexican Village”, é amplamente reconhecido como um marco da antropologia do turismo, ao analisar os processos de aculturação desencadeados pelo contato entre comunidades receptoras e turistas. Na esteira dessa contribuição, o antropólogo Pierre L. van den Berghe (1980), em “Tourism as ethnic relations: A case study of Cuzco, Peru”, analisa o turismo como uma relação interétnica, consolidando-se como importante referência para os estudos do turismo étnico.

Contudo, é a partir da década de 1990 que essa área de estudo ganha maior robustez. Brandão *et al.* (2014), em levantamento da produção científica internacional sobre turismo indígena no período de 1990 a 2013, consultaram as bases *EBSCOhost*, *EMERALD*, *JSTOR* e *Science Direct* e identificaram 125 artigos. Em termos de distribuição regional, a produção se dividiu da seguinte forma: Oceania (23,4%),



A produção acadêmica brasileira sobre o tema é mais incipiente. Para um amplo levantamento, abarcando artigos, dissertações e teses, realizamos, em maio de 2026, uma pesquisa booleana com as seguintes palavras-chave: *Turismo AND Indígena*; *Etnoturismo*; *Turismo étnico AND Indígena*. A busca foi aplicada em todos os campos disponíveis (título, resumo e palavras-chave) de quatro bases de dados: (I) *Portal de Periódicos da CAPES*; (II) *SciELO Brasil*; (III) *Publicações de Turismo – ANPTUR*; e (IV) *Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)*.

Os resultados da busca compuseram um banco de dados em *Excel*, o que viabilizou a seleção das obras, com a eliminação de trabalhos repetidos e daqueles sem aderência ao tema. A triagem dos estudos foi realizada em duas etapas: inicialmente, pela leitura de títulos e resumos; em seguida, pela observação do conteúdo dos trabalhos, adotando como critério a produção acadêmica nacional ou aquela que versasse sobre a realidade brasileira, o que implicou a exclusão de trabalhos cujos objetos de estudo se restringiam a contextos estrangeiros.

Conforme se observa no Quadro 1, a combinação *Turismo AND Indígena* apresentou o maior volume de resultados em todas as bases consultadas. Contudo, ao examinar o conteúdo desses trabalhos, constatou-se que grande parte não aborda diretamente o tema. No caso específico do *Portal de Periódicos da CAPES*, muitos dos estudos são de pesquisadores estrangeiros e tratam de comunidades do México, Peru, Chile, Equador, Colômbia, Bolívia, entre outros. Após a triagem foram selecionados: 79 artigos, 41 dissertações e 19 teses, totalizando 139 trabalhos.



Quadro 1 – Produção acadêmica nacional sobre turismo em comunidades indígenas

Palavras-Chave*	Portal de Periódicos da Capes	SciELO Brasil	Publicações de Turismo - Pesquisa em Periódicos Científicos Ibero-americanos de Turismo (ANPTUR)	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
*Todos os campos	Artigo	Artigo	Artigo	Tese e Dissertação
"Turismo" AND "Indígena"	249	9	32	239
"Etnoturismo"	43	2	30	14
"Turismo étnico" AND "Indígena"	17	3	7	66
Selecionados	79 artigos			60 19 teses e 41 dissertações
Total	139 (artigos, teses e dissertações selecionados)			

Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

O resultado de 139 trabalhos identificados não parece corresponder à amplitude temática, à diversidade de contextos e à complexidade que caracterizam o fenômeno em questão no país. Porém, convém destacar que as dificuldades para realizar pesquisa em comunidades indígenas no Brasil são inúmeras.

Com base em experiência pessoal, destacamos as seguintes:
(i) análise de mérito científico de projeto de pesquisa em áreas indígenas junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico



e Tecnológico (CNPq) – Portaria CNPq n. 941/2022 (CNPQ, 2022); (ii) os trâmites e tempo estimado para obtenção da autorização de pesquisa em terras indígenas junto à Funai – Instrução Normativa FUNAI n. 1/1995 (FUNAI, 1995); (iii) os procedimentos de aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) – Resolução CNS n. 510/2016 (CNS, 2016); (iv) o acesso às comunidades, geralmente localizadas em regiões remotas e/ou com infraestrutura de transporte e acesso precária; (v) a limitação de recursos de pesquisa para trabalho de campo, que geralmente exige grandes deslocamentos; (vi) a necessidade de articulação prévia com a liderança da comunidade e de obtenção de seu consentimento; (vii) o estabelecimento de uma relação de confiança anterior com a comunidade; e (viii) as restrições de comunicação, seja pela falta de meios (telefonía, internet), seja pela barreira da língua.

Essas dificuldades restringem consideravelmente a produção de pesquisa na área, o que não significa que tais condicionantes devam ser simplesmente combatidas ou eliminadas. Mas, elas evidenciam que realizar pesquisas envolvendo comunidades indígenas é um enorme desafio, abarcando aspectos éticos e barreiras logísticas e institucionais.

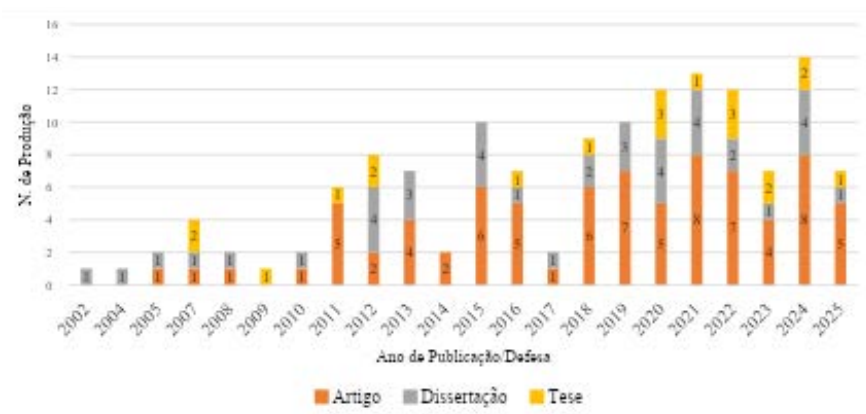
Essa situação corrobora a limitada compreensão, por parte dos estudiosos do turismo, acerca da complexidade das realidades que envolvem esta atividade em comunidades indígenas no Brasil. Contudo, nota-se uma expansão do interesse por essa área de pesquisa, ainda que modesta, conforme evidenciam os dados do Gráfico 1.

O levantamento identificou a primeira dissertação defendida em 2002, mas isso revela uma lacuna significativa: a ausência na plataforma da BDTD, da tese de Rodrigo de Azeredo Grunewald, intitulada *Os Índios do Descobrimento: tradição e turismo*, defendida



em 1999 no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRJ; uma importante referência nos estudos sobre a relação entre turismo, transformações culturais, autenticidade e etnicidade indígena (Grünewald, 1999).

Gráfico 1 – Produção de artigos, dissertações e teses sobre turismo em comunidades indígenas no Brasil, por ano

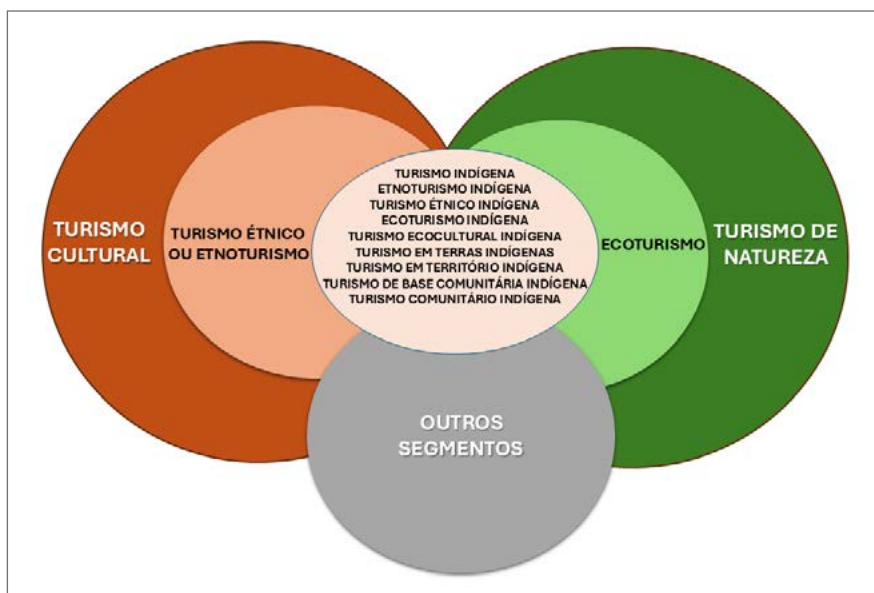


Fonte: Elaborada pela autora, 2026.

Cabe também destacar a variedade de termos empregados pela literatura para designar o turismo envolvendo povos indígenas, tais como: turismo étnico, etnoturismo, turismo étnico indígena, etnoturismo indígena, turismo indígena, turismo de base comunitária indígena, turismo comunitário indígena, ecoturismo indígena, turismo ecocultural indígena, turismo em terras indígenas, turismo em território indígena, entre outros, conforme ilustrado na Figura 1.



Figura 1 – Terminologias utilizadas para o turismo em comunidades indígenas



Fonte: Elaborado pela autora, 2026, com base em Corbari, Bahl e Souza (2016).

A caracterização e a conceituação desses termos não são unânimes na literatura, conforme observam Corbari, Bahl e Souza (2016). Quanto à segmentação, uma parcela significativa dos pesquisadores emprega os termos “turismo étnico” e “etnoturismo” como sinônimos, designando um segmento do turismo cultural envolvendo grupos étnicos, não restrito aos indígenas. O turismo étnico indígena – ou etnoturismo indígena, ou ainda turismo indígena – circunscreve-se às práticas turísticas que envolvem especificamente povos indígenas, tendo a cultura como principal elemento de



atratividade.

Há ainda os que concebem o turismo étnico como uma interseção entre turismo cultural e turismo de natureza, atribuindo-lhe denominações como “ecoturismo indígena” ou “turismo ecocultural indígena”. Outros segmentos também são identificados envolvendo comunidades indígenas, como “turismo de pesca”, “turismo de aventura”, “turismo de saúde”, “turismo científico”, “turismo pedagógico”, entre outros.

Em relação à dimensão espacial, os autores utilizam duas expressões: “turismo em terras indígenas”, que se refere à atividade desenvolvida em áreas oficialmente reconhecidas pelo Estado; e “turismo em território indígena”, que abrange o turismo no espaço de pertencimento e de reprodução sociocultural da comunidade, independentemente de seu reconhecimento oficial pelo Estado.

No que se refere à organização e gestão do turismo pelas comunidades indígenas, empregam-se termos como “turismo de base comunitária (TBC) indígena” ou “turismo comunitário indígena”. Nesse sentido, cabe ressaltar, conforme Pereiro (2015), que o controle da atividade pela comunidade é sempre relativo e nunca absoluto.

A análise dos 79 artigos levantados permite observar que 19% dos trabalhos não tratam de um de caso específico (Tabela 1). Esses artigos dedicam-se a revisões bibliográficas sobre o tema (Silvestre; Fontana, 2023; Brandão *et al.*, 2014), reflexões teóricas e conceituais (Corbari; Bahl; Souza, 2016; Souza *et al.*, 2021) ou discussões acerca da regulamentação da atividade e da autonomia dos povos indígenas (Corbari; Bahl; Souza, 2017).



Tabela 1 – Artigos sobre turismo em comunidades indígenas, por região, UF e etnia

Norte				
UF	Etnia Alvo do Estudo	Qtd. de Artigos	Total	Total %
AC	Yawanawa	2	30	38,0%
AM	Baré	3		
AM	Dessana, Ticuna, Tuyuca,	2		
AM	Pira-Tapuya, Diakuru e Tatuyo Kambeba	1		
AM	Mura	1		
AM	Sateré-Mawé	4		
AM	Yanomami	1		
AP	Wajãpi	1		
RO	Paiteer-Surui	1		
RR	Ingarikó	2		
RR	Macuxí, Taurepang e Wapixana	11		
TO	Karajá	1		

Nordeste				
UF	Etnia Alvo do Estudo	Qtd. de Artigos	Total	Total %
BA	YPataxó	7	18	22,8%
PB	Potiguara	4		
CE	Jenipapo-Kanindé	1		
CE	Pituary	1		
CE	Tapeba	1		
CE	Tupinambá	1		
RN	Potiguara	3		

Centro-Oeste				
UF	Etnia Alvo do Estudo	Qtd. de Artigos	Total	Total %
GO	Karajá	2	11	13,9%
MT	Paresí	1		
MS	Terena e Guarani (Guarani-Kaiowá; Guarani Nandeva)	5		
MS	Kadiwéu	3		



Sudeste				
UF	Etnia Alvo do Estudo	Qtd. de Artigos	Total	Total %
RJ	Guarani-Mbya	2	2	2,5%

Sul				
UF	Etnia Alvo do Estudo	Qtd. de Artigos	Total	Total %
PR	Guarani	1	3	3,8%
RS	Guarani-Mbya	1		
SC	Laklãnõ (Xokleng)	1		

TOTAL				
UF	Etnia Alvo do Estudo	Qtd. de Artigos	Total	Total %
-	Não se aplica	15	15	19%
Total			79	100%

Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

Os 81% restantes dos artigos concentram-se em analisar o turismo em uma ou mais comunidades indígenas, evidenciando uma clara assimetria regional. A Região Norte responde por 38% dos estudos, com predomínio sobre as etnias Macuxí, Taurepang e Wapixana (RR) e Sateré-Mawé (AM). A Região Nordeste, por sua vez, representa 22,8% da produção, com destaque para as etnias Pataxó (BA) e Potiguara (PB; RN). O Centro-Oeste representa 13,9% dos trabalhos, voltados sobretudo para as etnias Terena, Guarani e Kadiwéu (MS). Em contraste, as regiões Sul (3,8%) e Sudeste (2,5%) figuram de maneira bastante marginal no conjunto da produção acadêmica, com os poucos estudos existentes concentrando-se na etnia Guarani.



4 PROJETO “BRASIL, TURISMO RESPONSÁVEL”: O PRIMEIRO MAPEAMENTO NACIONAL DO TURISMO EM COMUNIDADES INDÍGENAS

Embora o número de comunidades indígenas envolvidas com atividades turísticas no Brasil seja crescente, ainda persistem muitas lacunas sobre as realidades dessa prática no país. Diante desse cenário, entre maio e dezembro de 2024, realizou-se um esforço sistemático para mapear as iniciativas existentes no território nacional. Esse trabalho resultou na obra *Mapeamento do Turismo em Comunidades Indígenas no Brasil*, lançada pelo Ministério do Turismo em 13 de novembro de 2025, durante a COP30, em Belém (PA).

Essa publicação integra as ações do projeto “Brasil, Turismo Responsável” (MTUR; UFRN, 2023), executado no âmbito da parceria entre o MTur e a UFRN, formalizada por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED) celebrado em dezembro de 2023 entre a Secretaria Nacional de Planejamento, Sustentabilidade e Competitividade no Turismo do MTur e o Departamento de Turismo da UFRN, com vigência de quatro anos (2024-2027). Para o apoio ao projeto, em dezembro de 2024, foi realizado o Acordo de Cooperação Técnica n. 22/2024 (MTUR; MPI; MDIC; FUNAI; EMBRATUR, 2024), entre o MTur, o Ministério dos Povos Indígenas (MPI), a Funai, a Embratur e o Ministério do Desenvolvimento, da Indústria, do Comércio e Serviços.

O projeto “Brasil, Turismo Responsável” é uma continuidade do projeto “Brasil, essa é nossa praia” desenvolvido também por meio de TED entre o MTur e a UFRN de 2019 a 2023. Enquanto o projeto anterior teve como foco produzir materiais técnico-orientadores sobre turismo responsável para gestores, empresas, comunidades e turistas, o atual tem como foco a produção de materiais



referentes ao turismo responsável envolvendo especificamente comunidades indígenas, configurando-se como um marco das ações do MTur voltadas a esses grupos étnicos em específico.

A coordenação geral do projeto é realizada pelos professores da UFRN Dr. Ricardo Lanzarini e Dra. Leilianne Barreto, que, inicialmente, convidaram-nos para executar as atividades do mapeamento e conduzir as oficinas de turismo de base comunitária em comunidades indígenas. Posteriormente, integraram-se à equipe a doutoranda Maria Pimentel (Potiguara), o consultor Enoque Macuxi, o Prof. Dr. Michel Vieira e a Profa. Dra. Kerlei Sonaglio.

O levantamento das informações para o mapeamento das iniciativas de turismo em comunidades indígenas abarcou seis procedimentos. No caso, a opção pelo termo “turismo em comunidades indígenas” se deve a sua abrangência, pois contempla tanto os diferentes segmentos turísticos explorados quanto as variadas formas de organização e desenvolvimento da atividade nessas comunidades, além de independer da condição territorial. Ou seja, aplica-se tanto a iniciativas dentro quanto fora de Terras Indígenas oficialmente reconhecidas.

O primeiro procedimento consistiu em pesquisa bibliográfica e exploratória eletrônica para identificar estudos e casos de turismo em comunidades indígenas. Foram consultadas, em maio de 2024, as plataformas *Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações* (BDTD) e *Publicações de Turismo* (USP), além de buscas no *Google*, *Instagram*, *Facebook* e *TripAdvisor*. Os resultados obtidos alimentaram um banco de dados com os nomes das comunidades identificadas.

O segundo procedimento envolveu a pesquisa em organizações indígenas e indigenistas. A plataforma do Instituto Socioambiental (ISA), “Terras Indígenas no Brasil”, registrava 801 Terras



Indígenas em 2024, tendo sido realizada a busca por evidências de atividade turística em cada uma delas. Adicionalmente, o formulário da pesquisa foi encaminhado para 29 organizações, incluindo APIB, COIAB, FOIRN, CIR, ISA, Funai e Ministério dos Povos Indígenas, que também foram convidadas para reuniões de esclarecimento sobre o mapeamento.

O terceiro procedimento consistiu no levantamento dos Planos de Visitação Turística em Terras Indígenas junto à Funai. Em agosto de 2024, foram identificados 21 planos aprovados e vigentes, 12 em análise e 14 com prazo encerrado, totalizando 47 planos. O quarto procedimento correspondeu à consulta aos órgãos oficiais de turismo dos 26 estados e do Distrito Federal. A pesquisa revelou que a maioria desses órgãos não possui conhecimento sistematizado sobre o turismo em comunidades indígenas em seu estado, com raras exceções. O quinto procedimento compreendeu a pesquisa em sites de agências de viagens e operadoras de turismo, visando identificar destinos, produtos e serviços turísticos envolvendo comunidades indígenas.

Por fim, o sexto e mais importante procedimento consistiu na pesquisa com as comunidades indígenas, por meio de um formulário com 38 questões fechadas e abertas. Os levantamentos anteriores resultaram na identificação de 248 comunidades envolvidas com a atividade turística. Buscou-se o contato direto com todas elas por meio de diferentes canais (*Instagram, WhatsApp, e-mail, telefone e videoconferência*). A dificuldade de acesso aos contatos e a baixa taxa de retorno dos formulários, o que era esperado, exigiram a prorrogação do prazo de coleta em duas ocasiões, iniciado em julho e estendendo-o até 31 de dezembro de 2024.

Após o encerramento do período de coleta, os formulários recebidos foram submetidos a um processo de triagem e valida-



ção. Do total de 193 formulários foram validados 146, correspondendo àqueles que efetivamente se referiam a iniciativas de turismo em comunidades indígenas. Em seguida, foram efetuadas a tabulação e produção de mapas, gráficos, tabelas e quadros para a composição do relatório final e do relatório resumido, esse último lançado na COP30.

5 REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA NO PROJETO “BRASIL, TURISMO RESPONSÁVEL”

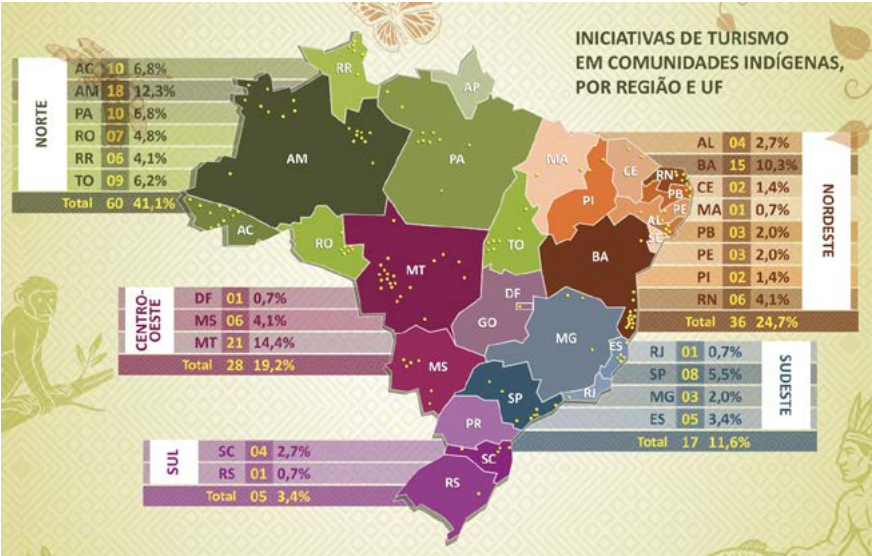
Nesta seção, compartilhamos percepções e reflexões construídas a partir de múltiplas experiências no âmbito do projeto “Brasil, Turismo Responsável”, entre os anos de 2024 e 2026: a execução do Mapeamento; a condução da oficina “Turismo de Base Comunitária em Comunidades Indígenas”, no “I Seminário de Etnovivências e Enfrentamento à Crise Climática” (Porto Seguro/BA), ocasião em que foi criada a Rede Nacional de Enoturismo Indígena - Kuywa Inare; a realização de visitas técnicas e entrevistas em 11 comunidades indígenas de distintas etnias, em 6 estados brasileiros (RN, PB, BA, MS, AM e PA); e a elaboração de plano de visitação em Terras Indígenas de três comunidades situadas nos estados da Bahia, do Mato Grosso do Sul e do Pará.

Os dados do Mapeamento revelam que o turismo já se configura como uma realidade em mais de uma centena de comunidades indígenas situadas por todo território nacional, com notável incidência nos estados do Mato Grosso, Amazonas e Bahia (Figura 2). Como pudemos observar nos resultados do Mapeamento, durante visitas técnicas e na condução da oficina de TBC, a motivação para esse envolvimento ocorre sobretudo



por necessidade econômica e, especialmente nas comunidades aldeadas, na expectativa de conter o êxodo dos jovens para os centros urbanos. Nesse contexto, a presença do turista é percebida como oportunidade para impulsionar a comercialização de artesanato, arte e outros produtos, que em muitos casos envolve majoritariamente a mão de obra feminina.

Figura 2 – Iniciativas de Turismo em Comunidades Indígenas por Região e UF



Fonte: Brasil (2025).

Comunidades situadas próximas ou em destinos consolidados no mercado turístico foram, em muitos casos, impelidas a se envolver com a atividade em razão da pressão que a presença de turistas, agências, hoteleiros e demais atores do trade turístico



exerce sobre seus territórios e entorno, porém não como atores passivos. Simultaneamente, as comunidades em processos de etnogênese reforçaram ou recriaram sua identidade étnica como estratégia de inserção na atratividade local, fenômeno observado, por exemplo, em Porto Seguro (BA) (ver Grunewald, 1999), Manaus (AM) e Santarém (PA).

O fluxo turístico no Brasil é marcadamente concentrado no litoral e nas capitais, o que repercute diretamente na dinâmica do turismo em comunidades indígenas. Em situações como no litoral de Porto Seguro (BA), o desafio atual para algumas comunidades reside no controle do elevado fluxo de visitantes. Contudo, para a grande maioria o problema não é o excesso, mas a escassez de turistas. A sazonalidade e a localização em áreas de difícil acesso inviabilizam muitas iniciativas e empreendimentos, uma vez que a atividade demanda dedicação e tempo de trabalho, com atividades de recepção, condução, experiências, alimentação e hospedagem, que necessitam de contrapartida financeira. Sem um fluxo mínimo e regular, é recorrente as comunidades iniciarem e posteriormente abandonarem as iniciativas, desestimuladas pela baixa demanda.

As parcerias com agências, ONGs, hotéis, pousadas, guias, barqueiros, bugueiros e demais atores do setor turístico são estabelecidas com a expectativa de assegurar um fluxo razoável de visitantes. Paralelamente, muitas comunidades (55%) promovem e comercializam suas iniciativas diretamente com os visitantes por meio do *Instagram* (Brasil, 2025), buscando maior autonomia e controle da atividade.

Nas comunidades, os líderes (caciques, tuxauas, pajés) e seu posicionamento são amplamente respeitados, sendo habitual os membros se reunirem para discutir temas de interesse



coletivo, em que as decisões, incluindo às relativas ao turismo, geralmente são tomadas de forma compartilhada. Dentre as 146 comunidades identificadas pela pesquisa, 86% afirmaram possuir uma organização comunitária, formal ou informal, para tratar de assuntos coletivos, e 83% definiram sua gestão do turismo como Turismo de Base Comunitária (Brasil, 2025) – característica que decorre muito mais da dinâmica social interna das comunidades do que de um enquadramento orientado por agentes externos, como consultores e acadêmicos.

Outro aspecto relevante diz respeito à tensão entre a autonomia dos povos indígenas – princípio consagrado pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 1989), da qual o Brasil é signatário – e sua interface com as normativas estabelecidas pela Funai – IN Funai nº 3/2015 (FUNAI, 2015) e pelo ICMBio – IN Conjunta ICMBio/Funai nº 1/2025 (ICMBIO; FUNAI, 2025), que regulamentam a visita turística em Terras Indígenas e em áreas sobrepostas a Unidades de Conservação, e possuem a competência de analisar e aprovar os planos de visita submetidos pelas comunidades.

Dados do site da Funai indicavam que, em maio de 2026, apenas 19 planos de visita em Terras Indígenas encontravam-se vigentes (Funai, 2026). Esse número contrasta fortemente com o universo de 122 iniciativas de turismo em Terras Indígenas identificadas pelo mapeamento (Brasil, 2025), o que evidencia que a ampla maioria delas atua à margem da exigência normativa.

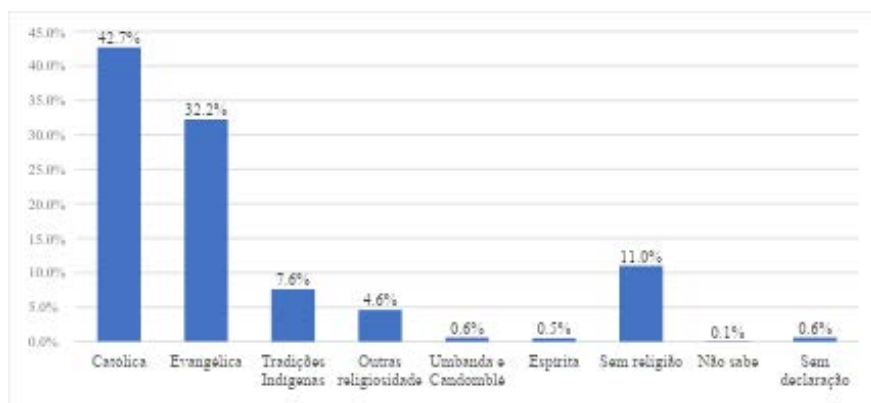
Conforme já observado por Corbari, Bahl e Souza (2017), a complexidade desses planos, aliada à carência de apoio técnico e institucional, impõe às comunidades indígenas, cuja tradição é predominantemente oral, um instrumento burocrático que lhes parece pouco pertinente. Por outro lado, observei, em minhas



experiências, uma notável satisfação por parte de membros das comunidades em razão do aprendizado proporcionado pelas dinâmicas das oficinas de elaboração do plano, geralmente conduzidas por ONGs e instituições de ensino e pesquisa.

Uma preocupação frequente relacionada ao turismo em comunidades indígenas diz respeito aos possíveis processos de perda cultural ou aculturação. Nesse sentido, é interessante observar os dados do Censo Demográfico de 2022 (Gráfico 2), que apontam que apenas 7,6% declararam ter sua religiosidade vinculada às tradições indígenas, enquanto 42% se identificaram como católicos e 32% como evangélicos – percentual que registrou crescimento de 6 pontos percentuais em relação ao Censo de 2010.

Gráfico 2 – Distribuição da pop. indígena acima de 10 anos por religião (Censo de 2022)



Fonte: Elaborado pela autora com base no IBGE (2025c).

Nas comunidades em que visitamos, foi comum relatos de tensão entre aqueles que defendem a retomada e a revalorização



de práticas ditas tradicionais – rituais, pajelança, cânticos e danças – e aqueles que, por sua crença religiosa (católica ou evangélica), rejeitam essas manifestações culturais. Há casos em que a própria figura do pajé (líder espiritual) muito valorizada nas atividades turísticas, por apresentar ou conduzir práticas tradicionais durante a visitação, não é bem aceita por membros da própria comunidade.

O turismo, portanto, não foi, não é e nem será o único fator a corroborar para a perda cultural das comunidades indígenas no Brasil. Em grande medida, o que se verifica é o processo de valoriza o da identidade cultural indígena por meio da atividade turística, inserido em uma dinâmica social mais ampla de transforma o cultural permanente. Esse movimento de valoriza o, resgate ou retomada – ainda que permeado pela lógica da comercializa o cultural – assume contornos de resistência e de luta, conferindo visibilidade   existência dos povos indígenas e reivindicando direitos fundamentais, como a demarca o territorial e a garantia de sobrevivência física e cultural.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Mapeamento do Turismo em Comunidades Indígenas no Brasil – fruto de um projeto do Ministério do Turismo executado pela UFRN – representa um marco importante e necessário para a compreensão de um fen meno que, embora já presente desde o final do século XX, expandiu-se significativamente a partir de 2010, conforme atestam os registros das comunidades identificadas. A pesquisa evidenciou que o turismo já é uma realidade para inúmeras comunidades em todo o território nacional e que as motivações para esse engajamento são predominante-



mente econômicas, com destaque para a contenção do êxodo juvenil e a comercialização de artesanato.

A experiência no projeto nos permitiu identificar assimetrias significativas entre comunidades situadas em destinos turísticos consolidados – que enfrentam pressão externa e dificuldades de controle territorial – e aquelas em áreas remotas, que lutam contra a escassez de visitantes. Já, em relação à perda cultural, o turismo não se apresenta como vetor exclusivo ou determinante. Em direção oposta, o turismo tem atuado como catalisador de processos de valorização e retomada de práticas culturais; movimento esse que, embora permeado pela dinâmica da comercialização, confere visibilidade à existência dos povos indígenas e às suas reivindicações, com potencial para reconstruir narrativas que partem de suas próprias perspectivas e cosmovisões.

Por fim, cabe salientar que o projeto “Brasil, Turismo Responsável” tem vigência prevista até 2027, não se configurando em um programa permanente do MTur. Tal fato suscita reflexões acerca da continuidade das ações de apoio às comunidades indígenas em seus projetos de etnodesenvolvimento integrados ao turismo. A temporalidade restrita de iniciativas pontuais e de projetos piloto, ainda que relevantes, não substitui a necessidade de políticas públicas estruturantes e de longo prazo, forjadas a partir das vozes e da representatividade das comunidades indígenas na arena política do turismo.



REFERÊNCIAS

ARRUTI, J. M. A. A emergência dos “remanescentes”: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. **MANA**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 7-38, 1997.

BARTOLOMÉ, M. A. As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. **MANA**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 39-68, 2006.

BRANDÃO, C. N.; BARBIERI, J. C.; REYES JUNIOR, E.; DE MOURA JOÃO, C. Análisis de la producción científica internacional sobre el turismo indígena de 1990 a 2012: estudio bibliométrico y propuesta de una agenda de investigación. **PASOS**: revista de turismo y patrimonio cultural, [s. l.], v. 12, n. 4, p. 673-684, 2014.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Mapeamento do turismo em comunidades indígenas no Brasil**: sumário executivo. Natal: EDUFRN, 2025.

CNPQ. **Portaria CNPq n. 94, de 11 de julho de 2022.** Regulamenta os pedidos de análise de mérito científico de projetos de pesquisa a serem desenvolvidos em áreas indígenas e estabelece os procedimentos operacionais para sua apreciação. Brasília, DF: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, [2022]. Disponível em: http://portal-adm.cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/20704574. Acesso em: 10 maio 2026.

CNS. **Resolução n. 510, 07 de abril de 2016**. Brasília, DF: CNS, [2016]. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pdf/view>. Acesso em: 10 maio 2026.



CORBARI, S. D.; BAHL, M.; SOUZA, S. R. Reflexões sobre conceitos e definições atinentes ao turismo envolvendo comunidades indígenas. **Investigaciones Turísticas**, [s. l.], n. 12, p. 50-72, 2016.

CORBARI, S. D.; BAHL, M.; SOUZA, S. R. Legislação Indigenista e Perspectivas para o Turismo em Terras Indígenas no Brasil. **Revista Turismo em Análise**, [s. l.], v. 28, n. 1, p. 53-70, 2017.

FONTELLA, L. G. O conceito de etnogênese: o dinamismo histórico das identidades coletivas. **Revista História: debates e tendências**, [s. l.], v. 20, n. 1, p. 19-35, 2019.

FUNAI. **Instrução Normativa n. 1/PRESI, de 29 de novembro de 1995**. Brasília, DF: Fundação Nacional dos Povos Indígenas, [1995]. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/arquivos/conteudo/cogedi/pdf/legislacao-indigenista/pesquisa/001-instrucao-normativa-1995-funai.pdf>. Acesso em: 10 maio 2026.

FUNAI. **Instrução Normativa n. 3, de 11 de junho de 2015**. Estabelece normas e diretrizes relativas às atividades de visitação para fins turísticos em terras indígenas. Brasília, DF: Fundação Nacional dos Povos Indígenas, [2015]. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/arquivos/conteudo/ascom/2015/doc/jun-06/in-03-2015.pdf>. Acesso em: 10 maio 2026.

FUNAI. Turismo Indígena de Base Comunitária. **Fundação Nacional dos Povos Indígenas**, Brasília, DF, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/meio-ambiente/etnodesenvolvimento/instrucao-normativa-no-01-2021>. Acesso em: 10 maio 2026.

GRÜNEWALD, R. A. **Os Índios do Descobrimento**: tradição e turismo. 1999. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.



IBGE. **Censo Demográfico 2022: etnias e línguas indígenas: principais características sociodemográficas: resultados do universo.** Rio de Janeiro: IBGE, 2025a.

IBGE. O Brasil Indígena. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Rio de Janeiro, 2025b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/brasil-indigena/>. Acesso em: 03 maio 2026.

IBGE. Religiões: resultados preliminares da amostra. **Agência IBGE**, Rio de Janeiro, 2025c. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/3f1708b5d315aca-50d5a7d8764469c45.pdf. Acesso em: 18 abr. 2026.

ICMBio; FUNAI. **Instrução Normativa Conjunta ICMBio/Funai nº 1, de 18 de julho de 2025.** Regulamenta o art. 23, § 2º da Lei n.º 14.701, de 20 de outubro de 2023, para estabelecer diretrizes, procedimentos e fluxos para a autorização e ordenamento da visitação com fins turísticos em áreas duplamente protegidas por territórios indígenas e unidades de conservação federais. Brasília, DF: ICMBio: Funai, [2025]. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-conjunta-icmbio/funai-n-1-de-18-de-julho-de-2025-643074931>. Acesso em: 10 maio 2026.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo.** 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LISBOA, J. F. K. Etnogênese e movimento indígena: lutas políticas e identitárias na virada do século XX para o XXI. **Revista de Estudos em Relações Interétnicas**, [s. l.], v. 20, n. 2, p. 68-86, 2017.

MAURO, V. F. Etnogênese e reelaboração da cultura entre os Krahô-Kanela e outros povos indígenas. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 37-94, jan./jun. 2013.



MTUR; MPI; MDIC; FUNAI; EMBRATUR. **Acordo de Cooperação Técnica n. 22/2024**. Brasília, DF: MTur, [2024]. Disponível em: <https://www.gov.br/mdic/pt-br/aceso-a-informacao/instrumentos-e-parcerias/act/2024/acordo-de-cooperacao-tecnica-2024-22>. Acesso em: 18 abr. 2026.

MTUR; UFRN. **Termo de Execução Descentralizada n. 1/2023**. Brasília, DF: MTur, [2023]. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/aceso-a-informacao/convenios-e-transferencias/termos-de-execucao-descentralizada/secretaria-nacional-de-politicas-de-turismo>. Acesso em: 18 abr. 2026.

NUNES, K. *et al.* Admixture's impact on Brazilian population evolution and health. **Science**, [s. l.], v. 388, n. 6748, p. 1-13, 2025.

NUNEZ JUNIOR, Theron. Tourism, Tradition, and Acculturation: Weekendismo in a Mexican Village. **Ethnology**, [s. l.], v. 2, n. 3, p. 347-352, 1963.

OIT. **Convenção nº 169 sobre Povos Indígenas e Tribais**. Genebra: OIT, 1989. Disponível em: <https://www.ilo.org/pt-pt/publications/convencao-ndeg-169-sobre-povos-indigenas-e-tribais-e-resolucao-referente-0>. Acesso em: 12 mar. 2026.

PEREIRO, X. Texto de abertura: Pelos trilhos do(s) turismo(s) indígena(s). **AGÁLIA**: revista de estudos na cultura, [s. l.], num. esp. Turismo em Terras indígenas, p. 9-34, 2015.

SILVESTRE, R. P.; FONTANA, R. F. Turismo indígena en Brasil: una revisión bibliográfica de investigaciones publicadas en el período 1999-2021. **PASOS**: revista de turismo y patrimonio cultural, [s. l.], v. 21, n. 3, p. 487-501, 2023.



SOUZA, N. N. S.; IRVING, M. A.; SOUZA, C. M.; LIMA, M. A. G. de. Turismo étnico indígena: definição conceitual, potencialidades y desafíos en Brasil. **Turismo, Visão e Ação**, [s. l.], v. 23, n. 2, p. 308-328, 2021.

VAN DEN BERGHE, P. L. Tourism as ethnic relations: A case study of Cuzco, Peru. **Ethnic and Racial Studies**, [s. l.], v. 3, n. 4, p. 375–392, 1980.



12

Instância de governança do Polo Turístico São Luís (Maranhão, Brasil): análise sobre a formação, estratégias e desenvolvimento entre os anos de 2009 a 2024

Silvia Romana Costa de Albuquerque dos Santos
Universidade Estadual do Maranhão
E-mail: silvia.romana@hotmail.com

Saulo Ribeiro dos Santos
Universidade Federal do Maranhão,
Universidade Estadual do Maranhão
E-mail: saulo.ribeiro@ufma.br

1 INTRODUÇÃO

O estado do Maranhão (MA) está situado na região Nordeste do Brasil e possui dez polos turísticos. Seu recorte territorial está baseado no conceito de região como espaço geográfico, que apresenta características e potencialidades similares (Brasil, 2004). Para a escolha do Polo Turístico São Luís neste estudo, justifica-se que São Luís é o único destino indutor - Categoria A, no Mapa do Turismo Brasileiro (Brasil, 2023), e tais créditos cancelam a relevância regional do município no processo de planejamento, gestão e desenvolvimento do turismo em territórios maranhenses. O fortalecimento do turismo nos demais municípios que compõem o Polo Turístico São Luís através da oferta complementar.

O Ministério do Turismo (MTur), ao criar o “Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil” (Brasil, 2007a), buscava com o Programa de Regionalização do Turismo (PRT) unir os municípios a fim de agregar valor e permitir o desenvolvimento dos lugares que tinham grande potencial turístico. Assim, idealizou um mecanismo para obter melhor planejamento do turismo em nível regional, possibilitando que cada região desenvolvesse suas próprias estratégias para a atividade turística. Desta forma, destaca-se a importância da Instância de Governança Regional estruturada e organizada, a qual tem por objetivo coordenar o programa de regionalização em âmbito regional mediante uma “administração participativa envolvendo a população local na elaboração, monitoramento e, em alguns casos, na execução de políticas públicas” (Brasil, 2007b, p. 16). Exerce, assim, o modelo de gestão descentralizada instituído na Constituição Brasileira/1988.



A Instância de Governança do Polo São Luís foi criada em junho de 2010 através do “Fórum de Governança Turística do Polo São Luís”, articulada pela Secretaria Estadual de Turismo, sendo composta por cinco municípios da Região Metropolitana de São Luís (São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar, Raposa e Alcântara). O município de São Luís é considerado um destino indutor e, por ser a capital do estado do Maranhão, mantêm-se como principal portão de entrada de turistas do polo e também do estado (Brasil, 2023). De acordo com o Ministério do Turismo (Brasil, 2018) os destinos indutores do desenvolvimento turístico regional são aqueles que possuem infraestrutura básica e turística e atrativos qualificados, que se caracterizam como núcleo receptor e/ou distribuidor de fluxos turísticos.

Em uma tentativa de maior aproximação a com base conceitual para os estudos sobre governança turística, reflete-se, inicialmente, sobre as correlações entre território-redes-cooperação, com abordagens que se complementam. Estas também oferecem contribuições para o entendimento de como o turismo se organiza a partir das redes e para se analisar de forma integrada e relacional as distintas conexões criadas pela atividade turística, o que pode auxiliar no planejamento territorial (Rodrigues; Souza, 2015).

Explorando inicialmente as definições de território-rede com base na ciência geográfica, leva-se em consideração a pluralidade de sistemas abertos que se complementam através das diversas interações sociais, econômicas, políticas e culturais determinadas pela relação espaço-tempo. Com isso, busca-se pensar o(os) território(s) em uma perspectiva integradora, articulada em redes, imbricada nas relações sociais de forma cooperada e em suas diversas escalas (Santos, 2017).



Entende-se que a governança em turismo é a recepção da procura dos cidadãos por novos modelos de tomada de decisão, em um formato coletivo que vise a melhora na tomada de decisões e que também permita um papel mais ativo dos diferentes atores sociais (González, 2008). Esse processo também movimenta uma cadeia constituída por diversas atividades produtivas interligadas, nas quais territórios em si sofrem processos de turistificação (Fratucci, 2008), aumentando os desafios de uma gestão que vise a sustentabilidade e a participação integrativa.

A pesquisa em questão identifica oportunidades através do papel da governança na compreensão das dinâmicas do destino e dos territórios constituídos pelas redes de cooperação entre os municípios. Identifica, ainda, as oportunidades mediante o papel da governança, a compreensão das dinâmicas dos destinos, o compartilhamento de conhecimentos e a cooperação de ambas as partes. Da mesma forma, a diminuição de conflitos, a eficácia na tomada de decisão, a motivação e o fortalecimento do setor, assim como a capacidade de inovação e o melhor uso do espaço turístico (Albino; Berardi; Dangelico, 2015).

Com base em tais concepções, objetiva-se no presente estudo analisar a formação, as estratégias e o desenvolvimento da Instância de Governança do Polo Turístico São Luís entre os anos de 2009 a 2024.

2 METODOLOGIA

Na ciência geográfica, “o método científico tem a função de servir como condutor que ordena o pensamento para o entendimento da produção do espaço geográfico [...]” (Nunes, 2014,



p. 11). Desta concepção, esclarece-se que o método significa uma polissemia diversificada que é um conjunto de técnicas e/ou procedimentos, ou seja, o caminho a ser percorrido para descrever um fenômeno.

O objeto de estudo da Geografia é o “espaço geográfico”, definido como um conjunto indissociável e contraditório de objetos (naturais e artificiais, sendo que estes são cada vez mais preponderantes) e ações (Santos, 1996). Nessa perspectiva, ainda com base nesse autor, pode ser estudado pelas categorias analíticas “forma” (o aparente), “função” (o conteúdo da forma), “processo” (a dinâmica do espaço) e “estrutura” (o todo, a organização ou a essência do espaço) (Santos, 1997).

Dentre as categorias existentes, a Geografia nos permite estudar o território considerando seus aspectos sociais, o que reforça a possibilidade da reflexão através da dialética. Esta auxiliará a buscar maior compreensão sobre os processos de construção da governança turística pelo coletivo, das decisões e ações que influenciam direta e indiretamente as transformações no próprio território.

No desígnio de alcançar o objetivo proposto para a investigação, Gil (2006) estabelece critérios quanto aos fins e quanto aos meios. Considerando a natureza do problema investigado, bem como o nível de aprofundamento, utilizou-se da pesquisa do tipo exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa. Para uma investigação mais ampla (Gil, 2006) (fundamentação teórica e caracterização da área de estudo), esse esforço possibilita maior proximidade com o problema, objetivando torná-lo mais evidente. Assim, para esses fins, utiliza-se tanto a pesquisa exploratória, “realizada em áreas na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado”, quanto a pesquisa descritiva, pois “expõe características de determinada



população ou determinado fenômeno” (Vergara, 2004, p. 47).

Em relação aos meios, utiliza-se a pesquisa bibliográfica e documental. A primeira é desenvolvida com base em um material já elaborado, como livros, artigos científicos, teses e dissertações de autores que contribuíram para o estudo do espaço, território e turismo. Já a documental, recorre a fontes sem tratamento analítico, sendo estas: documentos oficiais relacionados à governança, governança turística, políticas públicas do turismo, destino turístico inteligente, tabelas, fotografias e outras (Gil, 2006). Ainda no que se refere à pesquisa documental, utiliza-se documentos oficiais relacionados às políticas públicas do Programa de Regionalização do Turismo e Institucionalização da Instância de Governança Regional.

Para a pesquisa bibliográfica, os critérios adotados no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) foram utilizadas as palavras-chaves (tanto de forma isolada quanto combinadas, como por exemplo: geografia e turismo ; turismo e destinos turísticos inteligentes...) “governança turística, geografia, território-rede, redes de cooperação, destinos turísticos inteligentes”, em idiomas Português e Espanhol. Bases como o *Google Acadêmico*, o *ResearchGate* e os portais das principais revistas brasileiras de pesquisa em Turismo não extraem “artigos”. As palavras-chave mencionadas foram usadas porque estarão interligadas no contexto do tópico. Como as palavras são utilizadas nos mecanismos tanto isoladamente quanto em combinação, estabeleceu-se um recorte temporal entre os anos de 2013 e 2024.

Quanto à escolha do objeto de estudo, optou-se pelo estudo de caso (Yin, 2001), sendo a Instância de Governança do Polo São Luís o objeto de estudo. No caso desta investigação,



os resultados da pesquisa poderão encaminhar novas reflexões e modelos de aplicação da metodologia de avaliação de governança turística e destino turístico inteligente, ainda que se considere as singularidades existentes nos demais Polos Turísticos do Maranhão.

3 INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA: PRECEITOS E CONCEPÇÕES TEÓRICAS

As Instâncias de Governança Regionais (IGRs) nascem com base no Programa de Regionalização do Turismo em 2003. O modelo de gestão descentralizada do turismo, implantado no país, proporciona que cada Unidade Federada, região e município busque suas próprias alternativas de desenvolvimento, de acordo com suas realidades e especificidades. O “Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil” é uma diretriz política e operacional para orientar o processo do desenvolvimento turístico, com foco na regionalização. Em 2005, 2013 e 2017, houve a necessidade de uma nova reformulação direcionada não somente às melhorias do programa, mas também à institucionalização das governanças de turismo no Brasil (Brasil, 2023).

As Instâncias passam a ser reconhecidas por meio de uma comunidade regional com articulação de uma governança voltada para os interesses do turismo. A integração e a cooperação entre municípios de uma região turística tornam-se fundamentais para a superação de desafios presentes, como a fragilidade das políticas locais voltadas ao desenvolvimento turístico e a pouca prática de gestão integrada de atores públicos, privados e do terceiro setor. Sendo assim, a expressão Institucionalização das



Instâncias de Governança Regionais significa “o estabelecimento formal de uma organização que possa construir pactos; compartilhar espaços de diálogo; tomar decisões e orientar o desenvolvimento turístico de uma região, de forma sustentável” (Brasil, 2007b, p. 4).

O PRT é coordenado de forma compartilhada entre os três níveis de governo no Brasil: federal, estadual e municipal. Esta abordagem colaborativa é essencial para integrar políticas, recursos e ações em diferentes esferas administrativas, garantindo uma visão mais holística e alinhamento com os objetivos do programa em cada região. No caso das Instâncias Regionais de Turismo, também recebemos as diversas orientações e os encaminhamentos prévios para sua formação e acompanhamento das Secretarias de Turismo em nível regional (Brasil, 2007a).

O documento do Ministério do Turismo, “Regionalização e Institucionalização da Instância de Governança Regional”, publicado em janeiro de 2019 (Brasil, 2019), enfatiza que o desenvolvimento turístico de uma região necessita da cooperação e integração de todo o *trade* turístico¹. Esse processo de integração turística será resultado da criação de parcerias estratégicas e da gestão integrada e descentralizada de programas e projetos que possibilitem a cada região e municípios compartilhar alternativas de desenvolvimento, respeitando suas realidades e especificidades.

As IGRs são direcionadas para desempenhar uma função estratégica e inovadora, representando uma nova esfera pública. São orientações para as Instâncias de Governança Regional do

1 Conjunto de agentes, operadores, hoteleiros e prestadores de serviços turísticos, segundo o glossário do turismo (Brasil, 2018).



Ministério do Turismo no Brasil (Brasil, 2019, p. 6):

- a. Desempenhar um papel estratégico e inovador, ao representar a nova esfera pública, devendo seguir as diretrizes do PNT;
- b. Assegurar espaços para a articulação de atores públicos, privados, sociais e do terceiro setor;
- c. Ser um fórum para a proposição, análise, coordenação e monitoramento de políticas, planos, projetos e ações na busca do desenvolvimento do turismo sustentável;
- d. Reforçar a capacidade dos grupos para lidar com seus problemas e oportunidades, objetivos e metas, e mobilizar e gerenciar seus recursos;
- e. Organizar grupos de interesses comuns, podendo ser privados, públicos ou mesmo parcerias público-privadas;
- f. Articular decisões de forma coletiva, tornando sua gestão colaborativa, participativa e, principalmente, compartilhada;
- g. Debater o contexto do turismo regional e estabelecer vetores para o seu desenvolvimento;
- h. Definir prioridades que atendam ao conjunto de atores envolvidos;
- i. Coordenar e mediar as decisões a serem tomadas, orientando o planejamento, a execução e o monitoramento dos projetos de interesse da região turística;
- j. Orientar sua atuação para a busca de resultados econômicos, sociais, culturais e ambientais para a região em questão, de modo a manter a motivação dos diferentes atores para a atuação coletiva.



Desta forma, estas são definidas como atribuições das Instâncias de Governança Regional, visando identificar, coordenar e fortalecer as inter-relações da cadeia produtiva do turismo em nível regional. Compila, ainda, um conjunto de demandas e necessidades identificadas, ao mesmo tempo em que distribui rotas e resolução de problemas de forma mais coletiva e pluralizada, além de oferecer apoio mútuo entre municípios.

Ademais, como característica fundamental, as IGRs buscam incentivar os municípios a se organizarem através dos Conselhos Municipais de Turismo e buscarem a integração para convergências e o fortalecimento turístico regional com vistas ao aumento da sua competitividade e dos resultados econômicos e sociais (Brasil, 2019). A importância dos Conselhos Municipais de Turismo vai além da necessidade do cumprimento de uma exigência do Governo Federal, pois elas representam espaços colaborativos nos quais as variáveis da governança podem e devem ser aplicadas para alcançar objetivos estratégicos, na medida em que seu propósito é envolver *trade* turístico e representantes da sociedade no processo de planejamento turístico (Guimarães, 2013).

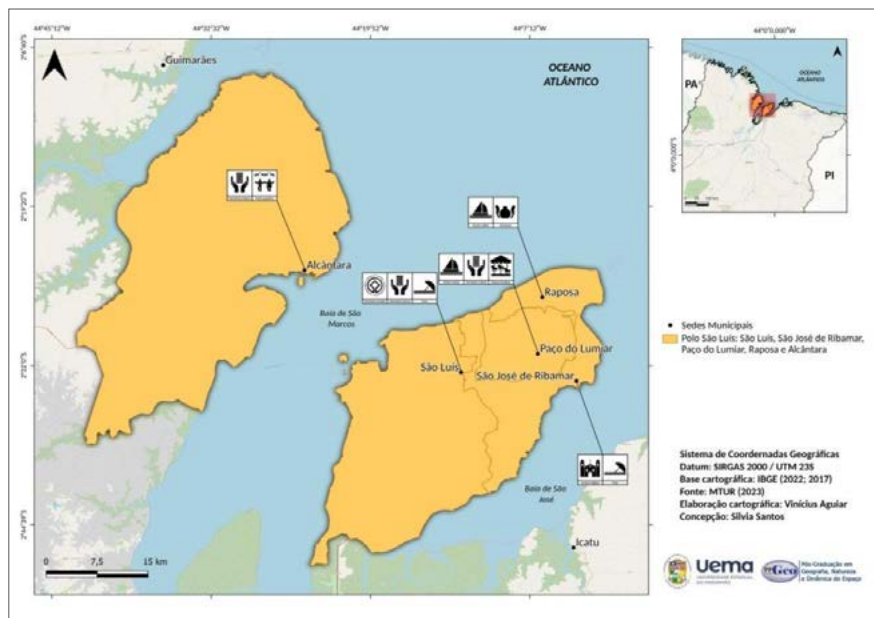
Para a estruturação legal de uma IGR, as instâncias podem assumir estrutura e caráter jurídico diferenciados. Seguindo a orientação do Programa de Regionalização do Turismo (Brasil, 2007a), sugere-se que seja avaliada a melhor alternativa, podendo ser um fórum, conselho, comitê, associação, consórcio, agência de desenvolvimento, entre outros. É oportuno considerar a função financeira ou técnica, optando por um modelo que viabilize processos simplificados de movimentação de recursos, sejam eles convênios, repasses ou contratações, além de entender sobre as vantagens e desvantagens de cada modelo antes de optar por um deles.



4 INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA DO POLO TURÍSTICO SÃO LUÍS: BASES E EVOLUÇÕES TEMPORAIS E ESTRATÉGICAS

O Polo São Luís é composto pelos municípios de São Luís, Paço do Lumiar, Raposa, São José de Ribamar e Alcântara (Mapa 1). Cada município possui atratividades turísticas de forma singular, caracterizadas por elementos do turismo cultural, sol e praia, ecoturismo, aventura e turismo religioso.

Mapa 1 – Principais elementos de atratividade turística dos municípios do polo São Luís



Fonte: Elaboração própria, 2024.



Inicia-se com a cidade de Alcântara (Quadro 1), a única do polo localizada no continente e que possui diversos atrativos turísticos, como o Pelourinho, ruínas da Igreja Matriz, o famoso doce de espécie e o festejo do Divino Espírito Santo.

Quadro 1 – Características da gestão pública e atrativos turísticos do município de Alcântara-MA

Município	Categoria	Possui Plano Municipal de Turismo
Alcântara	D	Sim
Principais atrativos turísticos Cultural e Natural. Alcântara possui o título de Cidade Monumento Nacional (IPHAN, 2004). Possui ilhas, sítios históricos, ruínas, praias e o município com maior quantidade de quilombos (IBGE,2022). Possui forte influência africana na gastronomia cultura, principalmente com o famoso doce de espécie e tradicional festa do Divino Espírito Santo.		

Fonte: São Luís (2026).

Já o município de Paço do Lumiar (Quadro 2) tem os seguintes atrativos: prática da canoagem, barracão de Bumba Meu Boi da Maioba e Valparaíso Adventure Park.



Quadro 2 – Características da gestão pública e atrativos turísticos do município de Paço do Lumiar-MA

Município	Categoria	Possui Plano Municipal de Turismo
Paço do Lumiar	D	Sim
Principais atrativos turísticos	Cultural e Natural. Paço do Lumiar é berço da cultura do bumba-meu- boi, da religiosidade, da gastronomia regional e do turismo de aventura e de contemplação.	

Fonte: São Luís (2026).

O município da Raposa (Quadro 3), por sua vez, é outro que compõe o polo São Luís, tendo como atrativos a praia de Carimã/ Fronhas Maranhenses, o passeio náutico, o prato Paelha, a Tia Mundoca e a renda de bilro.

Quadro 3 – Características da gestão pública e atrativos turísticos do município de Raposa-MA

Município	Categoria	Possui Plano Municipal de Turismo
Raposa	D	Não
Principais atrativos turísticos	Cultural e Natural Raposa é possui uma gastronomia diversa base de frutos do mar, oferece turismo náutico com passeios pelas fronhas maranhenses e no artesanato realiza a produção e comercialização de rendas de bilro.	

Fonte: São Luís (2026).



Ademais, na grande ilha também tem o município de São José de Ribamar (Quadro 4), cidade do padroeiro do estado do Maranhão e que possui uma variedade de atrativos turísticos, como o Santuário do Padroeiro do Maranhão e a Praia de Juçatuba.

Quadro 4 – Características da gestão pública e atrativos turísticos do município de São José de Ribamar-MA

Município	Categoria	Possui Plano Municipal de Turismo
São José de Ribamar	C	Sim
Principais atrativos turísticos Cultural e Natural. Possui o santuário que leva o nome em homenagem ao padroeiro do Maranhão e se consolida no segmento do turismo religioso. Em 2024, o Festejo de São José de Ribamar foi reconhecido como patrimônio cultural e imaterial do Estado (Festejo [...], 2024). Realiza passeios náuticos e de buggy em praias desertas.		

Fonte: Festejo [...] (2024) e São Luís (2026).

São Luís, a capital do estado do Maranhão (Quadro 5), é reconhecida pelos atrativos naturais, culturais, patrimoniais e gastronômicos, dentre eles, o Bumba Meu Boi, o tambor de crioula, a rua do Giz no centro histórico e a gastronomia.

A região turística do Polo São Luís é rica em atrativos naturais e culturais, o que permite a estruturação de roteiros interessantes com oferta em diversos segmentos do turismo. Também sinaliza que, dos cinco municípios que integram o Polo São Luís, somente três possuem o plano municipal de turismo (Raposa, Paço do Lumiar e São José de Ribamar). Segundo Borges, Silva e Beni (2016), o “Plano Municipal de Turismo” tem como finalidade definir ações



para o turismo local por meio de ações estratégicas no curto, médio e longo prazo, em sintonia com os planos e as políticas do setor no âmbito estadual e federal, considerando a identidade e vocação turística do município.

Quadro 5 – Características da gestão pública e atrativos turísticos do município de São Luís-MA

Município	Categoria	Possui Plano Municipal de Turismo
São Luís	A	Não
Principais atrativos turísticos Cultural e Natural. Capital do Estado Maranhão é patrimônio Mundial pela Unesco (Historic [...], s.d.), com uma área de tombamento que contempla o maior conjunto arquitetônico de azulejaria portuguesa da América Latina (Braga, 2016). Possui praias urbanas e é detentora de uma rica cultura e gastronomia diversa, entre eles o famoso arroz de cuxá. Das manifestações populares mais importantes do Estado, se concentram em São Luís mais de 100 grupos de Bumba-meu-boi, considerado Patrimônio Cultural do Brasil (Iphan, 2011).		

Fonte: Historic [...] (s.d.), Braga (2016), Iphan (2011) e São Luís (2026).

O processo de implantação da Instância de Governança Regional do polo São Luís (Figura 1) teve início em 2009 quando foram realizadas ações de sensibilização e mobilização, com o objetivo de informar e convidar os atores turísticos a participarem dessa nova entidade criada para gerir o turismo em nível regional (Costa; Carvalho, 2014). O Ministério do Turismo designou uma equipe de consultores do Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano (IADH) para assessorar os responsáveis pela implantação



das instâncias de governança regional nos destinos indutores², como está classificado o município de São Luís (Cutrim; Carvalho; Costa, 2013).

Figura 1 – Identidade promocional turística do Polo São Luís



Fonte: Setur São Luís (2024).

Segundo Silva (2015), em 2010 aconteceram oficinas de sensibilização e mobilização com atores estratégicos do Polo São Luís, as quais foram coordenadas pela consultora Patrícia Paixão, do Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano (IADH). Durante as oficinas foram citados pelos participantes entraves que dificultam o desenvolvimento do Polo São Luís, tais como “falta de

2 Aqueles que possuem infraestrutura básica e turística e atrativos qualificados, que se caracterizam como núcleo receptor e/ou distribuidor de fluxos turísticos (Brasil, 2008).



integração entre os Polos, problemas políticos, falta de infraestrutura, empresários distantes do poder público, falta de cursos de capacitação. Todos demonstraram interesse em criar a Instância de Governança do Polo São Luís” (Silva, 2015, p. 28).

No dia 17 de junho de 2010, lavrou-se a ata de criação da IGR do polo São Luís, que foi implantada sob o formato de fórum, sendo instituída com o nome de “Fórum de Governança Turística do polo São Luís”. A opção pelo modelo de Fórum partiu de um entendimento conjunto de que esse formato melhor se adaptava à realidade social e política do polo naquele momento (Carvalho, 2019). Acrescenta-se que o Fórum deve ser constituído por membros de: entidades públicas, entidades de impacto no turismo regional, associações comunitárias e organizações não governamentais, instituições financeiras e instituições de ensino/consultoria. A sede do Fórum deve ficar dois anos em cada município do Polo (Carvalho, 2019).

De acordo com o Regimento Interno, Cap. III, Art. 7, compete ao fórum:

- Propor ações para o desenvolvimento sustentável do turismo na região de sua competência;
- Estimular a criação de conselhos municipais de turismo e fortalecer os já existentes;
- Participar de atividades de planejamento, monitoramento e acompanhamento de ações de implementação nas áreas de interesse, visando o desenvolvimento turístico e a constante melhoria da qualidade dos produtos;
- Criar grupos de trabalho ou estudo, caracterizados



pela execução de tarefas específicas e de duração pré-fixada;

- Acompanhar e divulgar, junto aos membros, decisões relevantes pertinentes a atividades turísticas, oriundas tanto de entidades públicas ou privadas, como também do Fórum;
- Aprovar e fazer cumprir o Regimento;
- Interagir com os órgãos públicos, municipais, estaduais e federais, nas definições das políticas de cultura e turismo;
- Emitir parecer sobre ações estaduais de turismo pensadas na região;
- Propor aos órgãos estaduais competentes ações de turismo para a região;
- Acompanhar e avaliar os resultados dos programas estaduais de turismo desenvolvidos na região (Fórum de Governança Turística do Polo São Luís, 2013).

Dessa forma, a IGR do Polo São Luís encontrava-se oficialmente institucionalizada, com regimento interno e um processo de eleições e deliberações devidamente estabelecidas, tornando-se esse processo essencial para o aspecto da legalidade de uma Instância de Governança. Vale destacar as principais ações da Instância de Governança do Polo São Luís dos anos de 2011 a 2014, de acordo com Silva (2015, p. 28-29):



Ano 2011/2012

Ocorreram reuniões e oficinas de sensibilização/mobilização. Foram oferecidos cursos por meio da Secretaria Estadual de Turismo (SETUR- MA) de Elaboração de Projetos e Captação de Recursos, realizado pela professora Karollyne Diniz. Ao final dos cursos, os participantes traçaram um Plano de Ação para Instância.

Ano 2013/2014

- I Encontro do Fórum de Governança do Polo São Luís realizado em São José de Ribamar. Na oportunidade foram elaboradas propostas para compor o Plano de Trabalho do Fórum;
- Reunião de sensibilização com o prefeito de Raposa, onde foi enfatizada a importância da participação e comprometimento do município com as ações que visam o desenvolvimento do turismo regional;
- Reunião com o Secretário de Turismo do Estado - nesta reunião foi solicitado apoio à elaboração do inventário da oferta turística dos municípios que compõem o Polo São Luís;
- Reunião com o diretor técnico do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Maranhão (SEBRAE-MA) na oportunidade foi apresentada uma proposta para a elaboração de roteiros integrados entre os municípios que compõem o Polo.
- Também neste encontro foi realizada uma reunião de sensibilização com o prefeito de Alcântara;
- Realização de um encontro com representantes dos



poderes públicos e privados para tratar sobre a criação do Conselho Municipal de Turismo de Alcântara;

- Reunião de sensibilização com o prefeito de Paço do Lumiar onde foi falado sobre a finalidade do fórum e sobre a importância de o município participar desta instituição; sobre a criação de novos produtos turísticos, dentre eles um roteiro integrado. Foi destacada também a importância da integração dos municípios e da comunidade;
- Ciclo de consultoria itinerante nos municípios que compõem o Polo com a presença da consultora de turismo Jussara Rocha com o objetivo de auxiliar na estruturação e fortalecimento do Fórum de Governança do Polo São Luís.

Durante os anos de 2015 a 2017, não foi possível levantar dados da Instância de Governança Regional Polo São Luís, devido à ausência de acesso às atas de reuniões desse período. Diversas tentativas foram feitas para obter esses documentos cruciais, incluindo a formalização de uma solicitação à Secretaria Estadual de Turismo do Maranhão. No entanto, não houve um retorno das solicitações, o que resultou na indisponibilidade das informações necessárias para a análise e documentação das atividades e decisões tomadas pela IGR nesse intervalo de tempo.

Ano 2018³

- Como principais pautas estavam a necessidade de retomada das atividades pela IGR, definição de

3 Foi possível o acesso a apenas uma ata de reunião, cedida pela Secretaria Municipal de Turismo de São Luís, em 2023. Identificou-se que a primeira reunião ordinária da Instância de Governança do Polo São Luís foi realizada em julho do mesmo ano.



novas ações e a realização de uma assembleia para a eleição dos novos representantes.

- Apresentação da pesquisa de satisfação realizada nos arraiais de São Luís no período junino.
- Indicação para a revisão do Plano Estadual de Turismo, com validade até 2020.
- Recomendação para que os representantes de cada município da IGR realizassem o convite para o trade turístico integrar ao colegiado.

Ano 2019/2020

Conforme ata de janeiro de 2021, disponível no site da Secretaria Municipal de Turismo de São Luís, não ocorreu a nova eleição para a gestão 2019/2020 por conta da pandemia de Covid-19, sendo esta realizada somente em 2021.

Quanto às ações executadas durante a gestão da IGR São Luís nos anos de 2021 a 2023, observa-se a evolução da governança turística a partir de um modelo que mensura a avaliação desta. Admite-se a facilitação dessas informações no período temporal disposto, considerando que as atas de reuniões estão publicizadas em sites (São Luís, s.d.) de acesso ao público, facilitando a consulta tanto ao pesquisador como a quaisquer outros interessados. Na oportunidade, convém destacar os principais marcos do trabalho desenvolvido nas seguintes gestões, bem como sua estrutura de formação.

Ano 2021/2022

- Formação de uma nova gestão da IGR São Luís, tendo como representantes:



Quadro 6 – Membros da gestão da Instância de Governança do Polo São Luís (2021-2022)

Componente	Instituição	Função
Saulo Ribeiro dos Santos	Secretaria Municipal de Turismo de São Luís	Coordenador
Jonilson Costa Correia	Chefe do Departamento de Turismo e Hotelaria da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	Vice- coordenador
Janete Rodrigues de Vasconcelos Chaves	Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA)	1ª secretária
José Ahirton Batista Lopes	Presidente Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC/MA)	2º secretário

Fonte: Elaborado pelos autores com base em São Luís (2023).

A eleição de dois representantes do IGR Polo São Luís garante atenção às orientações do “Módulo Operacional 3 - Institucionalização da Instância de Governança Regional do Programa de Regionalização do Turismo”. O Fórum deve ser constituído por membros de: entidades públicas, entidades regionais de impacto não turístico, associações comunitárias e organizações não governamentais, instituições financeiras e instituições de formação/consultoria (Brasil, 2007b). É importante esclarecer que esta estrutura de representantes segue uma determinação mínima, conforme normativo interno. Logotipo ou Fórum segue a seguinte estrutura, segundo a especifi-



cação do Capítulo IV- Organização, art. 8º (IGR São Luís, 2023): I – Assembleia; II – Presidente; III - Vice-presidente; IV- Primeiro e Segundo Secretário Executivo. Assim, são marcos desta gestão:

- Retorno às articulações e fortalecimento de um roteiro turístico integrado com foco na promoção dos atrativos de cada município;
- Organização do calendário de reuniões da IGR no formato itinerante;
- Plano de ação para capacitação aos profissionais de turismo;
- Realização de famtour que contou com a participação de 14 agentes de viagens das operadoras de São Paulo e 06 representantes do trade turístico do Polo São Luís;
- Participação em feiras de turismo locais (Feira do Empreendedor Sebrae; Expo Indústria/turismo) e nacionais (5º Salão do turismo da Rota das
- Emoções; Associação Brasileira de Agências de Viagens (ABAV) Expo em Recife (PE)
- Elaboração do vídeo do promocional do Polo São Luís;
- Elaboração do termo de cooperação técnica entre os municípios do Polo São Luís.



Ano 2023/2024

A gestão da IGR São Luís tem como representantes:

Quadro 7 – Membros da gestão da Instância de Governança do Polo São Luís (2022-2023)

Componente	Instituição	Função
Benedito Amado dos Santos Pires Filho*	Secretário Municipal de Indústria, Comércio e Turismo de Paço do Lumiar	Coordenador
Gabriela Ribeiro de Barros e Vasconcellos	Representante do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC/MA)	Vice- coordenadora
Brenda Rodrigues Coelho Leite	Coordenadora de Análise Mercadológica da Secretaria Municipal de Turismo de São Luís	1ª secretária
Cristiane Mesquita Gomes Albuquerque Martins	Professora do Instituto Federal do Maranhão	2º secretário

* Em abril de 2024, o presidente da atual gestão solicitou a saída do cargo para participar de campanha eleitoral, assumindo então a vice-coordenadora, Gabriela Vasconcelos.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em São Luís (2023).

Principais marcos parciais desta gestão:

- Lançamento do vídeo promocional da IGR Polo São Luís;
- Assinatura do termo de cooperação técnica entre os municípios do Polo São Luís;



- Apresentação dos resultados da pesquisa de satisfação Cais da Praia Grande;
- Articulação para execução do projeto de Sinalização Turística;
- Estruturação do projeto Rota da ilha;
- Ato de assinatura do termo de cooperação entre o Polo São Luís e o Polo Floresta dos Guarás;
- Participação em eventos e feiras de turismo;
- Realização das edições do Festival Gastronômico em 2023;
- Atualização do Regimento Interno 2023.

Sobre a atualização do Regimento Interno, em 2023, a Instância de Governança do Polo São Luís considerou a necessidade de realizar a atualização do seu regimento interno, elaborado desde a constituição do Fórum de Governança Turística, no ano de 2010. Esta revisão tem como finalidade a melhoria da eficiência nas atividades do turismo da região, permitindo incorporar novas práticas e padrões de gestão que permitam atender às novas dinâmicas do setor. Ressalta-se que esses documentos foram obtidos em contato direto com gestores das instâncias, não estando facilmente acessíveis ao público geral.

O documento é constituído por 06 (seis) capítulos com artigos que tratam sobre a organização, composição e competências do órgão. Apesar da atualização, poucas alterações foram realizadas. Contudo, vale destacar sobre o que é considerada a função central da Instância de Governança do Polo São Luís:



Art. 2º- A Instância de Governança do Polo São Luís é um órgão colegiado, com atribuições deliberativas, consultivas e propositivas, que tem por objetivo integrar e fomentar diretrizes que buscam o fortalecimento, estruturação e posicionamento do turismo do Polo São Luís, promovendo ações conjuntas entre os municípios do polo viabilizando o seu desenvolvimento sustentável e regional e a sua difusão, além de propor, analisar e monitorar políticas públicas, e incentivar a integração dos diversos agentes envolvidos (público, privados e sociedade civil), utilizando-se de estratégias inteligentes e inovadoras (Regimento interno IGR São Luís, 2023, grifos nossos).

Na citação acima, há um destaque de forma grifada para as alterações realizadas. A IGR São Luís é também um órgão deliberativo, com capacidade decisória sobre as suas funções e busca posicionar-se através do fortalecimento da sua imagem com ações benéficas para todos os municípios, demonstrando atuar de forma regionalizada, impactando positivamente a visibilidade dos demais atrativos além da capital São Luís. Outra condição citada é sobre um maior acompanhamento das políticas públicas, que, na prática, traduz-se no planejamento e observância dos investimentos no turismo, na sua aplicação e descentralização, com foco nos agentes promotores.

Por fim, busca-se, a partir da compreensão de suas necessidades, uma instância que atua com estratégias inteligentes, com soluções mais realistas e inovadoras, demonstrando uma tímida concepção inicial sobre destinos turísticos inteligentes. Outras duas alterações constituem-se pelo aumento da quantidade de membros do Fórum (de 30 para 35 membros) e desses mesmos incluiu-se a oportunidade de um representante do Observatório de Turismo do Estado ou Município. Salienta-se nesta pesquisa a



carência de dados dos polos turísticos do Maranhão, para melhor compreensão e análise do gerenciamento turístico a nível regional.

No contexto geral, observa-se que mesmo com o passar dos anos, a gestão da IGR Polo São Luís de alguma maneira fora mantida. Ademais, nota-se a retomada do diálogo pelos atores sociais, mesmo após a interrupção brusca do turismo em decorrência dos impactos causados pela pandemia. Assim, houve o restabelecimento gradual das atividades e a continuidade de sua atuação, ainda que houvesse mudança de representantes a cada gestão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O papel e a importância da governança no turismo ressalta a centralidade da coordenação no contexto das governanças regionais, como o caso da IGR Polo São Luís. A coordenação é crucial porque essas governanças envolvem a colaboração de pessoas e/ou instituições em prol de um esforço ou programa específico; interação essa que ocorre ao longo de um período prolongado.

O Programa de Regionalização do Turismo (PRT), fomentado pelo Ministério do Turismo, introduziu um desafio significativo que consiste em incorporar uma abordagem regional na prática do turismo. Isso implica não apenas em reconhecer as diferenças regionais, mas também criar um espaço de administração dedicado a gerenciar eficazmente as atividades turísticas com as características e necessidades de cada área regional, o que requer uma abordagem mais personalizada e focalizada.



REFERÊNCIAS

ALBINO, V.; BERARDI, U.; DANGELICO, R. M. Smart Cities: definitions, dimensions, performance, and initiatives. **Journal of Urban Technology**, [s. l.], v. 22, n. 1, p. 3-21, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/10630732.2014.942092>. Acesso em: 02 jan. 2024.

BORGES, A. L. M.; SILVA, G. B. Mário Carlos Beni: contribuição para o estudo do turismo. **Revista de Turismo Contemporâneo- RTC**, Natal, v. 4, ed. especial, p. 41-61, abr. 2016.

BRAGA, G. H. São Luís comemora 404 anos. **Ministério do Turismo**, Brasília, DF, 08 set. 2016. Notícias. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/sao-luis-comemora-404-anos>. Acesso em: 10 abr. 2026.

BRASIL. **Programa de Regionalização do Turismo**. Brasília, DF: MTur, 2004. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=26&Itemid=316. Acesso em: 05 dez. 2023.

BRASIL. **Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2007a.

BRASIL. **Institucionalização da Instância de Governança Regional**: programa de Regionalização do Turismo. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2007b.

BRASIL. **Estudo de competitividade dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional**: relatório Brasil. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2008.

BRASIL. **Regionalização**: documento orientador - Instância de Governança Regional. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2019.



CARVALHO, F. C. Políticas públicas e governança do territorial do turismo no estado do Maranhão. **Geotextos**, Salvador, vol. 15, n. 1, p. 157-179, jul. 2019.

COSTA, S.; CARVALHO, C. Instância de Governança Regional: uma perspectiva para o desenvolvimento turístico do Polo São Luís. **Cadernos de Pesquisa**, [s. l.], p. 73-87, jul. 2014. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/2597/0>. Acesso em: 17 abr.2024.

CUTRIM, K.; CARVALHO, C; COSTA, S. Instância de Governança: avaliação do Estágio Evolutivo da IGR do Polo São Luís. In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 10., 2013, Caxias do Sul. **Anais [...]**. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul (RS), 2013. p. 1-13.

FESTEJO de São José Ribamar é Patrimônio Imaterial Cultural do Estado. **Governo do Maranhão**, São Luís, 05 abr. 2024. Disponível em: <https://cultura.ma.gov.br/noticias/festejo-de-sao-jose-de-ribamar-e-patrimonio-cultural-imaterial-do-estado>. Acesso em: 10 abr. 2026.

FÓRUM DE GOVERNANÇA TURÍSTICA DO POLO SÃO LUÍS. **Regimento interno**. São Luís: Governo do Estado, 2013. Disponível em: <https://www.saoluis.ma.gov.br/instancia-governanca-setur/>. Acesso em: 20 de maio de 2026.

FRATUCCI, A. C. **A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo**: as possibilidades das redes regionais de turismo. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.



GONZÁLEZ, M. V. Gestión de destinos turísticos: ¿governabilidad del turismo o gobernanza del destino? *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE TURISME Y LLEURE, 18., 2008, Alicante. **Anales** [...]. Alicante: SITL, 2008. p. 1-13.

GUIMARÃES, T. V. **O papel dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas (CGPP): uma análise sobre conselhos municipais de turismo sob a perspectiva das teorias de governança.** 2013. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa, Rio de Janeiro, 2013.

HISTORIC Centre of São Luís. **UNESCO**, [s. l.], s.d. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/list/821/>. Acesso em: 04 abr. 2026.

NUNES, J. O. R. **Práxis geográfica e suas conjunções.** 2014. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2014.

RODRIGUES, S. L.; SOUZA, M. O papel das Governanças na regionalização do turismo. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 234-250, maio/ago. 2015.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **Espaço e método.** 5. ed. São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS, S. K. **Territórios de governança e suas redes geográficas: estudos sobre o desenvolvimento do turismo rural nos Campos Gerais/PR, Brasil e da Comunidade Autônoma de Aragão, Espanha.** 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2017.



SÃO LUÍS. Instância de governança do polo São Luís. **Secretaria Municipal de Turismo De São Luís**, São Luís, 2023. Disponível em: <https://www.saoluis.ma.gov.br/setur/conteudo/3169>. Acesso em: 14 abr. 2024.

SÃO LUÍS. Secretarias e departamentos. **Prefeitura de São Luís**, São Luís, s.d. Disponível em: <http://saoluis.ma.gov.br/portal/secretarias/38/secretaria-municipal-de-turismo---setur/>. Acesso em: 18 abr. 2026.

SILVA, F. S. **Análise do processo de implantação das Instâncias de Governança no Polo turístico de São Luís, Polo Lençóis Maranhenses e Polo Chapada das Mesas**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo) – Faculdade de Turismo, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2004.

YIN, R. K. **Case study research: desing and methods**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.



Parte 4

**Turismo em tempos de
mudanças climáticas**

13

Ensaio sobre a economia política do turismo frente às mudanças climáticas

Rita de Cássia Ariza da Cruz
Universidade de São Paulo
E-mail: ritacruz@usp.br

1 INTRODUÇÃO

Nos primeiros dias de janeiro de 2025, a Organização Meteorológica Mundial (WMO) tornou público um dado segundo o qual o período compreendido entre 2015 e 2024 teria sido o mais quente da história desde o início das medições no século XIX, sendo 2024 o mais quente entre todos. Por outro lado, o aquecimento global não é o único indicador de mudanças no comportamento do clima. O quadro crítico em que nos encontramos envolve a ocorrência de secas mais longas e mais extremas, tempestades tropicais tornadas mais severas em função do aquecimento das águas da superfície dos oceanos, derretimento mais rápido de gelos glaciais e do *permafrost* (que vem acompanhado da liberação de gases de efeito estufa), bem como a elevação do nível do mar.

Diante de tantos e diversos desdobramentos, o vocabulário sobre mudanças climáticas vem se ampliando. Conceitos como “emergência climática” (Macedo; Lucchese; Godoy, 2024), “crise climática” (Grimm; Sampaio, 2017), “urbanismo climático” (Rahman; Hossain; Rahaman, 2023; Long; Rice, 2018), “justiça climática” (Bruno; Karliner; Brotsky, 1999) e “refugiados climáticos” (Berchin *et al.*, 2017), por exemplo, passaram a compor o vocabulário que busca nomear as distintas dimensões do processo em curso.

No que concerne ao turismo, a relação com as mudanças climáticas tem sido reduzida a uma equação de causa e efeito, restrita à lógica formal e a um modo positivista de ler o mundo e suas contradições. Disso resulta uma amputação epistemológica do problema ao ignorar a complexa trama que envolve natureza, sociedade, economia, política e cultura. A isso se soma, ainda, o descritivismo acrítico (Cruz, 2019) de acontecimentos e impactos conexos, o que deve ser superado por meio do pensamento dialético, capaz de iluminar as contradições do processo histórico de reprodução social e do espaço.



Partindo desses pressupostos iniciais, definimos dois objetivos principais a nortear o conjunto de reflexões que se segue. O primeiro deles é contribuir para o debate que vem sendo feito pelo mundo e no Brasil sobre a relação entre mudanças climáticas e turismo; o segundo, por sua vez, consiste em trazer uma contribuição metodológica capaz de superar as análises de causa e efeito a partir de um pensamento crítico fundamentado no método dialético.

2 IMPACTOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NOS LUGARES EM GERAL E NA AMÉRICA LATINA E CARIBE EM ESPECÍFICO

Para Schmidt (2024), “modelos climáticos não conseguem explicar a grande anomalia de calor experimentada em 2023” e, por isso, segundo esse pesquisador, estaríamos possivelmente entrando em um ‘território inexplorado’, expressão que remete aos mapas dos séculos XV e XVI para referir-se a áreas não mapeadas do mundo. Em que pese, todavia, essa constatação, que não soa exatamente como uma novidade para uma parte da sociedade mundial, a busca insana pelo crescimento econômico tem ignorado, de maneira sistemática, que possivelmente estejamos muito próximos de alguns tipping points, os chamados pontos de não retorno, como afirma o cientista Carlos Nobre (Escobar, 2024).

Em se tratando de América Latina e Caribe, de acordo com a WMO, essas sub-regiões têm enfrentado a ocorrência, cada vez mais importante, de eventos extremos como ondas de calor e frio, chuvas extremas e enchentes, conforme denotado na Figura 1, extraída do mais recente relatório da referida Organização.



Figure 2. Temperature trends for the Caribbean, Mexico, Central America and South America subregions. The coloured bars show the average trend calculated over each period for the six datasets: Berkeley Earth, ERA5, GISTEMP, HadCRUT5, JRA-3Q and NOAA GlobalTemp v6. The black vertical lines indicate the ranges of the six estimates.

Fonte: WMO (2025).

Em se tratando de Brasil, dados da WMO (2024) apontaram o ano de 2023 como o pior da história meteorológica do país, considerando a ocorrência de cinco ondas de calor, três chuvas intensas, uma onda de frio, uma inundação, uma seca e um ciclone extratropical, sendo nove desses eventos considerados incomuns e dois sem precedentes: um deles, a chuva que caiu no litoral norte de São Paulo, atingindo mais duramente o município de São Sebast o, considerada a mais volumosa de toda a história do país com seus 683mm; e o outro, um ciclone extratropical que atingiu o Rio Grande do Sul, em setembro de 2023.

O que não se sabia é que o ano seguinte, 2024, seria ainda pior. Embora o número de eventos extremos tenha sido menor (10), 3 deles foram classificados como sem precedentes: as chuvas que atingiram 90% dos municípios gaúchos em abril daquele ano.



causando enorme destruição, desabrigo e mortes; a seca na Amazônia, considerada uma das piores da história; e o intenso calor na região central do país, que se relaciona diretamente com o início antecipado das queimadas no Pantanal Mato-grossense, com recordes de calor e estiagem, que provocaram a morte de milhares de animais, assim como a perda de vegetação (WMO, 2025).

Os custos sociais e econômicos desse conjunto de eventos climáticos severos são, em verdade, difíceis de serem calculados, assim como tem sido difícil para as populações diretamente atingidas lidar com a inoperância e a ineficiência do Estado. No que concerne ao turismo, são inegáveis os efeitos deletérios sobre o desenvolvimento da atividade e, conseqüentemente, sobre as sociedades envolvidas, no Brasil, na América Latina e em diferentes lugares do mundo, para as quais, em muitos casos, o turismo é a principal fonte de renda.

3 CRÍTICA À ECONOMIA POLÍTICA DO TURISMO

Para Wanner, Mostegl e Pröbstl-Haider (2024), as mudanças climáticas já estão influenciando a escolha de destinações turísticas pelos viajantes, o que decorre, entre outras causas, de uma maior acessibilidade a informações sobre questões relativas ao comportamento do clima nos lugares. Isso significa, na prática, que localidades com grande dependência econômica do turismo e, ao mesmo tempo, suscetíveis a eventos climáticos adversos ou extremos, podem vir a enfrentar perdas importantes de receitas hoje advindas da atividade turística, para além de todas as outras adversidades decorrentes desses eventos.

De acordo com relatório produzido pelo governo do estado



do Rio Grande do Sul, em 2025 (Pessoa, 2025), o evento hidrológico extremo ocorrido em abril do ano anterior provocou enormes prejuízos a diferentes setores da economia, incluindo o turismo. De acordo com esse relatório, no mês seguinte à tragédia de abril de 2024, as receitas do setor de turismo caíram 34,3% e 24,2% em junho daquele ano na comparação com o mesmo período de 2023. O fechamento do principal aeroporto do estado por 170 dias (quase 5 meses), somado à perda de parte das infraestruturas de circulação e à insegurança dos viajantes, levou a cancelamentos em massa de viagens para o estado, estendendo, por meses, os tempos de prejuízos no setor.

Cenário semelhante tem afetado as cidades turísticas da região serrana do Rio de Janeiro, onde municípios como Petrópolis, Nova Friburgo e Teresópolis, entre outros, têm o turismo como um dos pilares da economia regional. O evento climático extremo ocorrido em janeiro de 2011 nessa região, considerado “a maior catástrofe climática e geotécnica do país”, resultou em milhares de desabrigados e mais de 900 mortos (Busch; Amorim, 2011). Em 2022, a tragédia se repetiu, atingindo principalmente Petrópolis e resultando na morte de mais de 242 pessoas (Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2022). Com a economia regional dependente da atividade turística, toda a região foi afetada direta ou indiretamente também pela diminuição dos fluxos de turistas e de receitas.

Como amplamente sabido, um ‘sem número’ de tragédias tem afetado diferentes regiões do planeta, seja por meio de eventos hidrológicos extremos, ou por secas acompanhadas de extensos e duradouros incêndios florestais, ou, ainda, pelo degelo rápido e possivelmente irreversível de lugares antes cobertos, de forma permanente, por gelo e neve, como denotado em diferentes relatórios do IPCC, desde 1990.

Todavia, nada do que foi exposto acima é problema para o capitalismo em sua fase neoliberal e financeirizada. Pelo contrário, à lógica

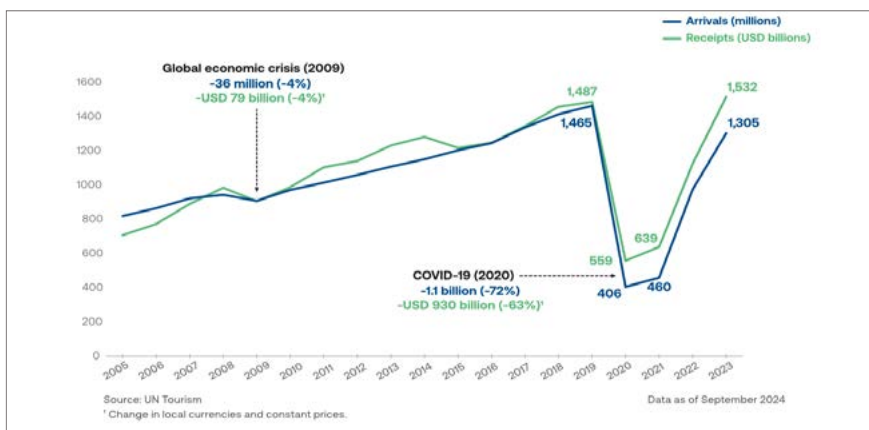


capitalista importa extrair o máximo lucro no presente. E, em se tratando de turismo, isso tem se evidenciado por meio, por exemplo, do que se pode chamar de um novo segmento inventado em tempos de crise climática, que se apresenta sob diferentes nomenclaturas, como: “the last chance tourism” (turismo de última chance); “doomsday tourism” (turismo do juízo final); “disaster tourism” (turismo de desastre), voltado a mobilizar visitantes para locais/regiões afetadas por desastres naturais ou outros, como guerras, por exemplo.

3.1 As mudanças climáticas como negócio

O crescimento do setor de turismo nos últimos anos (Figura 2) ilustra a afirmação segundo a qual as mudanças climáticas não são vistas como um problema para o setor de turismo e sim como uma nova oportunidade de negócios.

Figura 2 – Chegada de turistas internacionais e receita do turismo, 2000-2023



Fonte: UNTWO (2024).



É nesse contexto que tem se dado também o crescimento do chamado Last Chance Tourism (LCT), cuja origem, segundo Barton e Goh (2025), relaciona-se à possível influência de uma série de documentários feita pela rádio BBC, em 2009, baseada no livro *Last Chance to See*, de autoria do novelista Douglas Adam e do zoologista Mark Carwardine, que viajaram pelo globo em busca de espécies em extinção (Adam; Carwardine, 1990).

Além disso, de acordo com Barton e Goh (2025), a ênfase da mídia, a partir dos anos 1990, nas consequências produzidas pelas mudanças climáticas, incluindo o derretimento de camadas polares, a retração dos glaciares nos Alpes e alterações nos padrões migratórios da vida selvagem, acabaram por contribuir para popularizar o LCT, por chamar a atenção de agências de viagens, blogs e outras plataformas de comunicação para este tema.

Como ilustra a Figura 3, a mercantilização das mudanças climáticas pelo setor de turismo já é um negócio consolidado.

Entre as destinações turísticas que têm visto crescer exponencialmente o número de turistas em seu território, destaca-se a Islândia, um país insular nórdico europeu, caracterizado por uma natureza considerada exuberante, onde se destacam imensas geleiras. Mas as geleiras da Islândia vêm derretendo de forma constante, processo este transformado em um potente negócio nos últimos anos, como denotam os dados da Figura 4.



Figura 3 – *Last Chance Tourism*: a invenção de um novo segmento de viagens



COMPASS ▾

TRAVEL BY DESIGN ▾

CULTURAL HERITAGE ▾

Iconic Last Chance Destinations

Some destinations epitomize the tensions inherent in Last Chance Tourism. These places, though breathtaking, face dire futures without urgent action.

1. The Great Barrier Reef, Australia

The reef, damaged by widespread coral bleaching caused by rising sea temperatures, has lost over 50% of its corals in recent decades. Yet, nearly 2 million visitors annually are drawn by its unparalleled marine biodiversity. For many, the experience is bittersweet: one traveler described it as "awe-inspiring but heartbreaking," a sentiment echoed by countless others.

2. Antarctica's Melting Ice

Antarctica's majestic ice sheets are melting at record rates, contributing significantly to rising sea levels. Cruises to this remote continent are increasingly popular, offering travelers the chance to witness pristine landscapes and unique wildlife. However, the irony is inescapable: the carbon emissions from these expeditions contribute to the very climate changes endangering the region.

3. Venice, Italy

Venice, with its historic canals and iconic architecture, is sinking. Rising sea levels and frequent flooding have turned "acqua alta" into a symbol of its precarious future. Millions of tourists visit annually, further straining the city's infrastructure. Without substantial interventions, this cultural gem risks becoming uninhabitable.

4. The Maldives

A tropical paradise of over 1,000 islands, the Maldives faces existential threats from rising sea levels. With much of the nation sitting less than three feet above sea level, even modest ocean rise could render it uninhabitable. Visitors are drawn to its pristine beaches and vibrant reefs, often unaware of the fragility of this ecosystem.

5. Arctic Wildlife

The Arctic is not just a starkly beautiful landscape but also home to iconic species like polar bears, whose survival depends on rapidly disappearing sea ice. LCT in this region offers rare opportunities to observe animals in their natural habitat. However, warming temperatures threaten the very ecosystems travelers come to admire.



Photo by Danting Zhu





 My Wishlist

Call us +1 949 682 7745
  Start Planning

Destinations
 Vacation Experiences
 Blog & Inspiration
 News
 About Us

Popular Last-Chance Destinations

As various locations face growing threats, several have become top choices for last-chance tourism. These include:

1. Great Barrier Reef, Australia

Struggling with coral bleaching caused by rising ocean temperatures, this marine ecosystem attracts adventurous visitors.

2. Glacier National Park, USA

Rapid glacial melting draws tourists eager to witness the park's iconic glaciers before they disappear.

3. Venice, Italy

With rising sea levels, travelers flock to see the famous canals before Venice succumbs to flooding.

4. Maldives

Low-lying islands threatened by rising waters lure visitors looking to enjoy the pristine beaches before they are submerged.

5. Amazon Rainforest

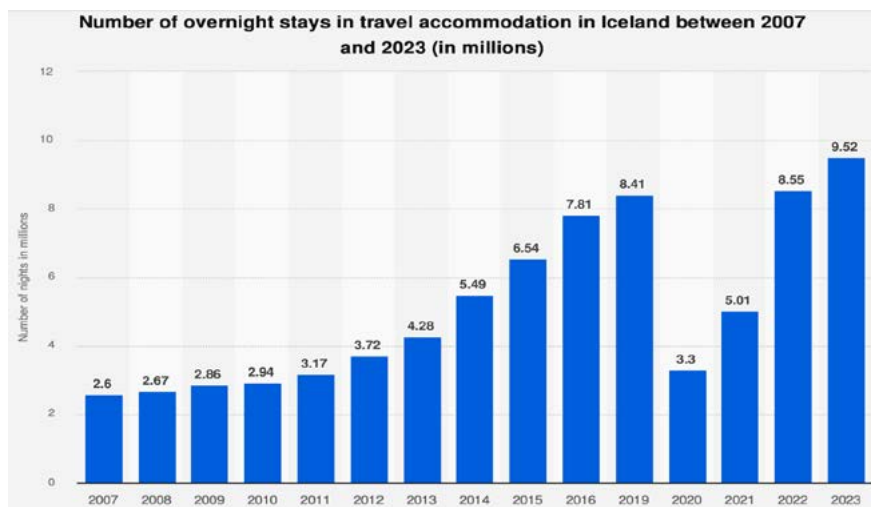


Photo: SL_Photography

Fontes: Last-chance [...] (2025) e Fitzpatrick (2026)



Figura 4 – Islândia: número de pernoites em acomodações para viajantes entre 2007 e 2023



Fonte: Statista (2024).

O período abarcado pelo gráfico da Figura 4 compreende o momento a partir do qual o “the last chance tourism” foi inventado como novo segmento de viagens, por volta de 2008. De lá para cá, em um lapso de cerca de 18 anos, o número de pernoites na Islândia teve um crescimento de 266%, pulando de 2,6 milhões para 9,52 milhões. Esse extraordinário crescimento do turismo para a ilha é diretamente atribuído à invenção desse novo segmento de viagens pautado nas mudanças climáticas (Lemelin *et al.*, 2010; Muller, 2022).

Ressalte-se que o chamado “the last chance tourism” está mobilizando fluxos intensos de visitantes para lugares já fragilizados por efeitos das mudanças climáticas. Na prática e em síntese, isto significa que o turismo de massa está se tornando um outro problema para essas localidades.



3.2 “Climate change politics” e turismo

Como ocorrido a partir dos anos 1980 com o debate em torno do tema do desenvolvimento sustentável, que se tornou plataforma política e eleitoral sob os mais diversos espectros ideológicos, vimos assistindo, nos últimos anos, ao uso político, não raras vezes interesseiro, do debate acerca das questões ambientais, de modo geral, e das mudanças climáticas, especificamente. Por um lado, esse debate envolve a formulação de políticas públicas de mitigação dos efeitos da crise atual e, por outro, a emergência de forças não estatais, como a opinião pública e o trabalho de organizações da sociedade civil, as quais, de algum modo interferem nas decisões tomadas (Bernauer, 2013).

Segundo Ryan (2017), partidos políticos também se vêem na necessidade de adotar alguma postura diante dessas problemáticas, seja para rejeitá-las, seja para ignorá-las ou, ao contrário, para incorporá-las aos seus discursos.

Mas a politização das questões climáticas vai muito além da questão partidária. A incorporação ou não de temas relacionados às mudanças climáticas em planos de governo, a adoção ou não de medidas efetivas de mitigação de efeitos das mudanças climáticas em diferentes instâncias e a definição de estratégias públicas diante da crise climática em curso, compõem o conjunto de aspectos de natureza política imiscuídos às questões climáticas na contemporaneidade.

Sem a pretensão de avançar na discussão desse tema, mas, por outro lado, com o objetivo de trazer elementos para reflexões futuras, expomos a seguir dois exemplos concretos e distintos envolvendo o uso político de eventos climáticos extremos, um deles no Brasil e outro na região do Caribe, Ilha de



Barbuda. Ambos os casos apontam para a importância de se superar análises restritas a relações de causa e efeito, pois o uso político das mudanças climáticas vai além dessas relações e impõe caminhos metodológicos que as superem.

a) O caso da Vila Sahy, São Sebastião

A Vila Sahy foi atingida por um evento climático extremo em fevereiro de 2023, sendo uma chuva excepcional, cujo volume - 683mm - foi considerado o maior da história das medições no Brasil a cair sobre uma localidade em poucas horas (Marengo *et al.*, 2024).

Entre as consequências dessa chuva intensa, trechos das encostas da Serra do Mar, que margeia todo esse trecho do litoral paulista e onde vivem centenas de famílias, colapsaram, levando a um movimento de massa que terminou por vitimar, de forma fatal, 64 pessoas, além de desabrigar dezenas de outros moradores (Cruz *et al.*, 2025).

Apenas 5 dias após a tragédia, o governador do estado de São Paulo anunciou um projeto habitacional para vítimas da chuva e, um ano depois, em fevereiro de 2024, entregou um conjunto habitacional com 518 unidades de aproximadamente 40m² e dois dormitórios, voltado a atender as demandas por moradia da população desabrigada pelas chuvas em São Sebastião, ação que rendeu bons frutos a sua imagem.

Entretanto, há que se lembrar que esta, tal como muitas outras tragédias, poderia ter sido evitada não fosse a inércia de governos, em diferentes instâncias, em relação ao déficit habitacional, mesmo no estado mais rico da nação. Manifestações populares ocorridas na Vila Sahy, logo após a tragédia de 2023,

escancaram essas contradições, como se pode ver na Figura 5, com imagens do fotógrafo Lucas Ruiz (sem data).

Figura 5 – Manifestação de populares na Vila Sahy após a tragédia de 19/02/2023

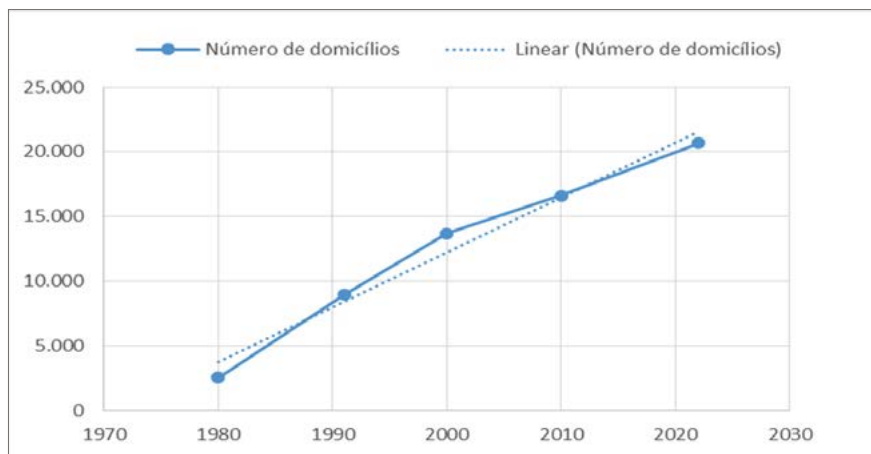


Fonte: Lucas Lacaz Ruiz (Vieira, 2025).

Enquanto isso, São Sebastião, município turístico do litoral norte do estado de São Paulo, onde se localiza a Vila Sahy, viu aumentar exponencialmente o número de residências de uso ocasional ou segundas residências, como demonstrado na Figura 6, sem que a privatização da planície litorânea pelo turismo de massa, tenha sido considerada, até o momento, por qualquer instância política.



Figura 6 – Aumento do número de domicílios de uso ocasional em São Sebastião



Fonte: IBGE (1980, 1991, 2000, 2010, 2022).

Ressalte-se, ainda, que dados do MapBiomias (2023) dão conta de que entre 1985 e 2021, mesmo período em que o número de segundas residências cresceu cerca de 300%, as favelas no município de São Sebastião se expandiram territorialmente de forma expressiva, de 8,1 hectares para 125,7 hectares, ou seja, mais de 1500% em um lapso de pouco mais de três décadas. O município, cuja faixa litorânea é uma das mais disputadas e elitizadas do litoral paulista, tem $\frac{1}{4}$ de sua população permanente vivendo nas 23 favelas distribuídas pelo território municipal e isso não é uma coincidência.

O que o caso de São Sebastião escancara é que o crescimento do turismo de massa baseado em uma urbanização elitizada e excludente dialoga, de forma direta, com os processos de segregação socioespacial e com a produção social



de riscos, seja em localidades litorâneas, seja em municípios serranos onde o turismo é um vetor importante da produção do espaço. E isso tudo tem se dado historicamente e sob diferentes espectros políticos, assim como envolvendo todas as instâncias de governança.

b) O caso da Ilha de Barbuda, Caribe

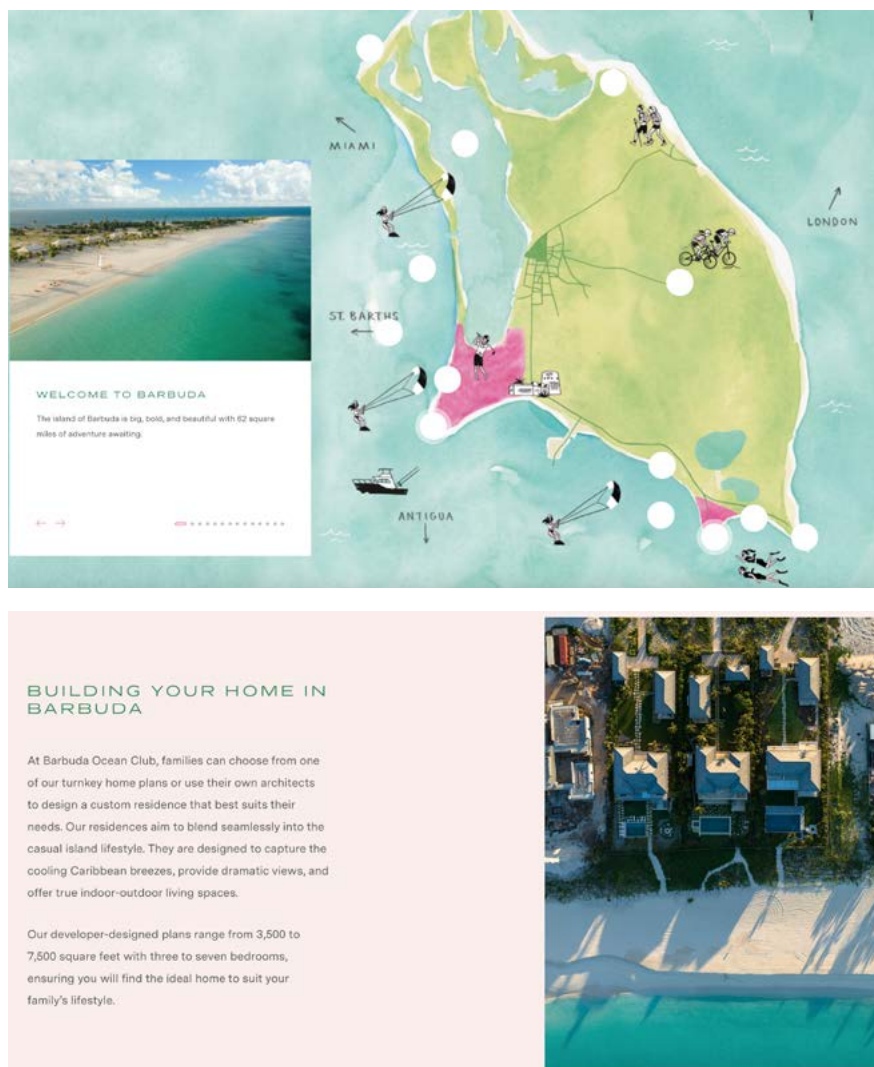
Antigua e Barbuda são ilhas distintas, que compõem um mesmo país, na região do Caribe, uma das regiões que mais recebe fluxos internacionais de turistas no mundo.

Em 2017, a pequena Ilha de Barbuda, com uma população de cerca de 2.000 habitantes, foi atingida por um furacão considerado o maior até então registrado no Oceano Atlântico, o Furacão Irma. Ocorre que, como discutido por Colla (2025), logo após a tragédia, o governo do país decidiu, de forma arbitrária, evacuar toda a ilha, obrigando sua população a migrar temporariamente para a Ilha de Antigua. Enquanto a população local permanecia fora de seu lugar de moradia, o governo do país dava andamento a um projeto mirabolante de construção de um aeroporto e de atração de investimentos internacionais para a construção de resorts turísticos, como denotam as imagens a seguir.

Os estudos doutorais de Francesca Colla, fundamentados na Sociologia Política, têm demonstrado que o caso de Barbuda escancara a manipulação política de um evento climático extremo, especialmente pela produção de imaginários apocalípticos que sustentam a expulsão de populações de seus lugares, facilitando, em um momento seguinte, a ação de especuladores imobiliários (Colla, 2025).



Figura 7 – Propagandas de empreendimento imobiliário na Ilha de Barbuda



Fonte: Barbuda Ocean Club (s.d.).



Ressalte-se, ainda, o fato de que o conceito de “desastre natural”, recorrentemente utilizado por governantes e políticos em geral, compõe a estratégia de manipulação política dos efeitos das mudanças climáticas por meio de discursos políticos “tecnocráticos” (Kothari, 2013), que emergem antes, durante ou após graves crises relacionadas às mudanças climáticas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A afirmação segundo a qual as mudanças climáticas afetam a todos nós é uma “meia-verdade”, posto que a questão que se coloca não é simplesmente a quem afeta, mas a como afeta.

O crescimento exponencial das viagens internacionais nas últimas décadas, o aumento da procura pelo chamado “turismo do fim do mundo”, o incremento no número de quartos de hotéis de luxo, os crescimentos dos alugueis por temporada em uma escala planetária, entre outros indicadores, mostram o óbvio, ou seja, que as mudanças climáticas não atingem a todos da mesma forma.

Enquanto operadoras de viagem, redes internacionais de hotel e empresas de cruzeiros marítimos transformam catástrofes climáticas em um negócio, populações pobres no mundo todo se equilibram na corda bamba da incerteza: onde e quando ocorrerá o próximo evento climático extremo e o que será feito com essa população vulnerabilizada pelas escolhas políticas de seus governantes?

As mudanças climáticas estão produzindo sua própria geografia enquanto a geografia das vulnerabilidades às mu-



danças climáticas aponta para milhares de mortes e milhões de refugiados climáticos nas próximas décadas.

Enquanto isso, o turismo como negócio, encerrado em suas idiossincrasias, promove um “mundo paralelo”, asséptico ao sofrimento alheio e descomprometido com pessoas e com seus lugares.



REFERÊNCIAS

ADAM, D.; CAWARDINE, M. **Last chance to see**. London: Penguin Books, 1990.

BARBUDA OCEAN CLUB. About Barbuda Ocean Club. **Barbuda Ocean Club**, Barbuda, s.d. Disponível em: <https://barbudaocean-club.com/about..> Acesso em: 12 abr. 2026.

BARTON, B.; GOH, E. A systematic literature review and future research directions. **Tourism Management Perspectives**, [s. l.], vol. 57, e 101361, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.tmp.2025.101361>. Acesso em: 10 mar. 2026.

BERCHIN, I. B.; VALDUGA, I. B.; GARCIA, J.; GUERRA, J. B.S. O. A. Climate change and forced migrations: na effort towards recognizing climate refugees. **Geoforum**, [s. l.], v. 84, p. 147-150, 2017.

BERNAUER, T. Climate change politics. **Annual Review of Political Science**, [s. /], vol. 16, p. 421-448, 2013.

BRUNO, K.; KARLINER, J.; BROTSKY, C. **Greenhouse Gansters vs. Climate Justice**. San Francisco: TRAC, 1999. Disponível em: <https://www.corpwatch.org/sites/default/files/Greenhouse%20Gangsters.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2026.

BUSCH, A.; AMORIM, S. **A tragédia da região serra do Rio de Janeiro em 2011**: procurando respostas. Brasília, DF: ENAP: Casote-ca de Gestão Pública, 2011. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/328>. Acesso em: 10 abr. 2026.



COLLA, F. Tourism development and disaster capitalismo: injustice in the contexto of climate change. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL A ECONOMIA POLÍTICA O TURISMO, 2., 2025, Belém. **Caderno de Resumos** [...]. Belém: SIAPT, 2025. p. 196-199.

CRUZ, R. C. A. For a scientific and critical approach to tourism in Geography. *In*: MÜLLER, D. (org.). **A research agenda for tourism geographies**. Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing, 2019. p. 42-49.

CRUZ, R. C. A.; BEIL, I.; RODRIGUES, L. P.; BAUMGAERTNER, J. Turismo, produção do espaço e mudanças climáticas: uma análise a partir do caso de São Sebastião (SP). *In*: CRUZ, R. C. A.; TODESCO, C.; GRIMM, I.; FOGAÇA, I. F. (org.). **Mudanças climáticas e turismo**. São Paulo: Ed. da FFLCH/USP, 2025. p. 199-211.

ESCOBAR, H. Ações humanas estão induzindo um ecocídio planetário, diz Carlos Nobre. **Jornal da USP**, São Paulo, 04 dez. 2024. Disponível em: <https://jornal.usp.br/universidade/acoes-humanas-estao-induzindo-um-ecocidio-planetario-diz-carlos-nobre/>. Acesso em: 04 jan. 2025.

FITZPATRICK, T. Last Chance Tourism: exploring our Planet's Fragile Wonders. **World Footprints**, [s. l.], 4 abr. 2026. Disponível em: <https://worldfootprints.com/global-citizenship/sustainable-travel/last-chance-tourism-exploring-our-planets-fragile-wonders/>. Acesso em: 09 abr. 2026.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Relatório Técnico emergencial** Petrópolis: DRM, 2022. Disponível em: https://www.rj.gov.br/drm/sites/default/files/arquivos_paginas/RL_09.2022.01-MTDLG-PETROPOLIS.pdf. Acesso em: 20 abr. 2026.



IBGE. Censo demográfico: 1980: dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Rio de Janeiro, 1980. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=772>. Acesso em: 19 mar. 2026.

IBGE. Censo 2000. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9663-censo-demografico-2000.html>. Acesso em: 19 mar. 2026.

IBGE. Censo 2010. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9662-censo-demografico-2010.html>. Acesso em: 19 mar. 2026.

IBGE. Censo demográfico 2022. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/>. Acesso em: 19 mar. 2026.

KOTHARI, U. Políticas discourses of climate change and migration: resettlement policies in the Maldives. **The Geographical Journal**, [s. l.], vol. 180, n. 2, 2013. Disponível em <https://rgs-ibg.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/geoj.12032>. Acesso em: 21 abr. 2026.



LAST-CHANCE TOURISM: the urgent trend driving travelers to vanishing destinations. **Voyagers**: travel specialists, [s. l.] 2025. Disponível em: <https://www.voyagers.travel/news/last-chance-tourism-the-urgent-trend-driving-travelers-to-vanishing-destinations>. Acesso em: 09 abr. 2026.

LEMELIN, H.; DAWSON, J.; STEWART, E.; MAHER, P.; LUECK, M. Last chance tourism: the boom, doom, and glom of visiting vanishing destinations'. **Current Issues in Tourism**, [s. l.], vol. 13, n. 5, p. 477-493, 2010.

LONG, J.; RICE, J. L. From sustainable urbanism to climate urbanism. **Urban Studies**, [s. l.], vol. 56, n. 5, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0042098018770846>. Acesso em: 15 mar. 2026.

MACEDO, L. S. V.; LUCCHESI, M. C.; GODOY, M. A. (org.). **Cidades e a emergência climática**: pesquisas e respostas. São Paulo: Anna-blume, 2024.

MAPBIOMAS. Análise da expansão das áreas urbanizadas no Litoral Norte de São Paulo: nota técnica. **MapBiomias**, [s. l.], 2023. Disponível em: https://brasil.mapbiomas.org/wp-content/uploads/sites/4/2023/08/Nota_Tecnica_Urbanizacao_Litoral_Norte_SP_27.02.2023.pdf. Acesso em: 14 abr. 2026.

MARENGO, J. A.; CUNHA, A. P.; SELUCHI, M. E.; CAMARINHA, P. I.; DOLIF, G.; SPERLING, V. B.; GONÇALVES, D. Heavy rains and hydrogeological disasters on February 18th–19th, 2023, in the city of São Sebastião, São Paulo, Brazil: from meteorological causes to early warnings. **Natural Hazards**, [s. l.], v. 120, n. 8, p. 7997-8024, 2024.

MÜLLER, S. **From last chance tourism to gone destinations? Future narratives of Svalbard as a posto-Artic tourism destination**. 2022. Master's (Thesis) – University of Lapland, Lapland, 2022.



PESSOA, M. *et al.* (coord.). **Impactos socioeconômicos dos eventos climáticos extremos de 2024 no Rio Grande do Sul: uma análise após um ano do desastre.** Porto Alegre: Governo do Rio Grande do Sul, 2025. (Relatório técnico).

RAHMAN, A.; HOSSAIN, Z.; RAHAMAN, K. R. Climate Urbanism as a New Urban Development Paradigm: evaluating a city's progression towards Climate Urbanism in the Global South. **Climate**, [s. l.], vol. 11, n. 159, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/cli11080159>. Acesso em: 10 abr. 2026.

RYAN, D. Politics and climate change: exploring the relationship between political parties and climate issues in Latin America. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, V. XX, n. 2, p. 271-286, 2017.

SCHMIDT, G. Climate change models can't explain 2023's huge heat anomaly – we could be in uncharted territory. **Nature**, [s. l.], vol. 627, p. 467, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/d41586-024-00816-z>. Acesso em: 19 abr. 2026.

STATISTA. Number of overnight stays in travel accommodation in Iceland between 2007 and 2023. **Statista**, [s. l.], 2024. Disponível em: https://www.statista.com/statistics/413189/number-of-nights-spent-in-short-stay-accommodation-in-iceland/?srsltid=AfmBOoq3a_EX-ZN783jojLbwrzksIbUGQVUI3oZ3RI_Uy7VFjzR7SQ66#google_vignette. Acesso em: 18 abr. 2026.

UNTWO. **International Tourism Highlights**: 2024 edition. Paris: UN Tourism, 2024. Disponível em: <https://www.e-unwto.org/doi/epdf/10.18111/9789284425808>. Acesso em: 10 maio 2026.

VIEIRA, J. M. S. Tragédia da Vila Sahy em São Sebastião/SP: eles sabiam nada fizeram e muitas vidas foram soterradas. **22º Congresso Brasileiro de Sociologia**, São Paulo, 18 jul. 2025. Disponível em: https://www.sbs2025.sbsociologia.com.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=1072. Acesso em: 12 abr. 2026.



WANNER, A.; MOSTEGL, N.; PRÖBSTL-HAIDER, U. Walking on sunshine: application of a choice experiment to understand impacts of climate change on tourism attractions. **Journal of Outdoor Recreation and Tourism**, [s. l.], vol. 48, e100837, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jort.2024.100837>. Acesso em: 10 abr. 2026.

WMO. State of the climate in Latin America and the Caribbean 2023. **WMO**, [s. l.], 2024. Disponível em https://library.wmo.int/viewer/68891/download?file=1351_State_of_the_Climate_in_LAC_2023_en.pdf&type=pdf&navigator=1. Acesso em: 17 abr. 2026.

WMO. State of the climate in Latin America and the Caribbean 2024. **WMO**, [s. l.], 2025. Disponível em: <https://library.wmo.int/records/item/69456-state-of-the-climate-in-latin-america-and-the-caribbean-2024>. Acesso em: 17 abr. 2026.



14

Turismos, Sustentabilidades e Clima: tendências de políticas públicas em tempos de incertezas geopolíticas

Marta de Azevedo Irving

Universidade Federal do Rio de Janeiro

E-mail: marta.irving@mls.com.br

Marcelo Augusto Gurgel de Lima

Universidade Federal do Rio de Janeiro

E-mail: marceloaglima@ufrj.br

1 INTRODUZINDO O TEMA: SUSTENTABILIDADES E TURISMOS NA CONTEMPORANEIDADE

O turismo representa um fenômeno contemporâneo complexo e essa afirmativa adquire novos contornos, na atualidade, diante dos inúmeros riscos socioambientais e incertezas geopolíticas. Nesse contexto, a emergência climática, a erosão da biodiversidade, as crises sanitárias sucessivas, os deslocamentos involuntários de grandes contingentes humanos, os fluxos migratórios, a tendência global de agravamento dos processos de exclusão social e as guerras, que estão se expandindo em todos os continentes, vêm se tornando questões estratégicas em planejamento turístico. E, se anteriormente à Pandemia da Covid-19, acreditava-se na expansão ilimitada do setor, em sintonia com os interesses do mercado, essa certeza parece não se sustentar, apesar das projeções otimistas das estatísticas turísticas, nos últimos anos.

Ironicamente e, contraditoriamente, na mesma esteira de debates se reafirma o compromisso ético com a questão da sustentabilidade turística e o combate à emergência climática, em um cenário de guerras justificadas pela expansão do mercado de combustíveis fósseis, entre outros recursos. Essa ideologia revela-se conflitante com todos os compromissos globalmente assumidos no plano da “Agenda do Clima” e diante dos pactos expressos pelo “Acordo de Paris” e pelos “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030”. Além disso, no próprio sistema das Nações Unidas, as agendas climática e turística vinham sendo tratadas de maneira fragmentada desde a origem desse debate, o que vem contribuindo para dificultar a conexão de políticas públicas setoriais, também nos planos nacionais.



E embora se discuta frequentemente, na literatura especializada, as relações causais entre turismo e clima, ora enfatizando os riscos do aquecimento global para o próprio desenvolvimento turístico, ora abordando os impactos do setor sobre o aquecimento global, poucos têm sido os esforços dirigidos a uma análise integrada de políticas públicas, capazes de identificar tendências globais e obstáculos a serem equacionados para a integração dessas agendas.

Importante mencionar, também, que o planejamento turístico ainda é orientado pela projeção de expansão ilimitada do setor nos próximos anos, argumento reafirmado pelos dados recentes da Organização Mundial de Turismo de 2026, publicados no *World Tourism Barometer and Statistical Annex*, 2025 (Un Tourism, 2026). Segundo essa fonte, a chegada de turistas internacionais cresceu 5% no primeiro trimestre de 2025, em comparação com o mesmo período de 2024, ou ainda 3% acima do ano pré-pandêmico de 2019, o que parece traduzir o crescimento da demanda por viagens em todo o mundo. Essa tendência parece ilustrada por meio dos mais de 300 milhões de turistas que viajaram, internacionalmente, no primeiro trimestre de 2025, cerca de 14 milhões a mais do que no mesmo período de 2024.

Ainda segundo o mesmo documento, mesmo diante das crescentes tensões geopolíticas e comerciais, o início de 2025 registrou uma demanda considerável, embora alterações tenham sido observadas nos fluxos entre as regiões e sub-regiões globais (Un Tourism, 2025). Segundo essa mesma tendência, espera-se, em tese, que, em 2025, o número de chegadas internacionais de turistas ultrapasse 1,5 bilhão, com previsão de 2 bilhões até 2030, desde que sejam evitadas crises globais relacionadas à geopolítica, à economia, à saúde e ao clima. Mas seria realista imaginar essa tendência de crescimento ilimitado do turismo no contexto atual?



Além disso, como assegurar a sustentabilidade no turismo e o enfrentamento à emergência climática diante desse tipo de projeção?

Com base nesses antecedentes, a proposta desse ensaio se ancora na discussão sobre o compromisso de sustentabilidade em políticas públicas de turismo, com foco na Agenda Climática, buscando identificar tendências e contradições, considerando o panorama atual de incertezas políticas e geopolíticas.

Metodologicamente, optou-se pela pesquisa qualitativa, envolvendo levantamento bibliográfico e, principalmente, análise documental, com base em consulta aos sites oficiais das agências das Nações Unidas, no recorte temporal de 1992, quando foi pactuada a Convenção sobre Mudanças Climáticas (UN, 1992a) no contexto da Rio 92 e 2025, último ano abordado. Para o balizamento teórico, foram mapeados artigos científicos publicados em inglês e espanhol, nas bases *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e no *Google Scholar*, no período mencionado. A pesquisa documental partiu da atualização e complementação de publicações anteriores, a partir de uma imersão nos sites oficiais do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) (IPCC, 2026) e da Secretaria da Convenção das Mudanças Climáticas (UNFCCC, s.d.), considerando os resultados das Conferências das Partes e da ONU Turismo/UNWTO.

Com esse enquadramento metodológico, pretendeu-se situar, inicialmente, a base conceitual adotada sobre sustentabilidade (Irving, 2014; Irving; Oliveira, 2012), em sua tradução para políticas públicas de turismo (Irving; Azevedo, 2002; Irving *et al.*, 2005; Irving, 2018; Irving *et al.*, 2020; Lima *et al.*, 2025) para, na sequência, mapear tendências das narrativas de políticas públicas, na articulação entre clima e turismo. Mediante esse eixo lógico orientador, o ensaio pretendeu, também, problematizar



algumas das contradições envolvidas e desafios a serem transpostos para a integração das agendas em foco, em um contexto de incertezas políticas e geopolíticas.

2 SUSTENTABILIDADES, TURISMOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

A reflexão sobre sustentabilidade está impressa, irreversivelmente, na dinâmica contemporânea, como discutido por Pierron (2009) e inúmeros outros autores pesquisadores de diversas áreas de conhecimento. Não caberia aqui uma imersão teórica aprofundada sobre o significado de sustentabilidade, mas apenas um balizamento conceitual capaz de orientar a análise proposta, com base em publicações anteriores (Irving, 2014; Irving; Oliveira, 2012).

Como previamente discutido, a terminologia *sustentabilidade* traduz um sentido polissêmico, o qual transcende o debate ambiental ou a mera intenção de resposta funcional aos riscos evidentes de uma sociedade em crise. Implica, ainda, em uma crítica direta aos modos de existência da sociedade contemporânea. Por esta razão, sustentabilidade representa uma *ideia força*, o que pressupõe um posicionamento político e ideológico e o compromisso em direção a um horizonte desejável para uma civilização em crise, como discutido por Gadotti (2008) e Loureiro (2014), entre outros pesquisadores de diversas áreas de conhecimento. Essa afirmação se ancora no argumento do próprio termo *sustentabilidade* emergir, etimologicamente, do latim *sustentare*, que significa



suportar, conservar em bom estado, manter, resistir, continuar¹, tendo sua origem, direta e/ou indiretamente, na constatação da insustentabilidade e dos riscos decorrentes dos modos de produção e consumo das sociedades industriais e pós-industriais.

Para Gadotti (2008), a noção de sustentabilidade transcende o compromisso de preservação de recursos naturais e de um padrão de desenvolvimento em harmonia com a natureza, presupondo, assim, um compromisso de equilíbrio do ser humano consigo mesmo e com o planeta.

Desse modo, ela só teria sentido se fosse capaz de traduzir a resultante de um processo contínuo de metamorfose social, orientado pelo compromisso ético e intergeracional de justiça social. Nesse caso, mais do que um substantivo, o termo se traduz em verbo no gerúndio, em movimento. Sociedades sustentáveis seriam, portanto, sociedades fluídas, capazes de adaptação, orientadas por suas especificidades culturais e por sua maneira de interpretar o mundo e a natureza (Irving, 2014). Por essa razão, Loureiro (2014) defende a noção de *sociedades sustentáveis*, terminologia menos permeável às contradições mencionadas, uma vez que parte da negação de um único modelo idealizado de felicidade e bem-estar a ser alcançado por meio do desenvolvimento, por alguns como entendido como linear e universal. Mas como assegurar caminhos sustentáveis na contemporaneidade, diante de tantas incertezas?

Nos últimos anos, e considerando o agravamento da crise global, essa discussão vem adquirindo cada vez mais visibilidade e novas nuances, passando o compromisso dirigido à sustentabilidade a ser decodificado segundo uma reflexão ética e política. Esta

¹ No plano de políticas públicas, o termo sustentabilidade deriva da discussão sobre desenvolvimento sustentável, com base no documento da ONU intitulado, em português, O Nosso Futuro Comum (CMMAD, 1988).



Butler (1999), um dos pioneiros nesse debate, já alertava, à época, sobre a dificuldade de tradução dessa noção polissêmica para o campo do turismo, em razão das inúmeras contradições conceituais envolvidas. Para ele, essa dificuldade se traduziu, pedagogicamente, na proposta original da Organização Mundial do Trabalho (OMT) logo após a Rio 92 (WTO, 1993), que definiu turismo sustentável como aquele capaz de atender às necessidades dos turistas e das regiões anfitriãs, ao mesmo tempo em que buscava fortalecer a oportunidade para o futuro. Evidentemente que essa definição vaga e abstrata não seria de fácil tradução para a *práxis* turística.

Ademais, por essa razão, o turismo qualificado como sustentável muitas vezes é confundido com o que poderia ser entendido como uma forma específica de se fazer turismo ou como um “turismo alternativo” às formas convencionais, um equívoco interpretativo diante dos argumentos anteriormente situados. Buscando avançar nesse debate, a OMT (WTO, 1995a) o definiu, subsequentemente, como aquele ecologicamente sustentável, de longo prazo, economicamente viável, assim como ética e socialmente equitativo para as comunidades locais (WTO, 1995a). Neste particular, o desenvolvimento turístico, por pressuposto, deveria estar condicionado ao reconhecimento da dinâmica socioambiental nas escalas local, regional e global, respeitando a condição de vulnerabilidade que caracteriza muitas destinações turísticas.



Mas a mudança de foco nesse debate foi traduzida pela leitura da UNEP (2005a), segundo a qual o turismo sustentável não representa uma forma especial de turismo, pois todas as formas de turismo deveriam ser, em tese, sustentáveis. Neste caso, a salvaguarda da sustentabilidade no turismo estaria implicitamente condicionada a um compromisso ético, no qual os interesses dos diversos atores envolvidos são considerados a partir de uma lógica de repartição de benefícios, equidade social e qualidade ambiental (Irving *et al.*, 2005). No entanto, mesmo que esta leitura possa parecer utópica, não deveria ser este o compromisso ético implícito em toda e qualquer forma de se fazer turismo?² Por outro lado, como operacionalizar esta proposta tão complexa em planejamento turístico?

Esse debate está na ordem do dia e inspira acirradas disputas teóricas em função das ideologias em jogo. Mas, neste momento de grave crise civilizatória, o maior desafio parece ser transpor essa discussão teórica para a busca de tendências inovadoras e engajadas em planejamento turístico, notadamente em função dos importantes compromissos pactuados no âmbito do “Acordo de Paris” (UN, 2015a) e dos “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030” (UN, 2015b). Com base nessas premissas e nas pesquisas previamente situadas, a partir daqui se pretende sintetizar a maneira pela qual esta noção pulsante de sustentabilidade vem se traduzindo em políticas públicas de turismo, a partir da Rio 92.

No plano oficial do Sistema das Nações Unidas, o ponto de partida para esse movimento parece ter sido a “Agenda 21”,

2 Este compromisso não poderia ser orientado apenas pelas prioridades e demandas do mercado, mas seria o resultado de um pacto entre os diversos segmentos envolvidos, sendo condicionado ainda pela qualidade da experiência vivenciada e compartilhada, em nível individual ou coletivo, na articulação entre passado, presente e futuro.



que definiu como prioridade a adoção de códigos de conduta para a indústria, entre inúmeros outros pactos delineados para orientar um novo modelo de desenvolvimento no século XXI. Em resposta a essa demanda, na “Agenda 21 para a Indústria de Viagem e Turismo para o Desenvolvimento Sustentável” (WTO, 1995a), foram delineadas diretrizes com este objetivo para o setor. Nessa cronologia, cabe mencionar o documento “Códigos Ambientais de Conduta para o Turismo” (WTO, 1995a), que buscou sistematizar e divulgar os códigos existentes, no sentido de inspirar novas propostas. Mas um marco fundamental nesse debate foi a “Carta de Lanzarote ou Carta de Turismo Sustentável” (WTO, 1995b), resultante da discussão sobre os riscos envolvidos na projeção de expansão global do turismo de massa, com a consequência de agravamento da pobreza e segregação social, principalmente nos países subdesenvolvidos.

O “Código Mundial de Ética para o Turismo: por um turismo responsável” (WTO, 1999), por sua vez, foi o resultado de um amplo processo de consulta aos vários segmentos da sociedade, reafirmando o direito ao turismo e à liberdade dos deslocamentos turísticos, além do compromisso de promoção do ordenamento turístico equitativo, responsável e sustentável. Nessa trajetória, a OMT (PNUMA/OMT, 2002) passou a divulgar o denominado turismo sustentável segundo algumas premissas, como a do uso eficiente dos recursos naturais. Com isso, buscou garantir a manutenção dos processos ecológicos e apoiar a conservação do patrimônio natural e da biodiversidade, bem como o respeito à autenticidade sociocultural das comunidades anfitriãs, a viabilidade das operações econômicas com a garantia de benefícios socioeconômicos para todos de maneira justa, a participação de todos os *stakeholders* para assegurar as salvaguardas de sustentabilidade e a garantia de satisfação do turista.



Mais recentemente, a “Carta de Turismo Sustentável +20” (UNWTO, 2015), celebrando vinte anos da “Conferência Mundial de Turismo Sustentável” (Lanzarote), teve como objetivo promover o turismo como vetor de agregação de benefícios às comunidades locais e apoiar iniciativas inovadoras, tendo como salvaguardas a proteção do patrimônio natural e cultural. Mas o debate atualmente se orienta pela “Agenda para o Desenvolvimento Pós-2015” (UN, 2015b), conhecida como “Agenda 2030”, envolvendo 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)³, pactuada em 2015, no âmbito das Nações Unidas. Embora o turismo permeie todos os 17 ODS desse documento, é mencionado diretamente em associação a apenas três deles.

Assim, em relação ao ODS 8, “Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o pleno empre-

³ A denominada “Agenda 2030”, uma vez que os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), estabelecidos no ano 2000, e que tinham 2015 como horizonte para o cumprimento das metas pactuadas, não tiveram o êxito esperado.



go produtivo e o trabalho decente para todos”, defende-se a necessidade da concepção e implementação de políticas capazes de monitorar os impactos do turismo e assegurar as ferramentas para o seu desenvolvimento sustentável, criando empregos e promovendo a cultura e os produtos locais. Para o ODS 12, “Garantir padrões de consumo e produção sustentáveis”, o texto enfatiza a necessidade de ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento do turismo, para assegurar o compromisso com a sustentabilidade.

Já no caso do ODS 14, “conservar e assegurar o uso sustentável dos oceanos, mares e recursos marinhos”, o foco incide sobre o reconhecimento do turismo como via potencial para o desenvolvimento, em bases sustentáveis, nos ambientes costeiro e marinho, com ênfase aos denominados “Pequenos Estados Insulares” e países menos desenvolvidos. No documento, a promoção do denominado “turismo sustentável” é defendida como uma via potencial para o desenvolvimento econômico inclusivo, para a disseminação do compromisso com a sustentabilidade nos processos de produção e consumo e para o uso sustentável, bem como a conservação da biodiversidade.

Em continuidade a esse pacto global, a OMT lançou o documento “Transformando o Turismo - Turismo na Agenda 2030” (UNWTO, 2017), visando abordar, criticamente, o modelo turístico atual, entendido como incompatível com as transformações necessárias para uma sociedade justa e sustentável. Busca, outrossim, defender novas alternativas para o desenvolvimento turístico, enfatizando o compromisso com a proteção da natureza, a salvaguarda das culturas locais, a qualidade de vida e o bem-estar.

Assim, no plano internacional, tem sido notável, pelo menos em termos das narrativas oficiais e intencionalidades, o movimento para a internalização das premissas de sustentabilidade em políticas públicas



e dispositivos dirigidos ao turismo, a partir da Rio 92. No caso da “Agenda Climática”, especificamente, o “Acordo de Paris” representa o principal dispositivo global orientador e alerta para a urgência da mudança no paradigma de desenvolvimento, advogando uma economia de baixo carbono e dos padrões de consumo da sociedade contemporânea.

A “Agenda 2030”, por sua vez, constitui a base de inspiração para um plano de ação global, para se pensar o futuro do planeta, buscando a prosperidade, a paz universal e a liberdade, a partir do reconhecimento de que a erradicação da pobreza em todas as suas dimensões constitui, na atualidade, o maior desafio global a ser enfrentado e uma condição fundamental para o desenvolvimento qualificado como sustentável. Mas a questão que se coloca é como assegurar a concretização das ações dirigidas ao “Acordo de Paris” (UN, 2015a) e aos “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” (ODS) da “Agenda 2030” (UN, 2015b) em planejamento turístico, em um contexto de incertezas políticas e geopolíticas.

3 O TURISMO NA “AGENDA CLIMÁTICA” E O CLIMA NA “AGENDA TURÍSTICA”: IDENTIFICANDO TENDÊNCIAS E CONEXÕES

A Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima (UN, 1992a) resultou, na Rio 92, de um amplo debate que esteve na origem de diversos pactos de alcance global e que vem orientando os processos de tomada de decisões até os dias atuais⁴. No sentido de sua implementação, as denominadas Conferência das Partes (COPs) represen-

⁴ A Rio-92 também resultou na *Convenção sobre Diversidade Biológica* (UN, 1992b), a *Convenção sobre Desertificação* (UN, 1992c) e inspirou a *Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento*, a *Agenda 21* e a *Carta da Terra*.



tam as instancias formais de acompanhamento. Especificamente com relação à Agenda Climática, destaca-se que até 2025 foram realizadas trinta COPs, conforme sistematizado no Apêndice 1 que busca situá-las, enfatizando como o turismo emerge nesse debate.

Algumas importantes nuances parecem emergir da cronologia da “Agenda Climática”. A primeira delas diz respeito a uma ênfase significativa nos riscos do aquecimento global ao desenvolvimento turístico, principalmente no início do processo, segundo uma perspectiva claramente orientada pelos interesses do mercado, com base em relações causais, de cunho predominantemente operacional, com foco em gestão turística. Uma segunda tendência começa a ser delineada, sutilmente, a partir da COP14 (2008), quando emerge a discussão sobre os impactos da aviação para o aquecimento global, o que provoca a reflexão sobre o papel do turismo enquanto setor contribuinte às mudanças climáticas.

Em 2009, na COP15, pela primeira vez o turismo representou tema focal de um evento paralelo na “Agenda Climática”, indicando o reconhecimento da importância do setor nesse processo, discussão essa ampliada na COP17 (2011), com relação ao debate sobre os efeitos de megaeventos turísticos. Progressivamente, a partir de 2012 (COP18), a discussão passou a agregar a articulação entre sustentabilidade, competitividade, riscos e compromissos, traduzindo um avanço na direção de uma perspectiva estratégica para abordar a conexão entre turismo e mudanças climáticas. Essa perspectiva, por seu turno, concretizou-se na COP19 (2013), quando se passou a abordar a necessidade de redução de viagens aéreas e de infraestrutura sustentável para o setor. Progressivamente, outras preocupações, como o compromisso de conservação da biodiversidade, o “turismo verde” ou “sustentável” e a conservação dos oceanos passaram a tangenciar a agenda.



No entanto, o divisor de águas em termos de tendências e visão estratégica para planejamento turístico parece ter sido a “Declaração de Glasgow”, em 2021 (COP26), que reconheceu que as mudanças climáticas, a poluição e a perda de biodiversidade ameaçam o setor como um todo, de modo que os países signatários comprometeram-se com a redução das emissões resultantes do turismo à metade até 2030 e a neutralidade do processo até 2050, buscando acelerar o processo de descarbonização e visando a transformação do turismo em uma via para a economia de baixo carbono. Reafirmou-se, também, a perspectiva ética do debate, reconhecendo que os impactos das mudanças climáticas atingem principalmente grupos sociais vulneráveis e populações de estados insulares, em desenvolvimento, o que demandaria uma transformação justa e inclusiva do setor.

A *Declaração de Baku* (COP29), em 2024, complementa essa proposta reforçando a conexão entre clima e turismo, com o lançamento de um “Plano de Ação” para medir, mitigar e adaptar o setor, focado em florestas, oceanos e biodiversidade. Nela se buscou reconhecer a urgência da ação climática no turismo, setor reconhecido como extremamente vulnerável, mas também responsável por aproximadamente 8,8% das emissões de gases de efeito estufa no planeta. O documento enfatizou, ainda, a necessidade de resiliência do setor e de adoção de medidas de mitigação, como o fomento à energia limpa, à eficiência energética, à gestão de resíduos, à preservação de ecossistemas e à adoção de um sistema de transportes de baixa emissão. Para a adaptação, recomendou-se a implementação de soluções baseadas na natureza e o apoio a países e comunidades especialmente vulneráveis. Também por essa razão, a Assembleia Geral da ONU proclamou o ano de 2027 como o “Ano Internacional do Turismo Sustentável e Resiliente”.



Quadro 1 – Matriz-síntese dos marcos globais no âmbito da ONU Turismo/ UNWTO, na conexão entre turismo e mudanças climáticas (1992 a 2025)

Marco	Interfaces entre turismo e mudanças climáticas
Mudanças climáticas e Turismo (WTO, 2003)	O turismo é interpretado como uma via potencial de poluição das localidades envolvidas e foco no compromisso de minimização de seus efeitos negativos. Um resultado concreto dessa conferência foi a publicação da "Declaração de Djerba sobre Turismo e Mudanças Climáticas".
De Davos a Bali: a contribuição do turismo para o desafio das mudanças climáticas (UNWTO, 2007a)	Nesse evento foi lançada a "Declaração de Davos", que reconhece o turismo como "acelerador e vítima das mudanças climáticas", mas também como via potencial para o crescimento econômico e para a promoção da paz. Nela se defendeu a urgência de uma avaliação mais precisa sobre os impactos do turismo para o aquecimento global, sendo estabelecidas diretrizes para ações conjuntas, no futuro.
Cúpula de Ministros sobre Turismo e Mudanças Climáticas (UNWTO, 2007b)	Nesse evento foi realizado um balanço sobre as iniciativas lideradas pela OMT, em cooperação com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e a Organização Meteorológica Mundial, para combater as causas e as consequências das mudanças climáticas.
Resolução sobre Turismo e Mudanças Climáticas adotada pela Assembleia Geral da Organização Mundial do Turismo (UNWTO, 2007c)	Este dispositivo reconheceu a urgência de adaptação do setor do turismo frente às mudanças climáticas, buscando apoiar ações do setor no sentido de mitigar as emissões de gases com efeito de estufa. Almejou, também, reforçar a importância da transferência de novas tecnologias com esse objetivo e a promoção de esforços para garantir recursos financeiros que auxiliem os países em desenvolvimento, particularmente os mais vulneráveis às alterações climáticas.
Mudanças Climáticas e Turismo: respondendo aos Desafios Globais (UNWTO; UNEP; WHO, 2008)	Enquanto primeiro esforço para a avaliação detalhada das emissões de gases de efeito estufa provenientes do setor turístico, esse documento compõe um estudo encomendado pela OMT, em cooperação com o PNUMA e a OMM, que buscou analisar as conexões entre turismo e mudanças climáticas, bem como mapear os impactos das mudanças climáticas nos destinos turísticos.
Emissões de CO2 relacionadas ao transporte no setor de turismo – Resultados da modelagem (UNWTO, 2019)	Nesse documento foi sistematizada a primeira projeção oficial do turismo doméstico até 2030, nele incluídas análises regionais e sub-regionais, assim como informações sobre meios de transporte e distâncias médias percorridas. Em seu conteúdo, reconhece-se que as emissões de CO2 relacionadas ao transporte no setor turístico representam um importante desafio a ser enfrentado, exigindo a cooperação intersetorial rumo à descarbonização e à viabilidade de alternativas sustentáveis para o turismo.



Mudanças climáticas e Turismo (WTO, 2003)

Esse documento buscou apoiar os atores estratégicos do turismo, para a recuperação responsável do setor no pós-Covid-19 e buscou melhor interpretar os riscos para o setor, diante da emergência climática.

Ação climática no turismo – Uma visão geral das metodologias e ferramentas para medir as emissões de gases de efeito estufa (UNWTO, 2023)

Neste documento se reconheceu o turismo como um setor complexo da economia, sendo esse responsável por impactos negativos, globalmente. O relatório objetivou também sistematizar os esforços globais do setor para enfrentar o problema e avaliar a situação atual em relação à mensuração das emissões de GEE (Gases de Efeito Estufa).

Fonte: Elaborado pelos autores, em 2026, com base na ONU Turismo (UN Tourism, 2025).

Nessa trajetória, a OMT⁵, principalmente em anos mais recentes, tem buscado incorporar a “Agenda Climática” em suas narrativas. O Quadro 1, a seguir, busca resumir alguns marcos com esse direcionamento.

Nos últimos anos, sobretudo, a ONU Turismo vem, portanto, reconhecendo ser o turismo seriamente impactado *por* mas também um importante contribuinte *para* as mudanças climáticas. Mas inúmeras contradições parecem permear o debate, colocando em xeque as intencionalidades expressas nas narrativas oficiais de políticas públicas.

4 CONTRADIÇÕES, INCERTEZAS E CAMINHOS POSSÍVEIS EM PLANEJAMENTO TURÍSTICO

⁵ A ONU Turismo é a agência das Nações Unidas responsável pela promoção do turismo responsável, sustentável e acessível.



Integrar as agendas em foco representa, portanto, um desafio sem precedentes na atualidade. Muito embora o turismo seja considerado como um dos setores da economia mais sensíveis às mudanças climáticas, ainda são reduzidas as pesquisas dirigidas à conexão entre clima e turismo disponíveis na literatura especializada (Perry, 1997, 2000; Abegg *et al.*, 1998; Agnew; Viner, 2001; Scott 2003; Freitas, 2003; Scott; Wall; McBoyle, 2005). Por essa razão são também pouco abordadas as contradições que permeiam políticas públicas com esse direcionamento, como as anteriormente situadas.

A primeira importante contradição que coloca em xeque o conjunto dessas narrativas é o fato de o compromisso de sustentabilidade ser incompatível com a projeção de crescimento ilimitado para o setor. E mesmo com o desenvolvimento de tecnologias limpas e centradas na condição de transição energética, o turismo em expansão tenderia a ampliar os impactos negativos sobre as localidades turísticas, como já tem sido o caso de muitas delas, com o fenômeno do *overtourism* e suas consequências.

Não se pode desconsiderar que o setor vem desempenhando um papel central na trajetória global de crescimento de emissões de carbono, como discutido por (Scott; Gössling; Hall, 2012). De acordo com Sun *et al.* (2024), as emissões globais do turismo cresceram 3,5% ao ano entre 2009 e 2019, o dobro dos demais setores da economia mundial, atingindo 8,8% do total das emissões globais de GEE em 2019, sendo uma das principais causas relacionadas ao aquecimento global. Nesse sentido, cabe mencionar que a neutralidade de emissões e a transição justa dependem não apenas das soluções tecnológicas para o tráfego aéreo e/ou urbano, mas de uma multiplicidade de ações de cunho socioambiental nas localidades turísticas, na articulação com outras agendas públicas, o que exigiria uma postura ética e de longo prazo para o setor.



Além disso, a projeção de aumento ilimitado para o setor não parece nem realista, nem desejável e nem compatível com os compromissos pactuados, no plano global, traduzidos no conjunto de políticas públicas, anteriormente situado. Não se pode desconsiderar que o setor enfrenta sérios riscos decorrentes da elevação do nível do mar, eventos climáticos extremos e degradação dos ecossistemas, enquanto as emissões provenientes do transporte e da hospedagem turística continuam a crescer (Ma; Kirilenko, 2020), o que exige a sua transformação urgente, rumo à sustentabilidade.

Ainda nesse contexto, diversos destinos turísticos tradicionais vêm enfrentando aumentos progressivos de temperatura, padrões climáticos imprevisíveis e desastres ambientais, o que vem remodelando os próprios hábitos de viagem (Kovačić *et al.*, 2020). Em termos de sazonalidade, alguns destinos costeiros, por exemplo, têm sido altamente afetados por situações de calor extremo durante o verão ou aumento do nível do mar e vários outros, como estações de esqui, estão mais vulneráveis durante o inverno (Steiger *et al.*, 2024, Huddart; Stott, 2020), o que contribui para ameaçar a estabilidade econômica de muitas regiões que dependem dessa dinâmica sazonal (Gössling; Scott, 2025).

Também por essa razão muitos turistas vêm se voltando para alternativas sustentáveis de turismo (Mycoo, 2014) e tem crescido a busca por opções ecológicas, sendo priorizadas localidades que adotam práticas sustentáveis. Neste contexto, o turismo poderia ser ressignificado como catalisador de práticas sustentáveis, uma perspectiva ainda pouco abordada nas narrativas de políticas públicas.

Além disso, limitadas têm sido as conexões nas narrativas de políticas públicas entre turismo, clima e riscos políticos e geopolíticos, questões contemporâneas centrais. Para Balli, Uddin e Shah-



zad (2019) e para Irving *et al.* (2020), mesmo diante de estatísticas promissoras, os desafios econômicos, sanitários e geopolíticos continuam a representar questões críticas em planejamento turístico e a impactar, direta e/ou indiretamente, a demanda turística internacional, como discutido por Lee *et al.* (2021).

Esse mesmo argumento é defendido por Lanouar e Go-
aied (2019), Haddad *et al.* (2015) e Muzindutsi e Manaliyo (2016), para os quais, nas últimas décadas, o turismo mundial vem sendo submetido a diversas instabilidades, que reforçam a interconexão entre o setor, a crise climática e os conflitos geopolíticos; tensões essas que reafirmam os cenários de incertezas e impactam, significativamente, a demanda e os fluxos turísticos, globalmente. Também por essa razão, o setor necessita considerar as transformações tecnológicas necessárias rumo a uma economia de baixo carbono, mas também as significativas alterações dos comportamentos de viajantes e suas motivações (D'Souza, 2025) que passaram a priorizar destinos mais seguros e estáveis nos planos político e geopolítico.

Cabe ainda mencionar que, com o agravamento dos efeitos dos eventos climáticos extremos, a disponibilidade e o acesso a recursos como água, alimentos e solo fértil tendem também a ser afetados (Borràs Pentinat, 2021), gerando inúmeros conflitos e, conseqüentemente, fluxos migratórios que podem contribuir para pressionar a infraestrutura, os serviços, a economia das localidades receptoras e a dinâmica social local (Reuveny, 2007). A escassez desses recursos e serviços tende ainda a afetar a qualidade e as condições de vida, notadamente dos grupos mais vulneráveis, para os quais a única opção é abandonar involuntariamente seus locais de origem.

Assim, seria irrealista abordar a conexão entre as agen-



das de clima e turismo sem considerar, em políticas públicas, a dinâmica dos fluxos migratórios, uma vez que essa representa uma questão política e geopolítica extremamente complexa nas últimas décadas (Helbling *et al.*, 2023). Nesse sentido, embora a questão migratória venha recebendo crescente atenção no plano acadêmico e na agenda climática, esse tem sido ainda um tema periférico na agenda turística, embora os efeitos dos eventos climáticos estejam na origem de pressões e desafios políticos sem precedentes, em um contexto de eventos extremos e alterações sazonais desordenadas (Smirnov *et al.*, 2023).

Tal condição exigiria a integração de políticas públicas com esse direcionamento (Loehr; Becken, 2025; Scott; Becken, 2010), no sentido da compatibilização das pressões por crescimento econômico com os compromissos de sustentabilidade em um cenário de agravamento da crise climática e de incertezas políticas e geopolíticas, o que implicaria na adaptação do setor, caracteristicamente, dependente de combustíveis fósseis e orientado pela equivocada premissa de expansão ilimitada.

Desse modo, fomentar medidas que priorizem a redução da demanda por combustíveis fósseis no setor de transporte, a promoção da eficiência energética, a ampliação do uso de energias renováveis e iniciativas de políticas públicas dirigidas à sustentabilidade são, portanto, essenciais no atual contexto (Becken *et al.*, 2020). Esse representa, assim, um desafio urgente a ser enfrentado, para que possam ser desenvolvidas estratégias de ação compatíveis com a condição atual de emergência climática (OECD/UN Environment, 2011). Cabe ainda mencionar nesse mosaico de incertezas, os efeitos potenciais do turismo para a exclusão social e as tensões dela decorrentes também em função do agravamento da crise climática.



Além disso, a crise climática, a volatilidade geopolítica concretizada, entre outras causas, pelas guerras motivadas pelo petróleo e a recente e preocupante apologia dos combustíveis fósseis, as pressões inflacionárias e as crises socioeconômicas em curso exigem um sentido de resiliência em planejamento turístico. Exigem, ainda, uma capacidade de antecipação de riscos e estratégias de adaptação, diante de inúmeros cenários possíveis, o que parece ainda não adequadamente traduzido, na complexidade necessária, em políticas públicas na articulação entre turismo e clima.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por todas as razões anteriormente discutidas, pode-se afirmar que embora sejam inúmeras as iniciativas de políticas públicas no âmbito das Nações Unidas para a articulação das agendas de turismo e clima, principalmente nos últimos anos, suas narrativas ainda não são capazes de internalizar a complexidade envolvida no debate. Ainda assim, parece evidente, nessa trajetória, a transposição progressiva de uma ênfase inicial centrada nos efeitos climáticos como riscos para a projeção desejável de aumento do turismo global para um foco subsequente, associado também ao entendimento do turismo como causa do aquecimento global. Essa mudança de abordagem passou ainda a incorporar uma discussão estratégica e ética, ausente no início da cronologia estudada.

Ocorre que, nesse movimento, parte-se da premissa de um processo contínuo e linear de desenvolvimento turístico, baseado na crença de um mundo estável, o que não parece ser o caso diante das turbulências políticas e geopolíticas que caracterizam o contexto contemporâneo e que, certamente, terão consequências ainda imprevisíveis para o turismo. Além disso, para esse contex-



to de crise global, soluções tecnológicas rumo à descarbonização da economia ou à transição energética não serão suficientes para orientar o setor frente à emergência climática e às tensões sociais decorrentes. Mas como avançar em políticas públicas de turismo para fazer frente à emergência climática se elas não forem formuladas e implementadas segundo um horizonte de longo prazo?

Nesse sentido, cabe enfatizar que tanto o “Acordo de Paris” como a “Agenda 2030” que atualmente orientam o processo de tomadas de decisões no plano global têm prazo quase vencido. E, na atual conjuntura, poucas são as chances que tenham o êxito esperado. Mas cabe ainda acreditar que as incertezas contemporâneas exigirão a ressignificação do turismo, entendido não mais apenas como um setor da economia, mas enquanto uma via privilegiada necessária para a mudança de comportamento no contexto de uma sociedade em crise.



REFERÊNCIAS

ABEGG, B.; KONIG, U.; BUERKI, R.; ELSASSER, H. Climate impact assessment in tourism. **Applied Geography and Development**, [s. l.], vol. 51, p. 81-93, 1998. Disponível em: <https://proforis.phsg.ch/entities/publication/d8c2735a-a2bc-4a7f-a23f-4b47764514c5> Acesso em: 02 mar. 2026.

AGNEW, M.; VINER, D. Potential impact of climate change on international tourism. **Tourism and Hospitality Research**, [s. l.], vol. 3, p. 37-60, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/146735840100300104>. Acesso em: 29 mar. 2026.

BALLI, F.; UDDIN, G. S.; SHAHZAD, S. J. H., 2019. Geopolitical risk and tourism demand in emerging economies, **Tourism Economics**, [s. l.], vol. 25, n. 6, p. 997-1005, 2019.

BECKEN, S.; WHITTLESEA, E.; LOEHR, J.; SCOTT, D. Tourism and climate change: evaluating the extent of policy integration. **Journal of Sustainable Tourism**, [s. l.], vol. 28, n. 10, p. 1603-1624, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09669582.2020.1745217>. Acesso em: 02 mar. 2026.

BORRÀS PENTINAT, S. Flujos migratorios y refugiados climáticos (Migratory flows and climate refugees). **European Climate Law Papers**, [s. l.], vol. 5, p. 1-29, 2021. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3922695. Acesso em: 17 mar. 2026.

BUTLER, R. W. Sustainable tourism: a state of the art review. **Tourism Geographies**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 7-25, 1999.

CMMAD. **O Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1988.



D'SOUZA, E. Navigating geopolitical tensions: resilience strategies in the tourism industry. **Anais Brasileiros de Estudos Turísticos**, [s. l.], v. 15, n. Special Issue, p. 44309, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/abet/article/view/44309>. Acesso em: 03 abr. 2026.

FREITAS, C. Tourism climatology: evaluating environmental information for decision making and business planning in the recreation and tourism sector. **International Journal of Biometeorology**, [s. l.], vol. 4, p. 45-54, 2003.

GADOTTI, M. **Educar para a sustentabilidade**. São Paulo: Livraria Instituto Paulo Freire, 2008.

GÖSSLING, S.; SCOTT, D. Climate change and tourism geographies. **Tourism Geographies**, [s. l.], vol. 27, n. 3-4, p. 642-652, 2025.

GSTC. The Partnership for Global Sustainable Tourism Council. **GSTC**, [s. l.], 2008. Disponível em: <https://www.gstc.org/>. Acesso em: 04 abr. 2026.

HADDAD, C.; NASR, A.; GHIDA, E.; ALIBRAHIM, H. How to reemerge as a tourism destination after a period of political instability. In: ROBERTO C., & TIFFANY M. (ed.). **The Travel & Tourism Competitive-ness Report**. Geneva, Switzerland: World Economic Forum, 2015. p. 53-57.

HELBLING, M.; RYBSKI, D.; SCHEWE, J.; SIEDENTOP, S.; GLOCKMANN, M.; HEIDER, B.; *et al.* Measuring the effect of climate change on migration flows: Limitations of existing data and analytical frameworks. **PLOS Clim**, [s. l.], vol. 2, n. 1, p. e0000078, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pclm.0000078>. Acesso em: 17 mar. 2026.



HUDDART, D.; STOTT, T. Climate Change and Adventure Tourism. *In*: HUDDART, D.; STOTT, T. **Adventure Tourism**. Palgrave Macmillan: Cham, 2020. p. 437-469. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-030-18623-4_13. Acesso em: 17 fev. 2026.

IPCC. Our history. **Intergovernmental Panel on Climate Change**, [s. l.], 2026. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/about/history/>. Acesso em: 04 abr. 2026.

IRVING, M. A. Sustentabilidade e o futuro que não queremos. **Sinais Sociais**, [s. l.], v. 9, n. 26, p. 11-36, 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/38993894/Sustentabilidade_e_O_futuro_que_n%C3%A3o_queremos_polissemias_controv%C3%A9rsias_e_a_constru%C3%A7%C3%A3o_de_sociedades_sustent%C3%A1veis. Acesso em: 20 abr. 2026.

IRVING, M. A. Para sustentabilizar o turismo na contemporaneidade: ética e políticas públicas globais. *In*: IRVING, M. A.; AZEVEDO, J.; LIMA, M. A. G. (org.). **Turismo**: ressignificando sustentabilidade. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2018. p. 23-56.

IRVING, M. A.; AZEVEDO, J. **Turismo**: o desafio da sustentabilidade. São Paulo: Futura, 2002.

IRVING, M. A.; OLIVEIRA, E. **Sustentabilidade e transformação Social**. Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2012.

IRVING, M. A.; BURSZTYN, I.; SANCHO, A. P.; MELO, M. G. Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 4, p. 1-7, 2005. Disponível em: <https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/98>. Acesso em: 10 abr. 2026.



IRVING, M. A.; COELHO, A. M.; ARRUDA, T. O. Turismos, sustentabilidades e pandemias: incertezas e caminhos possíveis para planejamento turístico no horizonte da Agenda 2030. **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, [s. l.], v. 14, p. 73-105, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.17648/raoit.v14n4.6661>. Acesso em: 10 abr. 2026.

KOVAČIĆ, S.; MĂRGĂRINT, M. C.; IONCE, R.; MILJKOVIĆ, Đ. What are the Factors affecting Tourist Behavior based on the Perception of Risk? Romanian and Serbian Tourists' Perspective in the Aftermath of the recent Floods and Wildfires in Greece. **Sustainability**, [s. l.], vol. 12, n. 16, p. 6310, 2020.

LANOUAR, C.; GOAIED, M. Tourism, terrorism and political violence in Tunisia: Evidence from Markov-switching models, **Tourism Management**, [s. l.], vol. 70, p. 404-418, 2019.

LEE C. C.; OLASEHINDE WILLIAMS, G.; AKADIRI, S. S. Geopolitical risk and tourism: Evidence from dynamic heterogeneous panel models. **International Journal of Tourism Research**, [s. l.], vol. 23, n. 1, p. 26-38, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/jtr.2389>. Acesso em: 28 mar. 2026.

LIMA, M. A. G.; IRVING, M. A.; FRAGELLI, C.; NASRI, Y.; FAICO, Ferreira, G. Políticas públicas de turismo no Brasil: contradições e caminhos para a sustentabilidade no horizonte da Agenda 2030. **RITUR: revista iberoamericana de turismo**, [s. l.], v. 15, n. 3, p. 108-133, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.28998/ritur.V15.N3.A2025>. pp108-133.19949 Acesso em: 13 abr. 2026.

LOEHR, J.; BECKEN, S. Institutionalised tourism policy goals: fit to address climate change? **Journal of Sustainable Tourism**, [s. l.], vol. 33, n. 10, p. 2075-2093, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09669582.2024.2393254>. Acesso em: 02 mar. 2026.



MA, S.; KIRILENKO, A. Climate change and tourism in English-language newspaper publications. **Journal of Travel Research**, [s. l.], vol. 59, p. 352–366, 2020.

MUZINDUTSI, P. F.; MANALIYO, J. C. Effect of political risk shocks on tourism revenue in South Africa: Time series analysis. **International Journal of Business and Management Studies**, [s. l.], vol. 8, n. 2, p. 169–186, 2016. Disponível em: <https://izlik.org/JA28DN24YR>. Acesso em: 7 mar. 2026.

MYCOO, M. Sustainable tourism, climate change and sea level rise adaptation policies in Barbados. **Nat Resour Forum**, [s. l.], vol. 38, p. 47-57, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1477-8947.12033> Acesso em: 27 mar. 2026.

OECD/UN Environment. **Climate Change and Tourism Policy in OECD Countries, OECD Studies on Tourism**. Paris: OECD Publishing, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/9789264119598-en>. Acesso em: 02 mar. 2026.

PERRY, A. Recreation and tourism. *In*: THOMPSON R.; PERRY A. (ed.) **Applied Climatology**. London: Routledge, 1997. p 240-248.

PERRY, A. Tourism and recreation. *In*: PARRY, M. (ed.) **Assessment of Potential Effects and Adaptations for Climate Change in Europe**. Norwich: Jackson Environment Institute, University of East Anglia, 2000. p 217-226.

PIERRON, J. P. **Penser le développement durable**. Paris: El lipses, 2009.



PNUMA/OMT. **Declaração de Ecoturismo de Quebec**. Quebec: OMT; UNEP, 2002.

REUVENY, R. Climate change-induced migration and violent conflict. **Political Geography**, [s. l.], vol. 26, Issue 6, p. 656-673, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.polgeo.2007.05.001>. Acesso em: 17 mar. 2026.

SCOTT, D. Climate change and sustainable tourism in the 21st century. In: CUKIER, J. (ed.). **Tourism Research: policy, planning, and prospects**. Waterloo: Department of Geography Publication Series, University of Waterloo, 2003. p. 44-67.

SCOTT, D.; BECKEN, S. Adapting to climate change and climate policy: progress, problems and potentials. **Journal of Sustainable Tourism**, [s. l.], vol. 18, n. 3, p. 283-295, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09669581003668540>. Acesso em: 02 mar. 2026.

SCOTT, D.; GÖSSLING, S.; HALL, C. M. International tourism and climate change. **WIREs Clim Change**, [s. l.], vol. 3, p. 213-232, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/wcc.165>. Acesso em: 05 mar. 2026.

SCOTT, D.; WALL, G.; MCBOYLE, G. The evolution of the climate change issue in the tourism sector. In: HALL, C. M.; HIGHAM, J. (ed). **Tourism, Recreation and Climate Change**. Bristol, Blue Ridge Summit, 2005. p. 44-60. Disponível em: <https://doi.org/10.21832/9781845410056-005>. Acesso em: 02 mar. 2026.

SMIRNOV, O.; LAHAV, G.; ORBELL, J.; ZHANG, M.; XIAO, T. Climate Change, Drought, and Potential Environmental Migration Flows Under Different Policy Scenarios. **International Migration Review**, [s. l.], vol. 57, n. 1, p. 36-67, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0197918322107985>. Acesso em: 02 mar. 2026.



STEIGER, R.; KNOWLES, N.; PÖLL, K.; RUTTY, M. Impacts of climate change on mountain tourism: a review. **Journal of Sustainable Tourism**, [s. l.], vol. 32, n. 9, p. 1984–2017, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09669582.2022.2112204>. Acesso em: 08 mar. 2026.

SUN, Y. Y. *et al.* Drivers of global tourism carbon emissions. **Nat Commun**, [s. l.], vol. 15, p. 10384, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41467-024-54582-7>. Acesso em: 05 mar. 2026.

UN. Convention on Climate Change (FCCC). **United Nations Framework**, [s. l.], 1992a. Disponível em: <https://unfccc.int/process-and-meetings/united-nations-framework-convention-on-climate-change>. Acesso em: 12 mar. 2026.

UN. Convention on Biological Diversity. **United Nations Framework**, [s. l.], 1992b. Disponível em: <https://www.un.org/en/observances/biological-diversity-day/convention>. Acesso em: 12 mar. 2026.

UN. Convention to Combat Desertification. **United Nations Framework**, [s. l.], 1992c. Disponível em: <https://www.un.org/climatesecuritymechanism/en/united-nations-convention-combat-desertification-unccd-and-climate-peace-and-security>. Acesso em: 12 mar. 2026.

UN. Paris Agreement. Conference of the Parties Twenty-first session Paris. **United Nations**, [s. l.], 12 dez. 2015a. Disponível em: https://unfccc.int/sites/default/files/english_paris_agreement.pdf. Acesso em: 11 abr. 2026.

UN. Transforming our world: the 2030 Agenda for sustainable development. **United Nations**, [s. l.], 2015b. Disponível em: <https://sdgs.un.org/2030agenda>. Acesso em: 11 abr. 2026.



UN TOURISM. World Tourism Organization. Fifty Years of Tourism, **UN Tourism**, [s. l.], 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.18111/9789284427451>. Acesso em: 02 abr. 2026.

UN TOURISM. World Tourism Barometer and Statistical Annex, January 2026. **UN Tourism**, [s. l.], 2026. Disponível em: <https://www.e-unwto.org/toc/wtobarometereng/current>. Acesso em: 02 abr. 2026.

UNEP. **Making Tourism Sustainable**: a guide for policy makers. [S. l.]: UNEP, 2005a.

UNEP. **Integrating Sustainability into business**: an implementation Guide for Responsible [S. l.]: Tourism Coordinators, 2005b.

UNFCCC. Home. **United Nations Climate Change**, [s. l.], s.d. Disponível em: <https://unfccc.int/>. Acesso em: 10 mar. 2026.

UNWTO. **From Davos to Bali**: A Tourism Contribution to the Challenge of Climate Chang. [S. l.]: World Tourism Organization, 2007a. Disponível em: https://webunwto.s3-eu-west-1.amazonaws.com/imported_images/30733/cc_broch_davbal_memb_bg_0.pdf. Acesso em: 02 abr. 2026.

UNWTO. Ministers' Summit on Tourism and Climate Change. **World Tourism Organization**, London, 13 Nov. 2007b. Disponível em: https://webunwto.s3-eu-west-1.amazonaws.com/imported_images/30776/conference_pack.pdf. Acesso em: 04 mar. 2026.

UNWTO. Resolution on Tourism and Climate Change adopted by UNWTO General Assembly. **World Tourism Organization**, [s. l.], 2007c. Disponível: <file:///C:/Users/Win%2011/Documents/1.%20P%C3%93S-DOC/2026/Ebook%20ECOPOLTUR/Plano%20Internacional%20ONU%20Turismo/2009-information-note-no-1-a-17-note-inf-1.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2026.



UNWTO. **Carta Mundial del Turismo Sostenible + 20**. Madrid: UNWTO, 2015. Disponível em: <https://www.biospheretourism.com/es/carta-mundialde-turismo-sostenible-20/25>. Acesso em: 12 mar. 2026.

UNWTO. **Transforming Tourism The 2030 Agenda for Sustainable Development**. Madrid: UNWTO, 2017. Disponível em: https://www.brot-fuer-die-welt.de/fileadmin/mediapool/2_Downloads/Fachinformationen/Profil/Profil20-en-v03-Web.pdf. Acesso em: 03 mar. 2026.

UNWTO. **Transport-related CO2 Emissions of the Tourism Sector** – Modelling Results, UNWTO, Madrid, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.18111/9789284416660>. Acesso em: 02 abr. 2026.

UNWTO. **Baseline Report on Climate Action in Tourism**. Madrid: UNWTO, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.18111/9789284423965> Acesso em: 05 abr. 2026.

UNWTO. **Climate Action in Tourism** – An overview of methodologies and tools to measure greenhouse gas emissions. Madrid: UNWTO, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.18111/9789284423927>. Acesso em: 05 abr. 2026.

WTO. **Sustainable tourism development**: guide for local planners. Madrid: World Tourism Organization, 1993. Disponível em: <https://portals.iucn.org/library/node/21872> Acesso em: 19 mar. 2026.

WTO. **Agenda 21 for the travel and tourism industry:** towards environmentally sustainable development. Madrid: World Tourism Organization, 1995a.



WTO. **Código Ético Mundial para el turismo**. Madrid: World Tourism Organization, 1999.

WTO. **Climate Change and Tourism:** Proceedings of the 1st International Conference on Climate Change and Tourism Djerba, Tunisia, 9-11 April 2003. Djerba: World Tourism Organization, 2003. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/546074>. Acesso em: 12 abr. 2026.



Matriz-síntese sobre a abordagem do turismo na “Agenda Climática”, no âmbito das Conferências das Partes (COPs), entre 1995 e 2025.

Evento | Local | Ano | Temática

Essa Conferência marcou o início das negociações para a redução de emissões de GEE pelos países desenvolvidos, trazendo também, os primeiros ensaios para a pactuação do futuro Protocolo de Kyoto. Embora naquele momento o debate sobre o turismo não representasse um foco da Convenção, na Conferência se abordou, preliminarmente, os eventuais efeitos das mudanças climáticas sobre as localidades turísticas. O texto oficial menciona, ainda, a importância dos ecossistemas, inclusive para a recreação, o lazer e o turismo, enfatizando que alterações nesses ecossistemas teriam efeitos potenciais negativos sobre o turismo, o abastecimento de água doce, a pesca e a biodiversidade.

O foco central dessa COP se dirigiu à definição de metas obrigatórias para as nações industrializadas reduzirem as emissões de gases, já iniciando os debates para o que viria a ser o Protocolo de Quioto. No âmbito do turismo, esse é interpretado como um dos setores diretamente afetados pelas mudanças climáticas. Sendo assim, seria necessário se prever ajustes administrativos, planos e estratégias de gestão para uma melhor adaptação aos impactos das mudanças climáticas. A diversificação das atividades turísticas e recreativas foi naquele momento o caminho reconhecido para a adaptação necessária do setor. No futuro,

Enquanto foi adotado o Protocolo de Kyoto, com metas de redução das emissões de GEE para os países desenvolvidos, o turismo entendido como um dos setores com maior crescimento mundial passou a estar associado como um dos mais impactados pelas mudanças climáticas, principalmente pelas alterações na dinâmica da água e dos ecossistemas, além das transformações socioeconômicas em larga escala, no mundo, como o aumento dos preços dos combustíveis.

Foco principal na ratificação do Protocolo de Kyoto. No campo do turismo, especificamente, não houve um destaque no debate.

Foco principal nas questões técnicas e operacionais do Protocolo de Quioto. No campo do turismo, especificamente, não houve um destaque no debate.

Em razão da falta de consenso entre os países signatários, o encontro foi concluído sem um acordo final. No campo do turismo, especificamente, não houve um destaque no debate.



COP 6 – Bonn, Alemanha – 2001

O debate sobre turismo e mudanças climáticas foi retomado na ocasião, com ênfase nos principais impactos do turismo, diante das mudanças climáticas. Foi discutido também ser o turismo um dos setores mais severamente afetados pelo aquecimento global. Entre alguns pontos discutidos podem ser mencionados: a) extinção de espécies vegetais e animais, que afetaria os meios de subsistência rurais, os recursos genéticos e o turismo; b) As mudanças climáticas que em tese aumentariam a demanda por energia, o que diminuiria a atratividade turística e influenciaria os sistemas de transportes, de uma maneira geral. c) Temperaturas mais altas e ondas de calor poderiam alterar os destinos turísticos tradicionais de verão, e condições de neve menos confiáveis poderiam comprometer o turismo de inverno; d) O turismo, como importante fonte de renda e divisas para muitas ilhas, tenderia a enfrentar graves perturbações devido às mudanças climáticas e à elevação do nível do mar.

COP 7 – Marrakech, Marrocos – 2001

O foco esteve nas normas operacionais e financiamento das ações vinculadas ao Protocolo de Kyoto. No campo do turismo, especificamente, não houve um destaque no debate.

COP 8 – Nova Déli, Índia – 2002

O foco esteve dirigido à relação entre as alterações climáticas e o desenvolvimento sustentável. Os debates priorizaram a adaptação climática, em detrimento da mitigação para os países em desenvolvimento. O turismo foi abordado, indiretamente, ao se debater o contexto da vulnerabilidade dos ecossistemas e os seus impactos negativos nas populações mais vulneráveis.

COP 9 – Milão, Itália – 2003

O tema central incidiu sobre a operacionalização do Protocolo de Kyoto, enfatizando regras para projetos de reflorestamento e o uso de créditos de carbono. Embora o tema do turismo não tenha sido especificamente debatido, se discutiu a necessidade de serem revistas as práticas industriais e de transporte que estavam impactando direta e/ou indiretamente setores como o turismo.

COP 10 – Buenos Aires, Argentina – 2004

Esta COP foi marcada pelos debates sobre desafios futuros e conquistas dos últimos anos. As discussões incidiram sobre os impactos das mudanças climáticas e as medidas de adaptação, as políticas de mitigação e, a tecnologia. Foi realizado ainda um balanço do Protocolo de Kyoto. No campo do turismo, especificamente, não houve um destaque no debate.

COP 11 – Montreal, Canadá – 2005

A implementação do Protocolo de Kyoto foi um dos temas centrais do evento que envolveu, ainda debates sobre o fortalecimento das estratégias de adaptação climática e sobre o estabelecimento de um Fundo de Adaptação para apoiar os países em desenvolvimento. No plano do turismo, se recomendou a realização de mais pesquisas sobre vulnerabilidade, avaliação de impactos e adaptação para os próximos anos.

COP 12 – Nairóbi, Quênia – 2006

A adaptação climática para os países em desenvolvimento foi um dos principais temas abordados. O turismo foi abordado indiretamente como um importante setor econômico vulnerável às mudanças climáticas, sendo enfatizada a necessidade de adaptação do setor para proteger os meios de subsistência nos países em desenvolvimento.



A OMT apresentou, na ocasião, os resultados da 2ª Conferência Internacional sobre Mudanças Climáticas e Turismo, realizada em Davos e da Cúpula Ministerial sobre Turismo e Mudanças Climáticas, em Londres no mesmo ano. O tema do turismo foi retomado na discussão sobre adaptação. Nesse sentido foi defendida a necessidade de diversificação turística diante das mudanças climáticas, caminhos para o planejamento integrado do setor com outros setores da economia e para a captação de incentivos financeiros como subsídios e créditos fiscais.

Essa COP incidiu principalmente nas negociações para o Acordo de Copenhague, a ser firmado em 2009. Embora o turismo não tenha sido priorizado na agenda, foram abordadas as emissões de carbono resultantes da aviação e foram discutidos caminhos para o desenvolvimento sustentável, sendo reconhecidas as vulnerabilidades das cidades e das economias às mudanças climáticas.

Nessa Conferência se discutiu a necessidade de um novo tratado global em substituição ao Protocolo de Kyoto, mas o tema do turismo passou a ganhar destaque por meio de um evento paralelo que discutiu os desafios para o enfrentamento às mudanças climáticas, considerando as perspectivas do setor de viagens e turismo, abordando ainda estratégias de mitigação e adaptação.

A discussão se concentrou na necessidade de criação do Fundo Verde para o Clima, com o objetivo de apoiar os países em desenvolvimento e, na adoção do Acordo de Cancun, visando limitar o aumento da temperatura global. Se discutiu também a necessidade de proteção dos ecossistemas costeiros e de promoção do desenvolvimento sustentável e de baixo carbono, temas que tangenciam o turismo, em termos de planejamento.

Esta Conferência teve um importante papel no debate em foco e, as negociações na ocasião avançaram na direção da necessidade urgente de adoção de um novo acordo jurídico sobre as mudanças climáticas. No que tange ao turismo, se discutiu a questão da sustentabilidade em megaeventos, a necessidade de um sistema de transporte sustentável, a eficiência energética e, a gestão de resíduos.

Os debates sobre o turismo tiveram diversas nuances quando se reforçou o argumento de ser o setor altamente vulnerável às mudanças climáticas, uma vez que a sazonalidade condiciona a demanda turística. Se enfatizou ainda, a importância do setor para o PIB mundial, em aproximadamente 10%, muitas vezes esse representando o principal item da economia de muitos países em desenvolvimento. Além disso, foram abordados os riscos para o setor decorrentes de eventos extremos, em três principais categorias, em associação aos destinos turísticos, na articulação com competitividade e sustentabilidade: os impactos diretos na infraestrutura turística e nos custos operacionais, os impactos indiretos sobre a biodiversidade e mudanças na paisagem que podem afetar, negativamente a, qualidade e a atratividade dos destinos turísticos e, a percepção negativa sobre o próprio turismo em determinadas regiões turísticas após a ocorrência de eventos extremos.

O foco prioritário desta Conferência foi estabelecer um cronograma para as metas de redução de emissões até 2015. No plano do turismo, a discussão incidiu apenas sobre a pegada de carbono do próprio evento, o que gerou um debate sobre a necessidade de redução de viagens aéreas e de adoção de acomodações sustentáveis.



COP 20 – Lima, Peru – 2014

Durante e após a COP-20, o tema do turismo passou a ser abordado em articulação com pesquisas realizadas em praticamente todos os continentes, mais precisamente sobre a dinâmica da zona costeira. Se buscou também demonstrar como as mudanças climáticas poderão afetar o turismo costeiro, uma vez que o turismo de sol e praia representa mais de 80% das receitas turísticas de alguns países e influência, significativamente, a sazonalidade econômica de outros. O turismo em áreas rurais, entre outras modalidades, foi também abordado como um dos principais segmentos do mercado suscetíveis às mudanças climáticas.

COP 21 – Le Bourget, França – 2015

A COP-21 representou um marco, no âmbito da Convenção sobre Mudanças Climáticas e nela foi pactuado o Acordo de Paris, dispositivo jurídico que atualmente orienta o processo decisório, no sentido de limitar o aumento da temperatura global. Com isso, o controle das emissões industriais e o financiamento representaram os focos principais do evento. Na ocasião foi enfatizada a necessidade de avanços rumo a um sistema de transportes sustentável, no plano de sistemas urbanos integrados, a melhoria da eficiência energética nas cidades e, o denominado “turismo verde”.

COP 22 – Marrakesh, Marrocos – 2016

A implementação do Acordo de Paris representou o foco central dessa COP, marcada pelos debates sobre descarbonização e financiamento climático. O debate sobre o turismo esteve centrado em transportes sustentáveis e eficiência energética, visando reduzir a dependência dos combustíveis fósseis. A OMT reafirmou, na ocasião, a necessidade de transição para um turismo qualificado como sustentável e de baixas emissões, visando promover práticas resilientes ao clima.

COP 23 – Fiji / Bonn – 2017

Essa COP realizada em Bonn, Alemanha, teve a presidência de Fiji e nela as discussões se centraram nas salvaguardas para o cumprimento do Acordo de Paris. Os principais tópicos de debate incluíram o fortalecimento das economias baseadas nos oceanos, nas quais o turismo tem importante papel. Se reconheceu, ainda, o turismo como um setor econômico altamente vulnerável às mudanças climáticas, principalmente, entre as nações insulares que dele dependem.

COP 24 – DKatowice, Polônia – 2018

A necessidade de estabelecimento de uma estrutura padronizada e transparente para o monitoramento de emissões, o financiamento de ações climáticas em países em desenvolvimento e, a definição de metas climáticas com base nos relatórios do IPCC foram os principais temas abordados. No campo do turismo foram discutidas as implicações das mudanças climáticas no setor, principalmente no que se refere aos seus impactos nas localidades turísticas e nas comunidades que ali vivem. Também foram enfatizados os efeitos do aquecimento global e eventos extremos sobre a dinâmica das localidades turísticas e dos ecossistemas envolvidos, o que vem inspirando inclusive o denominado “turismo do fim do mundo” ou “de última chance”, na origem de novos mercados.

COP 25 – Madrid, Espanha – 2019

Essa COP teve entre os seus objetivos principais equacionar questões pendentes relativas às regras para a implementação do Acordo de Paris. O turismo constituiu um dos temas focais dos eventos paralelos, que abordaram a necessidade de se adotar uma trajetória de baixo carbono e de otimização do setor. Foram debatidas, ainda, propostas para mensurar e divulgar, amplamente, as emissões resultantes do setor e, a necessidade de estabelecimento de metas e estratégias para ampliar a mitigação e a adaptação, com a participação ativa de todos os atores estratégicos envolvidos.



Durante essa COP, o turismo foi reconhecido como um dos setores da economia de maior vulnerabilidade às mudanças climáticas da mesma maneira em que se reconheceu o seu papel para as emissões globais de gases de efeito estufa. Nessa ocasião foi lançada a Declaração de Glasgow (UN, 2021), a principal referência no debate atual sobre mudanças climáticas e turismo.

Durante essa COP, os debates se concentraram nos temas do consumo sustentável, da redução das emissões e do financiamento da adaptação climática, especialmente para as localidades mais vulneráveis que dependem do turismo. Alguns dos principais tópicos discutidos incidiram sobre soluções climáticas baseadas nos oceanos, no turismo sustentável, no financiamento da aviação em outras bases e, no estabelecimento de um fundo de "perdas e danos" para prejuízos causados pelas mudanças climáticas. A narrativa sobre o turismo enquanto setor que é impactado por e impacta as mudanças climáticas foi nos relatórios produzidos, ao mesmo tempo em que se reafirmou a importância do setor como fonte de renda, principalmente entre os territórios insulares.

O foco da COP foi o Balanço Global sobre o Acordo de Paris, que resultou de um consenso histórico para se buscar iniciar a transição energética para "longe dos combustíveis fósseis". No plano do turismo, alguns temas mereceram destaque, como perdas e danos decorrentes das mudanças climáticas, principalmente com relação à natureza e às pessoas nos lugares turísticos. Um foco especial foi dirigido aos sistemas insulares do planeta, mencionados como em condição de vulnerabilidade crescente, em termos de declínio econômico e de meios de subsistência.

O financiamento climático foi um dos principais temas tratados durante esta COP. Pela primeira vez um dia inteiro da agenda oficial foi dedicado ao debate sobre o turismo. Na ocasião, foi apresentada a Declaração de Baku sobre Ação Climática Aprimorada no Turismo, tendo ela recebido o apoio de mais de cinquenta países, que passaram a incorporar o turismo às políticas climáticas nacionais.

Essa COP buscou traduzir e resgatar os compromissos climáticos em busca de ações concretas, enfatizando a importância da Amazônia e da proteção das florestas, a transição energética, o fomento ao financiamento climático e, a justiça social como temas urgentes que precisam envolver a sociedade civil e demais stakeholders. O turismo retornou, na ocasião, ao centro do debate global, notadamente, com a narrativa de considerar a Amazônia como foco para a construção de uma via inovadora de turismo sustentável capaz de ser difundida para o resto do mundo. Além disso, o setor foi discutido com relação ao tema da transição para operações de baixa emissão, sendo enfatizado o seu papel para a ação climática global, em termos de promoção do turismo qualificado, do uso de combustíveis renováveis e do fomento à infraestrutura resiliente às mudanças climáticas.

Fonte: Autores, em 2026, com base em análise documental centrada em IPCC (2026).



15

Emergência climática e turismo: impactos e estratégias de adaptação e mitigação em Inhambane, Moçambique

José Júlio Júnior Guambe
Universidade Pedagógica de Maputo
E-mail: jjjguambe137@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

As mudanças climáticas antropogênicas constituem, sem dúvida, uma das mais prementes ameaças ao equilíbrio ambiental e socioeconômico do século XXI. Impulsionadas, principalmente, por atividades humanas desencadeadas a partir da Revolução Industrial, essas alterações já elevaram a temperatura global em 1,1°C acima dos níveis pré-industriais, com projeções alarmantes que indicam a possibilidade de o limite de 1,5°C ser ultrapassado já no ano de 2030, caso as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) não sejam drasticamente reduzidas (Păcurar, 2015; IPCC, 2023).

O setor do turismo, reconhecidamente sensível às alterações climáticas, apresenta uma relação dialética complexa com este fenómeno. Por um lado, o turismo contribui significativamente para o problema, sendo responsável por aproximadamente 4,9% das emissões globais de GEE, considerando-se todos os subsistemas que o compõem, incluindo transportes, hospedagem e atividades associadas (Grimm *et al.*, 2018). Por outro lado, o setor sofre impactos diretos e indiretos decorrentes das mudanças climáticas, que afetam desde a atratividade dos destinos até a integridade física de suas infraestruturas e a segurança dos visitantes e comunidades receptoras (Guambe; Silva, 2022).

Moçambique, localizado na costa oriental da África Austral e banhado pelo Oceano Índico em uma extensão de cerca de 2.700 quilômetros de litoral, figura entre os países mais vulneráveis às mudanças climáticas em escala global (Guambe, 2018). A província de Inhambane, objeto deste estudo, concentra um expressivo potencial turístico, sendo reconhecida nacional e internacionalmente por suas praias paradisíacas – com destaque



para Tofo, Barra e Vilanculo –, pelo arquipélago de Bazaruto e por ecossistemas marinhos singulares que abrigam os denominados “*Big Five*” marinhos (RE:WILD, 2024; Guambe; Silva, 2022).

Contudo, precisamente essa posição geográfica que confere a Inhambane seu apelo turístico é também a fonte de sua elevada exposição a eventos climáticos extremos. A região enfrenta desafios crescentes e cumulativos, materializados em ciclones tropicais cada vez mais frequentes e severos, inundações, elevação acelerada do nível do mar, erosão costeira progressiva e cheias fluviais que ameaçam diretamente a sustentabilidade do setor turístico, vital para a economia local (Guambe; Silva, 2022; IOM, 2024).

A gravidade da situação pode ser aferida pela frequência e intensidade dos eventos hidrometeorológicos extremos que atingiram Moçambique nos últimos oito anos. No período compreendido entre 2017 e 2024, o país foi sucessivamente impactado por catorze ciclones e tempestades tropicais, a saber: Dineo, em 2017; Idai e Kenneth, em 2019; Chalane, em 2020; Guambe e Eloise, em 2021; Ana, Gombe e Jasmine, em 2022; Freddy (em duas passagens, 2023); e Filipo, Chido e Dikeledi, em 2024 (RE:WILD, 2024; INAM, 2024). A maioria desses eventos provocou danos extensivos a estradas, hotéis, áreas de conservação e demais infraestruturas de suporte à atividade turística, reduzindo significativamente a atratividade do destino e comprometendo a recuperação econômica das comunidades afetadas (Mugabe, 2021; IOM, 2024).

Considerando esse contexto, este estudo tem como objetivo central analisar os impactos das mudanças climáticas no turismo na província de Inhambane, explorando as estratégias de adaptação e mitigação que vêm sendo implementadas por



diferentes atores institucionais, comunitários e de cooperação internacional. A pesquisa justifica-se pela urgência e relevância do tema, diante da crescente frequência de eventos extremos que afetam a região e da necessidade premente de se identificar caminhos viáveis para a construção de um turismo resiliente, sustentável e socialmente justo em um contexto de emergência climática.

Os objetivos específicos que norteiam este trabalho são: (i) caracterizar os principais impactos das mudanças climáticas sobre a infraestrutura turística e os serviços ecossistêmicos dos quais o turismo depende em Inhambane; (ii) analisar as vulnerabilidades socioeconômicas das comunidades locais cujos meios de vida estão associados ao turismo; (iii) identificar e avaliar as estratégias de adaptação e mitigação em curso na região; e (iv) propor diretrizes para o fortalecimento da resiliência climática do setor turístico em Inhambane.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Mudanças climáticas e zonas costeiras: vulnerabilidades e riscos

As zonas costeiras são reconhecidas pela literatura especializada como ambientes de elevada vulnerabilidade às mudanças climáticas, integrando processos atmosféricos, oceânicos e terrestres que interagem de maneira complexa e frequentemente sinérgica (IPCC, 2019). A elevação do nível médio do mar, fenômeno associado à expansão térmica das águas oceânicas e



ao derretimento de geleiras e calotas polares, constitui uma das principais ameaças às regiões litorâneas, com taxas de elevação que têm se acelerado nas últimas décadas.

Sumários para Formuladores de Políticas do IPCC (2023) indicam que o nível global do mar subiu aproximadamente 0,20 metros entre 1901 e 2018, com uma taxa de aceleração sem precedentes nos últimos três milênios. Projeções para o final do século XXI, considerando diferentes cenários de emissões de GEE, apontam para uma elevação adicional que pode variar entre 0,28 e 1,01 metros, colocando em risco infraestruturas, ecossistemas e populações situadas em áreas costeiras baixas.

Além da elevação gradual do nível do mar, as mudanças climáticas amplificam a frequência e intensidade de eventos extremos, como ciclones tropicais, tempestades e ondas de tempestade (*storm surges*), que provocam impactos catastróficos de curta duração, mas de elevada magnitude, especialmente em contextos de baixa capacidade adaptativa (Robinson, 2017). As interações entre esses eventos agudos e processos crônicos, como a erosão costeira e a intrusão salina, geram efeitos compostos que ultrapassam a capacidade de resposta das comunidades e instituições locais.

2.2 Turismo e sensibilidade climática

O turismo é considerado um dos setores econômicos mais sensíveis às variações climáticas, apresentando uma relação de dupla via com o clima: enquanto as condições climáticas determinam em grande medida a atratividade e a sazonalidade dos destinos, as atividades turísticas contribuem para a emissão de gases de efeito estufa que alteram essas mesmas condições (Scott; Gössling; Hall, 2012).



A literatura distingue diferentes categorias de impactos das mudanças climáticas sobre o turismo. Os impactos diretos afetam a experiência do turista e a operação das atividades ao ar livre, incluindo alterações no conforto térmico, na disponibilidade de água e neve (no caso do turismo de inverno) e na segurança frente a eventos extremos (Hamilton; Tol, 2004). Os impactos indiretos manifestam-se por meio da degradação de ativos ambientais dos quais o turismo depende, como praias, recifes de coral, florestas e paisagens naturais. Finalmente, os impactos induzidos referem-se às respostas políticas e sociais às mudanças climáticas, incluindo restrições a viagens, aumentos de custos de carbono e alterações na demanda dos consumidores por destinos mais sustentáveis (Gössling; Hall, 2006).

Particularmente relevante para o contexto deste estudo é o impacto das mudanças climáticas sobre o turismo costeiro e de praia, que responde por expressiva parcela do turismo global em regiões tropicais e subtropicais. A elevação do nível do mar, combinada com a intensificação de tempestades, acelera a erosão costeira, danifica infraestruturas hoteleiras situadas na linha de costa, degrada ecossistemas de mangue e recifes de coral que oferecem proteção natural, podendo, inclusive, inviabilizar economicamente a manutenção de praias artificiais ou artificialmente alimentadas (Phillips; Jones, 2006; Fletcher *et al.*, 2019).

2.3 O contexto moçambicano: emergência climática e vulnerabilidade Socioeconômica

Moçambique figura reiteradamente nos índices internacionais de vulnerabilidade às mudanças climáticas, ocupando posições desfavoráveis tanto no *World Risk Report* quanto no *Notre Dame Global Adaptation Initiative Index* (ND-GAIN). O país



combina uma exposição geográfica elevada a ciclones e inundações com baixos níveis de capacidade adaptativa, expressos em infraestruturas deficitárias, limitações institucionais e níveis significativos de pobreza (Guambe; Silva, 2022; INGD, 2021).

A Zona Costeira de Moçambique estende-se por aproximadamente 2.700 km, abrigando cerca de 60% da população nacional e concentrando as principais atividades econômicas do país, incluindo portos, indústrias, agricultura irrigada e, de maneira destacada, o turismo (Micoa, 2015). Esta região é caracterizada por extensas planícies costeiras de baixa altitude, com grande parte do território situado a menos de 10 metros acima do nível do mar, o que a torna particularmente suscetível à elevação eustática e a eventos de inundação costeira.

Os cenários climáticos para Moçambique projetam, nas próximas décadas, aumento das temperaturas médias, incremento da variabilidade pluviométrica com maior frequência de secas e cheias, intensificação de ciclones tropicais (com categorias mais elevadas e trajetórias que atingem regiões anteriormente menos afetadas), e elevação acelerada do nível do mar (INGC, 2019). Estes processos interagem com fatores de vulnerabilidade social pré-existent, incluindo desigualdade de gênero, baixa diversificação econômica e dependência de recursos naturais sensíveis ao clima, configurando um quadro de risco multifacetado que exige respostas integradas (WRI, 2026).

2.4 Inhambane: potencial turístico e exposição climática

Inhambane, província situada na região centro-sul de Moçambique, destaca-se no contexto nacional por seu excepcional



patrimônio natural, que inclui o Arquipélago de Bazaruto, declarado Reserva Marinha Nacional, em 1971, e reconhecido como uma das áreas de maior biodiversidade marinha do Oceano Índico Ocidental. Acrescenta-se a isso extensas praias de areias claras, como Barra e Tofo, recifes de coral em bom estado de conservação, e ecossistemas de mangue, pradarias marinhas e dunas costeiras que abrigam espécies ameaçadas como tartarugas marinhas, dugongos e cinco espécies de golfinhos (RE:WILD, 2024; Guambe; Silva, 2022).

O turismo constitui um dos pilares da economia provincial, gerando empregos diretos e indiretos, divisas e oportunidades de negócio para empreendedores locais. A província conta com uma rede hoteleira diversificada, que inclui desde *eco-lodges* de pequeno porte até *resorts* de luxo, além de operadoras de diving, escolas de surf, restaurantes e atividades de observação da megafauna marinha, com destaque para a observação de mantas e tubarões-baleia em Tofo.

Paradoxalmente, as mesmas características geográficas e oceânicas que conferem a Inhambane seu potencial turístico são também fonte de sua vulnerabilidade. A província está localizada em uma área de trajetória frequente de ciclones tropicais que se formam no Canal de Moçambique e no sudoeste do Oceano Índico, com a estação chuvosa e de tempestades concentrada entre novembro e abril. A combinação de temperaturas oceânicas elevadas (que fornecem energia para a intensificação de ciclones) com a baixa altitude do terreno costeiro (inferior a 10-15 metros em amplas extensões) resulta em níveis de risco particularmente elevados para populações e infraestruturas (Guambe, 2018; Júlio *et al.*, 2026).



Estudos recentes utilizando sensoriamento remoto e análise geoespacial identificaram extensões significativas de áreas costeiras localizadas abaixo do nível do mar no município de Inhambane, coincidindo precisamente com as zonas onde se concentra o processo de “turistificação” espacial, com destaque para as praias de Barra e Tofo (Júlio *et al.*, 2026). Esta sobreposição entre áreas de maior atratividade turística e áreas de maior risco hidrogeomorfológico configura um desafio central para a sustentabilidade do setor a médio e longo prazo.

3 METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e descritiva, orientada pela necessidade de compreender em profundidade as interações entre mudanças climáticas e turismo em Inhambane, considerando tanto as dimensões objetivas dos impactos quanto as percepções e respostas dos atores envolvidos. O desenho metodológico integrou múltiplas estratégias de coleta e análise de dados, conforme detalhado a seguir.

Classifica-se como uma pesquisa de natureza aplicada, na medida em que visa gerar conhecimentos que possam subsidiar a formulação de políticas e estratégias de adaptação e mitigação no âmbito do turismo em Inhambane. Do ponto de vista de seus objetivos, configura-se como uma pesquisa descritiva e explicativa: descritiva por pretender caracterizar com precisão os impactos observados e as respostas implementadas; explicativa por buscar identificar os fatores que determinam a maior ou menor efetividade das estratégias de adaptação e mitigação.

A coleta de dados estruturou-se em três eixos complemen-



tares: revisão bibliográfica sistemática, análise de dados secundários e trabalho de campo. Quanto ao primeiro procedimento, realizou-se uma busca estruturada em bases de dados científicas (*Scopus*, *Web of Science*, *Google Scholar*) e em repositórios institucionais, utilizando combinações dos descritores “climate change”, “tourism”, “adaptation”, “Inhambane”, “Mozambique” e “coastal zones”. Foram incluídos artigos publicados em periódicos revisados por pares, teses de doutoramento e dissertações de mestrado, relatórios técnicos de organizações multilaterais (OMT, IPCC, IUCN, WRI) e documentos de política pública.

Em relação à análise de dados secundários, recorreu-se a registros do Instituto Nacional de Meteorologia (INAM) de Moçambique sobre eventos extremos no período 2017-2024; a relatórios do Ministério da Saúde sobre desastres e surtos de doenças associados a eventos climáticos; a bases de dados da Organização Internacional para as Migrações (IOM) sobre deslocamentos induzidos por desastres; e a documentos de projetos de cooperação internacional em curso na região.

Por fim, no contexto do trabalho de campo, realizou-se um levantamento de impactos e estratégias de adaptação e mitigação nos principais destinos turísticos da província de Inhambane (Vilanculo, Inhassoro, Maxixe, Jangamo e Praia do Tofo) entre janeiro e junho de 2025. As atividades de campo incluíram:

- observação direta e registro fotográfico de infraestruturas turísticas, linha de costa e ecossistemas costeiros;
- entrevistas semiestruturadas com gestores de empreendimentos turísticos (n=15), representantes de associações comunitárias (n=8), técnicos do governo provincial e distrital (n=6) e especialistas de organiza-



ções não governamentais atuantes na região (n=5); e

- análise documental de planos e estratégias, com ênfase no Plano Estratégico de Turismo de Inhambane (2009-2019) e em planos distritais de redução do risco de desastres.

Os dados qualitativos coletados por meio de entrevistas e observação foram submetidos a análise de conteúdo temática, seguindo as etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados (Bardin, 2011). As categorias de análise foram definidas a priori com base no referencial teórico (impactos econômicos, ambientais e sociais; estratégias de adaptação e mitigação) e complementadas por categorias emergentes identificadas no trabalho de campo.

Os dados quantitativos secundários (registros de ciclones, dados de erosão costeira, indicadores socioeconômicos) foram organizados em planilhas eletrônicas e submetidos a análises descritivas, com cálculo de frequências, médias e tendências temporais quando disponíveis.

Sobre as limitações deste estudo, são aqui reconhecidas: (i) a indisponibilidade de séries históricas completas e padronizadas para todos os indicadores de interesse, especialmente em nível local; e (ii) a dificuldade de isolar os efeitos específicos das mudanças climáticas de outros fatores de pressão sobre o turismo (como crises econômicas e pandemias). Estas limitações foram mitigadas pela triangulação de fontes e pela ênfase na análise qualitativa de processos.



4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados coletados permitiu identificar e caracterizar os principais impactos das mudanças climáticas sobre o turismo em Inhambane, bem como mapear as estratégias de adaptação e mitigação em curso na região. Os resultados são apresentados a seguir, organizados segundo as três dimensões analíticas priorizadas: impactos econômicos, ambientais e sociais, seguidos da identificação de estratégias e a discussão integrada.

4.1 Impactos econômicos: perdas financeiras e danos à infraestrutura turística

Os impactos econômicos das mudanças climáticas sobre o turismo em Inhambane manifestam-se tanto na forma de danos diretos à infraestrutura física do setor quanto na redução da receita decorrente da perda de atratividade e da interrupção das operações durante e após eventos extremos. A sucessão de ciclones tropicais que atingiram a região entre 2017 e 2024 causou prejuízos acumulados de magnitude expressiva, embora a ausência de um sistema sistemático de contabilidade de desastres específico para o setor turístico impeça a quantificação precisa do total de perdas.

- As evidências coletadas em campo e na literatura indicam que os danos mais recorrentes afetam as seguintes categorias de ativos turísticos:
- infraestrutura hoteleira e de alimentação: estabelecimentos localizados na primeira linha da costa, especialmente nas praias de Barra, Tofo e nas ilhas



- equipamentos e ativos operacionais: embarcações utilizadas para o mergulho, observação de megafauna e transporte para as ilhas foram danificadas ou destruídas durante tempestades; equipamentos de mergulho, mobiliário de praia e outros ativos de operadoras turísticas sofreram perdas significativas.

Adicionalmente aos danos diretos, registram-se impactos econômicos indiretos substanciais, incluindo:

- redução da ocupação hoteleira e do fluxo turístico: nos meses subsequentes a eventos extremos, a percepção de risco, somada às condições danificadas da infraestrutura de acesso, resulta em quedas acentuadas da demanda turística, com impactos particularmente severos para pequenos empreendimentos que dispõem de margens reduzidas e limita-



da capacidade de capitalização para superar períodos de baixa receita;

- aumento dos custos operacionais: empreendimentos turísticos relataram aumento dos custos com manutenção corretiva pós-evento, seguros (quando disponíveis) e, em alguns casos, com realocação temporária de operações para áreas menos expostas; e
- desestímulo ao investimento: a percepção de risco climático crescente afeta negativamente as decisões de investimento no setor, tanto de investidores nacionais quanto internacionais, que passam a demandar prêmios de risco mais elevados ou a direcionar recursos para regiões consideradas menos vulneráveis.

O Quadro 1 sintetiza os principais ciclones que afetaram Moçambique no período 2017-2024 e seus impactos associados sobre o turismo em Inhambane.

4.2 Impactos ambientais: erosão costeira e degradação de ecossistemas

Os impactos ambientais das mudanças climáticas em Inhambane afetam diretamente a base de recursos naturais sobre a qual se sustenta o turismo costeiro e de natureza. Mediante a observação de campo e a literatura consultada, nota-se que a erosão costeira se destaca como um dos processos mais visíveis e preocupantes, com estimativas indicando que aproximadamente 70% do litoral da província apresenta sinais de recuo da linha de costa, em intensidades variáveis (Júlio *et al.*, 2026).



Ano	Evento	Categoria	Impactos em Inhambane
2017	Dineo	Ciclone tropical moderado	Danos a infraestruturas costeiras
2019	Idai	Ciclone tropical intenso	Danos à EN-1; destruição parcial de unidades hoteleiras em Vilanculo
2019	Kenneth	Ciclone tropical muito intenso	Erosão costeira acelerada no litoral norte da província
2021	Eloise	Ciclone tropical	Inundações em Maxixe; danos a estradas de acesso a praias
2022	Gombe	Ciclone tropical intenso	Destruição de equipamentos de operadoras marítimas
2023	Freddy	Ciclone tropical muito intenso (2 passagens)	Danos extensivos a infraestruturas; interrupção do acesso por semanas; perda de equipamentos de mergulho
2024	Filipo	Tempestade tropical severa	Erosão costeira; danos a pequenos empreendimentos em Tofo
2024	Chido	Ciclone tropical intenso	Danos a infraestruturas no norte da província
2024	Dikeledi	Tempestade tropical	Inundações costeiras; contaminação de poços de água

A erosão costeira em Inhambane é impulsionada por múltiplos fatores inter-relacionados:

1. elevação do nível médio do mar: o aumento do nível do mar, ainda que gradual em termos anuais, amplifica o alcance das ondas durante marés altas e tempestades, promovendo o recuo da linha de costa e a intrusão salina em ecossistemas costeiros e aquíferos;



- Estudos geoespaciais recentes identificaram extensas áreas do litoral do município de Inhambane situadas abaixo do nível médio do mar, coincidindo exatamente com as zonas de maior desenvolvimento turístico, como as praias de Barra e Tofo (Júlio *et al.*, 2026). Esta condição topográfica, somada à destruição progressiva da vegetação costeira (com destaque para os manguezais), tem permitido a evasão recorrente das águas do mar para o interior, afetando diretamente empreendimentos turísticos localizados ao longo da costa.

Além da erosão costeira, outros impactos ambientais de relevo incluem:



- degradação de recifes de coral: o branqueamento de corais associado ao aumento da temperatura da superfície do mar e à acidificação oceânica reduz a biodiversidade e a atratividade para o turismo de mergulho. Embora os recifes de Inhambane sejam considerados relativamente resilientes em comparação com outras regiões do Oceano Índico, episódios de branqueamento têm sido registrados com frequência crescente;
- perda de pradarias marinhas: pradarias de ervas marinhas (*seagrasses*) são ecossistemas críticos para a reprodução de espécies pesqueiras e para a estabilização de sedimentos. Estudos recentes indicam que quase metade das pradarias marinhas da Baía de Inhambane foi perdida nas últimas décadas, em parte devido à intensificação de ciclones tropicais, combinada com pressões de pesca (WRI, 2026). A perda destes habitats afeta tanto o turismo de natureza (observação de megafauna que deles depende) quanto as comunidades pesqueiras que abastecem o setor hoteleiro; e
- contaminação de recursos hídricos: inundações associadas a ciclones e tempestades frequentemente provocam a contaminação de poços e sistemas de abastecimento de água por esgoto e produtos químicos, comprometendo a disponibilidade de água potável para turistas e comunidades.



4.3 Impactos sociais: comunidades dependentes do turismo em situação de vulnerabilidade

Os impactos sociais das mudanças climáticas sobre as comunidades ligadas ao turismo em Inhambane são profundos e multifacetados, afetando meios de vida, segurança alimentar, padrões migratórios e relações de gênero. Estima-se que milhares de famílias na província dependam direta ou indiretamente do turismo, seja por meio do emprego formal em hotéis e operadoras, seja por meio de atividades informais como venda de artesanato, guiagem autônoma, pesca artesanal para abastecimento do setor hoteleiro, e oferta de serviços de transporte (Ricardo, 2004; Júlio *et al.*, 2026).

As comunidades pesqueiras artesanais constituem um segmento particularmente vulnerável, na medida em que combinam alta dependência de recursos ecossistêmicos sensíveis ao clima com baixa capacidade de diversificação econômica. Estudos conduzidos na Baía de Inhambane documentam que mulheres que praticam a catação de mariscos e a pesca com rede “guínia” são desproporcionalmente afetadas pela perda de praias marinhas e pela degradação de manguezais, uma vez que suas atividades dependem criticamente de áreas rasas e vegetadas (WRI, 2026). Estas mulheres descrevem o ambiente marinho como sua “machamba” (casa de vegetais, pomar), evidenciando o entrelaçamento profundo entre o acesso aos recursos naturais, a identidade cultural e a subsistência familiar. Nas palavras de uma mulher pescadora de Guiduane:

As áreas com ervas marinhas estão desaparecendo, todos nós que usamos redes guínia corremos para nos aglomerar ali... o espaço com ervas marinhas é muito pequeno, então não pegamos nada além de coisas muito



pequenas e pequenos caranguejos sem valor aqui (WRI, 2026, tradução nossa).

A insegurança alimentar pós-eventos climáticos emergiu como um tema recorrente nas entrevistas realizadas. Ciclones e inundações destroem estoques de alimentos, contaminam fontes de água e interrompem cadeias de abastecimento e comercialização, situações que se prolongam por semanas ou meses e comprometem a recuperação das comunidades. Famílias cuja renda principal provém do turismo (por exemplo, artesãos que vendem seus produtos a visitantes) ficam duplamente vulneráveis quando eventos climáticos afugentam os turistas, cortando sua fonte de renda em um momento em que a necessidade de recursos para reconstrução e recomposição de estoques aumenta.

Os deslocamentos induzidos por desastres climáticos configuram outra dimensão crítica dos impactos sociais. A IOM (2024) documenta que ciclones como Idai (2019) e Freddy (2023) provocaram deslocamentos temporários e permanentes de populações costeiras em Moçambique, incluindo residentes de áreas turísticas de Inhambane. O deslocamento não apenas interrompe meios de vida, mas também fragiliza redes de suporte social e aumenta a exposição a riscos adicionais em áreas de reassentamento frequentemente precárias.

Um aspecto distintivo dos impactos sociais em Inhambane é a dimensão de gênero. Dados do Instituto Nacional de Estatística de Moçambique (INE) indicam que menos de 30% das mulheres na província têm acesso a emprego formal, em contraste com cerca de 50% dos homens, conforme citado em Fundación Mujeres Por África (2024). Esta disparidade reflete-se no turismo, onde as mulheres estão majoritariamente concentradas em ocupações informais, de menor remuneração e maior vulnerabilidade a cho-



ques climáticos. Simultaneamente, as mulheres são, em muitos contextos, as principais responsáveis pela segurança alimentar e hídrica das famílias, o que as torna agentes críticos na adaptação, embora frequentemente excluídas das instâncias de decisão (WRI, 2026; Mission Inclusion, 2026).

4.4 Estratégias de adaptação e mitigação: Soluções baseadas na Natureza e economia azul

Em resposta aos impactos descritos, um conjunto diversificado de estratégias de adaptação e mitigação vem sendo implementado em Inhambane, envolvendo atores governamentais, organizações da sociedade civil, agências de cooperação internacional e comunidades locais. Destacam-se, neste contexto, as abordagens centradas em Soluções baseadas na Natureza (SbN) e na promoção de uma economia azul regenerativa e inclusiva.

4.4.1 Soluções baseadas na Natureza para a adaptação costeira

As Soluções baseadas na Natureza têm ganhado proeminência como estratégia de adaptação às mudanças climáticas em zonas costeiras, por oferecerem benefícios simultâneos de proteção de infraestruturas, conservação da biodiversidade e geração de meios de vida sustentáveis. Em Inhambane, diversas iniciativas SbN estão em curso, com destaque para:

- restauração de manguezais: ecossistemas de mangue atuam como barreiras naturais contra ondas de tempestade, estabilizam sedimentos, seques-



tram carbono e servem de berçário para espécies pesqueiras. Projetos como o *Regenerative Seascapes for People, Climate and Nature* (ReSea), financiado pelo Governo do Canadá e implementado pela IUCN, *Mission Inclusion* e MULEIDE, apoiam a restauração de manguezais nos distritos de Vilanculo e Inhassoro, combinando a recuperação ecológica com o fortalecimento de meios de vida comunitários (Mission Inclusion, 2026; IUCN, 2024b);

- recuperação de dunas costeiras e vegetação nativa: a reposição da vegetação de dunas (como a planta *Ipomoea pes-caprae*, conhecida localmente como “batata de praia”) contribui para a fixação de sedimentos e a redução da erosão. Iniciativas comunitárias apoiadas pelo Projeto ReSea e por operadores turísticos locais promovem o plantio e a proteção desta vegetação como medida de adaptação de baixo custo e alta efetividade; e
- criação de áreas marinhas protegidas e zonas de exclusão de pesca: embora com objetivos primários de conservação da biodiversidade, as áreas marinhas protegidas (AMPs) também contribuem para a resiliência climática ao manter ecossistemas saudáveis (recifes, mangues, pradarias) que fornecem serviços ecossistêmicos críticos para a proteção costeira e para a sustentabilidade da pesca. O Arquipélago de Bazaruto conta com um estatuto de proteção desde 1971, mas esforços recentes buscam fortalecer a implementação da gestão e a participação comunitária nos conselhos de pesca (Ricardo, 2004; IUCN, 2024b).



A capacitação técnica para implementação de SbN tem sido um componente estratégico dessas iniciativas. Em 2024, o Projeto ReSea realizou uma oficina de treinamento em Vilanculo, reunindo 25 implementadores de projetos e 14 tomadores de decisão em nível distrital e provincial, para capacitação nos Padrões Globais de Soluções baseadas na Natureza da IUCN (IUCN, 2024a). Técnicos do Serviço Provincial de Atividades Econômicas (SPA) de Inhambane e conselheiros de pesca comunitários foram treinados, fortalecendo a governança local e a capacidade de avaliação da sustentabilidade das intervenções.

4.4.2 Iniciativas de Economia Azul Regenerativa e Inclusiva

O conceito de economia azul – que promove o uso sustentável dos recursos oceânicos para o crescimento econômico, melhoria dos meios de vida e empregos, preservando ao mesmo tempo a saúde do ecossistema oceânico – tem sido operacionalizado em Inhambane por meio de projetos que conectam conservação, geração de renda e empoderamento comunitário.

- Projeto ReSea (2023-2027): este projeto de quatro anos, financiado pelo Governo do Canadá e implementado em cinco países africanos, tem como objetivo aumentar a resiliência de comunidades costeiras vulneráveis em Moçambique (distritos de Vilanculo e Inhassoro), através da restauração de ecossistemas marinhos, desenvolvimento de cadeias de valor da economia azul e fortalecimento da governança inclusiva (Mission Inclusion, 2026). Uma característica distintiva do ReSea é sua ênfase na participação de mulheres e jovens, que lideram muitas das intervenções e partici-



pam ativamente dos conselhos de pesca comunitários, estruturas de governança que tradicionalmente têm sido dominadas por homens;

- Iniciativa Grande Muralha Azul (*Great Blue Wall* - GBW): lançada em 2021, esta iniciativa impulsionada pela África e liderada pelo Oceano Índico Ocidental visa acelerar e expandir ações de conservação oceânica, aumentar a resiliência socioecológica e desenvolver uma economia azul regenerativa, através do estabelecimento de uma rede conectada de paisagens marinhas (*seascapes*) (IUCN, 2024a). Inhambane é uma das áreas focais da GBW em Moçambique, com investimentos previstos para o fortalecimento da governança das áreas marinhas, implementação de SbN e criação de empregos azuis sustentáveis (Africa's Green Economy Summit, 2024);
- ProsperAzul: iniciativa cofinanciada pelo Ministério Federal Alemão de Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ) e pela União Europeia, implementada pela GIZ, que promove uma economia azul inclusiva e resiliente ao clima em Moçambique, com foco em pescas, aquicultura e turismo sustentável na paisagem marinha de Inhambane (GIZ, 2025). A iniciativa apoia o desenvolvimento de cadeias de valor pesqueiras sustentáveis, a certificação de práticas turísticas responsáveis e o fortalecimento de capacidades para a gestão integrada da zona costeira; e
- turismo comunitário e ecológico: uma linha de ação complementar envolve o desenvolvimento de modelos de turismo de base comunitária que diversificam as fontes de renda de populações vulneráveis, criam incenti-



vos para a conservação e reduzem a dependência de atividades altamente sensíveis ao clima. A Cooperativa Khessani, no distrito de Jangamo, composta por 15 mulheres, desenvolve um projeto de aquicultura sustentável em manguezais, com apoio da Fundação Mulheres por África, da AECID e do Duna Lodge, combinando conservação ambiental, segurança alimentar e geração de renda, com a criação de uma rota de turismo sustentável como um dos componentes (Fundación Mujeres Por África, 2024). Experiências como esta demonstram o potencial de integrar adaptação climática, desenvolvimento econômico e turismo responsável.

O Quadro 2 sumariza as principais estratégias de adaptação e mitigação identificadas em Inhambane, seus atores e escopo de atuação.

Quadro 2 – Estratégias de adaptação e mitigação em Inhambane (síntese)

ESTRATÉGIA TIPO	EXEMPLOS PROJETOS	ATORES PRINCIPAIS	ABORDAGEM
Restauração de manguezais	Projeto ReSeao	IUCN, Mission Inclusion, MULEIDE, Comunidades	Soluções baseadas na Natureza
Recuperação de dunas	ReSea; Iniciativas comunitárias	Comunidades, operadores turísticos	Soluções baseadas na Natureza
Capacitação em SbN	Oficinas IUCN (Padrões Globais NbS)	IUCN, SPAE, conselhos comunitários	Fortalecimento de capacidades
Economia azul regenerativa	Great Blue Wall (GBW)	IGIZ, BMZ, União Europeia	Política de conservação e desenvolvimento
Economia azul inclusiva	ProsperAzul	IUCN, SPAE, conselhos comunitários	Desenvolvimento de cadeias de valor
Aquicultura sustentável	Cooperativa Khessani	Mulheres, Fundación Mujeres por África, Duna Lodge	Turismo comunitário, empoderamento feminino
Planejamento e zoneamento	Estudos geoespaciais (Júlio et al., 2026)	Pesquisadores, governo provincial	Planejamento territorial

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa



4.5 Desafios e barreiras à Adaptação Efetiva

A despeito dos avanços representados pelas iniciativas descritas, persistem desafios significativos à adaptação efetiva do turismo às mudanças climáticas em Inhambane. Os principais desafios identificados incluem:

- fragilidade institucional e de governança: a implementação de políticas de adaptação e mitigação requer coordenação entre múltiplos níveis de governo (nacional, provincial, distrital) e setores (turismo, ambiente, obras públicas, planejamento territorial). As entrevistas realizadas indicaram que, embora existam marcos legais e políticas relevantes, a capacidade operacional para implementação é limitada, especialmente em nível local;
- restrições financeiras: o financiamento da adaptação climática é substancialmente aquém das necessidades identificadas. Embora projetos de cooperação internacional como ReSea e ProsperAzul desempenhem um papel importante, sua cobertura é limitada em termos geográficos e temporais. A escassez de recursos públicos para investimentos em infraestrutura resiliente para apoio a pequenos empreendimentos turísticos constitui uma barreira crítica;
- exclusão de grupos vulneráveis dos processos decisórios: a despeito dos esforços de inclusão promovidos por alguns projetos, persiste a sub-representação de mulheres, jovens e pescadores artesanais nos conselhos de gestão de recursos naturais e



nas instâncias de planejamento turístico. Esta exclusão limita a efetividade e a legitimidade das estratégias de adaptação, bem como seu alinhamento com as necessidades e conhecimentos locais (WRI, 2026);

- conflitos entre objetivos de conservação e desenvolvimento: em algumas situações, medidas de proteção ambiental (como zonas de exclusão de pesca ou restrições à exploração turística em áreas sensíveis) geraram tensões com comunidades que dependem desses recursos para sua subsistência, exigindo processos cuidadosos de negociação e compensação (Ricardo, 2004); e
- informação e capacidade técnica limitadas: a implementação de SbN e outras estratégias de adaptação requer conhecimentos técnicos especializados que nem sempre estão disponíveis em nível local. Embora iniciativas de capacitação estejam em curso, a escala da demanda supera a oferta de treinamento e assistência técnica.

4.6 Discussão integrada: construindo resiliência turística em contexto de emergência climática

Os resultados apresentados evidenciam que Inhambane encontra-se em uma encruzilhada crítica no que concerne à sustentabilidade de seu turismo frente às mudanças climáticas. Por um lado, a região exibe vulnerabilidades significativas – geográficas, ecológicas, socioeconômicas e institucionais – que a tornam altamente suscetível aos impactos de eventos extremos e processos crônicos de degradação costeira. Por outro lado,



observa-se um dinamismo notável na articulação de respostas, envolvendo uma pluralidade de atores que, ainda que de forma ainda insuficiente frente à magnitude dos desafios, vêm construindo alternativas promissoras.

A análise comparativa com outras regiões costeiras tropicais que enfrentam desafios similares permite identificar elementos que podem contribuir para a construção de resiliência turística em Inhambane (Quadro 3).

Quadro 3 – Fatores críticos para a resiliência turística em zonas costeiras tropicais

Fator crítico	Situação em Inhambane	Recomendações
Planejamento territorial integrado	Parcial; estudos geoespaciais recentes disponíveis	Incorporar riscos climáticos no zoneamento turístico; regulamentar ocupação de zonas de risco
Infraestrutura resiliente	Limitada; danos recorrentes pós-ciclones	Investir em construção e modernização com padrões de resiliência; sistemas de drenagem sustentáveis
Diversificação econômica	Baixa; alta dependência do turismo costeiro	Fomentar cadeias de valor complementares (agroecologia, artesanato certificado)
Sist. de alerta prévio e resposta a desastres	Em desenvolvimento	Integrar setor turístico nos planos de contingência; treinamento de gestores
Participação comunitária e inclusão social	Avanços pontuais; exclusão persistente	Fortalecer conselhos de gestão comunitária; garantir representação equitativa de gênero
Financiamento da adaptação	Dependente de cooperação internacional	Criar linhas de crédito de adaptação para pequenos empreendimentos; taxas turísticas para fundos de resiliência

Fonte: Elaborado pelo autor.

Um aspecto que emerge com clareza da análise é a centralidade das abordagens baseadas na natureza como estratégia de adaptação com benefícios múltiplos e potencial de escalabilidade. A restauração de manguezais, a recuperação de dunas e



a proteção de pradarias marinhas oferecem não apenas proteção costeira, mas também sequestro de carbono, conservação da biodiversidade e oportunidades de geração de renda para comunidades locais. A integração destas abordagens com o turismo – por meio, por exemplo, de roteiros de turismo de natureza focados em ecossistemas restaurados, ou de certificações ambientais para empreendimentos que apoiam a restauração – representa uma via promissora para alinhar conservação e desenvolvimento.

A dimensão de gênero constitui outro elemento transversal de importância crítica. Os dados evidenciam que as mulheres são, simultaneamente, as mais afetadas pela degradação ambiental e pelos choques climáticos (devido à sua concentração em atividades vulneráveis e à exclusão de instâncias de decisão) e agentes centrais da adaptação (por meio de suas redes informais, conhecimentos locais e protagonismo em iniciativas comunitárias bem-sucedidas). Políticas e projetos que não incorporem explicitamente uma perspectiva de gênero correm o risco de perpetuar ou mesmo amplificar desigualdades pré-existent.

Finalmente, é necessário reconhecer que as estratégias de adaptação e mitigação, embora essenciais, não eliminam os riscos climáticos em sua totalidade. A intensificação projetada de ciclones e a aceleração da elevação do nível do mar, mesmo em cenários de emissões mais otimistas, implicam que algumas áreas atualmente ocupadas por infraestrutura turística podem se tornar inviáveis a médio ou longo prazo. Planejar para esta possibilidade – incluindo a realocação assistida de empreendimentos e comunidades, quando necessária – é uma tarefa politicamente delicada e socialmente custosa, mas que não pode ser adiada indefinidamente.



Este estudo analisou os impactos das mudanças climáticas no turismo da província de Inhambane, Moçambique, e as estratégias de adaptação e mitigação que vêm sendo implementadas na região. Os principais achados podem ser sintetizados da seguinte forma:

- Inhambane é duplamente vulnerável: sua elevada atratividade turística, baseada em ecossistemas costeiros e marinhos singulares, coincide com uma exposição climática acentuada (ciclones frequentes, elevação do nível do mar, erosão costeira) e uma capacidade adaptativa limitada, configurando um quadro de risco elevado para o setor turístico.
- Os impactos são expressivos e multifacetados: na dimensão econômica, danos recorrentes à infraestrutura turística e perdas de receita decorrentes da redução do fluxo de visitantes pós-eventos extremos; na dimensão ambiental, erosão costeira afetando cerca de 70% do litoral e degradação de ecossistemas críticos (manguezais, pradarias marinhas, recifes de coral); na dimensão social, insegurança alimentar, deslocamentos e descapitalização de comunidades que dependem do turismo e da pesca artesanal.
- Respostas estão em curso, mas em escala ainda insuficiente: projetos como ReSea, ProsperAzul e a Iniciativa Grande Muralha Azul vêm promovendo Soluções baseadas na Natureza, restauração de ecossistemas costeiros, desenvolvimento de cadeias de valor da economia azul e fortalecimento da gover-



nança inclusiva. Iniciativas de turismo comunitário e aquicultura sustentável protagonizadas por mulheres, como a Cooperativa Khessani, demonstram o potencial de integrar adaptação climática, conservação e geração de renda.

- Desafios estruturais persistem: fragilidade institucional, restrições financeiras, exclusão de grupos vulneráveis dos processos decisórios e limitações de capacidade técnica constituem barreiras significativas à adaptação efetiva em escala compatível com a magnitude dos riscos.



REFERÊNCIAS

AFRICA'S GREEN ECONOMY SUMMIT. Harnessing Blue Economy Potential: Scoping Study Unveils Business Solutions for Sustainable Development in Inhambane and Cabo Delgado Seascapes in Mozambique. **LinkedIn Post**, [s. l.], 08 jul. 2024. Disponível em: <https://iucn.org/story/202407/harnessing-blue-economy-potential-scoping-study-unveils-business-solutions-sustainable>. Acesso em: 15 jan. 2026.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

FLETCHER, C. *et al.* Climate Change and Coastal Tourism Destinations. In: SCOTT, D.; GÖSSLING, S.; HALL, C. M. (ed.). **Tourism and Climate Change**: impacts, adaptation and mitigation. London: Routledge, 2019. p. 156-178.

FUNDACIÓN MUJERES POR ÁFRICA. **Khessani Cooperative**: Sustainable Mangroves for Food Security, Gender Equality, and Eco-Tourism in Inhambane Bay, Mozambique. **Mujeres por África**, Madrid, 2024. Disponível em: <https://mujeresporafrica.es/en/proyectos/khessani-cooperative>. Acesso em: 15 jan. 2026.

GIZ. ProsperAzul: Promoting a Sustainable Blue Economy in Mozambique. **GIZ**, Maputo, 2025. Disponível em: <https://www.giz.de/en/worldwide/mozambique.html>. Acesso em: 20 jan. 2026.

GÖSSLING, S.; HALL, C. M. **Tourism and Global Environmental Change**: ecological, social, economic and political interrelationships. London: Routledge, 2006.

GRIMM, I. J. *et al.* Tourism and Climate Change: A Comprehensive Analysis of GHG Emissions. **Journal of Sustainable Tourism**, [s. l.], v. 26, n. 5, p. 829-848, 2018.



GUAMBE, J. J. J.; DA SILVA, J. J. Vulnerabilidade climática, política e sanitária do turismo em Moçambique. **GeoUSP**, São Paulo, v. 26, n. 3, e-201267, dec. 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/201267>. Acesso em: 10 abr. 2026.

INAM. **Relatório Anual de Ciclones Tropicais 2017-2024**. Maputo: Instituto Nacional de Meteorologia de Moçambique, 2024.

INGD. **Anuário Estatístico de Desastres em Moçambique 2020**. Maputo: Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres, 2021.

IOM. **Displacement Tracking Matrix - Mozambique: Cyclone Freddy Report.** Maputo: International Organization for Migration, 2024.



IPCC. **Climate Change and Land**: an IPCC special report on climate change, desertification, land degradation, sustainable land management, food security, and greenhouse gas fluxes in terrestrial ecosystems. [S. l.]: IPCC, 2019. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2019/11/SRCCL-Full-Report-Compiled-191128.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2026.

IPCC. **Climate Change 2023**: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Geneva: IPCC, 2023.

IUCN. **Great Blue Wall Initiative**: Scoping Study Mozambique. Gland: International Union for Conservation of Nature, 2024a.

IUCN. Transforming Coastal Adaptation Through Nature-Based Solutions in Inhambane. **IUCN News**, [s. l.], 28 ago. 2024b. Disponível em: <https://iucn.org/fr/node/41979>. Acesso em: 18 jan. 2026.

JÚLIO, T. A. *et al.* A sustentabilidade do turismo no município de Inhambane (Moçambique), em contexto de mudanças climáticas: vulnerabilidades e alternativas de adaptação. **Revista Geografias**, [s. l.], v. 36, n. 84, p. 31-45, 2026.

MICOA. **Estratégia de Gestão da Zona Costeira de Moçambique**. Maputo: Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental, 2015.

MISSION INCLUSION. Women and Youth Lead Climate Adaptation as Canadian Delegation Visits Inhambane Seascape. **Mission Inclusion News**, [s. l.], 25 mar. 2026. Disponível em: <https://mission-inclusion.ca/en/news>. Acesso em: 28 mar. 2026.



MUGABE, V. **Desastres Naturais e Emergências em Saúde em Moçambique**: uma análise com enfoque no impacto dos Ciclones Idai e Kenneth para a Saúde Pública. 2021. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

PĂCURAR, A. The climate change and its impact on international Dimension of tourism. **Carpathian Journal of Earth and Environmental Sciences**, [s. l.], Vol. 10, No. 2, p. 281-292, May 2015.

PHILLIPS, M. R.; JONES, A. L. Erosion and Tourism Infrastructure in the Caribbean. **Journal of Coastal Research**, [s. l.], v. 22, n. 4, p. 878-887, 2006.

RE:WILD. **Marine Biodiversity Assessment**: Bazaruto Archipelago. Maputo: Re:Wild Southern Africa, 2024.

RICARDO, G. **Sustainable tourism development**: a case study of Bazaruto Island in Inhambane, Mozambique. 2004. Dissertação (Mestrado em Artes) - University of the Western Cape, Bellville, 2004.

ROBINSON, S. **Climate Change Adaptation in Small Island Developing States**. 2017. Thesis (Doctorate in Philosophy) – Australian National University, Acton, 2017.

SCOTT, D.; GÖSSLING, S.; HALL, C. M. **Tourism and Climate Change**: impacts, adaptation and mitigation. London: Routledge, 2012.

WRI. Dwindling Seagrass Is Disproportionately Impacting Coastal Women along Mozambique's Inhambane Bay. **WRI Insights**, [s. l.], 16 abr. 2026. Disponível em: <https://www.wri.org/insights/dwindling-seagrass-impacting-coastal-communities>. Acesso em: 20 abr. 2026.



16

"Tem peixe nesse rio?": percepções locais sobre as mudanças climáticas no turismo no Pantanal

Mara Aline Ribeiro

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

E-mail: mara-aline.ribeiro@ufms.br

1 INTRODUÇÃO

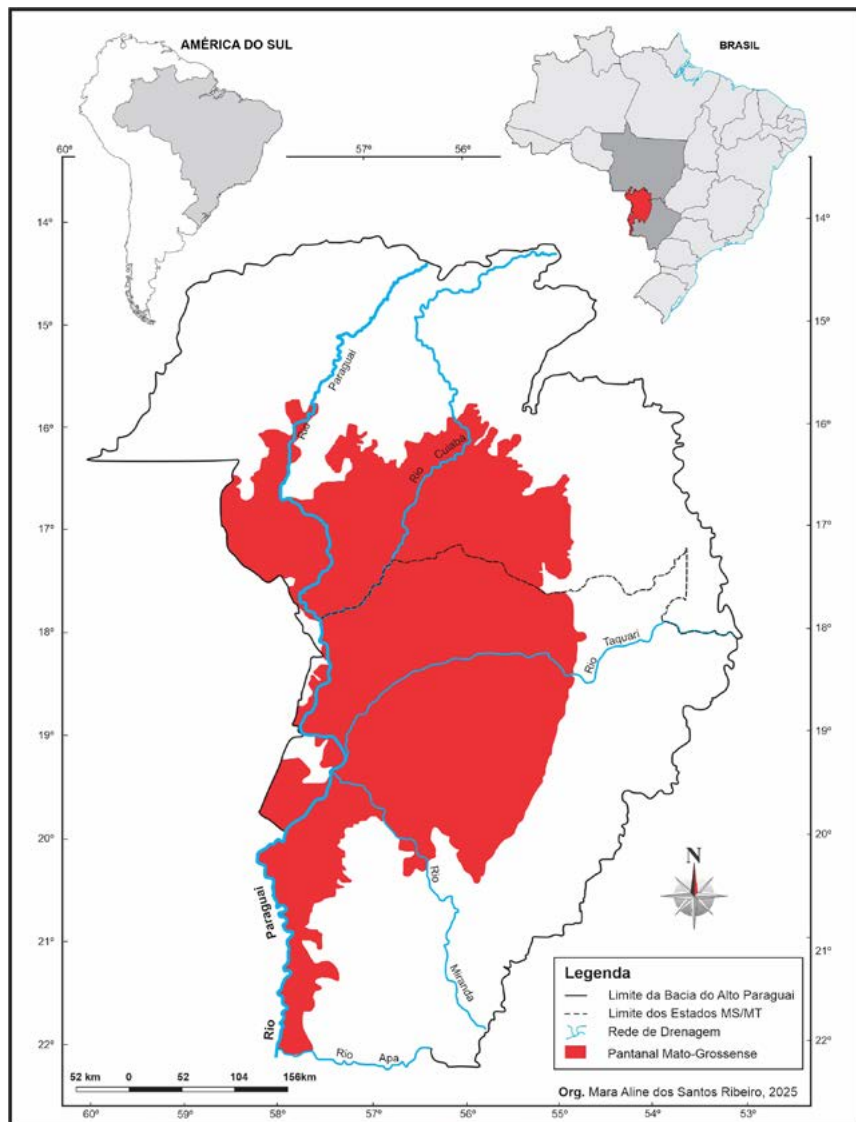
Ao adentrar terras pantaneiras para prática do turismo de pesca ou de contemplação, os turistas se deparam com uma extensa área de 150.355 km² (IBGE, 2020), entre os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul no Brasil, e que se prolonga até a Bolívia e o Paraguai. A exuberância da fauna e da flora, em comunhão com a população local, forma um exemplar de produção turística dependente da estabilidade ambiental para sobrevivência das espécies e das comunidades pantaneiras, representadas por indígenas, ribeirinhos e quilombolas, que enfrentam sérios desafios climáticos, como estiagem prolongada, incêndios florestais recorrentes e o baixo volume hídrico dos rios. Tais fatores causam impactos ambientais de alto espectro, prejudicando a produção turística local, sobretudo diante das características do turismo no Pantanal.

A Figura 1 mostra a área do Pantanal entre os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e serve como balizadora para a análise científica deste artigo.

Em um ambiente onde a prática turística depende do meio ambiente, as mudanças climáticas que assolam o mundo atingem economicamente as gentes pantaneiras. Ou seja, homens, mulheres e crianças que vivem e produzem no Pantanal (Ribeiro, 2015) e estão envolvidas diariamente na construção, reconstrução e ressignificação da Geografia do Pantanal (Ribeiro, 2015, p. 37), têm no turismo a principal fonte de renda. Esse movimento desperta indagações no sentido de entender como a população local sente os impactos das mudanças climáticas e a interferência na diminuição dos postos de trabalho com a retração do turismo.



Figura 1 – Mapa do Pantanal



Fonte: elaborado por Resende-Filho, 2025.



Para tanto, o estudo tem como objetivo compreender a percepção dos moradores do Pantanal sobre os impactos que as mudanças climáticas promovem no viver pantaneiro, os quais interferem diretamente no fluxo do turismo, na redução dos postos de trabalho (Gössling *et al.*, 2010) e, consequentemente, na vulnerabilidade econômica dos trabalhadores do turismo no Pantanal. Diante de tal perspectiva, algumas indagações permearam a pesquisa, dentre elas: (1) houve, realmente, retração do turismo no Pantanal durante o período dos incêndios florestais? (2) Os postos de trabalho, sobretudo do turismo de pesca esportiva, reduziram? (3) Como a comunidade local entende as mudanças climáticas?

Nesse cenário, foi elencado o referencial teórico da pesquisa, que são os estudos sobre as mudanças climáticas (Gössling *et al.*, 2010; Gössling; Scott, 2024; Grimm, 2019; Navarro-Drazich *et al.*, 2023; Silva; Fialho; Rocha, 2022), analisados a partir da geografia do turismo (Cruz, 2007; Grimwood; Lee; Higgins-Desbiolles, 2024; Sánchez, 1991; Scheyvens, 2025), permeada por pesquisadores das especificidades da planície pantaneira, como, dentre outros, Ribeiro (2015), Banducci Júnior (2007) e Silva, Fialho e Rocha (2022).

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para responder às perguntas da pesquisa, foi feito um levantamento bibliográfico a partir do qual foram analisados artigos com temas distribuídos entre mudanças climáticas, turismo e Pantanal. Estes, respaldados pela geografia do turismo, conduziram as imersões a campo para entrevistar interlocutoras/es locais que trabalham com o turismo. São empresários e traba-



lhadores da hotelaria, como cozinheiras, barqueiros, guias, garçons, garçonetes, dentre outras. Nesse esforço, foram realizadas dez entrevistas entre os meses de abril e agosto de 2024, e o critério de seleção das pessoas foi o de serem trabalhadoras/es do turismo. Esse tipo de amostragem possibilitou ter uma percepção mais próxima da realidade dos impactos e das interferências das mudanças climáticas no turismo do Pantanal e na vida das gentes pantaneiras.

A observação direta possibilitou a compreensão do funcionamento da engrenagem turística local. A intersecção entre a teoria e o trabalho de campo revelou que a população local ainda acredita, erroneamente, que a seca extrema e os incêndios florestais fazem parte do ciclo natural do Pantanal, negando, de alguma maneira, o efeito devastador da crise climática.

As percepções das gentes pantaneiras sobre as transformações pelas quais o Pantanal está passando podem ser detectadas durante o trabalho de campo, respaldadas em, pelo menos, três décadas de vivência da pesquisadora na região delimitada, proporcionando a completude da análise. A partir da construção de uma aproximação entre a pesquisadora e as/os interlocutores/as da pesquisa e com o suporte das redes sociais, foi possível continuar as conversas para além dos períodos de campo em busca de uma aproximação da realidade vivida pela comunidade local.

3 O TURISMO COMO UM DESAFIO DIANTE DOS EVENTOS CLIMÁTICOS NO PANTANAL

O Pantanal conta com biodiversidade e tradições culturais ímpares, entretanto, enfrenta sérios desafios ambientais (Silva;



Fialho; Rocha, 2022) que ameaçam a subsistência da população em um território de contrastes, onde a fauna e a flora coexistem à intervenção humana e pelas alterações climáticas (Silva; Fialho; Rocha, 2022).

Nesse ambiente, na década de 1970, iniciou-se a atividade turística baseada no turismo de pesca e no turismo de contemplação da natureza. A produção turística envolveu infraestrutura hoteleira, equipamentos de suporte à atividade e criação de postos de trabalho (Ribeiro, 2015). O turismo pantaneiro é produzido em ambiente natural e depende das condições climáticas que promovem os ciclos de cheias e vazantes, responsáveis pela reprodução da fauna, da flora e, consequentemente, pela manutenção do turismo no mercado mundial.

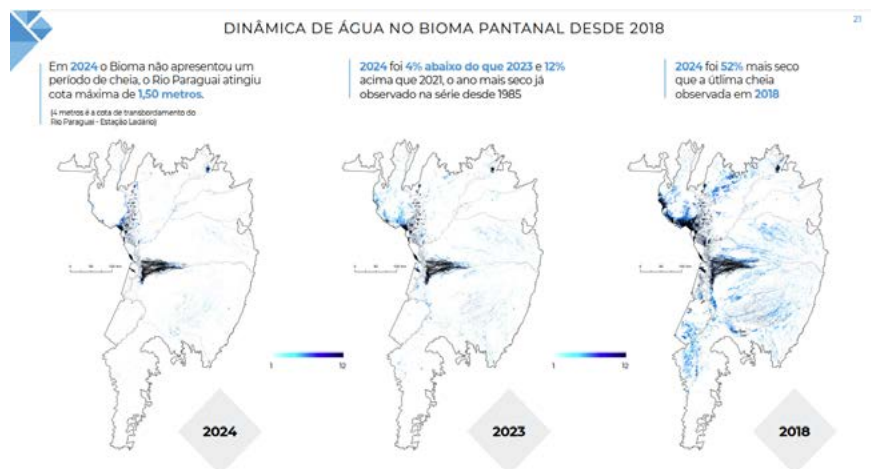
A fala de um interlocutor¹, que é administrador de uma pousada localizada na Estrada-Parque Pantanal, serve como exemplo da dependência ambiental do turismo, quando lembra que: “[...] teve um tempo que o rio tinha muito peixe, o turista saía agradecido, dava gorjeta boa e voltava no ano seguinte”². Essa dinâmica está sendo seriamente impactada pelas mudanças climáticas que há décadas vêm sendo anunciadas pelas mais diferentes esferas institucionais mundo afora. Estas transformações estão atingindo sobremaneira o turismo mundial e os empregos (Gössling *et al.*, 2010).

¹ Para preservar a identidade das/os interlocutoras/es foram atribuídos pseudônimos. A identidade das/os mesmas/os se encontra nos arquivos da pesquisadora.

² Entrevista de pesquisa concedida por “João”, administrador de Pousada Pantaneira, em 17 de julho de 2024.



Figura 2 – Dinâmica da água no Pantanal



Fonte: MapBiomas (2025a, p. 21).

No Pantanal, o turismo, sob os efeitos da crise climática, necessita de ajustes urgentes para assegurar a continuidade da atividade de maneira sustentável (Grimm, 2019), garantindo a manutenção dos empregos e da principal fonte de renda dos trabalhadores envolvidos. Entretanto, o bioma sente os efeitos dos incêndios florestais, do desmatamento e da redução do volume de água que devastam o ecossistema e reduzem a oferta de emprego. Para a camareira de uma pousada, “[...] quando tá muito seco (o rio), não tem peixe e aí tem pouco turista, aí piora tudo por aqui [...]”³. A fala da mulher reflete os efeitos da seca prolongada no ambiente pantaneiro, que leva à diminuição de hóspedes e, conseqüentemente, de trabalho.

³ Entrevista de pesquisa concedida por “Maria”, trabalhadora do turismo, em 28 de agosto de 2024.



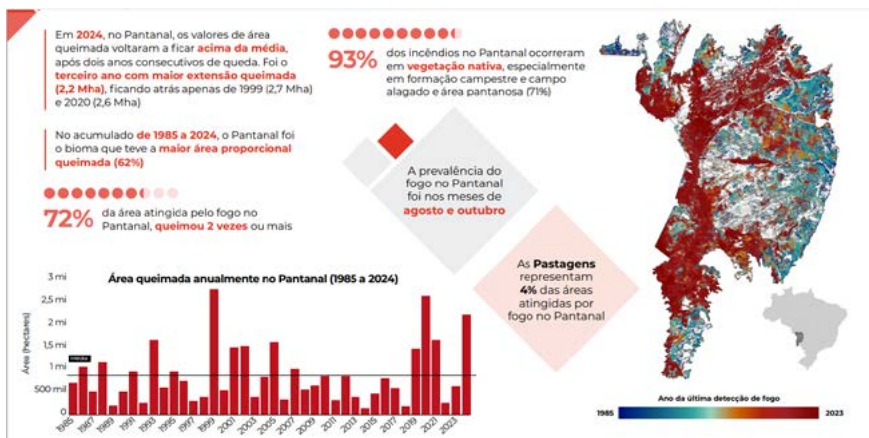
De acordo com o MapBiomas (Pantanal [...], 2024), o Pantanal foi o bioma que mais sofreu com a seca, apresentando uma área de água anual em 2023 de 382 mil hectares, o que representa uma queda de 61% em relação à média histórica. A Figura 2 materializa essa crise hídrica, revelando um cenário de vulnerabilidade ambiental e social que beira aos extremos, considerando que, em 2024, o Pantanal não passou pelo ciclo de cheia, uma vez que a cota máxima do Rio Paraguai foi de apenas 1,50 metros, interferindo na navegabilidade e, conseqüentemente, na circulação de turistas.

A Figura também mostra a redução drástica das manchas azuis, que representa a água, desde 2018, ou seja, para o turismo, a diminuição das águas nos rios da bacia pantaneira reduz o volume de peixes, de espécies da fauna e da flora pantaneira e dificulta a operação de barcos-hotéis, resultando na retração do turismo e de recursos para as pessoas que trabalham com a atividade turística.

As alterações climáticas afetam tanto as atividades econômicas quanto a diversidade biológica da região (Silva; Fialho; Rocha, 2022). As queimadas têm impactado profundamente os biomas brasileiros, e o Pantanal está entre os mais prejudicados (Figura 3). No período de 1985 a 2020, 57% de sua extensão foi devastada pelo fogo e, apenas em 2020, as chamas consumiram 30% da área. Logo, é urgente a prospecção de medidas concretas para conter o avanço das queimadas recorrentes (Freitas *et al.*, 2023), provocadas, também, por ações endógenas.



Figura 3 – Área queimada anual no Pantanal de 1985 a 2024 e área queimada média anual em hectares (há/ano)



Fonte: Mapbiomas (2025b, p. 22).

A Figura 3 apresenta evidências quantitativas robustas dos impactos dos incêndios florestais no Pantanal, isso porque 93% da vegetação nativa foi atingida pelo fogo, o que tem como consequência a perda da biodiversidade pantaneira e se torna um agravante para a prática turística local, pois reduz o interesse do turista para a prática do turismo de contemplação da natureza. É importante considerar, também, que a prevalência do fogo, entre agosto e outubro, pode interferir no período de alta temporada, com cancelamento de reservas em pousadas ou redução no número de turistas, gerando prejuízos financeiros.

Nesse sentido, um guia de turismo disse, em entrevista, que: "O turismo não chega a parar, mas começa a



Com relação aos impactos das mudanças climáticas sobre o trabalho na região do Pantanal, Ribeiro (2025, p. 11) afirma que “[...] os rios da Bacia do Alto Paraguai, historicamente geradores de emprego e renda, enquanto símbolo de fartura e fonte de recursos estão secando aos olhos dos pantaneiros”, e continua com a citação de um interlocutor:

"Pra mim o rio Miranda é tudo. Porque tudo o que eu tenho veio dele, comprei minha casa, criei meu filho, mostrando os jacaré pros turistas. Tudo veio do rio, ele é praticamente minha vida. Hoje o rio deixou de ser a estrada e passou a ser uma fonte de exploração por parte dos empresários. A galinha dos ovos de ouro, mas estão matando a galinha" (Ribeiro, 2015, p. 11).

A insegurança social e ambiental provocada por eventos climáticos torna o trabalho com o turismo uma prática instável,

4 Entrevista de pesquisa concedida por “Pedro”, guia de turismo, em 28 de agosto de 2024.



vulnerável e fragilizada diante das incertezas. Portanto, "[...] para manter o turismo como atividade econômica viável, é fundamental implementar políticas que garantam ambientes de trabalho seguros e resilientes às mudanças climáticas" (Navarro-Drazich, 2023). Ademais, Moraes *et al.* (2025, p. 77) acrescentam que:

Os impactos dos incêndios no bioma afetam diretamente a comunidade local, constituída por ribeirinhos, indígenas, quilombolas e pequenos agricultores, que enfrentam problemas de saúde devido à inalação de fumaça, além do medo constante de perderem suas casas para o fogo.

Os enfrentamentos das gentes pantaneiras para a manutenção do emprego as colocam em risco pessoal, na tentativa de atender ao máximo as expectativas dos turistas, que insistem na prática do turismo de pesca esportiva, em alguns casos porque já estão com os pacotes de viagem pagos, período de férias previsto e passagens aéreas compradas. Essa categoria de turista, na realidade, não se incomoda com as condições climáticas ou os incêndios florestais que assolam grandes extensões de terras no Pantanal.

Isso porque, eles, destacadamente homens, querem pescar e fotografar os melhores e maiores exemplares dos rios, independente das margens estarem ladeadas pelo fogo ou não. Enquanto não atingem seus objetivos, querem permanecer pescando, colocando em risco a própria vida e a dos piloteiros ou guias de pesca. A citação abaixo, de um barqueiro, retrata o comportamento de alguns turistas de pesca:



A [queimada] de 2024 foi terrível, eu *tava* no rio Miranda. A beira de rio *queimô* tudinho, morreu bicho, o fogo pulava de um lado *pro* outro do rio. Eu *tava* com chalana de madeira, os dois *lado* do rio *tinha* fogo. O turista falava: “*prá onde nós vamo?*”, eu falei: “*não tem lugar prá corê*”, mas mesmo assim eles não queriam parar.⁵

A preocupação com a redução ou ausência de renda, conforme observado em campo, não retrata os números apresentados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo CAGED) de 2025 (CAGED, 2025). Para materializar essa questão, foi elencado o município de Corumbá, no estado de Mato Grosso do Sul, considerado o maior município do Pantanal em extensão territorial, com 64.431,145km² (IBGE, 2025a), sendo que 95% do território do município está inserido no bioma Pantanal (IBGE, 2025b).

Os dados para análise das Atividades Características do Turismo (ACTs) foram extraídos do Novo CAGED e são importantes para investigar o comportamento no âmbito da relação da resiliência do turismo aos extremos climáticos a partir do número de empregados e desempregados do setor da atividade turística.

Na Tabela 1 é possível observar dados recentes do saldo e do percentual de empregados demitidos e admitidos nos anos de 2024 e 2025, no município de Corumbá/MS. Enquanto o ano de 2024 encerrou com retração e um saldo negativo (-2), o ano de 2025 fechou com saldo muito mais elevado (149), garantindo a retomada do setor.

5 Entrevista de pesquisa concedida por “José”, piloterio no Rio Miranda, em 17 de julho de 2024.



Tabela 1 – Tabela comparativa de empregos formais no setor do turismo nos anos de 2024 e 2025

Indicador (ACTs)	2024	2025
Admitidos	719	485
Desligados	721	336
Saldo	-2	149
Percentual	6,85%	9,52%

Fonte: Organizado pela autora com base nos dados do Novo CAGED (CAGED, 2025).

Os Gráficos 1 e 2 revelam uma mudança estrutural do mercado de trabalho formal do turismo entre 2024 e 2025 no município de Corumbá. O ano de 2024 pode ser considerado o terceiro ano com maior extensão queimada: “Em 2024, a área queimada no primeiro semestre aumentou 529% em relação aos anos anteriores [...]. Corumbá foi o município mais afetado por incêndios no primeiro semestre 2024” (MapBiomias, 2025).

Esse percentual elevado pode ter afetado a operacionalidade do setor. Os números positivos do ano de 2025 conduzem ao entendimento de uma adaptação do mercado e a redução dos incêndios florestais, seja por ação antrópica ou pelo aumento das chuvas na região.

Destacadamente, embora o setor de alimentação seja o que mais emprega, foi assolado pela maior queda de contratações. Se em 2024 o saldo era 11 para 357 admitidos, em 2025 caiu para 10, com 198 admitidos, caracterizando o setor como um dos mais voláteis às oscilações por temporada.



Gráfico 1 – Emprego formal no turismo - Evolução Admitidos Agrupamento IPEA - 2024



Fonte: Alumia (2025).

Gráfico 2 – Emprego formal no turismo - Evolução Admitidos Agrupamento IPEA - 2025



Fonte: Alumia (2025).

É importante lembrar que os dados estatísticos não correspondem exatamente à realidade local, porque são considerados apenas os empregos formais, ou seja, aqueles com carteira de trabalho assinada ou contrato oficial, que garante direitos trabalhistas e previdenciários. Porém, um percentual representativo de trabalhadoras e trabalhadores do turismo representa profissionais que atuam em área não urbana do município de Corumbá e estão trabalhando,



majoritariamente na informalidade, em sistema de diárias; situação esta não captada nas estatísticas dos órgãos oficiais, como o Novo CAGED ou as Fundações de Turismo, fortalecendo a precarização do trabalho com o turismo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A multiplicidade das gentes pantaneira é permeada por contrastes e contradições sociais, econômicas e culturais que, juntas, constituem a identidade local, em meio a desafios contínuos. Dessa maneira, a comunidade precisa se reinventar para sobreviver em meio aos extremos climáticos que expõem o Pantanal às intempéries.

A crise climática é uma realidade na maior planície de inundação do mundo, destacadamente, com os incêndios florestais de grandes proporções, com a diminuição do volume de água dos rios da Baía do Alto Paraguai que promovem a retração do turismo e, conseqüentemente, a redução dos postos de trabalho, vulnerabilizando trabalhadoras/es historicamente oprimidos pelo trabalho precarizado. Esse cenário responde às perguntas do texto, pois, realmente, houve uma redução do turismo durante os extremos climáticos e, como resultado, a diminuição dos postos de trabalho, a despeito de uma parcela da população local entender o fenômeno climático como “passageiro”, em um processo, talvez, de negação da realidade climática.

Portanto, urge a necessidade de implementar medidas de mitigação e adaptação para resguardar a permanência das pessoas no Pantanal, como, por exemplo, descarbonização do transporte turístico, substituição de motores a diesel por



Por fim, esta discussão provoca uma reflexão sobre a urgência de equilibrar o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental em um dos biomas mais importantes do planeta.



REFERÊNCIAS

ALUMIA. Indicadores gerais – Socioeconômico. **Alumia**, [s. l.], 2025. Disponível em: <https://alumia.tur.br/socioeconomico/#dashboard>. Acesso em: 10 abr. 2026.

BANDUCCI JÚNIOR, A. **A natureza do pantaneiro**: relações sociais e representação de mundo no Pantanal. Campo Grande: Ed. UFMS, 2007.

CAGED. Painel de Informações. **Novo CAGED – Novo Cadastro Geral de Emprego e Desemprego**, Brasília, DF, 2025. Disponível em: <https://app.powerbi.com/singleSignOn?language=pt-BR&ru=https%3A%2F%2Fapp.powerbi.com%2Fhome%3Flanguage%3Dpt-BR%26noSignUpCheck%3D1>. Acesso em: 10 mar. 2025.

CRUZ, R. C. **Geografias do turismo**: de lugares a pseudo-lugares. São Paulo: Edusp, 2007.

FREITAS, E. P.; PEREIRA, L. S.; SÁ, R. R.; PEREIRA, V. S. Flexibilização da política ambiental no contexto das mudanças climáticas e os impactos socioterritoriais para o Pantanal sul-mato-grossense. **Revista GeoPantanal**, Corumbá, v. 18, n. 34, p. 149-166, jan./jun. 2023.

GÖSSLING, S.; HALL, C. M.; PEETERS, P.; SCOTT, D. The future of tourism: can tourism growth and climate policy be reconciled? **Tourism Recreation Research**, [s. l.], vol. 35, n. 2, p. 119-130, 2010.

GÖSSLING, S.; SCOTT, D. Climate change and tourism geographies. **Tourism Geographies**, [s. l.], vol. 27, n. 3-4, p. 642-652, 2024.



GRIMWOOD, B. S. R.; LEE, E.; HIGGINS-DESBIOLLES, F. Unsettling geographies of tourism. **Tourism Geographies**, [s. l.], vol. 26, n. 6, p. 899-916, 2024.

IBGE. Cidades e Estados: Mato Grosso do Sul. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ms.html>. Acesso em: 12 abr. 2026.

IBGE. Cidades e Estados: Corumbá. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Rio de Janeiro, 2025a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ms/corumba.html>. Acesso em: 14 abr. 2026.

IBGE. Pesquisa de Serviços. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Rio de Janeiro, 2025b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/servicos/>. Acesso em: 22 abr. 2025.

MAPBIOMAS. **Panorama da superfície de água do Brasil 1985 - 2024**. São Paulo, 2025a. Disponível em: https://brasil.mapbiomas.org/wp-content/uploads/sites/4/2025/03/Factsheet_Agua_20.03_v5.pdf. Acesso em: 12 mar. 2025.

MAPBIOMAS. **40 anos de fogo nos biomas brasileiros**: coleção 4 do MapBiomas fogo (1985 a 2024). São Paulo, 2025b. Disponível em: https://brasil.mapbiomas.org/wp-content/uploads/sites/4/2025/06/Fact_Fogo_colecao4.pdf. Acesso em: 12 mar. 2025.



MORAES, C. A.; RIBEIRO, M. A.; TRENTIN, F.; BUSCIOLI, R. Turismo, trabalho e os efeitos dos eventos extremos climáticos no Brasil. *In*: CRUZ, R. C. A. *et al.* **Mudanças climáticas e turismo**. São Paulo: FFLCH/USP, 2025. p. 69-82.

NAVARRO-DRAZICH, D.; CHRISTEL, L. G.; GERIQUE, A.; GRIMM, I.; RENDÓN, M. L.; SCHLEMER ALCÂNTARA, L.; SIMÓN, C. Climate change and tourism in South and Central America. **Journal of Sustainable Tourism**, [s. l.], vol. 32, n. 9, p. 1876-1892, 2023.

PANTANAL é o bioma que mais perdeu superfície de água em relação à média histórica. **MapBiomas**, São Paulo, 2024. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/2025/03/21/pantanal-e-o-bioma-que-mais-perdeu-superficie-de-agua-em-relacao-a-media-historica-61/>. Acesso em: 10 abr. 2026.

RIBEIRO, M. A. **Entre cheias e vazantes/ a produção de geografias no Pantanal**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2015.

SÁNCHEZ, J. E. **Espacio, economía y sociedad**. Barcelona: España Editores, 1991.

SCHEYVENS, R. International development and tourism geographies. **Tourism Geographies**, [s. l.], vol. 27, n. 3-4, p. 620-630, 2025.

SILVA, C. A.; FIALHO, E. S.; ROCHA, V. M. Uma visão social sobre o clima e seus significados nas paisagens climáticas dos lugares: o Pantanal/Brasil no contexto das mudanças climáticas. *In*: OLIVEIRA-COSTA, J. L. P.; ZACHARIAS, A. A.; PANCHER, A. M. (org.). **Métodos e técnicas no estudo da dinâmica da paisagem física nos países da CPLP - Comunidade dos Países de Expressão Portuguesa**. Málaga: EUMED, 2022. p. 49-76.



The background image shows a large, yellow industrial crane structure, likely a derrick or gantry crane, situated on a pier or dock. The structure has a prominent yellow tower with a window and a complex network of metal beams and cables. The crane is positioned over a body of water, and a paved walkway leads towards it. In the foreground, there are some green plants and a small structure. The overall scene is industrial and coastal.

Sobre as autorias

Foto: Marcos André

Hugo Rogério Hage Serra

Graduado e mestre em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. É professor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), onde também exerce a função de Diretor de Ensino da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG).

Marta de Azevedo Irving

Graduada em Biologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e em Psicologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), mestrado em Gestão Costeira pela Southampton University e doutorado em Ciências pela Universidade de São Paulo (USP). Realizou pós-doutorado no Département d'Écologie et Gestion de la Biodiversité no Musée National d'Histoire Naturelle (MNHN) e no CRBC/École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), na França. É bolsista de produtividade do CNPq e docente/pesquisadora sênior da UFRJ, atuando nos programas de pós-graduação EICOS, PPED e no Programa Futuros (CBAE), onde coordena a Cátedra de Ambiente e Sustentabilidade. Atua também como pesquisadora sênior no INPA e no INCT-PPED, tendo sido professora visitante na UFJF (2023–2025) e convidada em diversas instituições internacionais, com destaque para atuação junto ao Sistema das Nações Unidas. Possui ampla experiência na liderança de projetos e grupos de pesquisa (GAPIS e Núcleo Sinergia) nas áreas de Ecologia Social e Política, governança socioambiental e sustentabilidade.



Jorge Alex de Almeida Souza

Graduado em Turismo e em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), especialização em Docência e Metodologia de Pesquisa em Turismo (UFPA) e mestrado em Geografia (UFPA). Desenvolveu atividades de pesquisa e extensão no Grupo de Estudos Geográficos Costeiros (EGC-UFPA), com foco em estudos da zona costeira, dinâmica da linha de costa e apropriação social do relevo em ambientes estuarinos.

José Júlio Júnior Guambe

Doutor em Geografia pela Universidade Pedagógica - Moçambique (2018). Professor da Universidade Pedagógica - Moçambique e Membro de corpo editorial da Boletim GeoÁfrica.

Joyce Avila de Oliveira

Graduada e mestra em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e doutora em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS).

Larissa Oleriano Pedroza

Graduanda em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Atua como voluntária e mediadora de leitura na ONG Vaga-Lume, desenvolvendo atividades de incentivo à leitura em comunidades indí-



genas e ribeirinhas do município de Tefé (AM). Foi bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Sênior (PIBIC Sr.) do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, participando de projetos voltados ao turismo de base comunitária e à difusão de experiências em comunidades da Reserva Mamirauá.

Mara Aline Ribeiro

Graduada em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), bacharela em Instrumento pela Faculdade de Música Santa Cecília, mestra em Educação pela UFMS, doutora em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), e pós-doutorado em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). É docente da UFMS, atuando em cursos de graduação e nos Programas de Pós-Graduação em Antropologia Social e em Estudos Fronteiriços.

Marcel Assis Batista do Nascimento

Bacharel em Turismo (UFPA), mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento local na Amazônia (PPGEDAM/UFPA). Mantém vínculo acadêmico com PPGEDAM/UFPA com atuação em Turismo, desenvolvimento territorial e bioeconomia.

Marcelo Augusto Gurgel de Lima

Graduado em Comunicação Social e em Turismo, especializações em Gestão Ambiental e Gestão Sustentável do Turismo, licenciatura em Sociologia, mestrado e doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia



Maria Augusta Freitas Costa Canal

Maria Goretti da Costa Tavares

Graduada em Geografia e em Direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA), especialização em Análise Geográfica Aplicada à Amazônia, mestrado e doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e pós-doutorado em Geografia do Turismo pela Universidade Paris 1 Panthéon-Sorbonne (França) e em Turismo pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). É Professora Titular da Faculdade de Geografia e Cartografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPA e bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq. Exerceu a coordenação da área de Geografia na CAPES, integrando o Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES) entre janeiro de 2023 e junho de 2026.

Maria Tereza Duarte Paes

Graduada em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) campus de Rio Claro, mestrado em Sociologia e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). É Livre-Docente em Meio Ambiente Urbano pelo Instituto de Geociências da UNICAMP, realizou pós-doutorado na Université de Pau et des Pays de l'Adour (França). É pesquisadora do CNPq (PQ) desde 2008 e possui ampla atuação em gestão acadêmica, tendo coordenado o Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNICAMP, presidido a ANPEGE e coordenado a área de Geografia da CAPES.

Milene de Cássia Santos de Castro

Graduada em Turismo pela Universidade Federal do Pará (UFPA), mestra em Turismo pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), doutora em Turismo e Hotelaria pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) e pós-doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas (PPGAA/INEAF/UFPA), no projeto Inovação e Transição Sustentável: Cesta de Bens e Serviços em Territórios Amazônicos.

Olga Lúcia Castreghini de Freitas

Graduada em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) campus de Presidente Prudente, mestrado em Geografia pela UNESP, campus de Rio Claro, doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP), e pós-doutorado na Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne (França). É professora titular aposentada da Universidade Federal do Paraná (UFPR), professo-



Pedro Meloni Nassar

Rita de Cássia Ariza da Cruz

Rodolfo Bertoncello

Graduado em Geografia pela Universidade de Buenos Aires (UBA) e doutor pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor titular da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires, onde dirigiu o Instituto de Geografia e foi pesquisador do CONICET. Integra comitês editoriais de revistas científicas em temas relacionados à Geografia e Turismo. É membro titular da Academia Argentina de Turismo desde 2015.

Saulo Ribeiro dos Santos

Graduado em Turismo pela FAMA, MBA em Turismo: Planejamento, Gestão e Marketing pela UCB/DF, mestrado profissional em Administração e Desenvolvimento Empresarial pela UNESA, doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e em Gestão Urbana pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). É professor adjunto do Departamento de Turismo e Hotelaria da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), docente permanente dos programas de pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e em Administração Pública da UFMA. Atualmente, exerce o cargo de Secretário Municipal de Turismo de São Luís (MA).

Silvia Romana Costa de Albuquerque dos Santos

Graduada em Turismo pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), mestrado em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e doutoranda em Geografia pela mesma Instituição. Atua como Secretária Adjunta de Turismo de São Luís



(MA), desenvolvendo ações e projetos voltados ao planejamento turístico e ao desenvolvimento sustentável do município, além de atividades relacionadas à gestão e ao desenvolvimento de pessoas.

Simone Scifoni

Graduada, mestra e doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP), Professora Livre-Docente do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/USP). Recebeu o Prêmio CAPES de Tese em 2006 pelo trabalho *A construção do patrimônio natural*. Possui ampla experiência em instituições de preservação do patrimônio cultural, tendo atuado no IPHAN, no CONDEPHAAT/SP e no Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de São Bernardo do Campo. Também foi vice-diretora do Centro de Preservação Cultural da USP (CPC/USP).

Susy Rodrigues Simonetti

Graduada em Turismo, mestra e doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). É professora associada do Curso de Bacharelado em Turismo e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), e professora do Mestrado Profissional em Gestão de Áreas Protegidas do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). É líder da Rede de Estudos e Pesquisas em Turismo na Amazônia (CNPq), membro do Fórum de Turismo de Base Comunitária do Rio Negro e da Rede Turismo e Dinâmicas Socioterritoriais Contemporâneas.



